

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR
Programa de Pós-graduação em Demografia

Raquel Aline Schneider

DAS RELAÇÕES DOMICILIARES AO MERCADO DE TRABALHO:
uma análise da situação das mulheres migrantes no destino

Belo Horizonte/MG
UFMG/Cedeplar
2020

Raquel Aline Schneider

**DAS RELAÇÕES DOMICILIARES AO MERCADO DE TRABALHO:
uma análise da situação das mulheres migrantes no destino**

Versão final

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em Demografia.

Orientador: Prof. Dr. Fausto Reynaldo Alves de Brito

Coorientadora: Profa. Dra. Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira

Belo Horizonte, MG
2020

Ficha Catalográfica

S359d
2020

Schneider, Raquel Aline.
Das relações domiciliares ao mercado de trabalho [manuscrito] : uma análise da situação das mulheres migrantes no destino / Raquel Aline Schneider. – 2020.
303 f., il., graf., tabs.

Orientador: Fausto Reynaldo Alves de Brito.
Coorientadora: Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
Inclui bibliografia (f. 234-250) e apêndices.

1. Migração interna – Teses. 2. Mulheres migrantes – Teses. 3. Demografia - Teses. I. Brito, Fausto - 1947-. II. Oliveira, Ana Maria Hermeto Camilo de. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título.

CDD: 304.8981



Curso de Pós-Graduação em Demografia da Faculdade de Ciências Econômicas

ATA DE DEFESA DE TESE DE RAQUEL ALINE SCHNEIDER Nº. REGISTRO 2016653412. Às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta do mês de abril de dois mil e vinte, reuniu-se, **por videoconferência**, a Comissão Examinadora de TESE, indicada “*ad referendum*” pelo Colegiado do Curso em 22/04/2020, para julgar, em exame final, o trabalho final intitulado “**Das relações domiciliares ao mercado de trabalho: uma análise da situação das mulheres migrantes no destino**”, requisito final para a obtenção do Grau de *Doutor em Demografia*, área de concentração em Demografia. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Fausto Reynaldo Alves de Brito, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão composta pelos professores: Fausto Reynaldo Alves de Brito, Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira, José Alberto Magno de Carvalho, Marden Barbosa de Campos, Wilson Fuseco e Crislaine Colla se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão aprovou a candidata por unanimidade. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 30 de abril de 2020.

Prof. Fausto Reynaldo Alves de Brito
(Orientador) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Laura Lídia Rodríguez Wong
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação
em Demografia



Curso de Pós-Graduação em Demografia da Faculdade de Ciências Econômicas

ATA DE DEFESA DE TESE DE **RAQUEL ALINE SCHNEIDER** Nº. REGISTRO 2016653412. Às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta do mês de abril de dois mil e vinte, reuniu-se, **por videoconferência**, a Comissão Examinadora de TESE, indicada “*ad referendum*” pelo Colegiado do Curso em 22/04/2020, para julgar, em exame final, o trabalho final intitulado “**Das relações domiciliares ao mercado de trabalho: uma análise da situação das mulheres migrantes no destino**”, requisito final para a obtenção do Grau de *Doutor em Demografia*, área de concentração em Demografia. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Fausto Reynaldo Alves de Brito, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão composta pelos professores: Fausto Reynaldo Alves de Brito, Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira, José Alberto Magno de Carvalho, Marden Barbosa de Campos, Wilson Fusco e Crislaine Colla se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão aprovou a candidata por unanimidade. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 30 de abril de 2020.

Profa. Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira
(Coorientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Laura Lídia Rodríguez Wong
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação
em Demografia



Curso de Pós-Graduação em Demografia da Faculdade de Ciências Econômicas

ATA DE DEFESA DE TESE DE RAQUEL ALINE SCHNEIDER N°. REGISTRO 2016653412. Às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta do mês de abril de dois mil e vinte, reuniu-se, **por videoconferência**, a Comissão Examinadora de TESE, indicada "*ad referendum*" pelo Colegiado do Curso em 22/04/2020, para julgar, em exame final, o trabalho final intitulado "**Das relações domiciliares ao mercado de trabalho: uma análise da situação das mulheres migrantes no destino**", requisito final para a obtenção do Grau de *Doutor em Demografia*, área de concentração em Demografia. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Fausto Reynaldo Alves de Brito, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão composta pelos professores: Fausto Reynaldo Alves de Brito, Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira, José Alberto Magno de Carvalho, Marden Barbosa de Campos, Wilson Fusco e Crislaine Colla se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão **APROVOU** a candidata por unanimidade. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 30 de abril de 2020.

Prof. José Alberto Magno de Carvalho
(CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Prof. Laura Lidia Rodriguez Wong
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação
em Demografia



Curso de Pós-Graduação em Demografia da Faculdade de Ciências Econômicas

ATA DE DEFESA DE TESE DE **RAQUEL ALINE SCHNEIDER** N°. REGISTRO 2016653412. Às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta do mês de abril de dois mil e vinte, reuniu-se, **por videoconferência**, a Comissão Examinadora de TESE, indicada “*ad referendum*” pelo Colegiado do Curso em 22/04/2020, para julgar, em exame final, o trabalho final intitulado “**Das relações domiciliares ao mercado de trabalho: uma análise da situação das mulheres migrantes no destino**”, requisito final para a obtenção do Grau de *Doutor em Demografia*, área de concentração em Demografia. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Fausto Reynaldo Alves de Brito, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão composta pelos professores: Fausto Reynaldo Alves de Brito, Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira, José Alberto Magno de Carvalho, Marden Barbosa de Campos, Wilson Fusco e Crislaine Colla se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão aprova a candidata por unanimidade. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 30 de abril de 2020.

Prof. Marden Barbosa de Campos
(FAFICH/UFGM)

Profa. Laura Lídia Rodríguez Wong
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação
em Demografia



Curso de Pós-Graduação em Demografia da Faculdade de Ciências Econômicas

ATA DE DEFESA DE TESE DE **RAQUEL ALINE SCHNEIDER** N°. REGISTRO 2016653412. Às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta do mês de abril de dois mil e vinte, reuniu-se, **por videoconferência**, a Comissão Examinadora de TESE, indicada “*ad referendum*” pelo Colegiado do Curso em 22/04/2020, para julgar, em exame final, o trabalho final intitulado “**Das relações domiciliares ao mercado de trabalho: uma análise da situação das mulheres migrantes no destino**”, requisito final para a obtenção do Grau de *Doutor em Demografia*, área de concentração em Demografia. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Fausto Reynaldo Alves de Brito, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão composta pelos professores: Fausto Reynaldo Alves de Brito, Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira, José Alberto Magno de Carvalho, Marden Barbosa de Campos, Wilson Fusco e Crislaine Colla se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão aprovou a candidata por unanimidade. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 30 de abril de 2020.

Prof. Wilson Fusco

Prof. Laura Lidia Rodriguez Wong
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação
em Demografia



Curso de Pós-Graduação em Demografia da Faculdade de Ciências Econômicas

ATA DE DEFESA DE TESE DE **RAQUEL ALINE SCHNEIDER** Nº. REGISTRO 2016653412. Às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta do mês de abril de dois mil e vinte, reuniu-se, **por videoconferência**, a Comissão Examinadora de TESE, indicada “*ad referendum*” pelo Colegiado do Curso em 22/04/2020, para julgar, em exame final, o trabalho final intitulado “**Das relações domiciliares ao mercado de trabalho: uma análise da situação das mulheres migrantes no destino**”, requisito final para a obtenção do Grau de *Doutor em Demografia*, área de concentração em Demografia. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Fausto Reynaldo Alves de Brito, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão composta pelos professores: Fausto Reynaldo Alves de Brito, Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira, José Alberto Magno de Carvalho, Marden Barbosa de Campos, Wilson Fusco e Crislaine Colla se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão Aprovou a candidata por unanimidade. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 30 de abril de 2020.

Profa. Crislaine Colla
(PGDRA/UNIOESTE)

Profa. Laura Lídia Rodríguez Wong
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação
em Demografia

Ao Jonas, meu companheiro.

AGRADECIMENTOS

Deixo registrado meus agradecimentos a todos os envolvidos na minha trajetória acadêmica.

Agradeço ao meu orientador, Fausto Brito, que esteve presente em todos os momentos, desde o início do doutorado. Obrigada pelo apoio, cuidado, confiança e por me guiar e tornar essa jornada muito agradável. Terminei a tese com imensa admiração e orgulho por ter sido sua orientanda.

A minha coorientadora, Ana Hermeto, por sua prontidão em auxiliar todos os alunos, dentro e fora da sala de aula. Sua postura profissional, atenção aos alunos e seriedade com a pesquisa vão sempre me inspirar.

A todos os professores do CEDEPLAR, que compartilharam seus conhecimentos e me inspiraram ao longo dos quatro anos. Em especial a Paula, com quem fiz o estágio docente, a Adriana, que possibilitou o trabalho como professora voluntária. Também agradeço a todos os colaboradores do curso, por seu auxílio aos alunos e pelo trabalho desempenhado, essencial para o funcionamento do programa.

Aos membros da banca de qualificação, José Alberto Magno de Carvalho, Marden Barbosa de Campos e Wilson Fusco pelas contribuições imprescindíveis.

Agradeço a todos os colegas do curso, em especial Tê, Isa, Matheus, Mari, Vanessa e Rafa, pelo acolhimento mineirinho, amizade, carinho, apoio e muita ajuda ao longo dos quatro anos.

Agradeço ao CNPq pelo suporte financeiro, essencial para possibilitar meu doutorado.

Ao Jonas, pela compreensão, suporte, ajuda e estímulo à realização de meus objetivos e, acima de tudo, por sempre tornar a vida mais afetuosa, divertida e musical.

A minha família, por todo o apoio, em especial aos meus pais, que me amparam sempre.

O doutorado foi uma experiência tão desafiadora quanto maravilhosa e agradeço imensamente a oportunidade de fazer parte do CEDEPLAR.

A mulher de dentro de cada um não quer mais silêncio
A mulher de dentro de mim cansou de pretexto
A mulher de dentro de casa fugiu do seu texto

Elza Soares, *Dentro de Cada Um*, 2018.

RESUMO

O fator econômico é reconhecido como principal motivador da migração. Um dos efeitos dessa constatação foi o de assumir a migração como uma ação masculina, com as mulheres realizando-a, majoritariamente, de forma passiva. Esse pressuposto limitou a compreensão do fenômeno migração e encobriu elementos relacionados a migração das mulheres. Esta tese teve como objetivo contribuir para o preenchimento dessas lacunas. Iniciou-se pela revisita das principais abordagens teóricas da migração com foco em como a migração feminina foi tratada, dado a falta de uma literatura que indicasse como a migração das mulheres foi retratada por diferentes enfoques. Após foi realizado um estudo de caso para verificar se houve feminização da migração dos fluxos Nordeste-São Paulo e Minas Gerais-São Paulo, entre as décadas de 1980 e 2000. As análises foram feitas por meio dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Para averiguar se houve feminização ao longo do período foi considerada a participação das mulheres nos fluxos. Em seguida foi elaborado um algoritmo, que utiliza o arranjo domiciliar dos imigrantes recentes (com menos de dois anos de residência em São Paulo), como *proxy* do tipo de migração feita, se individual ou conjunta, indicando o grau de independência do deslocamento. Finalizou-se com a análise da situação das migrantes no mercado de trabalho no destino, por meio de análise descritiva de suas características e da estimação do rendimento por regressões lineares e quantílicas. Os resultados mostraram que a distribuição dos imigrantes era equilibrada entre os sexos, com as mulheres originadas em Minas Gerais sendo pouco mais da metade e aumentando sua participação ao longo do período, enquanto que no fluxo originado no Nordeste não houve tendência de aumento da participação das mulheres. Com relação ao tipo de migração feita, constatou-se que a maioria das imigrantes recentes realizaram um deslocamento conjunto. Houve queda da participação das que realizaram migração individual entre as originadas no Nordeste e, entre as originadas em Minas Gerais, um pequeno aumento. Apesar de não ocorrerem grandes mudanças no período, verificou-se que a forma como as migrantes se deslocavam era muito semelhante à dos homens, resultado que não foi ao encontro da literatura, que indicava que as mulheres realizavam uma migração mais conjunta, associada a família. Os resultados das características das mulheres imigrantes em São Paulo, que participavam do mercado de trabalho, revelaram melhorias como maior nível de instrução, aumento da taxa de atividade, da formalidade e do rendimento no período, com a origem das imigrantes sendo, novamente, um fator de diferenciação. Com relação as originadas em Minas

Gerais, o aumento da participação das mulheres no fluxo, a maior participação daquelas que se deslocavam de forma individual e a melhora relativa no mercado de trabalho, que aproximou sua condição das naturais de São Paulo (grupo melhor posicionado) indicaram uma feminização do fluxo. O que não foi verificado no fluxo Nordeste-São Paulo, nesse não houve aumento da participação feminina, ocorreu redução da migração individual e o hiato no mercado de trabalho, com relação às imigrantes de origem mineira e às naturais, permaneceu quase intacto.

Palavras-chave: feminização da migração. migração interna. arranjos domiciliares. mercado de trabalho. São Paulo.

ABSTRACT

The economic factor is recognized as the main driver of migration. One of the effects of this finding was to assume migration as a male action, with women doing it, mostly, passively. This assumption limited the understanding of the migration phenomenon and covered up elements related to women's migration. This thesis aimed to contribute to fill these gaps. It started by revisiting the main theoretical approaches to migration with a focus on how female migration was treated, given the lack of a literature that would indicate how women's migration was represented by different approaches. Afterwards, a case study was carried out to verify if there was a feminization of migration from the Northeast-São Paulo and Minas Gerais-São Paulo flows, between the 1980s and 2000s. The analyzes were made through the 1991, 2000 and 2010 Demographic Censuses. In order to verify whether there was feminization over the period, the participation of women in the flows was considered. In sequence, an algorithm was elaborated, which uses the household structure of recent immigrants (with less than two years of residence in São Paulo), as a proxy for the type of migration made, whether individual or joint, indicating the degree of independence of the displacement. It ended with the analysis of the situation of migrants in the labor market in the destination, through a descriptive analysis of their characteristics and the estimation of income by linear and quantile regressions. The results showed that the distribution of immigrants was balanced between the sexes, with women originating in Minas Gerais being just over half and increasing their participation over the period, while in the flow originated in the Nordeste there was no tendency to increase the participation of women. Regarding the type of migration made, it was found that the majority of recent immigrants made a joint move. There was a drop in the participation of those who made individual migration among those originating in the Nordeste and, among those originating in Minas Gerais, a small increase. Although there were no major changes in the period, it was found that the way migrant women moved is very similar to that of men, a result that was not in line with the literature, which indicated that women carried out a more joint migration, associated with family. The results of the characteristics of immigrant women in São Paulo, who participated in the labor market, showed improvements such as a higher level of education, an increase in the activity rate, formality and income in the period, with the origin of immigrants being, once more, a differentiation factor. With regard to women originating in Minas Gerais, the increased participation of women in the flow, the greater participation of those who moved individually

and the relative improvement in the labor market, which brought their condition closer to those born in São Paulo (the best positioned group) indicated a feminization of the flow. What was not verified in the Nordeste-São Paulo flow, there was no increase in female participation, there was a reduction in individual migration and the gap in the labor market, in relation to immigrants of Minas Gerais origin and the natural ones, it remained almost intact.

Keywords: feminization of migration. internal migration. household structure. labor market. São Paulo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama da divisão do trabalho entre remunerado e não remunerado e entre produtivo e reprodutivo.....	84
Figura 2 – Domicílios e famílias: conectados mas diferentes	136
Figura 3 – Distribuição etária das mulheres e dos homens imigrantes em São Paulo, com origem no Nordeste (%) – 1991, 2000 e 2010.....	153
Figura 4 – Distribuição etária das mulheres e dos homens, imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais (%) – 1991, 2000 e 2010.....	154
Figura 5 – Razão de sexo dos imigrantes em São Paulo, por origem e idade ao migrar – 1991, 2000 e 2010	156
Figura 6 – Proporção de mulheres imigrantes recentes que fizeram migração conjunta por origem e faixa etária – 1991, 2000 e 2010	161
Figura 7 – Taxa de atividade de mulheres e homens, por origem e faixa etária – 1991, 2000 e 2010.....	170
Figura 8 – Distribuição dos imigrantes em São Paulo, com origem no Nordeste, por rendimento no trabalho principal, em salários mínimos (rendimento ajustado para julho de 2010) (%) – 1991, 2000 e 2010	172
Figura 9 – Distribuição dos imigrantes em São Paulo, com origem em Minas Gerais, por faixa de rendimento no trabalho principal, em salários mínimos (rendimento ajustado para julho de 2010) (%) – 1991, 2000 e 2010	173
Figura 10 – Distribuição dos naturais do município de residência no estado de São Paulo, por faixa de rendimento no trabalho principal, em salários mínimos (rendimento ajustado para julho de 2010) (%) – 1991, 2000 e 2010.....	174
Figura 11 – Contribuição do rendimento auferido em todos os trabalhos, daqueles com 18 anos ou mais de idade, ao rendimento domiciliar, por origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010*.....	176
Figura 12 – Nível de instrução, por origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010.....	187
Figura 13 – Densidade de Kernel do logaritmo do rendimento ajustado no trabalho principal das mulheres, por origem – 1991, 2000 e 2010.....	207
Figura 14 – Densidade de Kernel do logaritmo do rendimento ajustado no trabalho principal dos homens, por origem – 1991, 2000 e 2010.....	208

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de atividade, por sexo e faixa etária – 1991, 2000 e 2010	95
Gráfico 2 – População Economicamente Ativa (PEA) e proporção de mulheres na PEA, por faixa etária – 1991, 2000 e 2010.....	96
Gráfico 3 – Renda <i>per capita</i> – 1991, 2000 e 2010.....	119
Gráfico 4 – Índice de Gini – 1991, 2000 e 2010	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos alternativos de migração feminina: uma classificação.....	41
Quadro 2 – Quesitos censitários sobre migração interna – 1991, 2000 e 2010.....	129
Quadro 3 – Descrição das variáveis utilizadas na análise descritiva.....	133
Quadro 4 – Conceitos de domicílio e família dos Censos Demográficos brasileiros de 1991, 2000 e 2010	138
Quadro 5 – Descrição das variáveis utilizadas nos modelos	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População, com 25 anos ou mais, com ensino médio completo e com ensino superior completo (%) – 1991, 2000 e 2010	121
Tabela 2 – Número de observações nas análises descritivas – 1991, 2000 e 2010	134
Tabela 3 – Tempo de residência em São Paulo, dos imigrantes originados no Nordeste e em Minas Gerais (%) – 1991, 2000 e 2010	140
Tabela 4 – Imigrantes por origem e sexo (valor absoluto e %) – 1991, 2000 e 2010	150
Tabela 5 – Imigrantes recentes por origem e sexo (valor absoluto e %) – 1991, 2000 e 2010	159
Tabela 6 – Distribuição dos imigrantes recentes em São Paulo, por tipo de migração, origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010	160
Tabela 7 – Distribuição dos imigrantes recentes em São Paulo, por tipo de domicílio que residiam no destino, origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010.....	163
Tabela 8 – Distribuição dos imigrantes recentes em São Paulo, que residiam em domicílio com outras pessoas e em que eram os únicos imigrantes, por posição no domicílio, origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010	164
Tabela 9 – Distribuição dos imigrantes recentes em São Paulo, que residiam em domicílios em que todos eram imigrantes recentes, por posição no domicílio, origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010	165
Tabela 10 – Distribuição dos imigrantes recentes em São Paulo, que residiam em domicílios em que também residiam imigrantes antigos, por posição no domicílio, origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010.....	166
Tabela 11 – Distribuição por cor/raça, origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010	179
Tabela 12 – Rendimento médio no trabalho principal, por cor/raça e sexo (R\$/mês – valores ajustados para julho de 2010) – 1991, 2000 e 2010.....	180
Tabela 13 – Proporção dos residentes de São Paulo que moravam na RMSP, por origem e sexo – 1991, 2000 e 2010.....	181
Tabela 14 – Rendimento médio no trabalho principal, na Região Metropolitana de São Paulo e no restante da Unidade da Federação, por origem e sexo (R\$/mês – valores ajustados para julho de 2010) – 1991, 2000 e 2010	182
Tabela 15 – Posição na ocupação, por origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010	184

Tabela 16 – Rendimento médio no trabalho principal, por posição na ocupação, origem e sexo (R\$/mês – valores ajustados para julho de 2010) – 1991, 2000 e 2010.....	185
Tabela 17 – Rendimento médio no trabalho principal, por nível de instrução, origem e sexo (R\$/mês – valores ajustados para julho de 2010) – 1991, 2000 e 2010.....	189
Tabela 18 – Descrição das variáveis dos modelos em que o sexo era uma variável independente, por origem – 1991, 2000 e 2010	193
Tabela 19 – Resultados parciais dos modelos de regressão linear dos rendimentos – coeficientes da variável sexo (valor 1 para mulheres e 0 para homens) – 1991, 2000 e 2010	195
Tabela 20 – Descrição das variáveis dos modelos das mulheres, por origem – 1991, 2000 e 2010.....	198
Tabela 21 – Descrição das variáveis dos modelos dos homens, por origem – 1991, 2000 e 2010.....	199
Tabela 22 – Resultados parciais dos modelos de regressão linear dos rendimentos – coeficientes da variável raça (valor 1 para brancos e 0 para negros) – 1991, 2000 e 2010...	200
Tabela 23 – Resultados parciais dos modelos de regressão linear dos rendimentos – coeficiente da variável residia na Região Metropolitana de São Paulo (valor 1 para quem residia e 0 para os demais) – 1991, 2000 e 2010.....	201
Tabela 24 – Resultados parciais dos modelos de regressão linear dos rendimentos – coeficientes da variável responsável pelo domicílio (valor 1 para os que eram responsáveis e 0 para os cônjuges) – 1991, 2000 e 2010.....	202
Tabela 25 – Resultados parciais dos modelos de regressão linear dos rendimentos – coeficientes da variável tinha filho de até 12 anos no domicílio (valor 1 para os que tinham e 0 para os demais) – 1991, 2000 e 2010.....	203
Tabela 26 – Resultados parciais dos modelos de regressão linear dos rendimentos – coeficientes da variável referente à posição na ocupação (comparação das empregadas domésticas sem carteira de trabalho assinada com as demais empregadas com carteira de trabalho assinada) – 1991, 2000 e 2010.....	204
Tabela 27 – Resultados parciais dos modelos de regressão linear dos rendimentos – coeficientes da variável referente a posição na ocupação (comparação dos empregados sem carteira de trabalho assinada com os empregados com carteira de trabalho assinada) – 1991, 2000 e 2010	205

Tabela 28 – Resultados parciais dos modelos de regressão linear dos rendimentos – coeficientes da variável referente ao nível de instrução (comparação dos que tinham superior completo com os sem instrução ou com fundamental incompleto) – 1991, 2000 e 2010	206
Tabela 29 – Resultados parciais das regressões quantílicas dos rendimentos – coeficientes da variável sexo (valor 1 para mulheres e 0 para homens) – 1991, 2000 e 2010	210
Tabela 30 – Resultados parciais das regressões quantílicas dos rendimentos – coeficientes da variável raça (valor 1 para brancos e 0 para negros) – 1991, 2000 e 2010.....	211
Tabela 31 – Resultados parciais das regressões quantílicas dos rendimentos – coeficientes da variável residia na Região Metropolitana de São Paulo (valor 1 para quem residia e 0 para os demais) – 1991, 2000 e 2010.....	212
Tabela 32 – Resultados parciais das regressões quantílicas dos rendimentos – coeficientes da variável posição na ocupação (comparação dos empregados sem carteira de trabalho assinada com os empregados com carteira de trabalho assinada) – 1991, 2000 e 2010.....	213
Tabela 33 Resultados parciais das regressões quantílicas dos rendimentos – coeficientes da variável posição na ocupação (comparação dos que trabalhavam por contra própria com os empregados com carteira de trabalho assinada) – 1991, 2000 e 2010.....	214
Tabela 34 – Resultados parciais das regressões quantílicas dos rendimentos – coeficientes da variável nível de instrução (comparação dos que tinham superior completo com os sem instrução ou com fundamental incompleto) – 1991, 2000 e 2010.....	215

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	23
2	AS MULHERES NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS	28
2.1	Os clássicos	29
2.2	Abordagens de equilíbrio.....	36
2.3	Abordagens histórico-estruturalistas	42
2.4	Abordagens transicionais	47
2.5	Abordagens pluralistas	50
3	A FAMÍLIA NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS	61
3.1	Migração familiar conjunta.....	61
3.2	Migração individual, decisão familiar.....	70
3.3	Abordagens do ciclo de vida	74
3.4	Estudos no Brasil	78
4	DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	83
4.1	Panorama brasileiro	87
4.1.1	Trabalho reprodutivo e trabalho produtivo.....	88
4.1.2	Participação na População Economicamente Ativa e taxas de atividade das mulheres..	93
4.1.3	Segregação ocupacional e trabalho precário.....	97
4.1.4	Escolaridade e rendimento.....	102
5	BASE DE DADOS E METODOLOGIA.....	106
5.1	A escolha dos fluxos migratórios: Nordeste-São Paulo e Minas Gerias-São Paulo	107
5.2	Características das regiões de origem e destino.....	116
5.3	Bases de dados.....	127
5.4	Análise familiar ou domiciliar?	134
5.5	Categorização do tipo de migração	139
5.6	Modelos de análise	143
5.6.1	Modelos de regressão linear	145
5.6.2	Regressão quantílica.....	146
6	RESULTADOS	149
6.1	Análise quantitativa	149

6.2 Perfil das migrantes	157
6.2.1 Categorização do tipo de migração	158
6.2.2 Características das imigrantes.....	167
6.2.3 As imigrantes no mercado de trabalho	190
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
REFERÊNCIAS.....	233
APÊNDICE A	249
APÊNDICE B.....	257
APÊNDICE C	260
APÊNDICE D	261

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo, nos estudos migratórios, os homens eram vistos como os agentes que migravam, considerados independentes e aventureiros, com laços mais fracos com a família e com o local de origem. A existência da migração das mulheres também era reconhecida, no entanto, apenas como uma resposta à ação tomada pelo homem, ou seja, de forma passiva, realizada para acompanhar o marido e/ou família (SANDELL, 1977; BOYD; GRIECO, 2003; HONDAGNEU-SOTELO, 2000; ASSIS, 2007; MARINUCCI, 2007; entre outros).

A migração das mulheres passou a receber atenção dos estudiosos apenas nas últimas décadas. Algumas mudanças sociais contribuíram para isso, tais como: aumento da qualificação e atuação das mulheres no mercado de trabalho; crescimento do ativismo feminismo, e; aumento dos estudos de gênero e intensificação da migração feminina internacional. Nesse novo cenário, o termo “feminização da migração” consolidou-se, nos anos de 1990, como indicativo do aumento da participação das mulheres na migração e, mais tarde, também para designar as mudanças no perfil das migrantes, como redução da migração feita de forma associativa e crescimento da migração feminina vinculada ao mercado de trabalho (MARINUCCI, 2007).

No Brasil, houve aumento considerável das mulheres no mercado de trabalho a partir da segunda metade do século XX. Esse crescimento foi impulsionado, no lado da demanda, pelo processo de urbanização do país, principalmente pela necessidade oriunda do crescimento do setor terciário. Já pelo lado da própria oferta da mão de obra feminina, deve-se considerar a redução da fecundidade, o aumento da instrução e as alterações na dinâmica conjugal e familiar como questões-chave para o aumento do número de mulheres que estão se adentrando no mercado de trabalho (ALVES; CORRÊA, 2009).

A maior inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho, entretanto, não se traduziu em aumento considerável de sua participação nos fluxos migratórios internos. Isso porque os movimentos já eram caracterizados, geralmente, por uma composição muito próxima à igualdade entre os sexos. Por isso, não foram incitados tantos estudos sobre a migração feminina interna nas pautas de investigação, como ocorreu no caso da migração internacional.

Esta tese tem como escopo preencher parte dessa lacuna, contribuindo para o entendimento da migração interna feminina, por meio de um estudo de caso. O objetivo é verificar se houve feminização dos fluxos Nordeste-São Paulo e Minas Gerais-São Paulo, entre as décadas de

1980 e 2000. Esses fluxos foram escolhidos pela forte relação que apresentam com o desenvolvimento econômico brasileiro. Eles permitiram investigar as alterações decorrentes das mudanças socioeconômicas, pois são trajetórias migratórias consolidadas, possuindo tanto flexibilidade frente às mudanças quanto um componente inercial, decorrentes da cultura migratória, o que traz estabilidade para a análise temporal (BRITO, 2000).

Duas hipóteses centrais foram estabelecidas. A primeira é de que haveria aumento da migração feminina feita de forma individual, indicando ampliação da independência das mulheres em seu deslocamento. A segunda é de que houve aumento da participação das mulheres imigrantes no mercado de trabalho no destino e melhoria relativa de sua situação nesse mercado.

Para atender o propósito deste estudo, alguns objetivos específicos foram estabelecidos: a) realiza-se um levantamento sobre as considerações da migração feminina feitas pelas principais abordagens teóricas do fenômeno migração; b) verifica-se se houve mudança na participação das mulheres nos fluxos migratórios durante o período; c) categoriza-se a migração entre individual e conjunta e examinam-se as alterações no tipo de migração feita; d) analisa-se a evolução da participação das imigrantes no mercado de trabalho e sua situação relativa a esse mercado, e; e) avalia-se a origem das imigrantes como condicionante de sua situação no mercado de trabalho.

As análises das décadas de 1980 a 2000 são feitas por meio das informações da migração de última etapa dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Essas informações permitem averiguar a origem e o destino dos migrantes, o tempo de residência no destino, além de várias características dos indivíduos no momento da pesquisa. Apesar de esses censos disponibilizarem dados altamente relevantes, observa-se que existem limitações, principalmente a falta de informações sobre as motivações da migração e sobre a situação anterior dos indivíduos, sejam migrantes ou não.

Como o objetivo da tese é verificar se houve mudança no perfil das mulheres migrantes, o grupo de comparação utilizado é o dos naturais do município de residência no destino (estado de São Paulo). Além disso, são feitas comparações com os homens. A comparação das imigrantes com as naturais, entre as décadas de 1980 e 2000, revela se a condição de migração tem impactos nas formas de inserção e na situação das mulheres no mercado de trabalho; a comparação entre os sexos indicará se houve melhoria da situação das mulheres

migrantes e se ocorreu aproximação com o perfil migratório masculino, conforme o maior direcionamento das mulheres para o mercado de trabalho.

Já a separação das imigrantes por região de origem, Nordeste e Minas Gerais, fornece indicativos do impacto da origem das migrantes em sua situação no destino, por isso também são apresentadas algumas características das regiões de origem que podem estar relacionadas à posição das imigrantes no mercado de trabalho.

Inicia-se a análise da feminização da migração pela verificação da participação das mulheres nos fluxos migratórios escolhidos. São examinadas as frequências absolutas e relativas das mulheres nos fluxos ao longo do período, as distribuições etárias das migrantes e também as razões de sexo por faixa etária, seguindo para as considerações sobre o tipo de migração feita, entre individual e coletiva.

O tipo de migração foi estabelecido pela construção de um algoritmo baseado no arranjo domiciliar no destino. Foram considerados os imigrantes que residiam há pouco tempo no estado de São Paulo (há menos de 2 anos), justamente para aproximar-se ao máximo do momento do deslocamento. Foram criadas duas grandes categorias, a primeira é a dos migrantes individuais, formada por imigrantes recentes que residiam sós e por imigrantes recentes que residiam com não migrantes. A segunda é a dos migrantes conjuntos, composta por: imigrantes recentes que residiam em um domicílio com outro(s) imigrante(s) recente(s) e não migrante(s); imigrantes recentes em domicílios em que todos eram imigrantes recentes, e; imigrantes recentes residentes em domicílios em que, pelo menos, um membro era um imigrante antigo, podendo residir também não migrantes.

Essa categorização foi criada pela literatura especializada, ao apontar que a migração é realizada, em muitos casos, em família, sendo comuns os estudos que consideram a migração das mulheres como um deslocamento passivo, isto é, quando este é realizado em conjunto com outras pessoas. Diante disso, o propósito é quantificar tal questão, demonstrando se as mulheres se deslocam, realmente, de modo mais conjunto do que os homens.

Por fim, faz-se a análise da situação das migrantes no mercado de trabalho. As variáveis utilizadas para isso são selecionadas com base na revisão da literatura sobre a divisão sexual do trabalho, voltada para questões como: trabalho produtivo e reprodutivo no país e da evolução, no período considerado, da participação das mulheres na População Economicamente Ativa, do aumento de seu nível de instrução e da persistência de segregação ocupacional, trabalho precário e diferenciais de rendimento.

O exame das migrantes no mercado de trabalho é feito pela descrição das variáveis escolhidas – raça, posição no domicílio, presença de filhos, região de residência, horas trabalhadas, idade, posição na ocupação e nível de instrução – e, também, por meio de modelos que estimam o impacto dessas variáveis no rendimento. Foram utilizados modelos de regressão lineares para investigar o impacto na média e, como complemento, modelos de regressão quantílicas para examinar como as variáveis se comportam ao longo da distribuição de rendimentos.

A tese está organizada em seis capítulos, além desta introdução. O Capítulo 2 revisita as referências sobre o fenômeno migração, com atenção para a forma como a migração das mulheres foi considerada pelos autores clássicos, pelas abordagens de equilíbrio, histórico-estruturalistas, transicionais e pelas abordagens pluralistas, destacando, nessa última, os trabalhos brasileiros.

Como a migração das mulheres é muito abordada dentro do contexto familiar, optou-se pela análise dessa literatura à parte no Capítulo 3. Considerou-se a migração familiar conjunta e seu efeito na situação das mulheres no mercado de trabalho, bem como o impacto da decisão familiar e a posição das mulheres, nesse âmbito, no que diz respeito à migração individual. Também foram feitas considerações sobre a abordagem do ciclo de vida familiar e sua relação com a mobilidade e, por fim, foram destacados alguns estudos brasileiros.

No Capítulo 4 faz-se uma análise da divisão sexual clássica do trabalho, de seu impacto na participação das mulheres no mercado de trabalho e das principais mudanças observadas nas últimas décadas. São tratadas questões centrais como a participação na população economicamente ativa, diferenciais de rendimento e segregação ocupacional entre os sexos, a precarização do trabalho e os ganhos educacionais, fatores cruciais para o entendimento da posição das mulheres imigrantes no mercado de trabalho.

No Capítulo 5 estão descritas a base de dados e a metodologia. Inicia-se pela escolha dos fluxos migratórios utilizados para a análise da feminização da migração interna. Além disso, é apresentada uma breve exposição das condições socioeconômicas das origens e do destino nas décadas consideradas, por seu impacto no perfil dos fluxos migratórios. Na sequência, são abordados os quesitos sobre migração disponíveis nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, as variáveis escolhidas, os grupos de comparação utilizados e as limitações enfrentadas. E, nesta continuidade, há a descrição de como a categorização do tipo de migração, entre

individual e conjunta, foi construída. Por fim, estão especificados os modelos econométricos de análise do rendimento auferido pelas imigrantes no mercado de trabalho.

O Capítulo 6 expõe os resultados encontrados, bem como a sua análise. Para identificar se houve feminização da migração interna entre as décadas de 1980 a 2000, iniciou-se pela análise quantitativa. Essa etapa envolve a composição dos fluxos migratórios por sexo, a distribuição etária dos migrantes e as razões de sexo, cujo intuito é detectar se houve aumento da participação das mulheres no fluxo migratório. Seguindo para a análise do perfil das migrantes, distingue-se o tipo de migração feita, individual e conjunta, os tipos de domicílios e as posições das imigrantes no domicílio, o que indicará se as mulheres realizam uma migração mais conjunta do que os homens e se houve transformações no período com relação a como as mulheres realizam o deslocamento. Passa-se, então, para a análise das características das imigrantes, como: taxa de atividade, faixa de rendimento, contribuição para o rendimento domiciliar, raça, região de residência, posição na ocupação e nível de instrução. Por fim, são estimadas regressões lineares e quantílicas para estimar o impacto das características das imigrantes no rendimento auferido no trabalho principal.

Com base nos resultados, o Capítulo 7 é dedicado às considerações finais sobre a feminização da migração, sendo destacados os desdobramentos e as possibilidades de estudos com base na análise empreendida nesta tese.

2 AS MULHERES NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Este tópico tem como função apresentar, de forma breve, como evoluiu o pensamento científico sobre a migração das mulheres e também as formas como esta era abordada. Ressalta-se como a migração das mulheres foi considerada (ou ignorada) pelos autores e pelas correntes teóricas consolidadas, passando pelos clássicos, pelas abordagens de equilíbrio, pelas histórico-estruturalistas, e pelas transicionais, chegando às abordagens mais pluralistas, nas quais alguns dos estudos brasileiros também são destacados.

Antes de adentrar na compreensão da migração das mulheres é necessário ressaltar o próprio conceito da migração. Uma das definições mais comumente citadas é a da Organização das Nações Unidas (1972), que determina a migração como a mudança de residência habitual de uma unidade administrativa para outra.

A mudança do local de residência habitual, na maioria dos casos, significa não só a troca do lugar de residência, mas também a troca do local de interação social e de atividades associadas ao local de residência, como a escola a ser frequentada pelas crianças, o local onde se obtêm os cuidados com a saúde, de compras etc. (BILSBORROW, 2016).

Como destacado por Siegel e Swanson (2004), há sempre certa arbitrariedade na definição. Independentemente da unidade escolhida como referência, o cruzamento de uma unidade administrativa pode ser feito pelo deslocamento da residência em alguns metros, sem que haja troca do local de interação social, ou envolver o percurso de inúmeros quilômetros.

A migração, portanto, pode ser definida conforme a área administrativa/política considerada. Muitas são as distinções que podem ser feitas sobre o tipo de migração, uma delas é a migração interna, definida como a que ocorre dentro das fronteiras de um país; a outra é a migração internacional, que envolve a mudança de residência de um país para outro.

A maioria dos estudos sobre migração das mulheres se concentram em fluxos de migrações internacionais, estimulados, em grande parte, pelo aumento da participação das mulheres em muitos fluxos internacionais nas últimas décadas. Assim, além da literatura referente à migração interna das mulheres, também são abordados, nesta tese, estudos da migração feminina internacional, avaliados como relevantes na compreensão do fenômeno interno, pois muitos pontos tratados na migração internacional podem ser utilizados para a migração interna, e vice-versa.

Optou-se pela análise da migração das mulheres feita por autores reconhecidos e correntes teóricas consolidadas, mesmo em alguns casos em que estes não tenham se aprofundado no tema. Assim, além de compreender as questões envolvidas na migração feminina também se identifica o porquê dos poucos estudos, principalmente na migração interna.

A presente seção, que se inicia pelos clássicos da migração, trata de uma consideração mais ampla sobre a migração das mulheres, sendo as especificidades dos fluxos analisadas neste estudo no Capítulo 5 (Base de dados e metodologia), tópico “A escolha dos fluxos migratórios: Nordeste para São Paulo e Minas Gerais para São Paulo”.

2.1 Os clássicos

A abordagem da migração das mulheres nos estudos migratórios remete aos trabalhos de Ernest-George Ravenstein. O autor tem importância reconhecida, sendo um dos primeiros a retratar algumas regularidades na migração interna, as quais denominou de *Laws of Migration*. Suas reflexões inspiraram muitos outros estudiosos e o desenvolvimento de teorias gerais sobre a migração.

Ravenstein escreveu três artigos sobre o tema migração. O primeiro foi publicado em 1876, na *Geographical Magazine*. O segundo foi publicado no *Journal of the Statistical Society of London* em 1885, e o último, no *Journal of the Royal Statistical Society* em 1889. O autor baseou suas “leis da migração” na análise dos dados sobre local de nascimento, provenientes, em grande parte, dos Censos do Reino Unido de 1871 e 1881.

Seus textos foram a base de inúmeras pesquisas, tanto confirmando determinadas leis, como as contestando. Outra grande referência, Everett S. Lee, ao descrever sua teoria da migração em 1966, quase um século depois, afirmou que, apesar dos inúmeros estudos feitos no período, poucas foram as generalizações adicionais às de Ravenstein sobre o fenômeno migração.

De importância específica para a tese é a “lei” que se referiu às mulheres. Ravenstein (1976) afirmou que as mulheres migravam mais do que os homens, considerando a migração que ocorria dentro do próprio país em que nasceram. Em seu primeiro artigo, afirmou que as mulheres deixavam o condado onde nasceram para procurar trabalho em outro condado do mesmo reino, enquanto os homens eram maioria quando considerada a migração para outros reinos.

No seu segundo texto, a “lei” relacionada à migração das mulheres foi escrita de forma mais geral: *Females are more migratory than males* (RAVENSTEIN, 1885, p. 199). No entanto, o autor aprofundou mais a discussão e dedicou um tópico à migração feminina, iniciando-o com o seguinte parágrafo:

A mulher migra mais do que o homem. Isso pode surpreender aqueles que associam mulheres à vida doméstica, mas os números do censo provam isso claramente. As mulheres também não migram apenas dos distritos rurais para as cidades em busca de serviços domésticos, pois elas migram com a mesma frequência para determinados distritos industriais, e a oficina é um rival formidável da cozinha e da copa (RAVENSTEIN, 1885, p. 196, tradução nossa).¹

Além de reafirmar que as mulheres eram a maioria nos movimentos migratórios dentro do reino de nascimento, enquanto os homens eram maioria entre aqueles que migravam além do reino, o autor destacou que a motivação da migração das mulheres também estava associada à busca por trabalho. Quando consideradas a cidade e a área rural de um mesmo condado, constatou que as mulheres migram mais para a cidade e que procuravam por trabalhos domésticos, mas também por empregos em lojas e fábricas.

Outra ressalva interessante, feita por Ravenstein, foi a de que a atividade característica da cidade influenciava a atratividade por sexo. Como exemplo, citou algumas cidades em que os homens eram a maioria dos imigrantes, por conta do tipo de emprego disponível, como em importantes centros de mineração de carvão e de ferro e de indústria mecânica.

Avançando para a análise da migração entre condados do mesmo reino, Ravenstein encontra resultados semelhantes, sendo que o elemento feminino era mais concentrado nos condados que ofereciam mais empregos tipicamente femininos, em atividades industriais têxteis ou similares.

Em 1889, Ravenstein publica seu último artigo relacionado ao estudo da migração. O título permaneceu como “The laws of migration”, mas o autor já inicia afirmando que essas leis, assim como qualquer lei demográfica ou econômica, não são fixas como as da física e que sua intenção era provar que condições similares produzem movimentos migratórios também similares.

¹ Woman is a greater migrant than man. This may surprise those who associate women with domestic life, but the figures of the census clearly prove it. Nor do women migrate merely from the rural districts into the towns in search of domestic service, for they migrate quite as frequently into certain manufacturing districts, and the workshop is a formidable rival of the kitchen and scullery (RAVENSTEIN, 1885, p. 196).

Além dos dados do Reino Unido, o autor analisou a migração de países da Europa continental e da América do Norte. A “lei” de que as mulheres predominavam entre os migrantes de curta jornada (definida como a mudança de residência do condado de nascimento para um fronteiro) foi mantida. Além disso, concluiu que, entre as mulheres que migravam longas jornadas (migração para além de um condado fronteiro), a maioria havia nascido em grandes cidades e, como motivos dessa migração, escreveu: “Algumas dessas senhoras são, sem dúvida, transportadas para fora por contra-correntes, com vistas a adornar casas rurais, mas muitas, tenho certeza, são procuradas por suas realizações em certos ramos da indústria” (RAVENSTEIN, 1889, p. 288, tradução nossa).²

Grigg (1977) reuniu todas as “leis da migração” de Ravenstein e pesquisou outros estudos realizados na mesma época e lugares a fim de comprovar ou contrapor cada uma delas. Com relação à migração das mulheres, os trabalhos confirmaram que elas eram a maioria nos movimentos de curta jornada, apesar de existirem exceções (como as citadas pelo próprio Ravenstein, ligadas ao tipo de atividade econômica dos condados). Os motivos que levavam as mulheres a migrarem também foram confirmados: falta de oportunidades de emprego nas áreas rurais, demanda nas áreas urbanas por empregadas domésticas e havia também aquelas que se mudavam por conta do casamento.

Outro clássico da migração é Everett S. Lee. Suas pesquisas foram de grande contribuição para a sociologia e, em especial, para a demografia. Um de seus artigos mais conhecidos na área da migração é, justamente, aquele no qual desenvolveu uma teoria sobre a migração, tendo como base, e também criticando, o determinismo das leis da migração de Ravenstein. A obra foi publicada em 1966 com o título: “A theory of migration”.

Lee inicia seu artigo retomando as leis que encontrou nos dois últimos textos de Ravenstein e, também, acrescentou algumas que deduziu de sua leitura dos textos de Ravenstein. Como objetivo do artigo, o autor escreveu:

O objetivo deste artigo é tentar desenvolver um esquema geral no qual uma variedade de movimentos espaciais possa ser colocada e, a partir de um pequeno número do que pareceriam proposições autoevidentes, deduzir uma série de conclusões com relação ao volume da migração, ao

² Some of these ladies are no doubt carried abroad by counter currents with a view to their adorning rural homes, but many, I am sure, are sought for their accomplishments in certain branches of industry. (RAVENSTEIN, 1889, p. 288).

desenvolvimento de correntes e contracorrentes e às características dos migrantes (LEE, 1966, p. 49, tradução nossa).³

Para cumprir seu objetivo, o autor categorizou os aspectos envolvidos na decisão de migrar em fatores associados ao local de origem, ao local de destino e os pessoais, além de ressaltar a presença de obstáculos que interferem no processo migratório. Os fatores nos locais de origem e destino podem ser positivos, entendidos como aqueles que contribuiriam para uma decisão favorável à migração, ou negativos, que inibiriam as pessoas a migrarem. Para que uma pessoa realmente migrasse, seria necessário que os fatores positivos superassem os negativos, a ponto de romper com uma barreira sentimental natural que existiria entre as pessoas e o seu local de origem (LEE, 1966).

No processo de migração haveria fatores intervenientes que os migrantes teriam de superar, como distância, custos, número de dependentes, entre outros. Os fatores intervenientes seriam diferentes em cada caso e/ou também afetariam cada indivíduo de forma distinta. A consideração de que cada possível migrante se depara com fatores pessoais, que o levam a migrar ou o inibem de realizar o movimento, além de cada um interagir de forma diferente com os demais fatores citados, foi uma contribuição significativa de Lee. Assim, apesar de o autor fazer generalizações sobre a migração, ele também afirma que ela é uma experiência única para cada migrante.

As contribuições de Lee representaram grande avanço nos estudos da migração, e suas generalizações foram ponto de partida para muitos outros estudos, mas a migração das mulheres não estava no radar do autor. Em seu artigo de 1966, replicou a consideração de Ravenstein, do predomínio das mulheres entre os que migravam a curtas distâncias. Porém, ele não fez maiores comentários sobre o assunto e quando citou a migração das mulheres foi apenas para exemplificar a questão de que nem todos que migravam o faziam por uma decisão própria, trazendo como exemplo as crianças que são levadas por seus pais ou as esposas que acompanham seus maridos.

Logo, mesmo partindo dos estudos de Ravenstein, que abordava a migração das mulheres como motivada por diferentes fatores, o autor não comentou sobre a possibilidade de uma migração feminina motivada pela busca de trabalho, descrevendo-a de forma passiva, em resposta ao movimento realizado pelos homens, conhecida como migração associativa,

³ It is the purpose of this paper to attempt the development of a general schema into which a variety of spatial movements can be placed and, from a small number of what would seem to be self-evident propositions, to deduce a number of conclusions with regard to the volume of migration, the development of streams and counterstreams, and the characteristics of migrants (LEE, 1966, p. 49).

ocasionando desconsideração da importância das mulheres nas decisões migratórias em muitos estudos posteriores.

Outro momento em que Lee traça comentários sobre diferenciais por sexo foi no ano de 1963, em seu artigo intitulado “Socio-Economic and Migration Differentials in Mental Disease, New York State, 1949-1951”, no qual analisou os dados sobre as primeiras internações em hospitais para doenças mentais em Nova York. Controlando por idade, cor, educação, estado civil, estado ocupacional, sexo e por status de migração, o autor encontrou, para os migrantes que nasceram em outros países, taxas de internação por doenças mentais maiores do que a dos naturais de Nova York.

No que concerne ao sexo e à migração, observou que as mulheres brancas nascidas no estrangeiro tinham taxas de internação significativamente maiores, comparadamente com os homens brancos nascidos no estrangeiro; entre os não brancos, o resultado foi contrário. Uma explicação para a diferença entre os estrangeiros brancos é a possível assimilação mais difícil das mulheres, dado que elas permaneceriam mais em suas casas, enquanto o restante da família teria mais contato com a população do destino, por isso se assimilariam mais rapidamente. Outra explicação foi a de que os homens seriam mais positivamente selecionados do que as mulheres, com relação à saúde, por serem eles os que motivaram a migração.

Entre os não brancos nascidos no estrangeiro, Lee afirma que, possivelmente, tanto homens como mulheres desempenhavam diferentes papéis, ocorrendo muito mais casos em que as mulheres eram uma fonte de sustento econômico da família, o que resultava em menor isolamento e, em consequência, menos internações e menor disparidade entre as taxas de internação por doença mental entre mulheres e homens.

A migração feminina, vista apenas como para acompanhar o cônjuge, também é encontrada em “Migration in relation to education, intellect, and social structure”, texto, publicado no *Population Index*, que foi uma revisão do discurso de Lee, então presidente da Population Association of America na reunião de 1970.

Nesse discurso, analisando a sociedade americana, o autor afirma que, ao contrário do que se esperava, não houve redução do volume de migrações com o aumento da urbanização e com a redução das diferenças entre as regiões e que parte disso deveria ser atribuída a um sistema educacional baseado na ideia de que a incapacidade de uma pessoa num ramo do

conhecimento não a impediria de prosseguir o aprendizado em outras atividades em que possuía habilidades.

A maior oferta de cursos específicos promoveria a migração, dado que os indivíduos que possuíam habilidades para determinado curso não nasciam, necessariamente, no local em que ele era ofertado. Após concluírem sua formação, também haveria considerável migração, com os profissionais se deslocando para onde houvesse oportunidades de desempenhar suas habilidades específicas, geralmente encontradas nas grandes cidades (LEE, 1970).

No entanto, Lee associou a migração de indivíduos qualificados aos homens, fazendo um comentário sobre as mulheres apenas para demonstrar preocupação com a adaptação delas (assim como dos filhos) ao local de destino, quando acompanhassem os chefes de família, ou seja, novamente o autor descreveu a migração das mulheres como vinculada à decisão dos homens. Assim, a migração das mulheres, tratada por Ravenstein como motivada pela procura por emprego, e não apenas por formação ou reunificação familiar, passou a ser descrita por Lee, quase que exclusivamente, como associada à família, mais especificamente à migração dos maridos, contribuindo para a indiferença à migração das mulheres pelos estudiosos que o seguiram.

Foi apenas em 1980, em artigo que tratava da migração de idosos, que Lee descreveu a migração de mulheres de forma mais flexível. O autor escreveu que:

O primeiro aumento nas taxas de migração, que começa a partir dos 16 anos ou mais, é quase obrigatório na sociedade ocidental. Muitos saem de casa para estudar, nunca voltam, exceto para estadias curtas, e ambos, homens e mulheres, afastam-se da família dos pais em busca de trabalho e casamento. (LEE, 1980, p. 130, tradução nossa).⁴

Nota-se que os motivos da migração de mulheres e homens jovens foram tratados de forma igualitária pelo autor, que destacou que ambos saíam da casa de seus pais para estudar, trabalhar e também para casar. A frase representa uma quebra no determinismo da migração de mulheres, feita apenas para formar família ou para seguir uma decisão tomada pelo marido.

Tanto Ravenstein quanto Lee, considerados autores clássicos nos estudos da migração, tiveram como foco definir algumas regularidades do fenômeno e, entre essas regularidades, ambos encontraram, apesar de um século transcorrido entre seus estudos, que a maioria das

⁴ The first upswing in migration rates, that beginning at age 16 or so, is almost obligatory in western society. Many leave home for education, never to return except for short stay, and both males and females move away from the parental family for work and marriage (LEE, 1980, p. 130).

peças realizava uma migração de curta distância e, ainda, que as mulheres compunham a maior parte desse movimento.

Entretanto, nenhum dos autores se dedicou a descobrir as motivações dessa diferença entre os sexos. O que se observou nos estudos dos autores, e foi seguido por muito tempo, foi o foco em outras temáticas discutidas por eles, como a questão de o fator econômico ser o principal motivador da migração. A atenção no fator econômico e a estrutura patriarcal dominante nas sociedades se reforçaram e acabaram por atribuir o movimento de migração como algo realizado ativamente pelos homens, de modo que eles se tornaram o foco dos estudos migratórios.

Desse modo, um fenômeno conhecido por ser realizado majoritariamente pelas mulheres, passou a ser apreendido apenas como derivado de decisões tomadas pelos homens. Realmente, muitas mulheres estavam em situação de submissão às decisões masculinas, por conta da própria conformação da sociedade dividida entre as esferas pública e privada, como já destacado.

No entanto, a migração associativa aos homens não era a única forma de movimentação das mulheres e, ao se assumir apenas essa versão, foram negligenciadas as migrações femininas motivadas por outras razões. Além disso, observou-se, posteriormente, que, mesmo migrações causadas por fatores diretamente relacionados aos homens e sua atuação no mercado de trabalho eram decididas, em muitos casos, considerando suas implicações para todos os membros da família, não sendo a mulher uma migrante estritamente passiva.

Esse viés de análise reforça o fato de que histórica e socialmente os papéis atribuídos às mulheres não são considerados tão relevantes quanto os conferidos aos homens e, mesmo as mulheres representando a maioria dos migrantes, seu papel foi minimizado. O foco no homem, como representante de todos os migrantes permaneceu ao longo do século XX, apesar do surgimento de distintas teorias migratórias.

Cabe ressaltar que as teorias migratórias visam compreender os mecanismos que norteiam a migração, ou seja, os fatores que levam as pessoas a migrarem, como se dá o processo e quais são seus desdobramentos. Com isso foram desenvolvidas diversas teorias e focos de estudo sobre a migração, sendo necessário realizar certa categorização para possibilitar o estudo sobre elas.

Optou-se, então, por seguir a análise da consideração das mulheres na migração pela divisão das pesquisas conforme as abordagens que compartilhavam. A divisão escolhida foi entre as abordagens de equilíbrio, as histórico-estruturalistas, as transicionais e as pluralistas. Em cada abordagem foram apresentados estudos considerados como relevantes para o entendimento da evolução do pensamento científico com relação à migração das mulheres, sem deixar de ter em mente que a escolha desses estudos não é possível de ser feita sem certa arbitrariedade.

2.2 Abordagens de equilíbrio

As abordagens de equilíbrio têm como pressuposto central um sistema social interligado, que se direciona sempre para o equilíbrio entre oferta e demanda de trabalho, no qual a migração é mais um dos fenômenos que contribuem para estabelecer maior igualdade entre as pessoas e sociedades. Fazendo parte de um processo maior de desenvolvimento, a migração seria uma resposta a diferenças geográficas na oferta e demanda por trabalho. Já os indivíduos seriam guiados pela racionalidade econômica e só se mudariam, considerando custos e benefícios, quando o deslocamento resultasse em maximização dos rendimentos (CASTLES; MILLER, 1998).

As teorias de equilíbrio, além de considerarem as pessoas como seres racionais, apreendem a migração como uma forma de investimento, mais especificamente, um investimento em capital humano. A teoria do capital humano, que tem como expoente Gary Becker, trata da relação entre o investimento do trabalhador em sua educação e qualificação profissional e o retorno econômico recebido, no mercado de trabalho, por esse investimento.

Assim, o esforço de uma pessoa em aumentar seu capital humano, ou seja, os custos financeiros para fazê-lo, o tempo gasto e o rendimento que não é ganho durante o período de aprimoramento pessoal são entendidos como um investimento que irá resultar em ganhos de rendimento no futuro (BECKER, 1962; MINCER, 1974).

Por causa desses custos, o investimento em capital humano seria feito, em sua maior parte, nas idades mais jovens, visto que o tempo recebendo o retorno desse investimento será, provavelmente, maior. Quanto mais velha a pessoa, menor será o tempo disponível para receber retornos. Além disso, os custos de oportunidade serão maiores, dado que, geralmente, pessoas mais velhas já possuem um maior investimento em capital humano, fazendo com que

um novo investimento se torne mais custoso, pois o rendimento que se estará deixando de ganhar durante o período de investimento será maior (MINCER, 1974).⁵

A taxa de retorno pelo investimento feito em capital humano também influencia a decisão. Quanto maior ela for, maior será a motivação em realizar o investimento. No entanto, nem todas as pessoas recebem o mesmo retorno por um mesmo investimento. Por conta disso, ainda que homens e mulheres tenham capital humano semelhante e trabalhem o mesmo número de horas, os seus rendimentos podem ser diferentes. Como explicação para esse fato, Becker (1985) afirma que o cuidado dos filhos e os afazeres domésticos, atribuídos como responsabilidade das mulheres por sua aptidão biológica, resultam em acesso limitado a trabalhos que demandam mais esforço, mais horas ou que requerem viagens.

Becker (1985) afirma, ainda, que o fato de as mulheres terem que dedicar mais horas aos serviços domésticos, comparadamente aos homens, pode torná-las menos produtivas, mesmo trabalhando igual número de horas. Isso porque eles teriam mais horas de lazer e descanso. O investimento em capital humano, específico para o trabalho, também seria mais vantajoso para os homens, pois essa seria sua única atividade, enquanto para as mulheres seria mais proveitoso investir em qualificações úteis tanto no trabalho, como no cuidado da casa e das crianças.

Sjaastad, em 1962, utilizou a teoria do capital humano para avaliar a migração como uma forma de alocação eficiente dos recursos e teve como objetivo determinar o retorno do investimento em migração. O autor dividiu os custos enfrentados pelo migrante entre os monetários, como o preço pago pelo deslocamento, alojamento e alimentação, e os custos não monetários, que seriam diferentes para cada migrante. Como custos não monetários, citam-se os custos de oportunidade, como o rendimento que o migrante deixa de ganhar enquanto viajava, procurava e/ou aprendia um novo emprego e, o custo psíquico, como, por exemplo, o causado pelo distanciamento físico de familiares e amigos.

O autor também fez considerações sobre os retornos da migração, tanto o monetário, que pode ser positivo ou negativo, conforme a mudança que gerar no rendimento real (resultado da interação entre as mudanças no rendimento nominal, nos custos e nos preços), como a apreciação pelo novo local em comparação com o anterior. Sjaastad (1962) destacou, ainda,

⁵ Outra contribuição importante de Mincer, dentro da linha da migração como investimento em capital humano, foi a introdução da família como unidade de análise (e não o indivíduo), porém optou-se por examinar essa questão no tópico seguinte, em que se consideram as famílias como unidade de análise nos estudos migratórios.

que os indivíduos não se diferenciavam apenas por conta do investimento em seu capital humano, mas em como esse capital humano era remunerado, o que seria afetado pelo tipo de ocupação, idade e sexo.

Por sua vez, Harris e Todaro (1970) ampliaram o modelo tradicional de comércio neoclássico de dois setores de Lewis,⁶ acrescentando a existência de um salário mínimo no setor urbano, superior à remuneração paga pelo setor agrícola. O salário mínimo incentivaria a migração do rural para o urbano, e os indivíduos baseariam sua decisão de migrar pela probabilidade percebida em conseguirem emprego no setor urbano, o que era feito por meio da observação da taxa de desemprego. Considerando esses fatores, migrações que antes não conseguiam ser explicadas pelos modelos de equilíbrio, por exemplo, a persistência da migração do rural para o urbano, mesmo quando o setor agrícola apresenta produtividade positiva e o setor urbano significativo desemprego, passaram a fazer sentido.

Os autores ressaltaram que essa situação seria encontrada especialmente em economias em desenvolvimento, onde as taxas de migração do rural para o urbano eram superiores à taxa de criação de emprego, excedendo a capacidade de absorção da mão de obra de forma eficiente. Em seu texto de 1980, Todaro amplia suas considerações ao destacar que o excesso de oferta de mão de obra afetaria as condições de emprego dos migrantes, especialmente dos recém-chegados, resultando em dificuldades para encontrar trabalho ou fazendo com que eles tivessem que aceitar trabalhos informais. Porém, o autor afirmou que o caráter racional da migração era mantido, dado que o retorno esperado com a migração era calculado considerando um período maior de tempo.

Todaro foi um dos autores que avançaram em relação aos aspectos da migração das mulheres nas teorias de equilíbrio e, com Veena Thadani, desenvolveu um modelo para explicar a migração das mulheres nos países em desenvolvimento, especialmente a migração do rural para o urbano. Os autores destacam que a migração de mulheres e homens pode ser afetada de forma distinta por conta de diferenças relacionadas ao gênero e que questões como restrições sociais à migração feminina autônoma e, ao mesmo tempo, as migrações que ocorrem por

⁶ Lewis (1954) determinou a migração como uma resposta às diferenças geográficas entre a oferta e demanda de trabalho. O autor considerou países em desenvolvimento com oferta ilimitada de mão de obra e com a economia formada por dois setores; o agrícola tradicional, com produtividade marginal do trabalho nula, e o setor industrial moderno, no qual o progresso técnico possibilita produtividade marginal do trabalho positiva e crescente. As pessoas se deslocariam de regiões com baixos salários e com excesso de mão de obra para aquelas em que os salários fossem altos e que não houvesse muita oferta de mão de obra. Como assumiu uma situação de pleno emprego, a migração levaria ao equilíbrio dos salários entre as regiões (a diferença seria apenas aquela que compensasse os custos do deslocamento).

associação aos companheiros são demonstrações claras dessas diferenças (THADANI; TODARO, 1979; THADANI; TODARO, 1984).

Para Thadani e Todaro (1984, p. 36-37),

Embora o significado dessas diferenças relacionadas ao gênero seja uma medida para a verificação empírica, as diferenças entre homens e mulheres na migração são claramente evidentes. Se, por exemplo, o objetivo da migração é, como geralmente se supõe, a melhoria do status econômico e social de uma pessoa por meio de educação e trabalho, então a divergência entre as estratégias de realização masculina e feminina é imediatamente aparente. Enquanto a educação e o emprego são geralmente a única via de melhoria econômica e mobilidade de status para os homens, o casamento com um homem em ascendente é uma abordagem alternativa para as mulheres. (tradução nossa).⁷

Nota-se que os autores entendem que as diferenças entre a migração de homens e mulheres são reflexos dos meios pelos quais estes podem obter ascensão social. Enquanto os homens eram incentivados a buscar qualificação e empregos, mulheres também eram incentivadas a se casar, o que torna o casamento uma forma de mobilidade social para as mulheres. Com isso, a migração das mulheres passou a ser considerada, quando analisada a migração domiciliar como um todo, sendo ela feita em conjunto ou de forma isolada, como sinônimo de formação ou reunificação familiar.

Thadani e Todaro (1984) citam dois pressupostos que dificultaram o entendimento das diferentes causas da migração das mulheres. São eles: (i) a migração feminina é principalmente uma migração familiar ou conjugal e, portanto, reflete a migração masculina, e; (ii) quando a migração é uma resposta aos diferenciais de oportunidade entre o rural e o urbano, dificilmente, a migração das mulheres difere significativamente da migração masculina.

Segundo os autores, o primeiro pressuposto obscurece as migrações independentes femininas e, também, mesmo quando as mulheres migram de forma associativa às suas famílias, elas podem ter decidido fazer por conta das oportunidades observadas no destino. Já o pressuposto de que os diferenciais de oportunidade entre o rural e o urbano para os homens podem ser estendidos para as mulheres não considera que as oportunidades delas, e a possibilidade de migrar em si, são afetadas, em muitos casos, por restrições culturais.

⁷ Although the significance of these gender-related differences is a matter for empirical verification, male/female differences in migration are clearly evident. If, for example, the goal of migration is, as is generally assumed, the improvement of one's economic and social status via education and employment, then the divergence between male and female attainment strategies is immediately apparent. Whereas education and employment are usually the sole avenue of economic betterment and status mobility for men, marriage to an upwardly mobile man may be an alternative approach for women (THADANI; TODARO, 1984, p. 36-37).

A migração das mulheres seria motivada, principalmente, por questões econômicas, com destaque para a possibilidade de mulheres sem instrução trabalharem em serviços domésticos, enquanto as oportunidades nas áreas rurais diminuía com a mecanização e a modernização da agricultura. No entanto, diferentemente dos homens, o casamento (ou qualquer outro tipo de união) também era uma das razões para as mulheres migrarem nesse período, sendo considerada tanto a migração de mulheres casadas quanto a de mulheres em busca de melhores perspectivas matrimoniais (THADANI; TODARO, 1979).

Assim, Thadani e Todaro passam a considerar a migração das mulheres determinada, conjuntamente, por fatores econômicos e por forças sociais, ao mesmo tempo que o movimento era constrangido por papéis sexuais determinados culturalmente, o que dependeria enormemente da sociedade analisada. Os autores desenvolveram cinco variáveis-chaves para explicar a probabilidade de emigração das mulheres (número de mulheres emigrantes, no período, dividido pela população feminina na origem, no início do período).

A primeira variável-chave é o diferencial entre o rendimento urbano esperado e o rendimento médio rural, variável também usada no modelo original de Harris e Todaro (1970). Entretanto, para as mulheres é incluído o grau de discriminação sexual no mercado de trabalho, tanto em relação à probabilidade de ser contratada, quanto em relação à discriminação salarial.

Outra diferença apontada pelos autores diz respeito ao mercado formal e informal de trabalho, sendo que o setor informal também poderia ser atrativo para as mulheres, quando comparado com a posição de subordinação na hierarquia social e o pouco poder e controle que possuem sobre os recursos nas áreas rurais. Nessas situações, a migração para o urbano pode atuar como uma forma de liberdade e independência econômica, portanto, haveria um maior diferencial positivo para as mulheres migrarem do que para os homens.

Outras duas variáveis-chaves estão relacionadas ao casamento. Uma foi denominada *mobility-marriage factor*, captada pela probabilidade de casamento dos homens que estão no setor moderno ou ativamente em busca de trabalho nesse setor, refletindo a possibilidade de ascensão social das mulheres pelo casamento. A outra, *customary-marriage differential*, é retirada da probabilidade relativa de casamento com qualquer homem em áreas urbanas, em oposição aos das áreas rurais; sua função é indicar a pressão social para que as mulheres se casem, independentemente do status financeiro do potencial esposo.

A quarta variável-chave é a força das restrições sexuais em qualquer tipo de mobilidade espacial das mulheres. Ela pode variar de acordo com a natureza das áreas de origem e destino (pesando questões de etnia, castas ou grupos religiosos que dominam a sociedade dessas áreas, por exemplo). Por fim, têm-se todos os outros fatores residuais, como distância, amenidades, contatos com a família estendida, tamanho das áreas de origem e destino, e outros que podem influenciar o ritmo e direção da migração.

Thadani e Todaro (1979) passam a classificar a migração das mulheres de quatro formas, como mostrado no Quadro 1. O tipo 1 de migração seria a de mulheres casadas em busca de emprego na área urbana, que são induzidas a migrarem pelos diferenciais percebidos entre o rural e o urbano. O tipo 2 é a migração de mulheres não casadas em busca de emprego no urbano, que se sentem induzidas a migrarem por razões econômicas e/ou maritais. A migração do tipo 3 é feita por mulheres não casadas, que são induzidas a migrarem apenas por razões maritais e, por fim, a migração tipo 4 é de mulheres casadas, realizada puramente de forma associativa, sem relação com o mercado de trabalho.

Quadro 1 – Tipos alternativos de migração feminina: uma classificação

		Áreas urbanas	
		Empregada / Procurando emprego	Não empregada / Não procura emprego
Áreas rurais	Casada no momento da migração	Migração Associativa (1 e 4)	
		1. Diferenciais econômicos	4. Marriage migration ou “pura” migração associativa
Áreas rurais	Não casada no momento da migração (divorciada, separada, viúva)	Migração Independente (2 e 3)	
		2. Diferenciais econômicos e/ou mobility marriage e/ou marital migration	3. Mobility marriage e/ou marital migration

Fonte: Thadani e Todaro (1979, p. 23).

Obs.: Mobility marriage é a migração associada ao casamento como forma de ascensão socioeconômica; marriage migration indica a migração de mulheres já casadas; marital migration é a migração feita por mulheres não casadas para aumentar suas possibilidades de casamento.

Os autores destacam que, ao incluir as variáveis relacionadas ao casamento como motivadores da migração feminina, ocorre aumento da propensão de migrar das mulheres, em comparação com a dos homens, condizente com a maior probabilidade de migrar feminina encontrada em muitos países em desenvolvimento, como observado, na ocasião, na América Latina.

Cabe destacar que os autores trabalharam com uma situação específica, que é a de países em desenvolvimento passando por uma fase de grande migração do rural para o urbano, o que não é mais o movimento migratório dominante no Brasil no período que será abordado na tese, mas sim a migração entre áreas urbanas. Essa diferença modifica algumas considerações feitas, sendo o objetivo do tópico Definição da Região e dos Fluxos Migratórios Analisados, além de justificar as escolhas feitas para a análise, justamente demonstrar as especificidades envolvidas na migração interna brasileira do Nordeste e de Minas Gerais para São Paulo, entre as décadas de 1980 e de 2000.

O modelo de Thadani e Todaro representa um dos maiores avanços no estudo da migração feminina, considerando as abordagens de equilíbrio. Observa-se que os fatores econômicos não foram suficientes para explicar a migração das mulheres. Por isso incluíram no modelo questões sociais e discriminatórias, que interferem diretamente na migração das mulheres.

Bilac (1995) destaca que os estudos sobre a migração feminina, na verdade, contribuíram para a crítica das abordagens de equilíbrio baseadas nos modelos econômicos clássicos, dado que não é possível explicar os movimentos migratórios das mulheres apenas como resultado de decisões individuais economicamente racionais.

Admite-se que a migração das mulheres está sujeita às mudanças nos seus papéis sociais, econômicos e opções de vida, que são altamente variáveis conforme a cultura dominante e classe socioeconômica, demonstrando que encarar a migração feminina com base na migração masculina constitui um equívoco e que avaliar apenas a relação das mulheres com o mercado de trabalho não é suficiente. Assim, faz sentido analisar, na sequência, o que as abordagens histórico-estruturalistas têm a oferecer para ampliar a compreensão da migração das mulheres.

2.3 Abordagens histórico-estruturalistas

Entre os anos de 1970 e 1980, emergiram as teorias histórico-estruturalistas em contraposição às teorias de equilíbrio. A migração passa a ser encarada como historicamente condicionada, como parte de um processo global de mudança e de transformações estruturais que ocorre durante o desenvolvimento econômico, o que significa ser tanto uma parte do processo, como resultado dele (LOPES, 1973).

A abordagem histórico-estruturalista deriva do pensamento do materialismo histórico de Marx e procura compreender os mecanismos que perpetuam a estrutura de exploração existente, os

quais permitem a apropriação desigual dos recursos naturais e do trabalho humano. A migração favoreceria as desigualdades regionais e exacerbaria os problemas sociais da origem, por concentrar capital, poder, recursos e pessoas talentosas em regiões centrais, extraíndo-os das regiões periféricas (WOOD, 1982; HUGO, 1993; DE HAAS, 2010).

Essas relações de exploração de regiões centrais sobre regiões periféricas seriam observadas tanto nacional como internacionalmente:

Espera-se que a migração prejudique as economias regionais e nacionais, privando-as de seus valiosos recursos de capital, humanos e materiais, que são explorados para o benefício de países industrializados (migração internacional) e de grupos de elite capitalistas de base urbana nos países em desenvolvimento (migração interna) em necessidade de mão de obra migrante barata (DE HAAS, 2010, p. 234, tradução nossa).⁸

Dado que a migração é parte da formação do capitalismo e deriva desse processo, Balán (1973) afirma que a história capitalista de uma nação pode ser apreendida por meio dos movimentos geográficos da população, ou seja, da migração como forma de mobilização de mão de obra, movimentos interligados aos processos de transformação das atividades econômicas que se localizam de forma desigual no espaço.

Singer (1976) também aborda a migração, relacionando-a com os processos de industrialização, capitalismo, desenvolvimento regional e mercado de trabalho. No processo de industrialização ocorre a especialização das atividades econômicas, o que desencadeia a aglomeração espacial dessas atividades, pela necessidade de utilização de infraestrutura e de serviços como energia, transporte, água, esgoto, comunicações etc. e, também, pelas economias externas derivadas da complementaridade entre as indústrias, com a proximidade entre elas reduzindo os custos de transporte. A concentração das atividades num determinado local, então, passa a atrair a população para ele, desencadeando a migração para os centros de atividade.

Por sua vez, a própria concentração geográfica da população atrai mais atividades produtivas, pois se torna um mercado consumidor, especialmente de bens de consumo não duráveis, de serviços como escolas, hospitais, comércio varejista, entre outros que necessitam ser executados junto ao usuário. As isenções e o fornecimento de serviços sociais e de

⁸ Migration is expected to undermine regional and national economies by depriving them of their valuable human and material capital resources, which are exploited for the benefit of industrialized countries (international migration) and urban-based capitalist elite groups within developing countries (internal migration) in need of cheap migrant labor (DE HAAS, 2010, p. 234).

infraestrutura por parte do governo também são determinantes nesse processo (SINGER, 1976).

Mas é preciso lembrar que o processo de industrialização e os fluxos migratórios associados a ele variam, quando comparados os países desenvolvidos com os em desenvolvimento. Nestes, os efeitos na sociedade e na economia são mais intensos, e ramos inteiros de produção são implantados simultaneamente, ao mesmo tempo que considerável parte da população continua na subsistência, sendo inserida apenas gradativamente na economia de mercado (SINGER, 1976).

Visto que considerável parte da população permanece na subsistência, os migrantes que vão para a cidade não necessariamente demandam produtos da economia urbana. Muitos irão remeter parte do rendimento para aqueles que permaneceram nas áreas de subsistência. Outros, por não conseguirem se inserir na economia urbana, passam a desempenhar atividades autônomas de subsistência que, pelo baixíssimo rendimento, competem com as atividades da economia urbana. Outros, ainda, serão absorvidos pelos serviços domésticos, que não contribuem para a formação do produto urbano (SINGER, 1976).

Nos países da América Latina, o serviço doméstico foi, efetivamente, uma das formas mais importantes de emprego disponíveis para as mulheres e, por consequência, muitas migrantes exerciam essas funções, caracterizadas por baixos salários. Mas, cabe destacar que o setor de serviços também possui muitas ocupações que passaram a ser entendidas como femininas, com algumas requerendo maiores qualificações, como o trabalho de professora, de enfermeira, trabalhos administrativos, entre outros (BILSBORROW; UNITED NATION SECRETARIAT, 1993).

Nos anos de 1970, houve, na América Latina, uma concentração de estudos sobre a migração feminina, especialmente por conta da concentração de mulheres nos fluxos migratórios do rural para o urbano. Esses movimentos estavam associados ao rápido processo de urbanização de países latinos desde a década de 1930 (CHAVES, 2009). Findley (1999) destacou que o motivo econômico era predominante na migração das mulheres na América Latina e Caribe, mas que os contextos econômicos dessas regiões estavam altamente segmentados por gênero, com as mulheres se inserindo, em grande parte, na economia informal com baixos rendimentos.

Hugo (1993) ressalta que os pesquisadores da abordagem histórico-estrutural não consideraram as questões de gênero, mesmo a despeito do paralelo que poderia ser

estabelecido entre a análise do centro *versus* a periferia e do status dos homens e das mulheres na sociedade. “Se a migração é uma forma de exploração da periferia pelo centro, em um ambiente dominado pelo homem, as mulheres migrantes são mais prováveis de serem exploradas do que os homens migrantes” (HUGO, 1993, p. 61, tradução nossa).

O autor também destaca que a migração das mulheres foi afetada por conta das mudanças na divisão internacional do trabalho, que levaram ao estabelecimento de zonas de processamento de exportação nos países em desenvolvimento. Além de o trabalho das mulheres ser mais barato, elas eram consideradas mais dóceis, dado que a definição tradicional de feminilidade é associada a obediência, passividade e submissão, o que passou a ser explorado mais fortemente pelos empregadores. Um exemplo desse processo é o caso das operárias de fábrica em propriedades industriais e zonas de livre-comércio na Malásia Peninsular, citado por Hugo, Lean e Narayan em 1989.

Lim (1993) abordou os determinantes estruturais da migração feminina, em especial como as transformações econômicas e sociais e as mudanças tecnológicas na Ásia influenciaram o aumento da migração interna feminina entre as décadas de 1960 e 1980. O autor destaca que:

Considerações sobre os fatores estruturais básicos que determinam a migração são particularmente importantes para explicar sua seletividade sexual, porque eles tendem a estar intimamente ligados às assimetrias de gênero nas esferas econômica, sociocultural ou política, nas áreas de origem e destino, refletindo assim as diferentes oportunidades e restrições estruturais para os tomadores de decisão masculinos e femininos (LIM, 1993, p. 207, tradução nossa).⁹

O autor diferencia três formas em que as forças estruturais interferem nas características objetivas dos lugares e nos motivos e potencialidades da migração feminina. A primeira é caracterizada pelas forças estruturais relacionadas às políticas governamentais, inclusive as que não têm intenção de afetar a migração, mas que podem restringir ou aumentar as oportunidades encontradas em diferentes locais, como é o caso das políticas gerais de desenvolvimento.

Como exemplo, têm-se políticas que criaram muitas oportunidades de emprego para que mulheres jovens, solteiras e migrantes pudessem garantir seu próprio sustento nas áreas urbanas, sendo que sem elas muitas mulheres teriam permanecido no meio rural, esperando para casar e ter filhos. O processo de modernização teria contribuído para destruir as

⁹ Considerations of the basic structural factors determining migration is particularly important in explaining its sex selectivity because they tend to be closely linked to gender asymmetries in economic, sociocultural or political spheres in areas of origin and destination, thus reflecting different opportunity and constraint structures for male and female decision makers (LIM, 1993, p. 207).

estruturas de valores tradicionais e ajudado a promover a migração das mulheres que desejavam evitar o estilo de vida restritivo das vilas (LIM, 1993).

A segunda forma em que as forças estruturais podem interferir é quando relacionadas ao sistema político, a disposições legais ou estruturas institucionais. Alguns fatores institucionais mais relevantes são os direitos da mulher em ser proprietária individual de terra, de ativos de produção e de moradia, as leis e práticas que possibilitam o acesso das mulheres ao crédito, herança, legislação trabalhista e de igualdade salarial, acesso à educação, entre outros (LIM, 1993).

Finalmente, Lim (1993) destaca que a atuação das forças estruturais é decorrente do sistema sociocultural e está relacionada às normas e valores da comunidade. Dado que o gênero é uma construção social, os determinantes socioculturais subjacentes não podem ser ignorados. As normas socioculturais, expectativas e valores, direta ou indiretamente, podem incentivar ou interceptar a migração de homens e mulheres.

Quanto mais conservadora e patriarcal a sociedade, maior a pressão sobre o que as mulheres podem ou não fazer. Essas sociedades são marcadas por uma clara divisão sexual do trabalho, na qual os homens são responsáveis pelo sustento econômico, e as mulheres pelo cuidado dos filhos e de casa. Nessa situação, a migração autônoma das mulheres tende a ser estrangida, porém pelo lado das mulheres o desejo de fugir dessa situação de subordinação aos homens induz à migração (LIM, 1993).

Outra teoria da linha histórico estruturalista que merece ser citada, por ter realizado uma aproximação entre a evolução das relações de gênero e a migração, é a teoria do mercado de trabalho segmentado (ou dual). Essa teoria é marcada pela divisão do mercado entre o segmento primário e o secundário, além da própria divisão de ocupações entre os indivíduos, com respeito ao sexo, raça, instrução e entre migrantes e nativos (PIORE, 1979).

Os segmentos primário e secundário são diferenciados, principalmente, pelas características de estabilidade. O segmento primário é caracterizado por maior estabilidade econômica, com maior proteção para os trabalhadores e com maiores salários. Aqui estariam alocados, predominantemente, os indivíduos mais qualificados, os homens, os brancos e os nativos, mas também migrantes altamente qualificados e de status migratório legal. Já o segmento secundário atenderia a demanda mais volátil da economia, com trabalhos mais precários e salários menores, no qual se concentrariam os não brancos, as mulheres, os jovens e os migrantes (PIORE, 1979; REICH; GORDON; EDWARDS, 1973).

Piore (1979) destacou a relação entre a entrada das mulheres no mercado de trabalho, que inicialmente se deu em atividades secundárias, com uma redução da demanda por migrantes, dado que as mulheres exerciam as atividades de menor prestígio e remuneração. Posteriormente, com a maior qualificação das mulheres e sua maior atuação no mercado de trabalho formal, houve o efeito contrário, gerando uma demanda por migrantes pouco qualificados que assumissem os trabalhos no segmento secundário, muitos relacionados também a tarefas domésticas e de cuidados antes realizados por essas mulheres.

É preciso destacar que a abordagem histórico-estruturalista recebeu críticas importantes. Primeiro, a ideia de que a migração só produz resultados negativos não se mostrou verdadeira. Estudos demonstraram que ela pode gerar efeitos positivos no desenvolvimento das regiões de origem e de destino. Outro problema é a ideia de que a migração permaneceria por tempo indeterminado; a migração retiraria das regiões periféricas seus indivíduos mais proeminentes e, por isso, reforçaria a pobreza da periferia e causaria ainda mais emigração. Porém, se os emigrantes são justamente as pessoas melhor posicionadas, em algum momento o empobrecimento das periferias deveria impedir a emigração (DE HAAS, 2010).

Apesar das limitações dessas abordagens, foi possível apreender que é necessário considerar as estruturas mais amplas das sociedades estudadas e como suas transformações podem influenciar a migração feminina. Por isso, também são feitas considerações sobre a evolução das relações de gênero, do mercado de trabalho e do desenvolvimento econômico brasileiro (Capítulo 4 desta tese).

Na sequência, é realizada uma análise da migração feminina pelas abordagens transicionais. Assim como as histórico-estruturalistas, elas também podem se mostrar relevantes para o entendimento das mudanças na migração das mulheres, pois consideram as migrações como parte de um processo mais amplo de transformação das sociedades.

2.4 Abordagens transicionais

Nas abordagens transicionais, a mobilidade é conectada a um processo denominado de modernização, em que haveria uma transição da predominância da população rural para a urbana e da economia agrária para a economia industrializada. Assume-se também que existem regularidades na mobilidade relacionadas à transição demográfica. Com a transição, haveria uma passagem de uma situação de grande limitação na mobilidade física e social dos indivíduos para uma situação de alta mobilidade (SKELDON, 2012).

Zelinsky (1971) é um dos autores transicionais mais reconhecidos. Ele afirma que a hipótese de transição da mobilidade pode ser resumida da seguinte forma: “existem regularidades padronizadas no crescimento da mobilidade pessoal através do espaço-tempo durante a história recente, e essas regularidades constituem um componente essencial do processo de modernização” (ZELINSKY, 1971, p. 221-222, tradução nossa).

Com o conceito de modernização guiando o esquema do autor, Zelinsky estipulou fases da transição da mobilidade condizentes com as fases estabelecidas da transição demográfica. No início, haveria uma fecundidade alta e estabilizada e uma mortalidade também alta, mas com maiores flutuações, desencadeando pouco crescimento natural da população no longo prazo. Nessa fase a mobilidade, tanto geográfica como social, era incomum. A migração também era pequena e a circulação estava limitada à utilização da terra, comércio, visitas sociais, guerras e questões religiosas. A baixa mobilidade estaria também relacionada aos fortes laços sociais, ao baixo nível de tecnologia de transporte e de comunicação e à baixa renda da população em geral.

Na segunda fase, ocorre uma queda rápida na mortalidade, provocando um crescimento rápido da população, o que, segundo o autor, desencadeia grande migração do campo para as cidades, também do campo, densamente ocupado, para fronteiras de colonização (quando existem) e emigração para outros países mais avançados, além de ocorrer crescimento da circulação. O início da modernização, a melhoria do bem-estar material das pessoas e os avanços nos transportes e comunicações foram importantes para incentivar e facilitar a mobilidade das pessoas.

A terceira fase é caracterizada pelo declínio da fecundidade, enquanto a mortalidade ainda experimenta uma diminuição contínua, mas muito menor do que a da fase anterior. Em consequência, o crescimento populacional passa a ocorrer em intensidade muito menor. A migração do rural para o urbano ainda é considerável, mas ocorre uma queda da imigração para as fronteiras de colonização conforme elas são ocupadas e diminui, também, a emigração para outros países. Haveria o surgimento de movimentos migratórios e circulatórios elaborados na rede urbana, entre cidades ou em uma mesma região metropolitana (ZELINSKY, 1971).

Na quarta fase a fecundidade e a mortalidade ficam controladas a níveis baixos, o que causa uma pequena taxa de crescimento natural (ou em alguns casos, estagnação ou redução da população). Segundo o autor, o movimento rural-urbano se reduz e o movimento urbano-

urbano se potencializa. Com relação à migração internacional, seria observada uma circulação considerável de uma elite de profissionais, celebridades, ricos e pessoas altamente qualificadas, tanto de países desenvolvidos, como daqueles em desenvolvimento. A mobilidade e a migração passariam a ser entendidas como parte do ciclo de vida das pessoas, seriam movimentos relacionados aos estudos, serviço militar, casamento, trabalho e aposentadoria (ZELINSKY, 1971).

Na última fase Zelinsky acreditava que o tamanho das populações seria quase constante, com poucos nascimentos e com a mortalidade atingindo um nível biologicamente mínimo. A migração e a circulação presenciariam a desaceleração, em resposta a melhorias nos sistemas de comunicação, com a maior parte dos movimentos ainda ocorrendo inter e intraurbano. Possivelmente ocorreria imigração para os países desenvolvidos de trabalhadores pouco qualificados, dos menos desenvolvidos, podendo também surgir alguns controles políticos de restrição a movimentos internos e internacionais.

Zelinsky (1971), para demonstrar o crescimento da mobilidade individual, contrastou as sociedades camponesas sedentárias com as sociedades mais avançadas. Nas primeiras, as opções de atividades eram fortemente limitadas por gênero, classe, casta, ocupação, religião e localização, fatores determinados pelas circunstâncias do nascimento. Já nas últimas, muitos indivíduos seriam capazes de alterar seus espaços sociais e de classe, sendo a redução das barreiras socioeconômicas e comportamentais, entre os sexos, um dos fatores que atuariam a favor da maior mobilidade humana.

Skeldon, em 2012, em seu artigo “Migration transitions revisited: their continued relevance for the development of migration theory”, ressalta a importância da inclusão da transição da mobilidade no contexto da transição demográfica feita por Zelinsky. Porém, aponta, também, algumas críticas, como o fato de a transição da mobilidade ter sido concebida como um modelo descritivo e intuitivo, de nível macro, baseado apenas na experiência da Europa Ocidental e da América do Norte, com poucas comprovações efetivas de sua ocorrência, principalmente pela falta de dados.

Apesar de a transição da mobilidade não poder ser entendida como um processo uniforme, mas sim diretamente afetado pelas condições específicas de cada sociedade, Skeldon (2012) afirma que o poder explicativo dos modelos de transição pode ser aumentado quando interligado a outros processos, como os econômicos, sociais e políticos. Nesse sentido, o autor

faz uma breve consideração sobre a evolução das relações de gênero e sua relação com a transição demográfica:

Nas sociedades pré-modernas, os papéis econômicos e sociais são prescritos por gênero, mas essas diferenças são corroídas nas sociedades modernas, à medida que mulheres e homens competem e assumem os mesmos tipos de papéis, de soldados da linha de frente a padres. A maior mudança ocorreu nos últimos 50 anos, nas partes mais desenvolvidas do mundo, quando o deslocamento da agricultura em direção à indústria pesada, para economias dominadas por serviços e poder intelectual, permitiram que as mulheres competissem em pé de igualdade (SKELDON, 2012, p. 162, tradução nossa).¹⁰

As considerações sobre a migração das mulheres nas abordagens transicionais não foram muitas, mas também indicam que os resultados encontrados devem ser abordados dentro de contextos mais amplos, sendo que a fase de transição demográfica e de desenvolvimento econômico da sociedade possivelmente afetam as oportunidades de migração das mulheres.

Muitos estudos foram realizados nas últimas décadas sobre a migração das mulheres e as questões de gênero relacionadas a elas. Esses trabalhos demonstram a evolução dos estudos e as diferentes facetas que podem ser utilizadas, sem serem diretamente associados a uma das abordagens anteriores. Estudos mais recentes, com foco explícito na migração feminina foram considerados como abordagens pluralistas e são apresentados na sequência.

2.5 Abordagens pluralistas

Com o avançar dos estudos migratórios e da disponibilidade de dados, as abordagens da migração tornaram-se muito mais plurais e novas questões passaram a ser consideradas. O desenvolvimento das sociedades também contribuiu para diversificar as motivações, os elementos envolvidos e os impactos relacionados à migração. Os pesquisadores compreenderam, de forma mais ampla, que um enfoque único não é capaz de abranger o fenômeno da migração.

Nos anos 2000, com a ampliação das abordagens, também houve o crescimento dos estudos com o objetivo de analisar as questões envolvidas na migração das mulheres. Muitos deles com o intuito de analisar as diferenças existentes entre a migração de homens e mulheres, uns em relação às suas motivações, alguns com foco nas consequências, enquanto outros

¹⁰ In pre-modern societies, economic and social roles are prescribed by gender, but these differences are eroded in modern societies as women and men compete for and take on the same kinds of roles from front-line soldiers to priests. The greatest change has occurred over the last 50 years in the most developed parts of the world when the shifts away from agriculture and then heavy industry towards economies dominated by services and brain power have allowed women to compete on a more even footing (SKELDON, 2012, p. 162).

abordaram as questões de gênero como elementos importantes relacionados a todo o processo migratório.

Hondagneu-Sotelo (2000), considerando a migração internacional nos Estados Unidos, traçou uma genealogia do impacto do feminismo nas pesquisas de migração, por meio de um levantamento das pesquisas que cruzavam o pensamento feminista e o estudo da migração. Inicialmente, a autora realiza um breve levantamento histórico da evolução dos direitos civis em relação a esses dois grupos, enfatizando que tanto a migração quanto o feminismo tiveram grande papel na remodelação da sociedade americana, no final do século XX e início do XXI.

A autora ressalta que o movimento dos direitos civis das décadas de 1950 e 1960 foi importante para promover avanços tanto para as mulheres como para os migrantes. As feministas se inspiraram nos movimentos dos direitos civis para reivindicar mais oportunidades, enquanto o movimento dos direitos civis, ao exigir o fim de todas as formas de discriminação legal, beneficiou os imigrantes internacionais, ao se posicionar contra as disposições de exclusão racial na lei de imigração (sendo que, um ano após a promulgação da Lei dos Direitos Civis, foi criada a Ementa de Imigração, de 1965, que colocou fim às políticas de exclusão racial de imigrantes).

O que não ocorreu naquele momento foi a intersecção dos dois movimentos, ou seja, a junção da luta feminista com a luta pelos imigrantes internacionais. Como explicação para essa lacuna, Hondagneu-Sotelo aponta a fragilidade do grupo imigrante, visto muitas vezes como um grupo de invasores pobres, ilegais e ignorantes e sem representação entre os políticos, o que teria impacto na demora das feministas em responder às questões das mulheres imigrantes.

A partir da análise da evolução da relação entre o feminismo e a migração, a autora define três grandes estágios das pesquisas. O primeiro foi o de remediação da exclusão das mulheres nas pesquisas, concentradas entre os anos de 1970 e início dos anos de 1980. Nessa fase, os autores basicamente se ocuparam em demonstrar a exclusão das mulheres das pesquisas migratórias e a existência do viés androcêntrico na ideia de que toda a migração feminina era relacionada à família, sendo sempre o homem o tomador da decisão de migrar.

Os estudiosos do assunto passaram a incluir e focar o papel das mulheres na migração, o que foi um grande avanço. Porém, o que se teve, na prática, foi a adição das mulheres como uma variável e a comparação de sua situação com a dos homens migrantes no mercado de trabalho (a área da demografia foi uma das que mais utilizaram essa abordagem). Outros passaram a

estudar a migração das mulheres em separado, o que produziu alguns efeitos negativos. Entre estes a marginalização desses estudos e a ocorrência de análises distorcidas do que eram as experiências migratórias femininas, pois focavam muito nos papéis dos homens e mulheres como complementares, não abordando como o gênero impactava no sistema social e nas relações de poder que influenciavam a migração de ambos os sexos (HONDAGNEU-SOTELO, 2000).

O segundo estágio foi de transição de “mulheres e migração” para “gênero e migração”, predominante na década de 1980 e início de 1990. Nesse momento, houve maior consciência da interação entre a raça, classe e relações de gênero e também o reconhecimento da fluidez das relações de gênero. Passou-se a considerar tanto a atuação do sistema de gênero nos padrões migratórios quanto da influência das migrações na reconfiguração das desigualdades dos sistemas de gênero, ao possibilitar que os migrantes entrem em contato com outras formas de organização social (HONDAGNEU-SOTELO, 2000).

As relações de poder dentro das famílias e das instituições e sua capacidade de incentivar ou impedir a migração dos indivíduos, conforme sua posição social dentro dessas esferas, passaram a ser examinadas, assim como a natureza de gênero das redes sociais e dos laços familiares e com amigos que contribuem para a migração. Focam-se nos estudos, por exemplo, de como o papel das relações de gênero nas famílias e comunidades gera possibilidades diferentes de acesso, para homens e para mulheres, dos recursos disponíveis e também a possibilidade de migração (HONDAGNEU-SOTELO, 2000).

Como falhas desse período, a autora destaca o foco de gênero no nível familiar, como se este tivesse sua atuação limitada a ele, o que restringiu a compreensão de sua atuação em instituições importantes, como no trabalho, nas noções de cidadania e nas mudanças das políticas migratórias.

Por fim, tem-se a fase do gênero como elemento constitutivo da migração, que surgiu nos anos 2000. Questões mais profundas são tratadas, como até onde o gênero transpassa as instituições, identidades e práticas. O gênero é incorporado à compreensão das estruturas políticas e econômicas, ao considerar a incorporação de mão de obra, as questões étnicas, a cidadania e a sexualidade (HONDAGNEU-SOTELO, 2000).

Temas como o porquê de os imigrantes internacionais homens terem mais intenção de retornar para a origem, enquanto mulheres são mais propensas a permanecer e participar da comunidade de destino, são trabalhados. Surgem, também, estudos sobre como a sexualidade

molda a migração e como a migração também pode alterar as práticas sexuais das pessoas, incluindo estudos da migração de homossexuais, queers e trans (HONDAGNEU-SOTELO, 2000).

No Brasil há vários estudos abordando a situação dos migrantes internos no mercado de trabalho e os diferenciais salariais, utilizando a variável sexo como controle, o que estaria em sintonia com a primeira fase descrita por Hondagneu-Sotelo, no que se refere à remediação da exclusão das mulheres das pesquisas. Nota-se maior concentração deles a partir da década de 2000. Na sequência, são citados alguns deles, para ilustrar o panorama encontrado no Brasil.

Como um dos estudos pioneiros destaca-se o de Cackley (1993), que considera o papel dos diferenciais salariais em determinar a seletividade migratória por sexo, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976. A autora compara modelos de probabilidade migratória em função dos diferenciais de salário esperados com a migração, pelo número de membros do domicílio com mais de seis anos de idade e se a pessoa residia num município urbano antes de realizar a migração.

Foram estimados modelos para os indivíduos isoladamente, separadamente para cada sexo, e modelos que consideram os diferenciais de rendimento esperados pelas esposas e pelos maridos ao mesmo tempo. Como conclusões, a autora destacou que, para as mulheres que eram casadas, a migração geralmente não significava uma maximização do seu próprio rendimento, mas em termos do casal o rendimento conjunto era maximizado, enquanto para as mulheres nunca casadas ocorria a migração quando seu próprio rendimento era maximizado, tornando seu movimento determinado por fatores similares aos dos homens (CAKLEY, 1993).

Batista e Cacciamali (2009) também utilizaram a PNAD, só que referente ao ano de 2005, para analisar o diferencial salarial entre homens e mulheres, por condição de migração, sendo definidos como migrantes aqueles que residiam, em 2005, numa Unidade da Federação diferente da de nascimento.

As autoras utilizaram o índice de dissimilaridade de Duncan para avaliar a segregação ocupacional, e a decomposição de Oaxaca-Blinder para verificar os diferenciais de salários entre homens e mulheres e, entre migrantes e não migrantes. A decomposição investiga o diferencial de rendimento entre dois grupos e atribui qual parcela é referente às características observáveis dos trabalhadores e qual é referente às não explicadas por essas diferenças, ou

seja, o fato de que trabalhadores com idêntica qualificação serem remunerados de forma distinta.

Constatou-se que o diferencial salarial é favorável aos homens comparadamente às mulheres, e aos migrantes em comparação aos não migrantes, sendo que o diferencial salarial favorável aos homens foi ainda maior entre os migrantes. Mas a região Sudeste do país, que que concentrava mais da metade dos migrantes, foi a única em que o salário-hora do trabalho principal era, em média, maior para os não migrantes do que para os migrantes (BATISTA; CACCIAMALI, 2009).

Batista e Cacciamali (2009) ressaltam que, de modo geral, os resultados indicam que não há segregação do mercado de trabalho entre migrantes e não migrantes. No entanto, o indicador de segregação ocupacional apontou que existe um viés de alocação dos migrantes na região Sudeste do país. As mulheres migrantes estavam mais concentradas em atividades de serviços, principalmente domésticos, e os homens migrantes no setor de produção e também no de serviços.

Tal diferencial entre migrantes e não migrantes reduziu-se, ao controlarem pelos anos de estudo, indicando que as pessoas se destinam para essa região para se inserirem em ocupações específicas, em função do grau de instrução que possuem. Por conta dos seus atributos produtivos, os homens migrantes tiveram maior rendimento do que as mulheres migrantes, mas as características observáveis das mulheres migrantes eram mais valorizadas do que a dos homens migrantes, sendo apenas na região Sudeste em que isso ocorreu (BATISTA; CACCIAMALI, 2009).

No restante do país, os atributos dos migrantes são superiores aos dos não migrantes e o mercado de trabalho também os valoriza mais *vis-à-vis* aos não migrantes. As autoras encontraram que o maior rendimento dos homens migrantes, em comparação com as mulheres migrantes, deu-se, sobretudo, pela maior valorização dos atributos dos primeiros e, em menor medida, por eles apresentarem melhores atributos, em média, do que as mulheres migrantes.

Já Gama e Machado (2014) utilizaram os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 para analisar os fatores associados aos diferenciais salariais existentes entre migrantes, migrantes de retorno e não migrantes. Como base, consideraram os migrantes de data fixa,

utilizaram o modelo de Heckman¹¹ (para correção do viés de seleção) e o modelo probit multinomial para analisar o impacto das variáveis controles no rendimento.

Os autores constataram que ser mulher diminuiu a probabilidade de ser migrante, ainda mais de migrante retornado. Já entre os não migrantes eram as mulheres a maioria. Apesar de os homens serem a maioria no mercado de trabalho, houve aumento da participação das mulheres no período. Outro achado foi o da existência de uma seleção positiva dos migrantes, tanto de fatores observados como daqueles não observados, com a migração elevando os rendimentos.

Os autores demonstraram que a discriminação contra as mulheres é significativa e permanece, independentemente da escolaridade, da região em que vive ou onde trabalha e, no período em questão, houve aumento no diferencial de rendimento contra as mulheres entre migrantes e migrantes de retorno.

Gama e Hermeto (2017) também abordaram os diferenciais de rendimento entre migrantes (data fixa) e não migrantes, com base nos Censos de 2000 e 2010, porém a região de referência foi o estado de Minas Gerais. Como modelo, optaram pela decomposição de Junh, Murphy e Pierce dos diferenciais de rendimento por quantis de renda. Como controle utilizaram cor, nível de instrução, idade, posição na ocupação, situação de residência (uma *dummy* para região metropolitana e outra para rural) e o sexo. Os resultados foram ao encontro com o esperado na literatura, demonstrando discriminação por sexo, cor e maior remuneração para os mais instruídos e com maior experiência.

Os autores verificaram que o diferencial de rendimento entre migrantes e não migrantes aumentou no período considerado, tanto pelos migrantes apresentarem melhores características observáveis como não observáveis, isso mesmo diante da situação de menor valorização das mesmas, quando comparado com os naturais, principalmente entre os que recebiam os maiores rendimentos.

Entre as faixas de menor rendimento, o peso maior estava nas características observáveis, como instrução e experiência e nas faixas de maior rendimento. A maior influência foi a das

¹¹ O modelo de Heckman é utilizado na maioria dos trabalhos que analisam os rendimentos por sua capacidade de corrigir o viés de seleção amostral. Nele, estima-se a equação de participação no mercado de trabalho, que informa a probabilidade de um trabalhador participar desse mercado considerando um conjunto de características pessoais não apenas dos que estão trabalhando e recebendo rendimentos, mas também das pessoas sem rendimento. A desocupação dependeria não apenas da oferta de trabalho e do salário contratado, mas também de um salário reserva, entendido como o valor mínimo que o indivíduo estabelece como condição para se inserir no mercado de trabalho e, por isso, as características dos que não estavam trabalhando devem ser consideradas (RODRIGUES *et al.*, 2016).

características não observáveis. Constatou-se que as mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho e também apresentavam maior instrução média do que os homens, porém a discriminação salarial permaneceu e o diferencial salarial demonstrou-se mais acentuado entre mulheres e homens migrantes do que entre os não migrantes (GAMA; HERMETO, 2017).

No geral, mesmo utilizando diferentes pesquisas e anos de análise, os autores chegaram a conclusões muito próximas: homens migrantes demonstraram maiores probabilidades de estarem empregados, quando comparado com as mulheres migrantes; os diferenciais salariais por sexo também estão presentes na população migrante; migrantes geralmente recebem rendimentos médios maiores do que os não migrantes, mas o diferencial de ganho por sexo também é maior entre os migrantes.

Pensando na segunda fase de Hondagneu-Sotelo, com foco na migração das mulheres envolvendo questões de gênero, houve uma concentração dessa migração, no Brasil, na análise da migração internacional das brasileiras. Como exemplo, cita-se o artigo de Piscitelli (2008) que aborda a interseccionalidade das múltiplas diferenças e desigualdades que as brasileiras se deparam quando migram para outro país, demonstrando a necessidade de se considerar questões de gênero, sexualidade, raça e nacionalidade, quando se analisa a migração feminina.

Com relação à migração interna, há a tese de Angelin (2012), que teve como objetivo compreender as trajetórias de vida e os papéis socialmente atribuídos e desempenhados pelas mulheres migrantes em todo o processo migratório. Um dos diferenciais da pesquisa foi a constatação de como fatores externos, como a origem geográfica e as condições climática, socioeconômicas e culturais das famílias na origem, são significativos para compreender a trajetória migratória e os papéis sociais das mulheres no destino.

Angelin (2012) realizou uma pesquisa qualitativa com mulheres imigrantes que residiam no bairro denominado de Cidade Aracy, do município de São Carlos, no estado de São Paulo, que tinham como origem o Estado do Paraná e a região Nordeste do país. As 33 mulheres entrevistadas (15 com origem no Paraná, e as demais no Nordeste) eram de famílias pobres, concentradas no modelo conjugal nuclear e em famílias reconstituídas, com dominância e autoridade masculina sobre as mulheres e os filhos.

Resumidamente, o autor concluiu que as mulheres que emigraram do Paraná, em média, tinham condições socioeconômicas melhores e mais estáveis, além de as famílias não terem

sofrido tanto com as condições climáticas, o que parece ter resultado numa permanência da organização familiar com relações mais desiguais de gênero, com poucas mulheres assumindo trabalho remunerado no destino, continuando com os cuidados da casa e com pouca interação na nova sociedade.

Já as mulheres com origem no Nordeste relataram relações de gênero menos desiguais, com atuação maior no mercado de trabalho e na sociedade de destino, o que seria uma resposta às condições adversas já enfrentadas na origem e não apenas resultado da migração, sendo que tiveram mais participação na decisão de migrar, além daquelas que decidiram migrar sozinhas. Como motivação da migração destacou-se a procura por trabalho (enquanto para as paranaenses foi a reunificação familiar) e, como trabalhos realizados no destino, destacaram o corte de cana-de-açúcar, colheita de laranja, trabalhos domésticos e de babá (ANGELIN, 2012).

Outro trabalho significativo foi o de Thibes, Menezes e Santos Júnior, publicado em 2018. Nele os autores retomam uma pesquisa sobre as trajetórias migratórias de mulheres e homens emigrantes nordestinos que se destinaram à região do ABC paulista (formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), entre as décadas de 1960 e 1970. A pesquisa foi retomada no ano de 2013. Alguns entrevistados foram os mesmos da década de 1980, mas outros migrantes também foram incluídos.

As pessoas entrevistadas eram originadas do meio rural e de relações de gênero tradicionais, cabendo ao homem a tarefa de prover os recursos necessários para a sobrevivência da família, e à mulher os cuidados domésticos. Ao retratarem suas trajetórias migratórias destacou-se um viés de gênero, com os homens focando em suas experiências no mundo do trabalho, com destaque para trabalhos em fábricas metal-mecânicas e automotivas, enquanto as mulheres focavam nos eventos ocorridos na esfera privada (THIBES, MENEZES, SANTOS JÚNIOR, 2018).

Os homens ocupavam-se em demonstrar que o trabalho braçal realizado é dignificante, por ser associado a masculinidade, considerado um “verdadeiro” trabalho, dada sua origem rural. Eles também retrataram a trajetória migratória como uma empreitada de sucesso e superação das adversidades. Por sua vez, as mulheres destacaram os dramas e sofrimentos enfrentados pelos membros da família, mas também os esforços dos homens para sustentá-las, assim como os homens falaram da importância das mulheres como cuidadora dos filhos e da casa (THIBES, MENEZES, SANTOS JÚNIOR, 2018).

Os autores verificaram que homens e mulheres eram unânimes em declarar que a migração foi um projeto comum, com foco na melhoria das condições para a família, mesmo que pudesse não representar a melhor estratégia individual. Assim, a migração nordestina, muitas vezes retratada do ponto de vista do homem, pode ser melhor compreendida considerando as relações de gênero e o contexto familiar.

A migração foi uma empreitada conjunta, que mesmo não apresentando reflexos tão positivos para as mulheres, quando consideram sua situação individual, foi entendida por elas como positiva. Essa opinião foi baseada na possibilidade de melhora de vida dos filhos, com destaque para o acesso à educação, de os filhos poderem desempenhar atividades diferentes e, em especial, para que as filhas possam trabalhar fora de casa e tornarem-se mais independentes que suas mães (THIBES, MENEZES, SANTOS JÚNIOR, 2018).

O último estágio descrito por Hondagneu-Sotelo (2000), do gênero como elemento constitutivo da migração, foi encontrado na literatura brasileira apenas com relação à migração internacional. Como referência cita-se o livro *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*, organizado por Piscitelli, Assis e Olivar em 2011. Os artigos que compõem o livro demonstram como:

[...] a afirmação de estilos específicos de sensualidade e de sexualidade, na imbricação com outros atributos vinculados a noções de brasilidade, é parte relevante de um repertório de elementos que, em diferentes espaços transnacionais, abrem possibilidades laborais e de inserção social (PISCITELLI; ASSIS; OLIVAR, 2011, p. 13).

Infelizmente esta tese não possui a capacidade de averiguar as motivações das migrações das mulheres e as questões de gênero diretamente envolvidas nela. No entanto, tem-se o intuito de verificar uma possível mudança do perfil das mulheres migrantes internas brasileiras, nas últimas décadas, no tocante à sua condição no local de destino.

A utilização dos dados dos censos demográficos limita as possibilidades e acaba por enquadrar esta tese no que seria a primeira fase descrita por Hondagneu-Sotelo, ou seja, analisar as diferenças das características das mulheres migrantes em relação aos homens migrantes, e proceder à comparação das migrantes com as não migrantes. Por outro lado, o objetivo é realizar uma análise mais aprofundada da situação das mulheres migrantes no destino, por meio do cruzamento de informações disponíveis nos censos, e sua consideração dentro de conjunturas relacionadas ao mercado de trabalho, desigualdade de sexo e características domiciliares.

Pode-se afirmar que a tese vai além da simples descrição das diferenças entre mulheres e homens migrantes no mercado de trabalho de destino, pois analisa as condições das imigrantes no domicílio de destino, o tipo de migração realizada (individual ou conjunta) e a situação delas no mercado de trabalho.

Para expressar esta análise mais ampla da migração das mulheres, optou-se pela utilização do termo “feminização da migração”. Denominação utilizada não apenas para averiguar a participação quantitativa e relativa das mulheres nos fluxos migratórios internos, mas também como sinônimo da análise da evolução da condição das migrantes no destino com relação, principalmente, à participação no mercado de trabalho e às relações familiares.

O termo “feminização das migrações” tornou-se conhecido nos estudos da migração internacional das mulheres, sendo utilizado com maior frequência a partir dos anos de 1990. A utilização inicial do termo relacionava-se apenas ao aumento da participação das mulheres nos fluxos migratórios, porém houve evolução no seu significado.

Hofmann e Buckley (2013) afirmam que as pesquisas iniciais sobre a feminização da migração não abordavam as mulheres como migrantes independentes e trabalhadoras, mas sim como esposas e crianças que migravam para se unirem aos homens (esposos e pais). No entanto, as pesquisas mais recentes passaram a utilizar o termo considerando outras questões envolvidas na migração feminina.

Benería, Deere e Kabeer (2012) enfatizam que a feminização da migração se deu associada às intensas transformações na estrutura das famílias e nos papéis de gênero na divisão internacional do trabalho, dando destaque para a crise de assistência nos países do Norte global. Situação que resultou em grandes demandas de profissionais imigrantes de países de baixa renda, com a consequente intensificação da mercantilização global do cuidado, fenômeno denominado como Cadeia Global do Cuidado (CGC), sendo esses trabalhos desempenhados principalmente por mulheres, o que intensificou a participação das mulheres na migração internacional.

Nota-se um significado mais profundo que passou a acompanhar o termo “feminização da migração”, não sendo utilizado apenas para apontar o aumento da participação das mulheres na migração. Marinucci (2007) levanta três interpretações do conceito de feminização da migração, são elas: a) o aumento quantitativo da migração das mulheres; b) o aumento da visibilidade da migração das mulheres, e; c) a mudança do perfil da migração feminina.

Na verdade, o fato de o aumento quantitativo da migração das mulheres ter desencadeado mais estudos do fenômeno é questionado pelo autor, dado que se observava considerável movimento feminino já nos anos de 1960, com pouco aumento de participação desde então. Por conta disso a segunda interpretação é trazida, pois o que teria ocorrido, na verdade, é uma maior visibilidade e interesse dos estudiosos pela migração das mulheres.

A demora em atribuir importância à migração feminina teria sido derivada da própria incorporação tardia das questões de gênero nos estudos migratórios, com as mulheres passando a ser consideradas também como membros ativos e de agência própria muito tempo depois do que os homens o foram (MARINUCCI, 2007).

Já a terceira interpretação do autor diz respeito a uma possível mudança do perfil das mulheres que migram, ocorrendo redução da migração feminina associativa a outros migrantes, de forma mais passiva e aumento de migrações desvinculadas da família e das que migram por questões relacionadas ao trabalho (MARINUCCI, 2007).

O termo “feminização da migração” é empregado considerando essa última interpretação de Marinucci, como representação das mudanças no perfil das mulheres migrantes internas no Brasil, com respeito à sua situação no local de destino, com a breve revisão da evolução da literatura feita sobre a migração das mulheres, demonstrando a sua relevância.

Porém, apenas a migração com foco na mulher como indivíduo de análise não retrata sua posição com relação à migração, dado que, como apontado anteriormente, a migração das mulheres e sua atuação no mundo de trabalho só pode ser entendida considerando sua situação na esfera de vida privada.

Assim, diante da importância da família para a compreensão da situação feminina, optou-se por realizar uma análise de como a família foi abordada nos estudos migratórios. Para, sobretudo, analisar a relevância da consideração das relações familiares no estudo da migração feminina e mostrar como a análise das relações domiciliares e da posição da mulher no domicílio de destino pode ajudar a interpretar os resultados encontrados.

3 A FAMÍLIA NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS

É no ambiente familiar que as experiências humanas são baseadas e conforme se caminha pelo ciclo de vida familiar, o desenvolvimento individual se constrói conectado, também, a contextos socioculturais mais amplos. A família é uma instituição social fundamentada nas necessidades e atividades humanas conectadas à sexualidade, reprodução e subsistência, arraigada nas relações produtivas, reprodutivas e de gênero. Assim, entender como se dá a organização dos núcleos familiares é de grande importância para a compreensão de diversos aspectos da vida social, como comportamentos demográficos, participação no mercado de trabalho, mobilidade social, entre outros (MCGOLDRICK; CARTER; GARCIA-PRETO, 2013; RIBEIRO; SABOIA, 2008; ONU MULHERES, 2019).

Segundo Burch (1979), houve, na década de 1970, aumento do interesse em análises quantitativas dos domicílios e das famílias. Esse interesse crescente ocorreu, principalmente, pela maior disponibilidade de dados e de ferramentas computacionais nesse período e, também, pelo crescimento do campo teórico que considerava a família/domicílio como unidade-chave de tomada de decisão relacionada à fecundidade, ao casamento e a migração.

Na migração, o foco no indivíduo como tomador de decisão também foi repensado, principalmente pelos crescentes estudos que demonstraram que a decisão de migrar era feita, em muitos casos, após uma avaliação de toda a família e, mesmo quando as pessoas migravam sozinhas, eram, muitas vezes, financiadas pelos recursos da família e/ou o faziam para diversificar seu rendimento.

A incorporação do contexto familiar no estudo da migração foi um avanço significativo na compreensão do fenômeno e demonstra-se ainda mais importante para as mulheres, dado seu maior vínculo com a esfera privada. Na sequência, serão considerados alguns dos principais resultados encontrados na literatura da migração, quando considerada a família como unidade de análise, e também os estudos referentes ao Brasil.

3.1 Migração familiar conjunta

O modo como as relações familiares (ou domiciliares) são abordadas varia conforme a abordagem teórica. Bruegel (2002) destaca quatro formas utilizadas nos estudos migratórios. Inicialmente surgiu a ideia de *unified household*, encarando a família como uma unidade

única, com uma função de preferência comum a todos, o que logo foi criticado por sua contradição com as teorias microeconômicas, que se baseavam no individualismo.

Alcança destaque, então, o conceito de *households as coalitions*, em que seus membros se unem por conta da expectativa de que os ganhos sejam maiores que os custos. O problema principal dessa teorização foi o de assumir que os membros da família possuíam igualdade de poder nas escolhas (BRUEGEL, 2002). A partir da década de 1980 surgiram, cada vez mais, evidências demonstrando que as desigualdades de gênero dentro da família afetavam as oportunidades de seus membros com relação à distribuição de alimentos, atendimento médico, horas trabalhadas, acesso a renda e poder na tomada de decisões (ONU MULHERES, 2019).

Surgiram, então, outras formas de considerar o domicílio. A denominada *households as gendered but unified collectivities* tenta avançar na consideração das relações de gênero, assumindo que elas influenciam nas decisões. No entanto, permanece a ideia de que as decisões são tomadas com base na maximização da utilidade total da família, independentemente de como a distribuição dos recursos entre os membros é feita. Derivada dessa abordagem, por exemplo, surge a ideia de que o aumento da participação das mulheres casadas no mercado de trabalho iria reduzir a migração familiar (BRUEGEL, 2002).

Por fim, tem-se uma abordagem oriunda da teoria dos jogos, denominada de *households as arenas of potential conflict*. O objetivo é conseguir avaliar a maneira como cada membro considera o impacto de sua decisão sobre os outros, sem deixar de se basear em fundamentos individualistas. “O que é necessário é um modelo que entenda como as acomodações são finalmente alcançadas por meio de interações de domicílios iterativos em uma estrutura de regras e normas sociais, onde alguns grupos têm poder sobre outros” (BRUEGEL, 2002, p. 238-239, tradução nossa).¹²

Longe de exaurir o tema, ou mesmo de cobrir as quatro formas de abordagem definidas por Bruegel, o intuito deste tópico é fazer uma breve revisão de como os estudos da migração familiar evoluíram em relação à consideração do seu efeito sobre as mulheres; como as desigualdades enfrentadas pelas mulheres no domicílio e também no mercado de trabalho foram sendo consideradas e como o entendimento do poder dessas desigualdades na decisão migratória familiar é importante para a compreensão da migração feminina.

¹² What is required is a model which understands the way accommodations are eventually arrived at through iterative household interactions in a framework of social rules and norms, where some groups have power over others” (BRUEGEL, 2002, p. 238-239).

Como destacado por Bilac (1995, p.72):

Ao incorporar uma imagem ativa da mulher nos processos migratórios, a introdução da perspectiva de gênero resgata ainda uma concepção mais dinâmica do grupo familiar, como estrutura de relações de gênero e entre gerações, com conflitos, questionamentos de autoridade, reformulações, jogos de poder. Em decorrência, a relação clássica entre família e migrações abre-se para novas indagações, pois também a família tem frequentado as teorias migratórias da perspectiva do homem migrante: muitas vezes, nas análises empíricas, as decisões e motivações referentes ao processo migratório consideradas “familiares” correspondem, na verdade, à percepção do chefe da família sobre o tema.

Cooke (2008a) afirma que, inicialmente, os estudos sobre a migração das famílias eram comandados por economistas, possivelmente pela observação da queda das taxas de migração das famílias, simultaneamente ao aumento da participação das mulheres na força de trabalho, sendo que uma das primeiras correntes de pensamento que considerou a família na análise da decisão de migrar foi a do capital humano.

Sandell (1977) utilizou a teoria do capital humano para desenvolver um modelo que explicasse as decisões de migrar das famílias e o efeito da migração sobre o mercado de trabalho e sobre o rendimento das mulheres e dos homens, por meio das *National Longitudinal Surveys* dos EUA, que acompanharam os rendimentos e status migratório dos indivíduos por cinco anos (1967-1971). O autor demonstrou que os ganhos das famílias analisadas aumentaram com a migração, porém apenas por conta do aumento do rendimento dos maridos, enquanto, geralmente, as esposas se deparavam com perdas no mercado de trabalho, principalmente logo após a mudança.

Mincer (1978) também abordou, pela teoria do capital humano, a decisão de migrar, considerando os laços familiares e seus efeitos na probabilidade de migração, nos rendimentos de seus membros e, inclusive, na possibilidade de a migração contribuir para a dissolução da família. A contribuição principal do autor, na análise da motivação para migrar, foi a troca do foco no ganho individual para a maximização do rendimento familiar.

O autor definiu algumas situações que poderiam ocorrer quando a migração é feita por mais de um membro da família. Se um dos membros da família tem prejuízo com a decisão de migrar, mas a família, como um todo, tem um ganho com a migração, o membro torna-se um *tied mover*, ou seja, uma pessoa que migrou por conta dos laços familiares e não do seu ganho individual. No mesmo sentido, quando houvesse ganho para o indivíduo com a migração, porém com prejuízo para a família, como um todo, não ocorreria a migração e o indivíduo se tornaria um *tied stayer*.

Na maioria dos casos, segundo Mincer (1978), a esposa seria o indivíduo “atado”, especialmente *tied mover*, isso porque ela estaria encarregada dos trabalhos domésticos e de cuidados que não são remunerados e, mesmo quando atuando no mercado de trabalho o rendimento auferido, na maioria dos casos, seria inferior ao do esposo. Já o marido, quando “atado”, provavelmente seria um *tied stayer*, como no caso em que o ganho no seu rendimento não superasse a perda do rendimento da esposa e os custos da migração.

Da Vanzo (1981) enfatizou que o casal migrará para o local em que os dois terão um ganho. No entanto, se esse local não existir, o casal pode ir para um local que seja ideal para um deles ou para um local onde nenhum deles tenha os ganhos maximizados, mas em que a soma dos ganhos dos dois seja maior ou, ainda, podem não migrar quando, entre ganhos e perdas conjuntas, houver o predomínio das perdas.

Quanto maior a família, maior seriam os custos, em comparação com os retornos e, por conta disso, a propensão a migrar seria inversamente relacionada ao tamanho da família. Já, se o casal tiver filhos, além disso aumentar os custos de transporte, possivelmente ocorrerão ainda mais restrições à migração, por conta do maior capital específico que será perdido, como em relação às amizades e à escola (DA VANZO, 1981).

O que pode ocorrer, ainda, é a separação dos membros da família, seja ela temporária ou permanente. Os casais podem se divorciar por não chegarem a um acordo de para onde migrar ou mesmo de migrar ou não. Por outro lado, a separação pode resultar em migração, pois a decisão que era lógica quando considerado o rendimento do casal pode deixar de ser a melhor opção quando o casal se desfaz, restaurando-se ou criando novos incentivos privados individuais. Outros membros da família também podem decidir não migrar com ela ou mesmo migrarem sozinhos, conforme a situação que apresentar maiores ganhos e, como será visto mais adiante, a migração de um membro pode ser até uma estratégia familiar para diversificar as fontes de renda (DA VANZO, 1981).

Lichter (1980) analisou a migração domiciliar e a posição das mulheres casadas no mercado de trabalho nos EUA com os dados da pesquisa *On-in-a-Thousand* do *U.S. Bureau of Census* de 1970. O autor trabalhou tanto com o impacto que a posição das esposas no mercado de trabalho tem na decisão de migrar quanto com o efeito da migração na posição das esposas no mercado de trabalho depois de feito o movimento. Como conclusões principais, ele destacou que, para a maioria das esposas, houve uma interrupção da atuação no mercado de trabalho

com a migração, mas também que a relação entre migração e a situação das esposas no mercado de trabalho varia muito conforme o tipo de ocupação exercida por elas.

Em 1983, o autor, também por meio da *National Longitudinal Survey*, fez um recorte de mulheres que tinham entre 30 e 44 anos em 1967; com isso, a grande maioria não teria mais filhos e/ou já teriam retornado à força de trabalho remunerada. Dividindo o período entre 1966-1971 e 1966-1976 o objetivo foi identificar as influências de curto e de longo prazos da migração sobre os rendimentos das mulheres casadas. Para tanto, utilizou variáveis de controle, como idade, ter filho menor de seis anos e educação.

Os resultados demonstraram que a migração causou impacto negativo no emprego das mulheres no curto prazo e, contrariando o esperado pelas teorias de capital humano, foram as mulheres com maior nível de instrução as mais prejudicadas. No entanto, no longo prazo, as oportunidades na área de destino foram, no geral, melhores do que às das mulheres que ficaram na origem (LICHTER, 1983).

Já Bielby e Bielby (1992) investigaram as razões pelas quais esposas de casais em que ambos trabalhavam eram menos dispostas a migrar para ocupar um emprego melhor do que seus maridos. Desse modo, testaram a hipótese de maximização do rendimento familiar, em contraposição à hipótese sociológica, que enfatiza o papel das ideologias das relações de gênero nas decisões tomadas pelos casais.

A hipótese que considera os papéis de gênero na migração familiar é fruto de estudos de sociólogos que também consideravam os determinantes e as consequências da migração familiar utilizando da abordagem do capital humano. No entanto, diante dos resultados dos estudos feitos por eles, muitas evidências contrárias à neutralidade do gênero no processo migratório foram encontradas. Por conta disso, essa hipótese alternativa ao modelo do capital humano, de decisões igualitárias, foi elaborada (COOKE, 2008a).

Bielby e Bielby (1992) utilizaram o *Quality of Employment Survey* de 1977, pesquisa que trabalha com questões de suposição sobre o quão disposta a pessoa estaria em se mudar, caso recebesse uma oferta de trabalho muito melhor em uma comunidade que ficasse, a pelo menos, 100 milhas de distância. Os resultados, controlados por características de emprego, habilidades e características da família, demonstraram que as decisões dos casais são moldadas pelas crenças de papel de gênero e que elas também colaboram para que as mulheres sejam *tied movers* e *tied stayers*.

Os autores também demonstraram que os homens, com crenças tradicionais sobre o papel de gênero, não deixariam de migrar caso isso interferisse no emprego do seu cônjuge, enquanto as mulheres com crenças tradicionais, provavelmente, deixariam de migrar nessa situação. Entre os que declararam não ter uma visão tradicional das relações de gênero, o trabalho da mulher é considerado, mas não da mesma forma como as mulheres com visão não tradicional faziam com relação aos seus maridos.

Os trabalhos de Boyle *et al.* (1999 e 2002) chegaram a resultados semelhantes aos anteriores. A diferença foi a utilização dos dados dos censos demográficos da Grã-Bretanha (*sample of anonymized records* de 1991) e EUA (*public use microdata sample* de 1990). Apesar da desvantagem de não ser possível comparar a situação dos migrantes, antes e depois do movimento, o estudo tem a vantagem de abordar dados referentes a todo o território. Os autores consideraram casais que tinham entre 16 e 59 anos e os categorizaram por idade, grupo racial, nível do capital pessoal e status de emprego e ocupação. Os resultados apontaram para o maior peso das mulheres como *tied movers* e, quanto mais distante o destino, maior foi a probabilidade de a esposa ficar desempregada ou economicamente inativa, além dos resultados também sugerirem que o gênero tem peso nas decisões migratórias familiares.

Cooke (2003) destaca que os ganhos e perdas dos membros da família demonstraram-se profundamente dependentes do gênero, sendo que é, geralmente, a esposa que tem seu status prejudicado no mercado de trabalho. Esse fenômeno, semelhante ao *tied movers*, também foi estudado como *trailing wife effect*¹³. Por meio de um painel de dados com duas ondas, uma feita em 1987-1988 e a outra entre 1992-1994, da *National Survey of Families and Households* (NSFH), realizado nos EUA, que possui informações econômicas, demográficas, de saúde, satisfação conjugal, papéis diários e crenças pessoais, o autor analisou o efeito da migração familiar na situação econômica das esposas e também dos maridos.

O autor testa a hipótese do modelo de capital humano, que considera as decisões migratórias familiares como igualitárias, baseadas apenas nos potenciais de ganhos e perdas dos cônjuges, e, como hipótese alternativa, usa o modelo de papel de gênero da migração familiar, que considera a decisão familiar de migrar assimétrica, e não igualitária, entre marido e esposa.

¹³ Um estudo mais aprofundado sobre *trailing wife effect* pode ser encontrado em Bruegel (2002) – *The trailing wife: a declining breed? Carrers, conflict in Britain 1970-89*.

Os principais resultados encontrados foram: o rendimento familiar aumentou, com a migração, apenas para as famílias que detinham altos rendimentos, nas quais o marido era o responsável pelo salário principal; nos casos em que a migração resultou em benefícios para as famílias, os benefícios estavam sempre associados com o aumento do rendimento dos maridos; a migração não demonstrou efeito positivo para as mulheres. Comprovou-se, assim, que o efeito da migração familiar nos rendimentos individuais é função do gênero (COOKE, 2003).

Em 2008, Cooke publica outro artigo que considerava gênero e migração familiar, também utilizando a NFSH. No entanto, nesse artigo o autor categoriza os casais conforme suas crenças de regras de gênero: se ambos os cônjuges acreditavam em igualdade entre os papéis de gênero, o casal era classificado como igualitário; se um dos membros do casal, ou ambos, não acreditasse(m), eram classificados como outros.

De modo geral, a migração demonstrou-se negativamente relacionada com a idade dos cônjuges, com ser dono da casa, com ter filho entre 5 e 17 anos e quando pelo menos um membro do casal pertencia a uma minoria étnica. Enquanto casais que já haviam migrado anteriormente em conjunto e o nível educacional do marido demonstraram-se positivamente relacionados com a migração (COOKE, 2008b).

A probabilidade de migração foi maior para os casais igualitários, maior entre aqueles em que as mulheres estavam desempregadas, e, ainda maior, nos casos em que a mulher que estava desempregada desejava trabalhar (24% de chance de a família migrar). Nos casos em que o casal não era igualitário, a situação de emprego da esposa não teve efeito no comportamento migratório, sendo que a probabilidade de a família migrar, caso a mulher estivesse desempregada e desejasse trabalhar, era de apenas 9%. Assim, tem-se que as decisões de migração, entendidas como economicamente racionais, ocorreram quando o casal compartilhava crenças igualitárias sobre o papel de gênero (COOKE, 2008b).

Porém, uma questão que pode exercer grande impacto nos resultados encontrados e enviesar as conclusões sobre o efeito negativo da migração no emprego e rendimento das mulheres casadas é o status parental dessas mulheres. Ou ainda o plano de se tornarem mães, o que demonstra a dificuldade em analisar conjuntamente a migração familiar, a evolução do ciclo de vida e a atuação das mulheres no mercado do trabalho.

Nesse sentido, Cooke (2001) avaliou o efeito, tanto de ter filho como de migrar, na situação das mulheres casadas no mercado de trabalho. Para isso, estimou modelos probits de efeitos

aleatórios com os dados longitudinais anuais do Family File of the Panel Study of Income Dynamics (1987 até 1992), considerando as seguintes pessoas: casadas por todo o período; que tinham entre 18 e 35 anos em 1987; que não tiveram filhos ou que tiveram apenas um filho no período; que migraram apenas uma vez no período. Os resultados demonstraram que considerar o status parental aumenta o poder de explicação do modelo e que o efeito da migração no status das mulheres no mercado de trabalho depende do status parental, sendo que o efeito negativo da migração para as mulheres que não se tornaram mãe foi pequeno e apenas de curto prazo, enquanto para as mulheres que tiveram filhos ocorreu no longo prazo e foi significativo.

Como ressaltado por Lichter (1983), a perda relativa de rendimento pode contribuir para a persistência dos diferenciais de ganhos entre homens e mulheres, além de ser um resultado da própria segmentação do mercado de trabalho, com menos oportunidades de progressões na carreira e com uma remuneração das mulheres, em média, inferior à dos homens.

Halfacree (2004) ressalta que as questões de gênero estão envolvidas na *tied migration* e são conectadas ao patriarcado¹⁴. A discriminação por conta do patriarcado atua tanto na esfera doméstica como no mercado de trabalho, ou seja, atua interna e externamente à família, fazendo com que a *tied migration* das mulheres seja produto e reforço desse sistema que privilegia a carreira dos homens.

No entanto, tais análises não são possíveis apenas com os dados censitários, pois estes não dispõem de perguntas relacionadas às motivações da migração nem de informações anteriores à migração, como trabalho, rendimento e estado civil, para que possam ser feitas comparações da situação dos migrantes antes e depois do deslocamento.

Uma forma de contornar, parcialmente, a limitação dos dados é averiguar se um fluxo migratório tem um perfil mais individual ou familiar, o que se faz por meio da análise da distribuição etária dos migrantes.

Como destacado por Castro e Rogers (1983) e Rogers, Little e Raymer (2010), uma das características mais reconhecidas da migração é sua seletividade etária e, assim como a composição etária da população é reflexo de seu histórico de fecundidade e mortalidade, a composição etária dos migrantes reflete as estruturas familiares e os padrões de migração.

¹⁴ Halfacree utiliza o conceito de patriarcado como um sistema de estruturas e práticas sociais em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres.

Little e Rogers (2007) mostram que a estrutura etária da população define o perfil etário de seus emigrantes em conjunto com a propensão a emigrar em cada idade. Rogers e Castro, com o desenvolvimento de seu modelo de padrão etário de migração, mostram que existe a predominância de dois tipos de perfis etários.

Um perfil com grande concentração nas idades jovens adultas indica que a migração é mais individual, ligada às idades de trabalho, ao passo que se houver, também, concentração significativa de crianças, com um pico no início, que decresce até as idades da adolescência, a migração é mais familiar, com crianças acompanhando os pais (CASTRO; ROGERS, 1983).

Os diversos estudos demonstraram que as mulheres têm maiores probabilidades de terem seus rendimentos negativamente afetados com a migração da família. Muitas são as formas em que isso ocorre e depende de outras variáveis, como pretensão de ter filhos, presença de filhos pequenos na família e nível educacional, mas não há como ignorar que as questões de gênero exercem peso nesses cenários. Mesmo não sendo possível captá-las nos dados censitários, é necessário mantê-las em mente na análise dos resultados.

Mas também é importante destacar que a capacidade de as mulheres exercerem agência dentro das famílias aumentou ao longo do tempo, principalmente por questões associadas às mudanças demográficas, como o aumento da idade no primeiro casamento, aumento do reconhecimento, social e legal de uma diversidade de formas de parceria, queda da taxa de fecundidade acompanhada de maior poder de escolha sobre quando ter filhos e o número de filhos desejados e, também, pela ampliação do acesso à educação e pelo aumento da autonomia econômica das mulheres (ONU MULHERES, 2019).

Os estudos apresentados demonstraram algumas características da migração de toda a família, mas, como apresentado anteriormente, em muitos casos a migração é feita por um ou mais membros isoladamente, mesmo que a decisão tenha sido tomada em conjunto. Pfeiffer *et al.* (2007) denomina essa situação de agregados familiares divididos: a migração de membros da família altera a composição demográfica do agregado familiar, mas o mesmo permanece como a unidade econômica e social de referência no local de origem do migrante; o tópico seguinte trata desse tipo de migração.

3.2 Migração individual, decisão familiar

Uma das maiores contribuições feitas nessa linha de pesquisa foi a da Nova Economia da Migração Laboral (NELM), que passou a considerar a decisão de migrar tomada não apenas pelo indivíduo em questão, mas sim por toda a família, na qual os custos e os retornos com a mobilidade são compartilhados. A migração passa a ser encarada como uma estratégia familiar para diversificar as fontes de rendimento, particularmente nas famílias que vivem da agropecuária e de países em desenvolvimento, onde os mercados de crédito e seguro seriam mais débeis, o que também justificaria a migração de membros da família, e não de toda ela (STARK; BLOOM, 1985).

Como exemplos, são citados casos em que mercados de seguro de safra não existem ou não estão disponíveis para todos os agricultores, com a migração de membros da família para ocupar trabalhos não relacionados à atividade agrícola, tornando-se uma forma de garantir algum rendimento para a família quando, por qualquer motivo, a colheita falhar ou mesmo contra as flutuações dos preços dos produtos agrícolas (MASSEY *et al.*, 1993).

Outra forma de rendimento das famílias, agrícolas ou não, se dá pelo salário do trabalho de seus membros. Porém, quando um dos membros não pode trabalhar, por alguma doença ou fica desempregado, há redução significativa do rendimento da família, principalmente em países que não possuem suficientes programas governamentais de seguro para tais situações, motivando a migração internacional de membros do domicílio para trabalharem em um mercado não conectado com o do restante da família (MASSEY *et al.*, 1993).

Stark (1991) ressalta que o migrante e sua família estabelecem uma espécie de contrato mútuo, na espera de que a situação seja melhor com ele do que sem ele. Por exemplo, os riscos para o migrante são muito altos, especialmente no início (como entrada em setores de baixos salários e de alto risco de desemprego), momento em que a família o apoiaria. Posteriormente, com a estabilidade do migrante, a família poderia investir em alguma tecnologia, dado que o migrante tem a possibilidade de auxiliá-la com remessas que não estão associadas às flutuações do rendimento do restante da família. A ajuda mútua entre as partes permitiria que as famílias se envolvessem em atividades de risco, que não seriam possíveis de ser realizadas sem esse apoio.

Uma das críticas feitas às abordagens familiares é justamente a não consideração das desigualdades dentro do domicílio e os conflitos de interesse por conta de gênero e de idade.

Quanto mais patriarcal a sociedade, maior será a probabilidade de que as opiniões das mulheres não tenham o mesmo peso na decisão migratória, podendo até serem pressionadas a migrar ou impedidas de fazê-lo, além de os recursos do domicílio serem provavelmente concentrados nos indivíduos com maior poder dentro dele, limitando as oportunidades dos demais (DE HAAS; FOKKEMA, 2010).

Os custos de oportunidade da migração de um membro do domicílio dependem de sua conexão com o mercado de trabalho e com a produção e reprodução do agregado familiar, o que, por sua vez, é delineado pelo gênero, que surge como uma fonte de heterogeneidade entre os membros do domicílio e da alocação de recursos entre eles (PFEIFFER *et al.*, 2007).

Se as mulheres e homens desempenham atividades diferentes, os custos de oportunidade de migração serão também diferentes. Se, por exemplo, uma mulher realiza trabalho doméstico não remunerado, sua migração pode não reduzir a produção agrícola da família, ao passo que a migração de um homem que nela trabalha impactará negativamente na produção. Porém, pode ocorrer um efeito substituição, com a migração de qualquer membro da família, ou seja, aqueles que só realizavam atividades domésticas podem passar a trabalhar na produção agrícola, e vice-versa (PFEIFFER *et al.*, 2007).

Lauby e Stark (1988) fizeram considerações sobre a migração de mulheres jovens nas Filipinas como estratégia familiar. Utilizando pesquisas nacionais (National Demographic Survey de 1973 e Status of Women Survey de 1976), foi possível associar a condição das migrantes, com foco naquelas que se deslocaram do rural para o urbano, com a ocupação do pai, o nível educacional do pai e da mãe, o número de irmãos, e com a idade, o nível educacional e a ocupação da migrante.

Os autores destacam que, como em muitas culturas, nas Filipinas as filhas são mais controladas pelos pais do que os filhos e, nesses casos, possivelmente o comportamento migratório delas também seja mais influenciado pela família. Tradicionalmente, as filhas detêm relações mais próximas com a família, mesmo depois de casadas, além de serem consideradas as responsáveis pelos cuidados dos membros da família, como dos irmãos, enquanto os filhos desfrutam de maior liberdade e há a expectativa de que sejam mais independentes (LAUBY; STARK, 1988).

Assim, apesar de as mulheres geralmente receberem menos do que os homens, são as filhas que migram para remeter dinheiro para a família, dado que a probabilidade de elas mandarem dinheiro, quando estiverem empregadas e longe da casa dos pais, é maior. Outro fator que

pesa nessa decisão é que o trabalho dos homens no campo é mais valorizado do que o das mulheres, fazendo com que a emigração de uma filha afete menos o rendimento familiar (LAUBY; STARK, 1988).

Os autores constataram que as migrantes aumentavam seu rendimento, não por ocuparem empregos de maior rendimento, mas por passarem a trabalhar mais horas do que quando residiam no campo. Após a emigração, concentravam-se em trabalhos assalariados de baixa remuneração; eram empregadas mais rapidamente e recebiam regularmente, podendo ajudar a família rapidamente e com estabilidade. Famílias com mais filhos também apresentaram maior probabilidade de mandar um membro para a cidade, possivelmente por necessitarem de mais recursos, além de a perda do trabalho no campo ser menor quanto maior a família.

Donato (1993), por sua vez, analisou a migração de mulheres do México para os EUA ao longo dos anos de 1980. Os resultados sugerem que a emigração das mulheres é afetada pelas características estruturais dos domicílios no México, mas com efeitos diferentes daqueles encontrados entre os homens. O fato de as famílias das mulheres serem proprietárias da terra reduzia a probabilidade de emigração.

Outros resultados encontrados pelo autor foram corroborados no artigo de Cerrutti e Massey (2001), que utilizaram dados do Mexican Migration Project (dados de 1982-1983 e em anos sucessivos de 1987 a 1996, em 50 comunidades mexicanas). A escolha de quem iria migrar também se demonstrou afetada pela posição do indivíduo no domicílio e pelas relações de gênero.

Os resultados apontam que os valores culturais, as expectativas, as instituições sociais e os fatores históricos e estruturais moldam as possibilidades de se migrar ou não. Majoritariamente, a migração é exercida pelos membros masculinos, enquanto o principal determinante da emigração das mulheres é o familiar. O mercado de trabalho não deixa de estar conectado com essa migração, especialmente entre as mulheres solteiras que migraram na posição de filhas (CERRUTTI; MASSEY, 2001).

Kanaiaupuni (2000) desenvolveu seu estudo utilizando a mesma fonte de dados de Curreti e Massey, destacando que, quando chegam aos EUA as imigrantes passam a desempenhar atividades econômicas, independentemente de qual havia sido a motivação da migração (motivação hipotética determinada pelo autor com base em informações indiretas disponíveis no Mexican Migration Project), o que, possivelmente, indica que o fator econômico pode

estar encoberto por outro pretexto que facilitaria a entrada no país, como a reunificação familiar.

A educação mostrou ter efeitos opostos na probabilidade de migrar: quanto maior o nível de instrução da mulher, maior era sua probabilidade de migrar, enquanto para os homens menores eram as probabilidades. Como explicação, o autor apontou os retornos obtidos no mercado de trabalho do México, que seriam impactados pela discriminação de gênero, fazendo com que o retorno do investimento no capital humano fosse maior para os homens, reduzindo sua chance de migrar, ao passo que o menor retorno obtido pelas mulheres as motivaria ainda mais a migrar.

Outro resultado importante encontrado pelo autor aponta que o status familiar afeta diferentemente homens e mulheres. No geral, a migração significou mais separação familiar do que reunificação. Além disso, o risco de migrar demonstrou-se maior para as mulheres solteiras, em comparação com as demais. Casar diminui a migração das mulheres, mas ter filhos não a afetava, então o que se espera de uma mulher casada reduz suas opções em relação à migração. Para o homem, o que afetava a possibilidade de migrar era o fato de ter filho, dado que se esperava que o marido migrasse para prover condições melhores para sua família.

Percebe-se que a estrutura e o status de cada membro dentro da família afetam a decisão de migrar, que, por sua vez, é influenciada e também impacta no bem-estar e nas relações dos indivíduos com seus familiares. A posição do indivíduo na família tem relação direta com o seu sexo, ordem de nascimento e também se altera com o avançar da idade. Algumas fases da vida estimulam muito a migração, como a fase dos estudos, da iniciação no mercado de trabalho e o casamento (HARBISON, 1981).

A importância desses eventos na tomada de decisão migratória, em conjunto com a posição e poder dos indivíduos na família, é tratada nas abordagens do ciclo de vida, em especial do familiar. Sendo assim, na sequência é realizado um breve resumo dos achados e conclusões a que se chegou através do exame da relação entre as fases do ciclo de vida familiar e a decisão e propensão a migrar.

3.3 Abordagens do ciclo de vida

A relação entre a posição do indivíduo na família e o estágio pelo qual a família passou, em que se encontra, ou, ainda, pretende atingir com as decisões migratórias, pode ser melhor compreendida por meio do conceito de ciclo de vida familiar. O conceito tem algumas variações, mas de modo geral ele é utilizado, segundo O’Rand e Kreckler (1990, p. 242, tradução nossa), para representar “processos maturacionais e geracionais dirigidos por mecanismos de reprodução em populações naturais”.¹⁵ O autor destaca que os modelos de ciclo de vida familiar consideravam, inicialmente, um modelo de família nuclear e determinavam a ordem e o tempo em que os eventos deveriam ocorrer.

O modelo básico de ciclo de vida familiar era composto pelas seguintes seis fases ordenadas: i) a fase de formação, que se iniciava com o casamento e terminava com o nascimento do primeiro filho; ii) a fase de extensão, que progredia até o nascimento do último filho; iii) a fase de extensão concluída, que perdurava até a saída do primeiro filho de casa; iv) a fase de contração, que se prolongava até a saída do último filho; v) a fase de contração completa, que terminava com a primeira morte de um dos membros do casal, e; vi) a fase de dissolução, que se estenderia até a morte do outro membro do casal, resultando na extinção do ciclo de vida familiar (BONGAARTS; BURCH; WACHTER, 1987).

As principais críticas a esse modelo foram a sua restrição a famílias nucleares, com casamentos estáveis, e a sua orientação normativa, indicando que haveria um caminho “adequado” de formação de vida familiar, ou seja, o modelo desconsiderava famílias monoparentais, casais sem filhos, o divórcio, os recasamentos, indivíduos que nunca se casaram, a mortalidade dos filhos e mesmo a migração. Além disso, as idades de transição diferem consideravelmente conforme a cultura, etnia, raça, orientação sexual e identidade de gênero (GLICK, 1977; BONGAARTS; BURCH; WACHTER, 1987).

As mudanças demográficas, como a queda da nupcialidade, o aumento de uniões estáveis e a redução de casamentos, o aumento do número de filhos que saíam da casa dos pais sem se casar, do número de filhos nascidos fora do casamento, do número de casais homossexuais, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a postergação do casamento, o aumento de casais de renda dupla e da expectativa de vida, entre outros, contribuíram para tornar o termo

¹⁵ “maturational and generational processes driven by mechanisms of reproduction in natural populations” (O’RAND; KRECKER, 1990, p. 242).

mais flexível, considerando diversos ciclos de vida familiar, e não apenas um (O'RAND; KRECKER, 1990; MCGOLDRICK; CARTER; GARCIA-PRETO, 2013).

Gilly e Enis (1982), analisando a sociedade americana, ressaltaram que muitas dessas mudanças foram conduzidas pelas mulheres, em resposta à ampliação das opções no mercado de trabalho, com mais mulheres alcançando a educação de nível superior e trabalhando mais horas, fatores que influenciaram sua relação com a maternidade. Com o aumento das opções disponíveis, reduz-se a importância da maternidade como papel central na vida das mulheres, mudanças que desencadeiam a necessidade de novas políticas sociais. McGoldrick, Carter e Garcia-Preto (2013) ressaltam que as mudanças na estrutura familiar americana foram semelhantes às que ocorreram ao redor do mundo e em diferentes níveis socioeconômicos.

Com relação ao movimento espacial das famílias e seus ciclos de vida, os estudos concentraram-se mais na relação com a mobilidade residencial e as migrações de curta distância. Leslie e Richardson já destacavam, em 1961, que havia conhecimento por parte dos estudiosos de que a mobilidade era maior entre as famílias mais jovens, por conta da formação de união, da expansão das famílias com o nascimento de um filho a mudanças no trabalho do marido.

De Jong e Graefe (2008) consideram que a teoria do curso de vida, quando utilizada nos estudos da migração, avalia as causas e as consequências do comportamento migratório enquanto influenciados pelas transições, ao longo da vida, da própria família e também do seu status socioeconômico.

Ladinsky (1967), por meio do 1960 Census of Population One-in-a-Thousand Sample dos EUA, analisou os determinantes da mobilidade geográfica de profissionais, técnicos e outros trabalhadores, considerando o status marital e o tamanho da família. O autor avaliou tanto a mobilidade dentro de um município como as migrações de curta e longa distância, e como principais determinantes da migração, utilizou idade, renda, educação, região, sexo, tamanho da família e status marital.

A mobilidade demonstrou-se associada, principalmente, com a carreira profissional e com as mudanças no ciclo de vida familiar. Constatou-se que, entre os jovens, os profissionais casados tinham maior mobilidade do que os solteiros, mas, com o passar da idade, essa tendência reduzia-se e, até mesmo, se invertia. Observou, também, que profissionais solteiros tinham maior probabilidade de se moverem a longas distâncias, e os casados a menores distâncias, o que pode indicar a preferência dos casais a ficarem mais próximos de outros

membros da família, que podem atuar como rede de suporte para a criação dos filhos (LADINSKY, 1967).

O artigo de Miller (1976) abordou as influências do ciclo de vida familiar nuclear, a orientação para famílias estendidas e as aspirações econômicas na propensão de migrar. Utilizando dados de questionários aplicados em casais de três comunidades urbanas do meio-oeste dos EUA, o autor também encontrou que aspirações econômicas eram um grande motivador da migração, mas a propensão a migrar reduzia-se com o avançar do ciclo de vida das famílias nucleares e, quanto maior a orientação para uma família estendida, menor era a propensão a migrar, ainda mais quando relacionada à família da mulher.

Nivalainen (2004) trabalhou com os determinantes da migração familiar, tanto de curta como de longa distâncias, com base em amostra de famílias estáveis finlandesas, obtida dos dados dos censos longitudinais da Statistics Finland, cobrindo alguns anos de 1970 até 1996. Os resultados demonstraram que o ciclo de vida familiar, entre outros fatores, influenciou a migração, com famílias sem filhos, ou com filhos com menos de sete anos, as mais propensas a migrar.

A presença de crianças em idade escolar reduzia significativamente a propensão a migrar, e quanto mais velha a criança menor era a probabilidade de migrar. A migração motivada pela carreira do marido também se destacou. Já nos casos em que a esposa também trabalhava, a chance de migrar se reduziu, principalmente a longas distâncias (NIVALAINEN, 2004).

De Jong e Graefe (2008), utilizando dados longitudinais da pesquisa populacional dos Estados Unidos, para os períodos de 1996-1999 e 2001-2003, da Survey of Income and Program Participation, abordaram, conjuntamente, os eventos do curso de vida familiar e da migração que atuam para melhorar ou prejudicar o bem-estar econômico da família. O argumento do estudo é de que os eventos do curso de vida familiar que ocorrem pouco antes ou logo depois da migração afetam o bem-estar econômico da família.

Entre os principais resultados, os autores observaram que casar, antes ou depois da migração interestadual, melhora os indicadores de bem-estar da família. Como fator principal, os autores citam o aumento do número de trabalhadores da família. Por outro lado, separar-se ou divorciar, antes ou depois da migração, produziu efeitos negativos na renda familiar e no emprego.

Já o efeito de ter um filho demonstrou-se misto. Porém, quando o filho nasceu logo após a migração, houve um impacto negativo no emprego e renda da família. Comumente, o nascimento de um filho demanda adaptações em relação ao trabalho, mas o resultado também sugere eventos de migração e reprodução não planejados ou mal planejados (DE JONG; GRAEFE, 2008).

Kley (2011) considerou o processo de tomada de decisão de migrar em conjunto com a perspectiva de curso de vida. O processo de migração é considerado numa sequência de três estágios: um momento de consideração da migração, seguido da fase de planejamento da migração e, por fim, a execução do movimento. A tomada de decisão de migrar é, então, considerada como fortemente influenciada pelos eventos do curso de vida.

Utilizando dados de painel da cidade de Magdeburg, na Alemanha Oriental, e Freiburg, na Alemanha Ocidental, de pessoas entre 18 e 50 anos, em 2006, a autora corroborou a ideia de que certos eventos do curso de vida aumentam o interesse pela migração e de que antecipar os eventos também desencadeiam considerações sobre migrar. Percebeu-se que, no início da vida adulta, são as oportunidades relacionadas a interesses próprios as que mais atuam nas intenções de migrar (sair da casa dos pais, iniciar no trabalho, começar uma faculdade etc.). Já em fases posteriores, são as oportunidades em relação à vida familiar as mais importantes.

A consideração do ciclo de vida familiar demonstra-se importante, porém é preciso ressaltar que os dados disponíveis pelos censos não possibilitam realizar tal análise. O que se tem é uma foto da posição dos migrantes na estrutura domiciliar do destino, nas datas de referência dos censos. Burch enfatiza que: “dados agregados em um determinado momento capturam famílias em diferentes estágios deste ciclo de vida e, portanto, podem obscurecer variações temporais importantes” (1979, p. 177, tradução nossa).¹⁶

Além disso, o que é observado é a estrutura domiciliar, não a familiar, principalmente num momento em que essa composição pode ser apenas transitória para muitos migrantes, por ser próxima ao momento do deslocamento, sendo um dos objetivos da tese analisar justamente esses arranjos envolvidos na migração e que desempenham papel importante na consolidação do deslocamento.

¹⁶ “aggregate data at one point in time catch households at different stages of this life cycle and thus may obscure important temporal variations” (BURCH, 1979, p. 177).

3.4 Estudos no Brasil

Sobre a migração interna no Brasil, poucos são os estudos que abordam a unidade domiciliar ou familiar. Como expoente é abordada a tese de Chaves (2009), que trata da migração interna feminina na década de 1980 por meio dos dados censitários de 1991, com perguntas que foram feitas apenas nesse censo. A autora elabora variáveis explicativas que mostram o estado conjugal no momento da migração e a posição no domicílio na data do censo, tendo como finalidade inferir sobre o grau de autonomia, dependência ou associação da migração feminina.

Os resultados demonstraram maior concentração das mulheres migrantes nas idades jovens, nas quais a migração é mais intensa, sobretudo nos movimentos intraestaduais. A análise da autora concentrou-se nos estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. A maioria dos migrantes realizou o deslocamento quando solteiros, seguidos pelos casados. Os solteiros é que foram o ponto central da análise, dado que foi possível acompanhar a evolução do estado conjugal apenas para essa categoria (CHAVES, 2009).

Grande parte da migração de jovens solteiros pôde ser enquadrada como migração domiciliar, pois se encontrava, na data do censo, na posição de filhos do chefe do domicílio. Na sequência, estavam os que já se encontravam como chefes (maioria homens) ou cônjuges (maioria mulheres). A participação das mulheres, como chefes do domicílio, não apresentou variações com o tempo decorrido após a migração, indicando que as mulheres que migraram solteiras e eram chefes do domicílio na data do censo, possivelmente, quando migraram já estavam nessa posição. Efeito oposto houve entre aquelas que se encontravam no domicílio, em 1991, como domésticas; quanto maior o tempo decorrido após a migração, menor a concentração nessa posição (CHAVES, 2009).

As mulheres cônjuges foram as com menor participação no mercado de trabalho, especialmente entre aquelas que migraram nessa posição. Destaca-se, também, a importância do trabalho doméstico, exercido por grande parcela das mulheres, principalmente entre as mais jovens e com menos tempo após a migração, indicando a importância dessa atividade no início da vida laboral, que contribui para a realização da migração feminina de forma autônoma (CHAVES, 2009).

Marden Campos é outro autor que analisou a composição domiciliar do migrante no destino com base em dados censitários. O autor tem como alvo usar essa estrutura como *proxy* da

composição familiar do migrante no momento da migração, o que pode ser indício de quão independente ou familiar foi o movimento. O autor afirma que o status migratório dos membros do domicílio, associado às informações sobre suas relações de parentesco e idade, alicerçam suposições mais robustas sobre a fase do ciclo de vida em que as pessoas migraram.

Em artigo de 2012, derivado de sua tese, o autor tem como objetivo a análise da migração de idosos de São Paulo para Minas Gerais. Para isso, utilizou dados dos Censos de 1980 até 2010 e definiu a estrutura domiciliar por meio da composição dos domicílios em termos de migrantes, acabando por descrever brevemente a estrutura domiciliar no destino dos migrantes de última etapa. Foram classificados os domicílios entre os que eram compostos apenas por migrantes, aqueles em que residiam também não migrantes e os unipessoais.

A maior concentração de pessoas que migraram com todo o domicílio deu-se entre os indivíduos de 5 e 14 anos, seguidos daqueles entre 30 e 40 anos, indicando uma migração realizada no início do ciclo de vida familiar. A partir dos 15 anos, a concentração de migração de casais foi aumentando, mas ela se reduz a partir dos 30 anos, o que pode estar associado com o nascimento de filhos. Após os 45 anos, ela volta a crescer. Indivíduos de até 4 anos e com 80 anos ou mais concentravam-se mais na migração para domicílios já estabelecidos, o que poderia estar relacionado à necessidade de cuidados (CAMPOS, 2012).

Campos (2012) também encontrou que a estrutura domiciliar da migração diferenciou-se por sexo do migrante; as mulheres tiveram maior concentração entre os que migraram sós ou com todo o domicílio; entre os que migraram apenas com os cônjuges, os homens foram sempre maioria. Já nos domicílios onde também moravam não migrantes, eram maioria os migrantes homens, na década de 1990; nas décadas de 1980 e 2000, as mulheres eram maioria.

Em 2018, Campos analisou a migração em todo o ciclo de vida dos imigrantes da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), por meio dos dados da última etapa do Censo de 2010. As variáveis centrais do artigo foram o perfil etário de migração, indicativo do ciclo de vida individual e a composição domiciliar dos migrantes no destino. Esta, por sua vez, atua como indicador da estrutura domiciliar da migração (semelhante ao que foi feito em seu artigo de 2012). Além disso, foram utilizadas informações sobre sexo, Unidade de Federação de nascimento e de residência anterior, nível de instrução, atividade econômica e renda.

Os imigrantes foram alocados em quatro categorias: os que residiam em domicílio unipessoal; os que residiam com um cônjuge, também migrante da década, inclusive aqueles que tiveram filhos após migrarem; os que residiam em um domicílio composto apenas por migrantes da

década; os que residiam em um domicílio onde pelo menos uma pessoa não era migrante da década (CAMPOS, 2018).

Os resultados apontaram que os imigrantes intraestaduais concentravam-se mais nas idades de 25 a 39 anos e também de crianças de 5 a 9 anos, indicando uma migração familiar, enquanto os imigrantes originados em outros estados concentravam-se nas idades de 20 a 34 anos, o que sugere um peso maior de uma migração associada ao mercado de trabalho (CAMPOS, 2018).

Os imigrantes com origem em outros estados apresentaram níveis de instrução inferiores e houve uma concentração maior, em comparação com os não migrantes e os migrantes intraestaduais, de homens que trabalhavam na construção civil e de mulheres que trabalhavam no serviço doméstico. Já os migrantes intraestaduais apresentaram níveis educacionais mais elevados, inclusive em relação aos não migrantes, e distribuição entre as atividades econômicas próximas à dos não migrantes (CAMPOS, 2018).

A maioria dos migrantes intraestaduais (55%) residia em domicílios em que todos os moradores eram imigrantes na RMSP na década, seguidos de domicílios já estabelecidos na sua chegada (o que dá indícios da importância da rede de suporte para a migração) e, em menor medida, estavam em domicílios com apenas o cônjuge e em domicílios unipessoais. Os migrantes interestaduais apresentaram a mesma ordem, mas a concentração em domicílios em que todos eram imigrantes na década foi menor do que a dos intraestaduais (CAMPOS, 2018).

Dantas (2017) analisou, em sua tese, a migração para e nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador, nas décadas de 1990 e 2000, utilizando dados censitários. O autor destaca que os dados censitários não possibilitam o estabelecimento de causalidade, inviabilizando identificar as motivações da migração, ou estabelecer se a migração foi familiar ou se a família formou-se após a migração.

O autor utilizou a família domiciliar dos migrantes no destino como *proxy* do arranjo domiciliar no momento da migração, sendo feita uma associação entre os arranjos domiciliares (unipessoal, nucleares, composto por casal sem filho, casal com filho e monoparental e famílias estendidas) e os tipos de migração. Focando nos resultados envolvendo as famílias domiciliares, destacam-se algumas mudanças demográficas condizentes com a transição: redução do peso dos arranjos de casal com filhos e aumento dos unipessoais, casal sem filhos e monoparentais.

Houve grande participação dos arranjos nucleares entre os migrantes, maior inclusive do que entre os não migrantes. Pela idade dos casais e dos filhos, observou-se concentração nos estágios iniciais do ciclo de vida, o que condiz com a seletividade etária da migração (DANTAS, 2017).

Os arranjos monoparentais predominaram nos deslocamentos de curta distância (intrametropolitano e intraestadual), com destaque para grande presença feminina e de membros entre 5 e 14 anos, além de baixa renda domiciliar *per capita*. Já os arranjos nucleares de casal com filho concentraram-se nos deslocamentos mais longos. Seus membros tinham maior probabilidade de estarem em idade economicamente ativa, trabalhando, e o rendimento domiciliar *per capita* era maior. Porém, quando o movimento foi de curta distância, observou-se, também baixo rendimento e presença de filhos menores de 16 anos. Por sua vez, os arranjos de família estendida não apresentaram padrões definidos (DANTAS, 2017).

O autor demonstra que diferentes atributos dos indivíduos e dos arranjos domiciliares estavam associados a diferentes tipos de deslocamento. Os resultados apontaram que os movimentos de curta distância são de maior fragilidade socioeconômica, em comparação com os de longa distância, e também indicaram que a presença de filhos mais jovens pode exercer pressão sobre a renda *per capita* domiciliar.

Outro resultado importante foi a identificação da predominância das mulheres migrantes em domicílios com menor renda e seu papel predominante de cônjuge, enquanto os homens eram mais associados ao trabalho, à posição de responsável e a maiores níveis de renda, indicando que muitas mulheres poderiam ser *tied movers*. Assim, a hipótese central da tese de que a família domiciliar molda o comportamento individual e de grupo dos migrantes foi confirmada (DANTAS, 2017).

As pesquisas demonstraram que a família desempenha um papel importante na decisão de migrar da maioria dos indivíduos. Conforme sua composição e estágio do ciclo de vida, ela pode atuar tanto inibindo a migração como incentivando ou influenciando o local de destino. Porém, apesar de sua importância confirmada, por muito tempo, e ainda na atualidade, as relações familiares não são consideradas em grande parte dos estudos.

A falta de estudos da família na migração é reflexo, em parte, da ausência de dados disponíveis, porém também indica que essa negligência ocorre por ser a família mais associada às mulheres do que aos homens e pelo papel das mulheres e sua migração não ser,

ainda, igualmente considerado e valorizado como o dos homens. Diante disso, um dos objetivos desta pesquisa é contribuir para reduzir essa lacuna, mesmo diante da limitação dos dados.

4 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

O desenvolvimento econômico, como descrito por Boserup (1970), tem como uma de suas características a transição de uma situação na qual a produção e o consumo de bens e serviços se dão no grupo familiar, para outra em que um padrão intrincado de especialização laboral predomina, com a unidade familiar de produção sendo substituída pela troca de bens e serviços.

A autora enfatiza que, mesmo nos estágios iniciais de desenvolvimento econômico, havia uma divisão do trabalho na família, baseada, na maioria das vezes, nos fatores idade e sexo dos seus membros. Essa divisão passou a ser entendida como “natural”, mesmo significando atribuições de atividades diferentes em sociedade distintas.

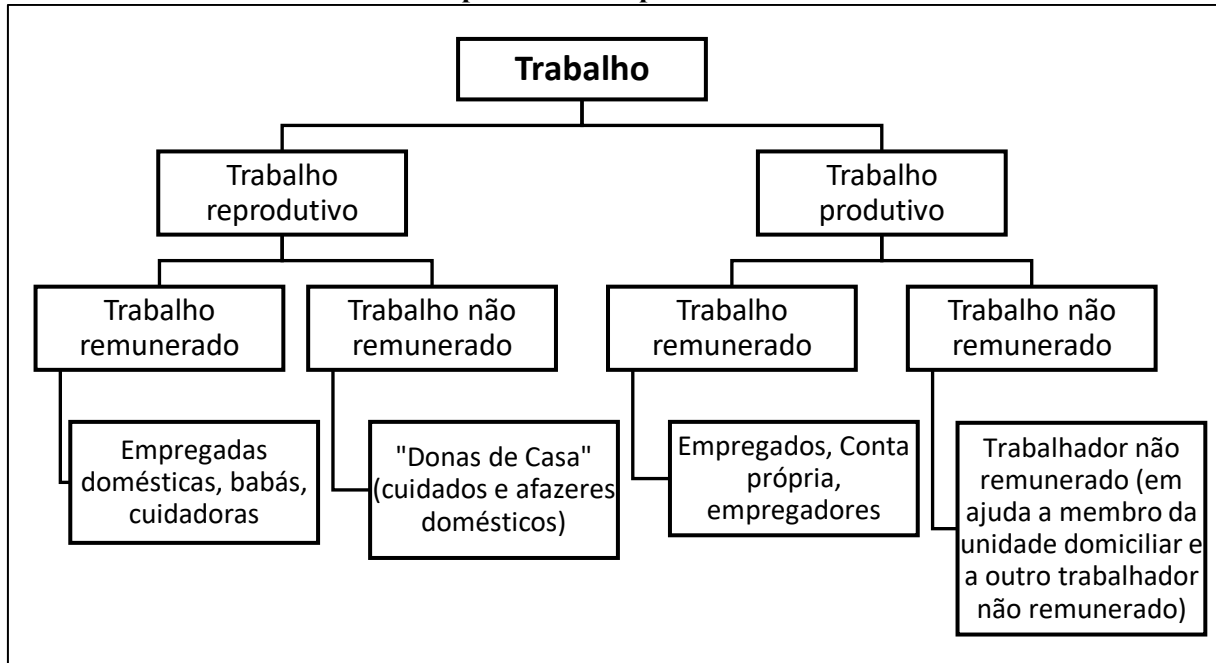
Contudo, apesar da variação nas tarefas assumidas, de forma geral, os homens eram responsáveis pela esfera produtiva, enquanto as mulheres ficavam encarregadas do âmbito domiciliar, denominado de esfera reprodutiva. Com a Revolução Industrial e a maior especialização laboral, houve o fortalecimento da divisão sexual do trabalho: espera-se dos homens o desenvolvimento de um trabalho produtivo assalariado e das mulheres o desempenho do trabalho reprodutivo e sem remuneração (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982).

Essa divisão também é retratada na literatura como a da esfera pública e a da esfera privada. A esfera pública é entendida como a produtiva, do mundo do trabalho e da política, de maior poder social e vista como de domínio e responsabilidade dos homens. A esfera privada é entendida como a doméstica, de reprodução, tendo sido socialmente atribuída como de domínio e responsabilidade das mulheres. A visão de que as mulheres são aptas “naturalmente” para a esfera privada provocou uma dependência das mulheres aos homens e a subordinação da família a eles (OKIN, 2008).

Truong (1996) ressalta que nenhum sistema de produção (ou seja, a esfera pública), opera sem um sistema de reprodução (a esfera privada). Segundo a autora, o conceito de reprodução, de uma perspectiva feminista, pode ser entendido por três diferentes significados interligados. Seriam eles (i) a própria reprodução humana, (ii) a manutenção dos seres humanos ao longo de seu ciclo de vida, e (iii) a reprodução sistêmica, que seria a manutenção de determinadas estruturas capazes de recriar e sustentar determinado sistema social.

O diagrama da Figura 1 ilustra a divisão do trabalho como trabalho produtivo e reprodutivo, subdividido entre o trabalho remunerado e não remunerado. Além disso, uma situação que não está retratada, mas que ocorre muito e se intensificou com a flexibilização do trabalho é a de realização do trabalho produtivo e reprodutivo simultaneamente.

Figura 1 – Diagrama da divisão do trabalho entre remunerado e não remunerado e entre produtivo e reprodutivo



Fonte: Adaptado de Soares (2016).

É importante frisar que, na maioria das vezes, são as mulheres que desempenham o trabalho reprodutivo, independentemente de ser remunerado ou não, evidenciando como a divisão sexual do trabalho é a definição social de quais são atividades que devem ser desempenhadas por mulheres e quais por homens.

No entanto, a divisão sexual do trabalho,¹⁷ como descrita por Hirata e Kergoat (2007), não se resume apenas à separação das atividades por sexo, ela também refere-se à questão de que o trabalho desempenhado pelos homens “vale” mais do que o das mulheres. Estabelece-se um princípio hierárquico na sociedade que valoriza mais as tarefas realizadas pelos homens, em comparação com as desempenhadas pelas mulheres.

Como citado anteriormente, a divisão sexual do trabalho existe desde os primórdios e em praticamente todos os tipos de organização social e familiar conhecidas, mesmo que sua

¹⁷ Para uma breve revisão do surgimento do conceito de divisão sexual do trabalho na França, ver Hirata e Kergoat (2007).

configuração varie, ou seja, tal divisão demonstra-se maleável no tempo e no espaço, porém a distância entre os sexos mantém-se praticamente inalterada e resistente a mudanças (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A responsabilidade das mulheres pelo trabalho reprodutivo impacta fortemente em suas atuações no trabalho produtivo, sendo imprescindível que maiores considerações sejam feitas, quando se abordam a inserção e a situação femininas no mercado de trabalho, em comparação com a masculina.

Nunca é demais repetir que a manutenção de um modelo de família patriarcal, segundo o qual cabe às mulheres as responsabilidades domésticas e socializadoras, bem como a persistência de uma identidade construída em torno do mundo doméstico condiciona a participação feminina no mercado de trabalho a outros fatores além daqueles que se referem à sua qualificação e à oferta de emprego, como no caso dos homens. A constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como o estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, assim como as características do grupo familiar, como o ciclo de vida e a estrutura familiar. Fatores como esses afetam a participação feminina, mas não a masculina, no mercado de trabalho. O importante a registrar é que o trabalho das mulheres não depende apenas da demanda do mercado e das suas necessidades e qualificações para atendê-la, mas decorre também de uma articulação complexa, e em permanente transformação, dos fatores mencionados (BRUSCHINI, 2000, p. 16-17).

Na verdade, a ideia de o trabalho reprodutivo das mulheres ser um produto natural das relações sexuais retira seu valor na sociedade é considerado como algo intrínseco e não demandante de dedicação e esforço. De fato, o trabalho desempenhado na esfera privada foi excluído por muito tempo das teorias do capitalismo, fato que exacerba a desvalorização do mesmo na sociedade (CHABAUD; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 1986).

Também é preciso considerar que a atuação das mulheres nas esferas reprodutiva e produtiva e as relações de gênero são impactadas por diversos fatores, sendo a raça e a classe socioeconômica alguns dos mais significativos. Walby (1997) enfatiza que o emprego não é um meio de emancipação para todas; para mulheres de classes mais baixas, muitas vezes, o trabalho disponível é pouco e mal remunerado, não fazendo frente à necessidade do trabalho reprodutivo das mulheres.

As mulheres negras, além de terem maior probabilidade de estarem em classes mais baixas e serem menos escolarizadas, enfrentam maiores barreiras estruturais e culturais para romperem com os papéis tradicionais da divisão sexual do trabalho. Heringer e Miranda (2005), por meio da base de dados do Programa Internacional de Pesquisas Sociais (ISSP), realizado em

2003, comprovam que a raça tem influência nas percepções dos papéis que homens e mulheres devem desempenhar.

Como *proxy* para medir as percepções dos entrevistados, a seguinte afirmação foi feita: “os homens devem ganhar dinheiro e as mulheres, cuidar da casa”. Os que concordavam com a frase foram classificados como tendo uma visão mais tradicional de quais devem ser os papéis desempenhados por homens e mulheres. Os resultados demonstraram que os entrevistados negros concordavam mais com a frase do que os brancos (55,4% dos homens negros e 46,8% dos brancos concordavam e, entre as mulheres, os valores foram, respectivamente, 46,2% e 42,5%).

Outras situações que pesam no trabalho feminino são as transições demográfica e educacional, em movimento nas décadas consideradas na tese, resultando diferentes cenários para mulheres de coortes distintas. De modo geral, as mulheres mais jovens tiveram muito mais acesso à educação e a mais opções no mercado de trabalho do que as mulheres mais velhas, que se depararam com maiores barreiras para sua atuação produtiva quando mais jovens, o que afetou sua relação com o mercado de trabalho em todo o seu ciclo de vida (WALBY, 1997).

Como Zlotnik (2000) relembra, a decisão de migrar é restringida por um conjunto de fatores. Entre eles, o ativo econômico à disposição do migrante e suas habilidades e qualificações são cruciais. Como as mulheres são desfavorecidas no acesso e controle desses recursos e têm seu capital humano desvalorizado socialmente, a migração de forma independente torna-se mais difícil. Apesar disso, observa-se aumento no número de mulheres que migram por conta própria em busca de emprego, sendo que as mulheres migrantes têm, geralmente, taxas de participação na força de trabalho maiores do que as não migrantes.

Tal situação indica que a migração pode ser ainda uma fonte de ascensão social para as mulheres, principalmente em fluxos como o analisado por Jacquet (2003), de migrantes não qualificados que saem do interior para a capital, com a migração incitada pelos constrangimentos econômicos e estimulada pela oportunidade de elevação de status socioeconômico.

Ressalta-se que a migração não é apenas delimitada pelas relações de gênero, ela também pode alterá-las. As redes sociais dos migrantes conectam a origem e o destino, e os migrantes podem exportar ideias, normas, práticas, comportamentos, identidades e capital social para a origem, que foram adquiridos no destino, o que pode incluir relações de gênero mais

equilibradas com um papel transformador na sociedade. Mas é preciso destacar que as mudanças são geralmente lentas e os resultados podem ser mistos, com melhoras em alguns quesitos e aumento do conflito em outros (LEVITT; LAMBA-NIEVES, 2011; ONU MULHERES, 2019).

Assim, um breve resumo sobre as principais questões envolvidas no trabalho reprodutivo e produtivo das mulheres, feito a seguir, é crucial para a compreensão de sua inserção e da situação delas no mercado de trabalho brasileiro. Consequentemente, isso é fundamental também para a compreensão da própria migração feminina, dada a importância do fator econômico na decisão de migrar, bem como das relações familiares.

4.1 Panorama brasileiro

O mercado de trabalho brasileiro apresentou melhora nas relações de gênero nas últimas décadas, porém ao mesmo tempo seus resultados mostram como essa melhora é uma revolução incompleta no país. De um lado, tem-se a grande inserção das mulheres na população economicamente ativa, a ampliação das ocupações desempenhadas por elas, a redução dos diferenciais de rendimento entre homens e mulheres. Do outro, permanece uma maior taxa de desemprego em comparação com os homens, a persistente segregação ocupacional nos estratos inferiores de renda e diferenciais de rendimento significativos, especialmente nos estratos mais altos da distribuição (ALVES; CORRÊA, 2009).

Alguns dos principais fatores que tornam a inserção e a situação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho diferente do que ocorre com os homens são expostos a seguir. O foco é o período abordado pela tese, ou seja, as décadas de 1980, 1990 e 2000. Inicia-se com a relação entre a esfera de trabalho e a doméstica e seu impacto na inserção laboral das mulheres, segue-se para a evolução da participação feminina na População Econômica Ativa (PEA),¹⁸ passa-se para a segregação ocupacional e as condições de trabalho e, por fim, comenta-se sobre os avanços educacionais e as diferenças de rendimento entre os sexos.

¹⁸ A População Economicamente Ativa é composta pelas pessoas ocupadas e pelas desocupadas. Por sua vez, as pessoas ocupadas são aquelas que trabalhavam, e as desocupadas as que não realizavam algum tipo de trabalho no período de referência, mas que estavam tomando alguma providência para conseguir trabalho.

4.1.1 Trabalho reprodutivo e trabalho produtivo

Como mencionado, o trabalho de cuidado de dependentes e dos afazeres domésticos (trabalho reprodutivo) é entendido como de responsabilidade das mulheres e é pouco valorizado socialmente. Por isso, ao pensar na relação entre a atuação das mulheres nas esferas privada e pública, inicia-se por destacar como o trabalho na esfera domiciliar é importante para o sustento e a reprodução da sociedade.

O Relatório da ONU Mulheres – *Families in a Changing World: Progress of the World's Women* – estima que, globalmente, as mulheres realizam três vezes mais trabalho doméstico e de cuidados não remunerado do que os homens, e condições como residir na área rural, em domicílios pobres, ser casada e ter filhos pequenos aumentam as horas trabalhadas das mulheres (ONU MULHERES, 2019).

Para elucidar a questão, os trabalhos que se dedicam a mensurar o valor do trabalho doméstico não remunerado são fundamentais. O artigo de Melo, Considera e Sabato (2007) propõe uma metodologia para incluir na contabilidade do Produto Interno Bruto (PIB) uma forma de mensurar os afazeres domésticos.

Estimando o valor do trabalho doméstico, com base no valor recebido pelos que exercem essa atividade e são remunerados, e imputando esse valor nos dados da PNAD sobre horas despendidas em afazeres domésticos, os autores estimaram que o total dos afazeres domésticos corresponderia a cerca de 11% do PIB dos anos de 2001 a 2005. Desagregando os dados por sexo, os autores mostram que as mulheres geraram 82% desse valor, dado que são a maioria dos que realizam essas tarefas e também por muito mais horas.

A tese de Jesus (2018) também é um avanço nesse sentido. A autora estimou o valor econômico das atividades domésticas desempenhadas na esfera privada, por meio das contas nacionais de transferência de tempo de trabalho doméstico não remunerado no Brasil, que envolvem sua produção, seu consumo e sua transferência entre pessoas. Além disso, também estimou-se a contribuição da produção agregada do trabalho doméstico para o PIB brasileiro, pela valoração do trabalho doméstico, com base no rendimento observado nas ocupações de serviço doméstico e de cuidado de crianças.

As estimativas de Jesus (2018) foram feitas para o ano de 2013, com dados da PNAD. Os resultados encontrados confirmam o fato de que a consideração apenas da produção remunerada no mercado de trabalho acarretou subestimação significativa da verdadeira

contribuição feminina para as famílias e comunidades, dado que, se o trabalho doméstico não fosse feito por elas, seria necessário contratar o serviço.

Entre os principais resultados obtidos pela autora, destaca-se que os homens consomem mais trabalho doméstico do que produzem, ao longo de todo seu ciclo de vida, enquanto as mulheres passam, na adolescência, a produzir mais do que consomem e permanecem nessa condição até a velhice, consumindo mais do que produzindo apenas a partir dos 85 anos (JESUS, 2018).

Outro achado importante foi o de padrões distintos, por nível de renda domiciliar *per capita*. Verificou-se que quanto maior a renda, mais tempo decorria para as mulheres passarem a ser produtoras líquidas, ou seja, elas eram mais velhas do que as de menor renda, quando começaram a produzir mais do que consumir. Além disso, as de maior renda também deixavam de o ser antes daquelas de menor renda; ambas as situações contribuem para reduzir o tempo passado pelas mulheres de maior renda como produtoras líquidas de trabalho doméstico (JESUS, 2018).

Por meio do método de valoração do trabalho doméstico, com base no rendimento observado nas ocupações de serviços domésticos e de cuidados de criança, a autora estimou que em 2013 a produção do trabalho doméstico representou 10,4% do PIB brasileiro. Assim, ao incluir os dados sobre reprodução, em conjunto com os de produção, é possível verificar que as mulheres contribuem tanto quanto os homens para a economia do país (JESUS, 2018).

O trabalho desempenhado na esfera privada tem impacto direto na disponibilidade das mulheres para atuarem no mercado de trabalho. Como exemplo, têm-se os trabalhos que mostram as penalidades sofridas pelas mulheres, na esfera produtiva, com o nascimento de um filho. Essas penalidades vão desde a redução da participação no mercado de trabalho, com queda nos rendimentos, até a inserção em ocupações de menor prestígio.

A tese de Paulo (2013) fornece um panorama sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, com relação à maternidade e ao nascimento do primeiro filho. Para analisar a relação entre adiamento da maternidade e o nível de escolaridade, foram utilizados os Censos de 1980 a 2010 e as PNADs de 1984, 1992, 1998, 2004 e 2009 a fim de averiguar a relação entre nascimento do primeiro filho e os rendimentos e verificar a adequação entre escolaridade e ocupação exercida.

A autora observa o adiamento da fecundidade das mulheres mais instruídas, o que já mostra a relação negativa entre o nascimento de um filho e o salário das mulheres. Além disso, o salário das mulheres que eram mães foi, em média, inferior ao das demais, sendo que a diferença aumentou no período. Em 1984 essa diferença era de -9% e, em 2009, -37%.

A penalidade da maternidade no rendimento foi observada em todos os estratos. No entanto, as mulheres com maior escolaridade podem ser mais afetadas pelo comprometimento da formação de seu capital humano, por causa da descontinuidade do seu trabalho. Entre as mais pobres o que mais pesa é a falta de instituições públicas de cuidado, obrigando-as a executar trabalhos mais flexíveis, que permitam cuidar dos filhos, os quais são geralmente informais, pouco remunerados e de menor prestígio (PAULO, 2013).

O estudo de Wajnman (2016) demonstra que não é apenas o nascimento de um filho que interfere no trabalho produtivo da mulher, conforme aponta a estimação da razão de chance de participação no mercado de trabalho de mulheres que têm cônjuge, das que têm filho em idade pré-escolar e das que têm filho em idade escolar, com base na PNAD de 2014.

Os resultados denotam a existência de penalidades para as mulheres que são mães, como já destacado, mas também daquelas que eram apenas cônjuges. Ambas as condições reduziram as chances de a mulher atuar no mercado de trabalho e também aumentaram as chances de ela estar em trabalhos precários, em jornadas parciais e como autônomas, em comparação com as mulheres que não se encontravam nessas condições (WAJNMAN, 2016).

No entanto, é importante pontuar que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, desde a década de 1980, ocorreu, em grande parte, justamente pelo crescimento da taxa de participação das mulheres que eram cônjuges do chefe do domicílio. Assim, as trabalhadoras que eram caracterizadas, até o final dos anos 1970, como jovens, solteiras e sem filhos, passam a ser mais velhas, casadas e mães (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1996; BRUSCHINI, 2000; SOARES; IZAKI, 2002).

A maior participação feminina no mercado de trabalho, especialmente das casadas e mães foi, em parte, uma resposta à pressão econômica por conta do empobrecimento da classe média, da diversificação do consumo, da precarização dos sistemas públicos de atendimento,¹⁹ o qual

¹⁹ Os principais modelos de sistema de cuidados no Brasil são o Sistema Educacional, o Sistema de Saúde e o Sistema de Proteção Social. No primeiro a oferta de creches e pré-escolas públicas é muito aquém da demanda; no de saúde, além de a oferta não ser suficiente é, em muitos casos, precário, e por fim; o sistema de proteção social se concentrava na concessão de benefícios assistenciais às pessoas idosas e aos portadores de deficiência em condição de vulnerabilidade (SOARES, 2016).

resulta na necessidade de essa classe arcar com os custos da educação e saúde e, também, na mudança cultural, com as mulheres assumindo novos valores relativos a seu papel na sociedade, voltando-se, cada vez mais, para a esfera pública (BRUSCHINI, 2000; BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001/2002).

A maior participação das mulheres casadas na esfera produtiva deveria ser acompanhada por maior atuação dos homens nas atividades domésticas, para que uma igualdade nas relações entre os sexos e no mercado de trabalho fosse alcançada. No entanto, a maior atuação masculina na esfera privada mantém-se muito baixa, o que pode ser verificado pelas horas despendidas em afazeres domésticos.

Pelos dados da PNAD de 2006, Soares (2008) verificou que 90% das mulheres realizavam algum afazer doméstico, enquanto só 50% dos homens também o faziam e, ainda, enquanto as horas despendidas nessas tarefas foram de, em média, quase 25 horas semanais para as mulheres, os homens trabalharam apenas dez horas semanais.

Os afazeres domésticos também variam em relação à idade, escolaridade e ao rendimento. Nas idades de 10 a 17 anos, as mulheres despendiam, em média, 13,7 horas, e os homens, 8,1 horas. Ao passo que, com o avançar da idade, os homens pouco aumentam as horas trabalhadas (chegam a 13,1 horas, aos 60 anos e mais), as mulheres aumentam significativamente as horas dedicadas aos afazeres domésticos, chegando ao pico de 29,8 horas semanais na faixa dos 50 a 59 anos (SOARES, 2008).

No que se refere à escolaridade, verifica-se queda das horas médias dedicadas aos afazeres domésticos daqueles com 12 anos ou mais de estudo, em relação aos demais. As mulheres dedicavam, em média, 19,1 horas e, os homens, 8,9 horas, enquanto os que tinham no máximo 4 anos de estudo dedicavam, respectivamente, 27,1 horas e 10,4 horas. Já com relação ao rendimento houve queda do número médio de horas trabalhadas nos afazeres domésticos, de mulheres e de homens, conforme aumenta o rendimento familiar *per capita*.

Na PNAD Contínua de 2016 realizou-se a investigação separada para o tempo dedicado aos afazeres domésticos e o dedicado ao cuidado de outras pessoas. Os resultados mostraram que 90,3% das mulheres e 72,6% dos homens realizavam afazeres domésticos. Com relação ao cuidado, 32,7% das mulheres e 21,1% dos homens, com 16 anos ou mais, declararam cuidar de pessoas no domicílio ou de parentes que residiam em outro domicílio. Novamente, o diferencial por rendimento familiar *per capita* foi significativo (SOARES, 2018).

O que ocorre em muitos casos, entre os que dispõem de rendimentos maiores não é uma divisão mais equilibrada das tarefas de cuidado e afazeres domésticos, mas sim a contratação de uma empregada doméstica para solucionar o conflito entre o casal e dar maior liberdade para a mulher que contrata o serviço dedicar-se ao trabalho produtivo.

Guerra (2017, p. 28-29) enfatiza que:

Na verdade, o trabalho doméstico remunerado no Brasil é e sempre foi uma ocupação majoritariamente feminina e negra. Esse arranjo começou nos tempos da escravidão e suas mucamas; sofreu influências da cultura patriarcal de contínua desvalorização do trabalho reprodutivo; sobreviveu à modernização do país, em função do modelo de desenvolvimento concentrador de renda; e funciona, até hoje, como porta de acesso e nicho de permanência no mercado de trabalho para grande parte das mulheres pobres, negras e pouco escolarizadas, principalmente em períodos de contração do emprego. Por isto, o peso relativo do ofício na estrutura ocupacional feminina ainda é tão elevado. Em 2010, 15,8% do total de mulheres ocupadas tinham no setor a sua principal fonte de renda, sendo aproximadamente uma profissional a cada grupo de seis mulheres em atividade. No caso das mulheres negras, essa proporção era ainda maior: 21%, considerando as pretas e pardas, contra 11,5%, para as demais. Entre os homens, a proporção não alcançava 1%.

O Brasil detém grande contingente de mulheres trabalhando como empregadas domésticas, no entanto, a oferta dessa mão de obra vem diminuindo no decorrer do tempo. Guerra (2017) cita as mudanças culturais como uma importante contribuição para isso; as mulheres mais jovens têm demonstrado resistência a exercer essa atividade, por conta de sua pouca valorização econômica e social, sendo o aumento da escolaridade um fator crucial para o aumento da resistência.

Apesar disso, a autora ressalta que essa atividade pode permanecer por longo período, entre as de maior absorção da mão de obra feminina. Isso, em razão das grandes desigualdades da sociedade brasileira e, também, pelo provável aumento da demanda por esse tipo de trabalho, principalmente pela elevação da longevidade, da maior participação das mulheres no mercado de trabalho, das mudanças na estrutura das famílias e da ineficiência de políticas públicas que auxiliem no cuidado de dependentes e que possibilitem a conciliação entre esfera pública e privada.

O trabalho doméstico foi a principal porta de entrada para as migrantes internas que saíam das áreas rurais para as áreas urbanas, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Era um trabalho que “ajudava” no rendimento da família, exercido majoritariamente por jovens pouco escolarizadas e sem experiência (MELO, 1998).

Como parte da feminização da migração, espera-se que o trabalho de empregada doméstica reduza sua importância no período considerado, por conta do grande avanço alcançado em relação à educação das mulheres. Na sequência, é abordada a evolução da participação das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas.

4.1.2 Participação na População Economicamente Ativa e taxas de atividade das mulheres

A participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro é marcada pelo constante e significativo aumento desde a metade dos anos 1970. Muitos fatores estão envolvidos no aumento dessa participação, como a queda da fecundidade, o envelhecimento populacional, a redução do tamanho das famílias, o aumento dos arranjos familiares chefiados por mulheres, a expansão educacional, o processo de urbanização, o crescimento do setor terciário da economia e a deterioração dos salários reais (BRUSCHINI, 2007; ALVES; CORRÊA, 2009).

Cabe destacar que os movimentos feministas e a crescente atuação das mulheres nos espaços públicos foram cruciais na transformação dos padrões comportamentais e nos valores em relação ao papel social das mulheres, contribuindo para que elas se voltassem cada vez mais para a esfera pública de vida (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1996; LIBERATO; QUEIROZ; WAJNMAN, 1998).

Soares e Izaki (2002), utilizando dados das PNADs, destacam que, em 1977, cerca de 32% das mulheres, de 10 anos e mais de idade, participavam do mercado de trabalho, ou seja, integravam a População Economicamente Ativa (PEA), enquanto a participação dos homens era de 73%. Essa diferença entre homens e mulheres foi se reduzindo, desde então.

No ano de 2002, pelos dados da PNAD, as mulheres economicamente ativas passaram a representar 50% de todas as mulheres. Os homens sempre tiveram elevada participação, porém houve uma redução ao longo do tempo. Em 1985 e 1989, anos de pico, 76% eram economicamente ativos, e nos primeiros anos da década de 2010 esse valor caiu para 70%. Para Alves (2016), a queda da taxa de atividade masculina pode ser entendida, pelo menos em parte, como uma resposta ao processo de modernização do país, com os homens passando mais tempo na escola e saindo mais cedo da força de trabalho devido ao aumento da cobertura da previdência social.

Tanto o aumento da participação feminina como a redução da participação masculina produziram significativa redução do hiato entre os sexos, sendo que o primeiro teve maior peso para a queda. A diferença na participação entre homens e mulheres economicamente ativos era de 41 pontos percentuais, em 1977, passando para 19 pontos percentuais em 2015.²⁰

O Gráfico 1 apresenta as informações sobre a taxa de atividade de homens e mulheres, por faixa etária, com base nos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, além de separar as informações por sexo. A taxa de atividade é a porcentagem do total de pessoas, com 10 anos ou mais, que eram economicamente ativas. Apesar de os valores encontrados pelos censos serem sempre inferiores aos obtidos pelas PNADs, corrobora-se o aumento da participação das mulheres no período.

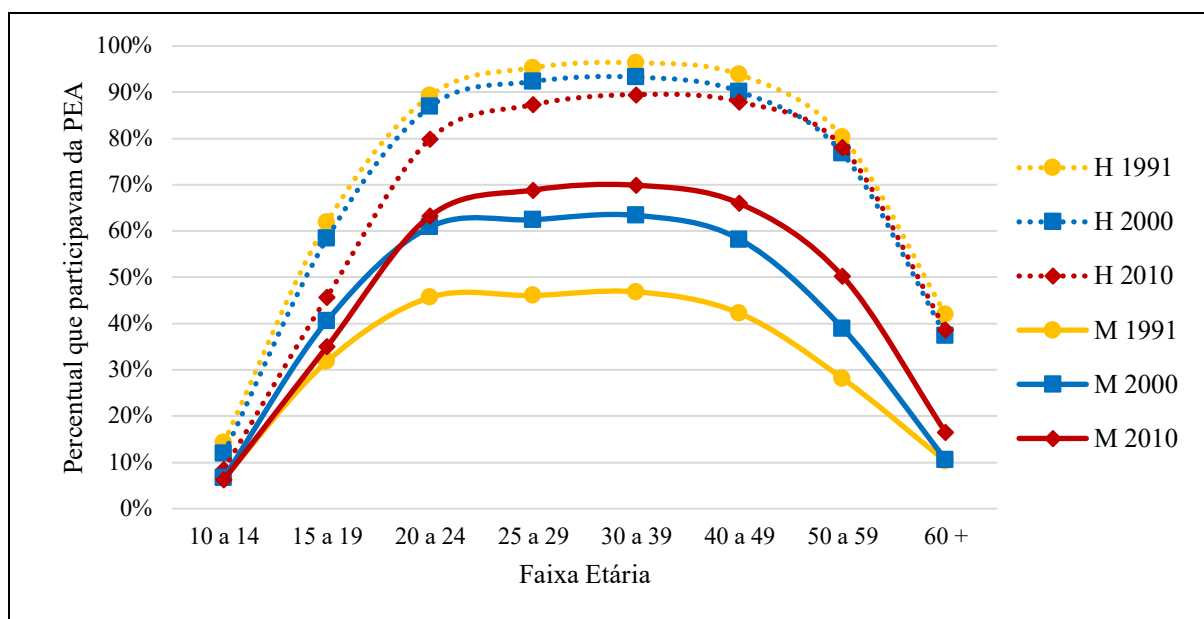
Em 1991, em nenhuma faixa etária havia metade das mulheres participando da PEA, enquanto entre os homens o valor era inferior a 50% apenas nas faixas etárias de 10 a 14 anos e 60 anos ou mais, sendo que, entre os de 20 a 49 anos, faixa com a maior participação, cerca de 90% eram economicamente ativos.

Entre 1991 e 2000 houve um grande salto da participação das mulheres na PEA, em parte devido a mudanças no conceito, incluindo, como economicamente ativos aqueles que trabalhavam para o autoconsumo.²¹ Em 2000, mais da metade das mulheres que tinham entre 20 e 49 anos participavam da PEA, ao passo que a participação dos homens apresentou leve queda em todos os grupos etários, comparadamente com 1991.

²⁰ Até o ano de 1997, foram considerados na PNAD, como participantes do mercado de trabalho, aqueles que trabalharam pelo menos uma hora, com remuneração, ou pelo menos 15 horas, sem remuneração, na semana de referência, e desempregados que procuravam trabalho nessa mesma semana. Nos demais anos é necessário apenas que a pessoa tenha trabalhado uma hora em qualquer tipo de trabalho. Essa diferença colaborou com o aumento da participação no mercado de trabalho, observada de 1997 para 2001 (passou de 72% para 73% para os homens e de 43% para 49% para as mulheres).

²¹ Sobre a mudança do conceito de População Economicamente Ativa no Censo Demográfico de 2000, ver Dedecca *et al.* (2004).

Gráfico 1 – Taxa de atividade, por sexo e faixa etária – 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE/SIDRA, 2019.

Nota: A taxa de atividade é o percentual do total de pessoas, com 10 anos ou mais, que eram economicamente ativas. A partir do Censo de 2000, o conceito de População Economicamente Ativa foi ampliado, passando a considerar aqueles que trabalhavam sem objetivo econômico direto, para autoconsumo (trabalho para autoconsumo, autoconstrução e sem rendimento com jornada inferior a 15 horas);

H = homens; M = mulheres.

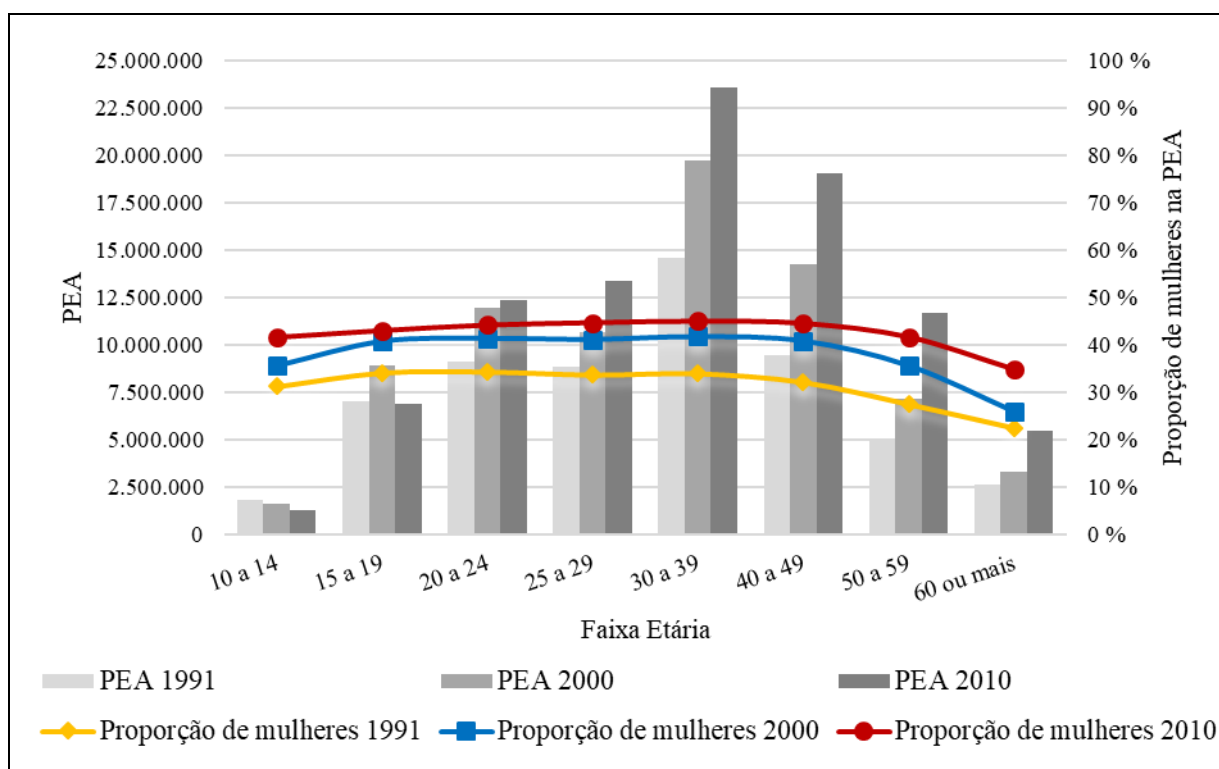
No ano de 2010, constatou-se novo aumento da participação das mulheres na PEA, à exceção da faixa de 15 a 19 anos, o que pode ter explicação no adiamento da participação no mercado de trabalho, devido aos estudos, mas também na maior taxa de desemprego. O pico de participação feminina deu-se nas idades de 25 a 39 anos, com cerca de 70% das mulheres participando da PEA. Os homens apresentaram outra queda em sua participação, especialmente nas faixas etárias mais jovens, com a maior participação daqueles que estavam na faixa etária de 35 a 39 anos (90%).

O Gráfico 2 mostra o número de pessoas na PEA nos anos 1991, 2000 e 2010, na forma de barras, e, na forma de linhas, a participação percentual das mulheres no total da PEA, com cada ano representado por uma linha. Observa-se que o contingente de pessoas na PEA, na maioria dos grupos etários, aumentou no período estudado e, também, que houve aumento da participação das mulheres nesse contingente.

O crescimento do número de pessoas da PEA deve-se tanto ao aumento do tamanho da população em idade ativa quanto à sua maior participação: em 1991, cerca de 52% dos em torno de 112 milhões e 859 mil brasileiros estavam na PEA; em 2000, foram registrados ao redor de 136 milhões e 910 mil brasileiros, sendo que próximo de 57% estavam na PEA; por fim, em 2010, quase 58% dos mais de 161 milhões e 981 mil brasileiros constituíam a PEA.

Em todos os anos considerados, as mulheres eram cerca de 51% da população brasileira; já sua participação na PEA era de 32%, em 1991, passando para 40%, em 2000, e para 44%, em 2010. Pelo Gráfico 2 é possível verificar certa estabilidade da participação feminina ao longo dos grupos etários, com participação menor nas idades mais velhas, possivelmente pelo cenário de maiores adversidades enfrentado por essas mulheres quando mais jovens, em comparação com as mulheres correntemente mais novas.

Gráfico 2 – População Economicamente Ativa (PEA) e proporção de mulheres na PEA, por faixa etária – 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE/SIDRA, 2019.

Os dados apontam o progresso alcançado pelas mulheres, com o aumento da taxa de atividade e da sua participação na composição da PEA, no período em questão. No entanto, Wajnman e Rios-Neto (2000), ao realizarem a projeção da PEA, mostram que é pouco provável que a igualdade entre os sexos seja atingida até 2020.

Alves (2016) ressalta que houve redução nas taxas de atividade nos últimos anos, havendo uma crise na geração de emprego. Nesse processo, foram as mulheres as mais penalizadas, com maiores taxas de desocupação, o que demonstra maior fragilidade de sua situação no mercado de trabalho, em comparação aos homens.

Os anos recentes de crise não serão aqui analisados. O que se observa no período coberto pelos últimos três censos demográficos é um cenário de aumento contínuo da participação das mulheres no mercado de trabalho, o que possivelmente deve ser observado também entre as mulheres migrantes.

O aumento da participação das mulheres na população economicamente ativa é reflexo de múltiplos fenômenos, como o próprio aumento da sua demanda, a necessidade de complementar o rendimento da família e a maior disponibilidade de tempo das mulheres, ao longo de seu ciclo de vida, por conta da queda da fecundidade e do aumento da expectativa de vida (GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGARD, 2015).

Entretanto, apesar do menor tempo despendido com a esfera privada (de reprodução), ao longo do ciclo de vida das mulheres, a responsabilidade pelos afazeres domésticos e o cuidado de crianças e dependentes continua atuando como limitador da atividade produtiva feminina. Não mais na sua inserção, mas sim nas horas trabalhadas e no tipo de trabalho assumido. Sendo o objetivo do próximo tópico, justamente, analisar a segregação ocupacional e o trabalho precário das mulheres no mercado de trabalho.

4.1.3 Segregação ocupacional e trabalho precário

A segregação ocupacional, por sexo, é uma das questões que atuam para a manutenção das desigualdades sociais e econômicas, com as mulheres concentrando-se em setores e ocupações que pagam menos, com maior insegurança e menores chances de promoção, situações que limitam o poder social das mulheres.

A concentração de mulheres em determinadas ocupações é reforçada, pelo lado da demanda, pela discriminação, por exemplo, de empregadores que preferem homens para os cargos mais desejados, que limitam as oportunidades de aumentar a qualificação das empregadas, que negam promoções e aumentos para as mulheres, entre outros. Pelo lado da oferta, a própria socialização dentro dos papéis de gênero tradicionais direciona as mulheres a se qualificarem para ocupar cargos tradicionalmente femininos (a teoria do capital humano aborda esse contexto) (HERMETO, 1997).

Bruschini e Rosemberg (1982) afirmam que, em 1970, mais de 80% das mulheres ativas, no Brasil, estavam concentradas em apenas 10 ocupações. Além disso, essas ocupações eram marcadas por pouco prestígio e baixa remuneração, com destaque para empregadas

domésticas, trabalhadoras rurais, professoras do primário, funcionárias de escritório, costureiras, lavadeiras, entre outras.

Hermeto (1997) utilizou as PNADs de 1981 e 1990 para analisar o nível e o padrão da segregação ocupacional, por sexo, no mercado de trabalho não agrícola brasileiro. O Índice de Dissimilaridade de Duncan e Duncan indicou que, em 1981, 39,5% de mulheres e homens teriam que mudar de ocupação para que a razão de sexo nos grupos ocupacionais fosse a mesma que a da força de trabalho como um todo. Houve um declínio, no período, da segregação ocupacional, com o índice caindo para 36,5%.²² Nos dois anos, as mulheres estavam sobrerrepresentadas nas ocupações técnicas e na prestação de serviços e sub-representadas na indústria e transporte e nas comunicações.

A autora mostra que a maior parte da redução na segregação ocupacional ocorreu pela mudança na composição, com redução da concentração de mulheres em ocupações que eram maioria e aumento, nas que eram minoria. Mas a mudança na estrutura ocupacional também contribuiu para a redução, com o peso relativo das ocupações, com divisão mais equilibrada, apresentando um crescimento.

A segregação ocupacional apresentou relação inversa com o número de anos de estudo dos trabalhadores. Assim, o aumento do nível educacional no período contribuiu para a redução da segregação por sexo. Apesar da pequena melhora, o avanço do emprego feminino na década foi segregado (HERMETO, 1997). Em 2003, a autora expandiu o período de análise até o ano de 1999 e concluiu que a segregação ocupacional por sexo não declinou. Os índices de segregação apresentaram queda nos anos de 1980. Porém, ao longo da década de 1990 houve reversão da tendência, apesar da crescente entrada de mulheres na força de trabalho no período.

A segregação ocupacional também contribuiu para aumentar o diferencial salarial entre homens e mulheres, inclusive houve aumento dessa diferença ao longo do período. Mulheres e, em menor medida homens, que estavam trabalhando em ocupações predominantemente femininas auferiram menores rendimentos, quando comparados com os que trabalhavam em ocupações predominantemente masculinas (HERMETO, 2003).

Não é somente o diferencial de rendimento entre ocupações que prejudica as mulheres, verificam-se, também, diferenças entre os sexos considerando a mesma ocupação. O trabalho

²² Os grupos de ocupação utilizados pela autora foram: ocupações técnicas e outras, administrativas, indústria de transformação, comércio, transporte e comunicação, prestação de serviços, e outras ocupações.

de Cambota e Pontes (2007) analisa justamente esse diferencial intraocupações, utilizando os dados da PNAD de 2004. Os autores consideraram os diferenciais de gênero de pessoas que exerciam a mesma ocupação, segundo a raça (separando em dois grupos, os brancos e os negros, formados por pretos e pardos). Por meio de metodologia semiparamétrica de estimador de núcleo, os diferenciais puderam ser observados ao longo da distribuição de rendimento, considerando pessoas de 25 a 50 anos e excluindo os que trabalhavam por conta própria e eram empregadores.

Os homens eram maioria nas ocupações de dirigentes em geral, trabalhadores agrícolas e trabalhadores na produção de bens e serviços de manutenção. As mulheres eram maioria entre os profissionais das ciências e artes, entre os técnicos de nível médio, os trabalhadores administrativos e trabalhadores nos serviços, enquanto as ocupações de trabalho no comércio eram mais equilibradas com relação ao sexo (CAMBOTA; PONTES, 2007).

Os resultados corroboram a existência de diferenciais de rendimento, mesmo quando consideradas as mesmas ocupações. Além disso, a distância entre os sexos foi maior no topo da distribuição de rendimento, demonstrando que o mercado de trabalho brasileiro pode estar impedindo que as mulheres ocupem cargos de melhor remuneração (*glass ceiling*), dificultando a mobilidade social e contribuindo para a feminização da pobreza (CAMBOTA; PONTES, 2007).

As ocupações femininas foram as de maior diferencial de rendimento entre os sexos, e as ocupações masculinas foram as de menor diferencial, o que acaba reforçando o diferencial entre as duas no conjunto. Considerando os dados disponíveis de educação e idade como *proxies* de experiência, deveríamos observar um rendimento maior para as mulheres do que para os homens, indício de que a discriminação ainda tem grandes efeitos nos rendimentos auferidos pelas mulheres (CAMBOTA; PONTES, 2007).

Madalozzo, Martins e Lico (2015) também analisam a segregação ocupacional e o diferencial de rendimento entre os sexos. Utilizando os dados da PNAD de 2013, e estimando equações mincerianas com correção de Heckman no modelo de Oaxaca-Blinder, esses autores encontraram que os homens recebiam mais do que as mulheres em todas as ocupações, sejam elas predominantemente femininas, neutras ou masculinas.

Novamente, observa-se que o diferencial de rendimento é menor nas ocupações essencialmente masculinas, e maior nas femininas. Os autores sugerem que as ocupações mais masculinas valorizam mais os atributos dos empregados e, como as mulheres possuem, em

média, mais atributos, o diferencial de rendimento se reduz, entretanto se mantêm as evidências de discriminação.

Outro grande fator limitador dos rendimentos no mercado de trabalho é a realização de atividades informais. Grande proporção das mulheres atua em trabalhos informais, por diversos motivos, entre eles a própria responsabilidade pelas atividades domésticas e de cuidado impossibilita que muitas mulheres assumam jornadas de trabalho convencionais. Por outro lado, a discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho acaba empurrando-as para as ocupações informais.

A visão de que o trabalho da mulher era apenas complementar ao dos esposos e a necessidade de realização de atividades que possibilitassem o cuidado da família acarretaram maior espaço para as mulheres no mercado de trabalho, com o processo de terceirização da economia e o crescimento do mercado de trabalho informal. No final da década de 1980, estima-se que metade das mulheres atuava na economia informal. Porém, cabe destacar que também houve aumento da participação feminina no setor formal da economia nesse período (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1996; LIBERATO; QUEIROZ; WAJNMAN, 1998).

Bruschini (2000, p. 13-14) analisou gênero e trabalho no Brasil, entre 1985 e 1995, e enfatizou que:

Do ponto de vista econômico, os dez anos analisados foram marcados por crises econômicas, elevadas taxas de inflação, sucessivos planos de estabilização e, a partir de 1994, queda da inflação e estabilização da moeda. Tendo como cenário mais amplo a globalização da economia e o intenso avanço da tecnologia, esse período foi marcado, tanto no Brasil como em outros países, por uma reestruturação da economia, que provoca perda de postos de trabalho em setores formalizados e flexibilização das relações de trabalho.

A inserção das mulheres no processo de flexibilização deu-se por jornadas de trabalho parciais, contratos por tempo determinado e trabalhos em domicílio. A qualificação feminina adquirida no trabalho doméstico era interessante, pois contribuiu para uma atuação multitarefa e de solução de problemas, porém não houve a valorização dessa qualificação informal, e o trabalho foi marcado por baixa remuneração e perda de direitos legais (NEVES, 2000).

Entre 1990 e 1995, houve queda do emprego com carteira assinada para mulheres e homens, enquanto a população feminina ocupada em atividades não agrícolas cresceu 12%, e a de homens, quase 5%. O setor de prestação de serviços teve o maior crescimento do número de ocupados; entre as mulheres o crescimento se deu, em maior parte, pelo trabalho de

empregada doméstica (majoritariamente informal), outra atividade que absorveu considerável mão de obra feminina foi a do comércio de mercadorias, em especial a de ambulantes, e também os serviços de administração pública e atividades sociais (LIBERATO; QUEIROZ; WAJNMAN, 1998).

Vasconcelos e Targino (2015), utilizando dados das PNADs, afirmam que a participação do setor informal no total de empregos não sofreu aumento considerável entre os anos de 1993 e 1999, porém sua participação já era elevada, contabilizando cerca de 62% dos empregos. No entanto, houve redução do setor informal no país na década de 2000, principalmente a partir de 2004, sendo que em 2013 o trabalho informal representava, aproximadamente, 49% do mercado de trabalho.

Assim, a última década analisada caracteriza-se por uma reversão da tendência de precarização dos trabalhos. Maciel (2015), que analisou, em sua tese, a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, nos anos 2000, com relação à informalidade e formalidade, destaca que a taxa de informalidade urbana do país reduziu-se em torno de 19%, de 2000 a 2010, enquanto o emprego formal correspondeu a 86% do aumento da taxa de ocupação (dados censitários).

As mulheres tiveram aumento na participação no mercado de trabalho, que passou de 41,85% para 45,46%, entre 2000 e 2010. Já a informalidade feminina teve redução menor do que a masculina. A queda foi de 15,6% e 22,3%, respectivamente. As mulheres negras e pardas tiveram menor redução de empregos sem carteira (12% e 6%, em comparação com 14% de queda entre as brancas). Os homens pardos tiveram menor redução, em comparação com os demais (13% *versus* 16% de queda). Também houve diferenças etárias, com as mulheres acima de 42 anos não apresentando queda na proporção daquelas que eram empregadas sem carteira (para os homens houve redução em todas as idades) (MACIEL, 2015).

A autora aponta alguns fatores que contribuíram para as melhorias do mercado de trabalho brasileiro, como as políticas de transferência de renda, a expansão do crédito e a valorização do salário mínimo. Tais medidas estimularam a economia do país e promoveram recuperação do emprego, com a maior fiscalização do trabalho contribuindo para maior formalização.

Pelos dados da PNAD de 2015, observou-se que 51,7 milhões de pessoas, com 16 anos ou mais, estavam empregadas, sendo que 48,1% trabalhavam com a prestação de serviços, 20,8% com comércio e reparação, 16,1% na indústria, 7,9% na construção civil e 7,1% na agricultura. Do total de empregados, 81,1% eram empregados permanentes (IBGE, 2017).

Além da melhora observada no mercado de trabalho, principalmente na década de 2000, houve melhorias consideráveis na qualificação da população brasileira nas décadas consideradas, com relação à educação, em especial das mulheres, o que reflete diretamente na inserção e na situação delas no mercado de trabalho, o que é brevemente abordado no tópico seguinte.

4.1.4 Escolaridade e rendimento

Entre uma das maiores mudanças culturais do Brasil nas últimas décadas, está a expansão da escolaridade dos brasileiros, o que contribuiu, em especial, para aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho. Beltrão e Alves (2004) destacam que, em 1960, os homens tinham, em média, 1,9 anos de estudo, e as mulheres, 1,7 anos. Em 1996, as mulheres passaram a ter mais anos de estudo, em média, do que os homens, respectivamente, 6,1 anos e 5,8 anos.

Em 1999 ainda era observada a igualdade entre os sexos em relação à educação até a conclusão do ensino fundamental, havendo predomínio das mulheres a partir do ensino médio. No entanto, é preciso enfatizar que a maior participação feminina não significa a superação das expectativas do que deve ser um caminho a ser traçado para as mulheres e para os homens. Ela também reflete o patriarcado, que demanda maior educação, obediência e bom comportamento das meninas, enquanto os meninos são mais pressionados para ingressarem jovens no mercado de trabalho (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001/2002).

Houve, realmente, redução do diferencial de rendimento por nível de escolaridade nos anos de 1990, mas os rendimentos das mulheres ainda são inferiores, e é justamente entre os mais escolarizados que estão as maiores desigualdades: em 1998, cerca de 85% dos homens, de 15 anos ou mais de estudo, recebiam mais do que cinco salários mínimos, enquanto entre as mulheres apenas 67% estavam nessa faixa de rendimento (em 1993, os valores eram, respectivamente, 77% e 51%) (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001/2002).

Alves e Corrêa (2009) abordam a evolução da PEA entre 2001 e 2007 e verificaram que o crescimento da PEA (de 60,5% para 62%) ocorreu pelo crescimento da atividade das mulheres (de 49% para 52%), o que, inclusive, compensou a pequena queda da atividade masculina (de 73% para 72%). Nesse período, os autores mostram que a educação era fator preponderante na atuação das mulheres no mercado de trabalho, visto que aquelas com 15 ou

mais anos de estudo tinham taxas de atividade acima de 80%, mais do que o dobro daquelas com menos de sete anos de estudo.

Artes e Ricoldi (2016) enfatizam que a superação das mulheres no quesito educacional não deve ser entendida com uma vantagem em si mesma, dada a desigualdade de gênero impregnada no mercado de trabalho. As mulheres ainda predominam em cursos de menor prestígio social (em parte, justamente, por serem cursados majoritariamente por mulheres), nas instituições privadas e de ensino a distância.

A importância do aumento do nível educacional das mulheres em sua inserção na atividade econômica é inegável. No entanto, o impacto não foi tão significativo no que se refere à remuneração e à posição ocupacional, demonstrando a interferência das questões de gênero na condição das mulheres, na esfera pública de produção social. Pensando no progresso das mulheres em termos de formação e qualificação, a situação das mulheres no mercado de trabalho parece ser mais injustificável atualmente do que no passado (MARUANI; HIRATA, 2003; ALVES; CORRÊA, 2009).

O impacto das qualificações profissionais nas oportunidades de emprego e rendimento depende de como as essas qualificações são estruturadas. Se a qualificação é o principal fator considerado, o aumento da educação terá grande impacto, no entanto, caso as oportunidades estejam relacionadas com outras questões, o impacto será reduzido (WALBY, 1997).

Como visto, entre os fatores que contribuem para o diferencial de rendimento estão a segregação ocupacional e o pagamento diferenciado para homens e mulheres que atuam na mesma ocupação. As mulheres negras são ainda mais atingidas pela discriminação. Os negros estão concentrados entre os mais pobres, o que aumenta a necessidade de trabalho desde cedo, reduzindo a possibilidade de aumentar a instrução e empurrando-os, ainda mais, para atividades precárias (MATOS; MACHADO, 2006).

Bruschini e Lombardi (2001/2002) destacam que 40% dos homens e 53% das mulheres ocupadas recebiam até dois salários mínimos em 1990. Em 1998, os valores foram de, respectivamente, 39% e 47%. Os autores abordaram também os diferenciais por raça, muito presentes no mercado de trabalho em todos os períodos. Os homens brancos são os com maior rendimento médio, seguidos das mulheres brancas, dos homens negros e, por fim, das mulheres negras.

Como em outros trabalhos e períodos de tempo, os autores comprovam que os homens recebem mais do que as mulheres, mesmo quando controlados os setores econômicos, o número de horas trabalhadas e os anos de estudo, havendo melhoras marginais nos anos de 1990 em favor da redução do diferencial salarial entre os sexos.

Matos e Machado (2006) analisaram os diferenciais de rendimento, por sexo e cor, de 1987 até 2001, com dados das PNADs, utilizando grupos homogêneos com relação a sexo, cor, idade, grande região de residência e ramo de atividade para controlar os diferenciais de rendimento.

O diferencial entre homens e mulheres da mesma cor apresentaram pequena queda no período, e o diferencial que permanece pode ser atribuído à discriminação por sexo, pois as mulheres são mais escolarizadas e recebem menos. Quando comparadas pessoas do mesmo sexo, o diferencial de rendimento por cor é resultante tanto da discriminação, como do menor nível de instrução das pessoas de cor preta ou parda (MATOS; MACHADO, 2006).

Fontoura e Gonzalez (2009) mostram que a diferença entre os rendimentos de homens e mulheres também pouco se alterou entre 2001 e 2008, com as mulheres recebendo 65% do que os homens recebiam. Algumas situações aumentam ainda mais o diferencial: na área rural, as mulheres recebiam, em média, apenas 38% do rendimento dos homens; as mulheres com 60 anos e mais recebiam o equivalente a 42% dos homens nessa idade; e as mulheres de famílias com rendimento domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo recebiam metade do que os homens na mesma faixa.

Os dados da PNAD Contínua de 2012-2016 revelaram que o hiato salarial entre os sexos teve uma pequena queda no período. Considerando o rendimento auferido em todos os trabalhos, em 2012 as mulheres recebiam, em média, 73,7% do rendimento dos homens e, em 2016 elas passaram a receber 76,5%. O maior diferencial, quando considerado o nível de instrução, foi entre aqueles com ensino superior completo ou mais, sendo que o rendimento das mulheres era 63,4% do rendimento dos homens (IBGE, 2018).

Os dados e artigos referidos no presente tópico mostraram que a qualificação das mulheres e a inserção no mercado de trabalho aumentaram consideravelmente no período em questão, com a última década, considerada nesta tese, marcada por uma situação econômica mais favorável no país e pela maior formalização do mercado de trabalho (com impactos relativamente pequenos da crise de 2008 até a data de realização do último censo).

Espera-se, que essas melhorias sejam encontradas entre as mulheres migrantes, contribuindo para a feminização da migração, no que se refere ao seu perfil, com aumento da atuação das mulheres migrantes no mercado de trabalho e melhor situação ao passar das décadas. No entanto, como também foi verificado, os avanços alcançados pelas mulheres no mercado de trabalho foram restritos, principalmente em relação a ocupações e rendimento, o que limita os seus avanços.

Para verificar se houve feminização da migração, faz-se necessário identificar fluxos migratórios relevantes no país, com volumes quantitativos significativos e relativamente estáveis ao longo do período analisado, assim como eleger uma região com alto poder de atração, por razões econômicas, o que é feito na sequência, no capítulo sobre base dados e metodologia.

5 BASE DE DADOS E METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os procedimentos adotados para a análise da feminização da migração, no que tange à sua quantificação e à mudança do perfil das mulheres migrantes, dos fluxos migratórios originados na região Nordeste e em Minas Gerais, que tiveram como destino o estado de São Paulo, nas décadas de 1980, 1990 e 2000.

O propósito é verificar se houve aumento da participação das mulheres nos fluxos migratórios e se existe alguma diferenciação entre os emigrantes do Nordeste e os de Minas Gerais. Apesar de não ser possível examinar as causas que afetam a composição dos fluxos migratórios, por sexo, espera-se que algumas associações com as mudanças demográficas e socioeconômicas que impactaram na situação das mulheres no mercado de trabalho possam ser feitas.

No caso da mudança do perfil das mulheres migrantes, serão consideradas tanto a evolução de como o movimento migratório era feito quanto a situação das mulheres migrantes que estavam no mercado de trabalho. A análise de como a migração foi feita, se de forma individual ou conjunta, irá apontar se existem diferenças na forma como as mulheres e os homens realizam seu deslocamento e se houve mudanças no período.

Já o exame da inserção das mulheres imigrantes no mercado de trabalho e da evolução das características daquelas que trabalhavam mostrará se houve uma melhora do perfil das mulheres migrantes no que se refere à educação, situação na ocupação e rendimento, o que, em comparação com os homens migrantes, indicará se houve redução das desigualdades entre os sexos. A comparação com os não migrantes mostrará se os migrantes possuem perfil e situação no mercado de trabalho que os diferem dos não migrantes.

O capítulo está dividido em seis partes. Primeiro, por meio de uma breve exposição da evolução dos principais fluxos migratórios do país, justifica-se a escolha dos fluxos migratórios para análise. A segunda parte traz algumas características sobre as regiões de origem e de destino dos fluxos escolhidos que são importantes para o entendimento da situação das mulheres migrantes no destino.

A terceira parte trata da base de dados utilizada, como foram feitas as definições de migrantes, não migrantes e naturais e as variáveis utilizadas na análise descritiva dos resultados. A quarta parte é dedicada a explicar a diferença entre considerar uma unidade familiar ou uma unidade domiciliar, além de justificar a escolha pela unidade domiciliar.

A quinta expõe como o algoritmo que define se a migração ocorreu de forma individual ou conjunta, o processo de escolha dos imigrantes recentes e as limitações da utilização dessa *proxy* de como foi o deslocamento. Por fim, na última parte são descritos os modelos utilizados para estimar o impacto das variáveis selecionadas no rendimento auferido das mulheres imigrantes em São Paulo no mercado de trabalho.

Na sequência é feita a definição dos fluxos migratórios a serem considerados para analisar as transformações ocorridas na migração feminina, relacionadas ao mercado de trabalho e à situação no domicílio. Tais delimitações são de extrema relevância, dadas as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro e a importância da migração como meio de acesso a ele. A escolha dos fluxos migratórios foi baseada na relevância histórica, na magnitude e na alta associação com o mercado de trabalho.

5.1 A escolha dos fluxos migratórios: Nordeste-São Paulo e Minas Gerais-São Paulo

Para delimitar os fluxos a serem considerados no estudo da feminização da migração interna, é preciso ter em mente que eles são relacionados com o desenvolvimento econômico do país. De Haas (2010) mostra que a abordagem pela qual a migração e o desenvolvimento econômico são tratados está relacionada com mudanças de paradigmas mais gerais nas teorias de desenvolvimento social e econômico.

Nas décadas de 1950 e 1960, o debate sobre a migração e o desenvolvimento era feito sob uma ótica otimista pelas teorias neoclássica e desenvolvimentista. A migração era vista como uma forma de alocação dos fatores de produção de maneira ótima e, no nível individual, como uma escolha que otimizaria a utilidade dos indivíduos. Os migrantes retornados também tinham uma função importante, de inovadores no local de origem, dado que retornavam com remessas e conhecimentos adquiridos no destino (DE HAAS, 2010).

Já nos anos de 1970 e 1980, predominaram as visões histórico-estruturalistas e neomarxista, pessimistas. A migração passou a ser vista como forma de aumentar, especialmente, as disparidades nos níveis de desenvolvimento. A migração seria um meio de as pessoas fugirem da miséria causada pelo capitalismo global, esgotando os recursos de mão de obra na origem (fuga de cérebros e fuga de músculos). As remessas passaram a ser encaradas como forma de aumentar o consumo e a inflação e não como uma possibilidade de investimento (DE HAAS, 2010).

Porém, a partir da década de 1990 as visões pluralistas passaram a se destacar. Com o avanço dos estudos teóricos e empíricos, questões em relação à natureza determinista e às inconsistências dos argumentos das visões pessimistas foram derrubando a predominância dessas teorias. Era necessário ser mais flexível com as relações entre migração e desenvolvimento, dado que as heterogeneidades do resultado de suas interações passaram a ser cada vez mais observadas. Com isso, surge a necessidade da análise da estrutura por trás de cada fenômeno, como o contexto social, institucional, econômico, social e cultural (DE HAAS, 2010).

De Haas abordou a interação entre desenvolvimento e a migração internacional, mas muitas de suas considerações são pertinentes para a análise do desenvolvimento econômico de um país e das migrações internas. O autor ressalta que a migração não é causa ou consequência, mas sim parte integrante do desenvolvimento econômico, além de possuir sua própria dinâmica de autossustentação.

Como destacado por Brito (2000, p. 5):

As migrações não são fenômeno estritamente demográfico. Em perspectiva mais abrangente, as migrações constituem processo social. Elas não são o mero resultado do somatório de decisões individuais. Não é um indivíduo isolado que migra, mas são milhões de pessoas, conjuntos sociais com seus valores e normas, que se transferem do espaço rural para o urbano, de uma cidade para outra, de um estado para outro, de uma região para outra, ou mesmo, de um país para outro. [...] Muitos destes fluxos migratórios, pela sua importância para a dinâmica espacial da economia e da sociedade, assumem regularidade de ordem estrutural. Eles se transformam em trajetórias migratórias que a sociedade, a economia e o Estado desenham, espacialmente, em função das suas necessidades e, portanto, podem ser redesenhadas, desde que essas necessidades se modifiquem.

Por meio dos fluxos migratórios, são realocados os excedentes populacionais de regiões com pouca capacidade de absorção, para outras com melhores condições, como as economias urbano-industriais mais desenvolvidas e as fronteiras agrícolas em expansão. Os fluxos migratórios também têm a capacidade de integrar o território, a sociedade e a cultura do país, apesar de carregar traços da desigualdade e diversidade das diferentes regiões envolvidas no processo, o que pode acarretar também em reprodução de desequilíbrios e desigualdades regionais e sociais (BRITO, 2000).

Brito (2000) destaca que um padrão migratório é o modo como se articulam as trajetórias migratórias e a dinâmica social e econômica. Aqui duas forças atuam, por um lado, o padrão migratório possui certa flexibilidade para se adaptar às novas necessidades que surgem e, por

outro, muitas trajetórias migratórias são caminhos já estruturados e seu caráter social e cultural resultam em certa inércia frente às mudanças das condições sociais e econômicas.

No Brasil, a cultura migratória, segundo Brito (2000), estabelece-se por conta da “ilusão migratória”, em que a migração passou a ser entendida como forma de mobilidade social, o que se baseava, de fato, em casos reais de migrantes que conseguiram ascender socialmente. Como será visto, a cultura migratória faz com que fluxos migratórios se mantenham, mesmo frente a condições adversas para os migrantes, o que produziu estabilidade histórica de determinados fluxos.

A escolha de fluxos migratórios que representam um padrão estabelecido e que possuem estabilidade, decorrente da cultura migratória, é importante, pois possibilita uma análise temporal mais segura, menos afetada pelas alterações econômicas e sociais. Assim, na sequência, são retratadas algumas das principais trajetórias da migração interna brasileira, associadas ao desenvolvimento econômico do país, para guiarem essa escolha, partindo do momento em que o trabalho assalariado passa a ser predominante na estruturação da economia.

A transição para uma economia de trabalho assalariado ocorreu no século XIX, quando a economia brasileira estava fortemente baseada na produção de café. Foi na década de 1830 que o produto despontou como a principal exportação do país, com sua produção principalmente concentrada na região próxima à capital do país à época (Rio de Janeiro). Num primeiro momento, a produção cafeeira desenvolveu-se, aproveitando as condições já existentes na região, principalmente pela grande disponibilidade de mão de obra escrava em Minas Gerais, que sofria com a desagregação de sua economia, dada a decadência da mineração (FURTADO, 2004).

Houve também transferência de escravos para essa região, principalmente das regiões que produziam algodão e que já estavam em decadência, com destaque para o Maranhão, e, em menor intensidade, para a região do Nordeste que produziam açúcar, pois detinham maior recurso para reter sua mão de obra. Porém, dadas as péssimas condições às quais os escravos eram submetidos, havia alta mortalidade e, em conjunto com a elevação do preço dos escravos, não se tinha mão de obra suficiente para alimentar o crescimento da produção cafeeira (FURTADO, 2004).

A solução encontrada na época foi incentivar a imigração de europeus para trabalhar na produção de café. Isso foi possível, a partir dos anos 1860, com a implementação de um

sistema que garantia ao colono grande parte de sua renda; o colono ficava encarregado de cuidar de determinado número de pés de café, recebendo um salário anual e um valor variável relacionado ao volume da colheita. Em 1870 o governo imperial encarregou-se dos gastos com o transporte dos imigrantes que deveriam trabalhar na lavoura cafeeira, enquanto os fazendeiros arcavam com os gastos de manutenção do imigrante em seu primeiro ano de atividade. Estima-se que, no último quarto do século XIX, imigraram 803 mil europeus para o Brasil, mais da metade da Itália (FURTADO, 2004).

Apesar da grande importância da migração internacional, deve-se destacar a movimentação interna da população brasileira. Na segunda metade do século XIX, a produção de café estava concentrada no Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Porém, como destacado por Furtado (2004), durante esse período a produção cafeeira desenvolveu-se, além da imigração internacional, com a transferência de mão de obra das regiões de baixa produtividade e de subsistência (basicamente Rio de Janeiro e Minas Gerais) para as de alta produtividade (Espírito Santo e São Paulo). Furtado ressalta que a migração de Minas Gerais para São Paulo estabeleceu-se mesmo antes da produção cafeeira, principalmente devido à falta de terras de boa qualidade.

Brito (2004) enfatiza a importância das migrações internas nesse período. O autor destaca que, pelo Censo de 1872, estima-se que 9,1% da população livre de São Paulo não eram naturais desse estado (61.724 pessoas), sendo que as províncias de Minas Gerais e do Nordeste eram os principais locais de origem desses imigrantes.

Para Graham e Hollanda Filho (1980), que estimaram as migrações internas no Brasil no período de 1872 até 1970, o século XX, no que se refere a padrões de migração, pode ser entendido pela separação de dois períodos; um anterior e o outro posterior ao ano de 1930. No primeiro período, os autores destacam que, durante o ciclo da borracha na Amazônia até a primeira Guerra Mundial, houve imigração de mão de obra, principalmente originada no Nordeste. Enquanto isso, os imigrantes italianos das fazendas de café migravam para as áreas urbanas do Sul, em busca de empregos industriais, ao mesmo tempo que continuavam a chegar imigrantes estrangeiros. Destaca-se, também, a pequena atuação dos migrantes nativos na força de trabalho do Centro Sul, conforme se desenvolvia a economia.

Já o segundo período é marcado por novos padrões migratórios: ocorre grande redução da imigração internacional e grandes fluxos de migração interna surgem, com destaque para os que se deram do Nordeste e de Minas Gerais para São Paulo e Sul do país. Movimentos que

substituíram os imigrantes estrangeiros, que rapidamente abandonavam suas plantações de café, e para os paulistas que migraram para o Paraná, onde, entre 1930 e 1960, houve grande desenvolvimento da cafeicultura. Depois de 1960, o Paraná perdeu a posição de maior receptor de imigrantes internos, posição que passou a ser ocupada por Goiás e Mato Grosso. Deve-se também destacar os grandes e generalizados movimentos inter e intrarregionais do rural para o urbano, a partir de 1940 (GRAHAM; HOLLANDA FILHO, 1980).

Essa mudança dos padrões migratórios a partir de 1930 deu-se, principalmente, pela quebra da bolsa de valores norte-americana, em 1929, e a conseqüente crise econômica mundial, que afetou fortemente a produção cafeeira do Brasil. Além da queda dos preços do café e dos produtos agrícolas, o Brasil deparava-se com uma grande dívida externa, contraída no bom período da economia cafeeira. Tais fatores incentivaram o país a priorizar a produção destinada ao mercado interno, dando-se ênfase à industrialização, via substituição de importações. Para tanto foram necessários grandes investimentos em infraestrutura, transporte e comunicação, para integrar os diferentes mercados regionais (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010).

Outro fator que influenciou na industrialização acelerada foi a Segunda Guerra Mundial, que também envolveu o Brasil e acabou promovendo a modernização dos processos de produção, acelerando as atividades industriais e aumentando a oferta de emprego no setor secundário. Essas transformações desencadearam efeitos na população, com destaque para a geração de dois fluxos migratórios importantes entre 1940 e 1950 – um deles formado por pessoas com o objetivo de ocupar a fronteira agrícola no Centro-Oeste, na Amazônia e no Estado do Paraná, e o outro, por grandes fluxos migratórios das áreas rurais para as urbanas (GARCIA, 2002; MARTINE; MCGRANAHAN, 2010).

Na década de 1940, apenas o Nordeste e Minas Gerais foram responsáveis por 65% da variação da emigração acumulada (sendo considerados como migrantes os que não residiam no estado de nascimento) e, na década seguinte, por 70%, principalmente pelo aumento da emigração nordestina (devido, principalmente, à grande seca que ocorreu da década de 1950 e às melhorias executadas no sistema de transporte). Considerando São Paulo, grande centro de atração, verificou-se que entre as décadas de 1940 e 1960, do total de imigrantes, 90% tinham como origem a região Nordeste e Minas Gerais. Destacam-se também, nas décadas de 1940 e 1950, as regiões de fronteira agrícola – Paraná e Centro-Oeste, que receberam mais imigrantes

do que os dois estados de maior crescimento urbano-industrial: São Paulo e Rio de Janeiro (BRITO, 2000).²³

Nos anos de 1950 foi criado o Plano de Metas, que objetivava, principalmente, reforçar o setor industrial. Providências para ampliar as relações entre a agropecuária e a indústria também foram adotadas e impactaram fortemente na migração do rural para o urbano. Destaca-se aqui a “Revolução Verde”, centralizada em avanços tecnológicos baseados no uso intensivo de sementes melhoradas, de inovações químicas (como adubos e agrotóxicos) e maior uso de maquinários agrícolas. A modernização da agricultura alterou rapidamente a base da produção agrícola, que se voltou, principalmente, para as culturas de soja e milho (MAGALHÃES, 2003).

A urbanização brasileira também foi induzida pelo grande crescimento vegetativo da população e pelo Regime Militar instaurado em 1964. O Regime deu continuidade ao Plano de Metas do governo Kubitschek, com a finalidade de modernizar os setores produtivos e fazer investimentos na infraestrutura do país, melhorando a mobilidade populacional e as trocas comerciais (GARCIA, 2002). Houve incentivo também para a modernização da agricultura, pela concessão de crédito subsidiado, aos quais pequenos proprietários não tinham acesso, o que obrigou muitos a abandonar o campo, fato que acentuou o êxodo rural (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010).

Por conta disso, o período de maior expansão das migrações internas brasileiras deu-se entre a década de 1960 e o final da década de 1980. Já na década de 1960, São Paulo recebia quase 25% dos imigrantes interestaduais (mais de 2,2 milhões), seguidos do Rio de Janeiro, com 15% do total. As regiões de fronteira agrícola também foram destaque. O Paraná recebeu 18% dos imigrantes interestaduais, e o Centro-Oeste 13,3%. Os imigrantes interestaduais mantinham, como sua principal origem, a região Nordeste e o estado de Minas Gerais, o que destaca o papel de ambos de reservatórios de mão de obra do país, dado seu grande contingente populacional, não absorvido pelas suas economias (BRITO, 2000)

Na década de 1970, caracterizada por crescimento econômico e geração de emprego, São Paulo concentrava mais de 56% do Produto Interno Bruto (PIB) e 37% do emprego gerado no

²³ A informação disponível nos Censos de 1940, 1950 e 1960 sobre as migrações internas refere-se ao lugar de nascimento, isto é, quem são os naturais ou não do estado ou região. Essa informação limita os resultados, dado que não permite saber o ano de chegada do imigrante nem se ele efetuou mais de uma etapa migratória. O dado disponível é do estoque de migrantes não naturais (sobreviventes ou que não reemigraram), a chamada migração acumulada. Essa informação é imprecisa para se estimar o volume da migração, porém a variação dos estoques de migrantes entre dois períodos censitários é uma aproximação dos movimentos ou dos fluxos migratórios interestaduais na década (BRITO, 2000).

país, o que aumentou, ainda mais, a atratividade do estado, que passou a receber um terço dos imigrantes interestaduais (2,7 milhões), dos quais 41% eram nordestinos. Destaca-se que São Paulo manteve um número alto de emigrantes, mas estes não ultrapassavam um terço de seus imigrantes, sendo os principais destinos de seus emigrantes Minas Gerais, a região Centro-Oeste e o Paraná (BRITO, 2000; BRITO; GARCIA; SOUSA, 2004).

No Paraná, por sua vez, houve o processo de modernização da agricultura e expansão industrial, fenômeno que causou forte êxodo rural e a expansão do grau de urbanização do estado. A emigração foi tanta que atingiu outros estados, pois as áreas urbanas paranaenses não foram capazes de absorver todo o contingente de emigrantes da área rural. Esse fenômeno de emigração foi responsável pela menor taxa de crescimento demográfico do Paraná, entre todos os estados, nas décadas de 1970 e 1980 (MAGALHÃES, 2003).

Considerando os emigrantes interestaduais de todo o país na década de 1970, cerca de um terço tinha como origem o Nordeste, com pequena queda no número de emigrantes comparadamente com a década de 1960. Minas Gerais teve queda de 40% em seus emigrantes, o que, em conjunto com o aumento de 16% em seus imigrantes, aumentou sua capacidade de atração e retenção migratórias, em resposta a políticas de industrialização e modernização agrícola. O Nordeste e Minas Gerais continuaram como origem de destaque dos imigrantes em São Paulo, responsáveis por 60% deles, com queda da participação dos que se originavam em Minas Gerais e certa estabilização dos originados no Nordeste (BRITO, 2000).²⁴

Também nos anos de 1970, houve expansão da urbanização brasileira e a integração de diferentes regiões do território nacional. À medida que a concentração industrial começou a se reduzir, a centralidade urbana e industrial de São Paulo passou por um processo de relativa desconcentração para o interior do próprio estado e para o restante do país. Essa urbanização do território, denominada por Monte-Mór (2006) de “urbanização extensiva”, saiu das metrópoles, encadeando-se com os centros industriais e seguiu a direção da infraestrutura de transporte, da localização das matérias-primas e dos meios de comunicação.

Na década de 1970 a cultura migratória se consolidou ainda mais no país, influenciada por medidas e políticas que condicionaram as migrações internas. Essas medidas tiveram impacto,

²⁴ No texto de Brito, Garcia e Souza (2004) foram utilizadas, nos Censos de 1970 e 1980, as informações referentes ao segundo quinquênio, obtidas por meio da pergunta de residência anterior, limitada a até 5 anos antes. Isso foi feito para possibilitar a comparação das migrações interestaduais com os dados de migrantes de data fixa, obtidos nos Censos de 1991 e 2000.

principalmente, na ocupação das Regiões Norte e Centro-Oeste. O avanço e a expansão dos sistemas de transporte e das telecomunicações também contribuíram para promover a migração (BRITO; GARCIA; SOUSA, 2004).

Já na década de 1980, os principais fluxos de deslocamento da população se alteraram e antigos locais de atração de migrantes reduziram sua expressão. Houve redução da atratividade do estado de São Paulo e diminuição da perda das pessoas na região Nordeste, e grande migração de retorno para o Paraná (OLIVEIRA, 2011).

Mesmo considerando a redução do total de imigrantes em São Paulo (2,6 milhões entre 1981 e 1991), o estado permaneceu atrativo na década de 1980. A novidade é que ele também passou a apresentar o maior número de emigrantes interestaduais do país, com muitos emigrantes se destinando para os grandes reservatórios de mão de obra: região Nordeste e Minas Gerais (BRITO, 2000; BRITO; GARCIA; SOUSA, 2004).

No período de 1981 a 1991, cerca de 35% da emigração de São Paulo tinha como destino o Nordeste, e 20% Minas Gerais. Esse fenômeno reflete o processo de migração de retorno para as regiões que anteriormente eram caracterizadas como reservatórios de mão de obra. No Nordeste, o número de imigrantes quase triplicou, entre 1965-1970 e 1995-2000 – saltou de 388 mil para mais de 1 milhão. Já em Minas Gerais, o número de imigrantes interestaduais foi 4,5 vezes maior, passando de pouco mais de 100 mil para 450 mil pessoas (BRITO, 2000; BRITO; GARCIA; SOUZA, 2004).

Brito, Garcia e Sousa (2004) ressaltam que ocorreram mudanças no comportamento migratório na década de 1980, por conta das transformações ocorridas na economia e na sociedade brasileiras, com destaque para a crise econômica. As trajetórias migratórias ainda se mantiveram, porém, devido aos avanços nas telecomunicações e nas redes de interação sociais, foi possível identificar mais facilmente os problemas enfrentados nas grandes cidades, como violência, desemprego, dificuldade de acesso aos serviços públicos e de habitação, desconstruindo a ideia de que a vida no destino de migração traria apenas benefícios.

Os autores destacam que houve, na prática, dois grandes movimentos. O primeiro caracterizado pela redução de migrantes para destinos como São Paulo, o que foi o caso dos originados em Minas Gerais. Por outro lado, observou-se a inércia de alguns movimentos migratórios, principalmente os de origem nordestina, ainda estimulada pelos desequilíbrios regionais.

Nos anos de 1990, o destaque está na redução dos fluxos direcionados para as regiões de fronteira agrícola do Centro-Oeste e do Norte. Enquanto isso, houve diversificação dos movimentos migratórios interestaduais no Nordeste: Bahia e Maranhão depararam-se com grandes perdas populacionais; o Ceará, a Paraíba e o Pernambuco reduziram suas perdas. A região Sul também apresentou queda de sua migração líquida negativa, principalmente por conta dos fluxos migratórios do Paraná, que teve tanto aumento de imigrantes como redução de seus emigrantes (CUNHA; BAENINGER, 2006).

As informações levantadas pelo Censo de 2000, no quesito de data fixa, apontaram que 3,3 milhões de pessoas migraram entre as regiões brasileiras, sendo a migração entre o Nordeste e o Sudeste o destaque, com o primeiro apresentando a maior emigração líquida – 760 mil – principalmente por conta das pessoas que se deslocaram para o Sudeste. Considerando, ainda, as migrações entre as regiões brasileiras, o Sul teve um saldo migratório líquido ainda negativo, porém pequeno. O Centro-Oeste e o Norte apresentaram saldos migratórios positivos. A região Sudeste continuou com o maior saldo positivo, sendo que quase 70% dos que migraram para ela haviam saído do Nordeste (OLIVEIRA; ERVATTI; O'NEILL, 2011).

Baeninger (2012) analisou a migração interna recente brasileira, com base nos dados dos Censos de 2000 e 2010, a partir dos dados de data fixa, cobrindo os períodos de 1995-2000 e 2005-2010. Utilizou, também, as Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar (PNADs), para os períodos de 1999-2004, 2001-2006, 2003-2008 e 2004-2009. Ela destaca a queda dos volumes migratórios interestaduais, o que não indica estagnação das migrações, mas sim desdobramento e formação de outros arranjos migratórios.

A autora categorizou três espaços migratórios na década de 2000. São eles: i) áreas de retenção migratória nacional e regional (o novo polo das migrações), formadas pelo estado de Goiás, no Centro-Oeste, e pela área de expansão da nova fronteira agropecuária situada nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia; ii) áreas de retenção migratória regional – Mato Grosso, no Centro-Oeste; Pará, no Norte; Rio Grande do Norte, no Nordeste; Espírito Santo, no Sudeste; Santa Catarina, na região Sul; iii) área de rotatividade migratória nacional – São Paulo e Rio de Janeiro, com destaque para suas regiões metropolitanas.

A primeira década dos anos 2000 apresentou uma nova relação entre a migração do Nordeste-Sudeste, principalmente por conta do aumento do papel da migração de retorno para o Nordeste e a própria redução do fluxo em direção ao Sudeste, em resposta à reorganização industrial nacional e internacional do Rio de Janeiro e, principalmente, da Região

Metropolitana de São Paulo. O estado de São Paulo, considerando as migrações interestaduais, recebeu mais população do que enviou da Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Piauí (mesmo que em menor quantidade do que nas décadas anteriores). Porém, com o restante do país foi considerado como uma área de rotatividade, por isso perde seu status de polo nacional das migrações do Brasil, que deteve por mais de 50 anos, passando, como destacado anteriormente, ao status de área de rotatividade migratória nacional (BAENINGER, 2012).

Em suma, o Brasil apresenta diversos fluxos migratórios internos significativos, mas, como destacado no texto, continuam os que envolvem Nordeste-São Paulo e Minas Gerais-São Paulo como os mais relevantes, sendo consideradas trajetórias migratórias do país, com São Paulo em destaque em seu espaço migratório de dimensão nacional estabelecido há décadas, perdurando sua atratividade mesmo com a brusca redução de possibilidade de ascensão econômica e social com a migração e com todas as externalidades negativas encontradas (BRITO, 2000).

Por conta do exposto, serão esses os fluxos migratórios considerados na presente pesquisa – dos emigrantes da região Nordeste e de Minas Gerais que se direcionaram para o estado de São Paulo. Realizada a escolha dos fluxos migratórios, é apresentado, na sequência, um panorama breve sobre as características socioeconômicas não só do estado de São Paulo, mas também das duas regiões de origem. Como visto, as desigualdades regionais estimulam as migrações e, além disso, as condições em que se encontravam os migrantes em sua origem impactam sua situação no destino.

5.2 Características das regiões de origem e destino

Além das características individuais e familiares, a decisão de migrar é influenciada pelos contextos socioeconômicos das regiões de origem e de destino. O crescimento desigual das atividades econômicas em diferentes locais e também o deslocamento das mesmas no espaço, impelem pessoas e grupos a mudarem sua residência (SINGER, 1976).

Como destacado, o Brasil possui algumas trajetórias migratórias persistentes, que se consolidaram com o desenvolvimento industrial do país, com pessoas saindo de regiões mais pobres e estagnadas, como do Nordeste e de Minas Gerais, e se deslocando para regiões mais dinâmicas, principalmente para o estado de São Paulo. Mesmo que muitas condições tenham

se alterado nas últimas décadas, a persistência de grandes disparidades regionais faz com que essas trajetórias apresentem um componente inercial (BRITO, 2000; LIMA, 2013).

A importância de se considerar a situação socioeconômica da origem e aquela do destino é elemento fundamental na definição da probabilidade de um indivíduo migrar de um local para outro. Para Lee (1966), os migrantes são uma população seletiva da origem, que responde de forma diferente aos fatores positivos e negativos, tanto da origem como do destino. As pessoas que reagem mais aos fatores positivos seriam positivamente selecionadas (mais qualificadas), e as que reagem mais aos fatores negativos seriam negativamente selecionadas (menos qualificadas).

A seletividade também consiste em características não observáveis, como ambição, agressividade e motivação, que levam as pessoas a optarem por migrar. Tais características também podem impactar na situação dos migrantes no destino, como no rendimento, que refletiria as características produtivas e o investimento em capital humano feito por meio da migração (MACIEL; HERMETO, 2011).

Campos (2010) mostra como a seletividade é tratada nas principais abordagens sobre a migração. O autor destaca que as seletividades mais comuns dos migrantes são com relação à idade e ao sexo, mas também são frequentes seletividades por renda, situação ocupacional, condição de saúde e localização espacial.

A seletividade por conta da localização espacial ocorre dentro de uma perspectiva mais macro, de abordagens contextuais e estruturais, que focam na distribuição desigual dos fatores de produção e como essa distribuição influencia a decisão de migrar (CAMPOS, 2010).

Lima, em 2013, abordou em sua tese a influência dos aspectos regionais sobre a condição de ser migrante ou não, por meio da estimação de modelos de regressão. Os migrantes foram definidos pelo critério de data fixa (indivíduo que residia em determinada localidade, diferente da unidade administrativa de residência na data de referência do censo, há cinco anos, seja natural dela ou não). A escala espacial foi a de 413 áreas regionais comparáveis, definidas por meio dos Censos Demográficos de 1980 até 2010.

A variável dependente dos modelos foi a condição de migração, enquanto as variáveis referentes às características individuais e às características das localidades de origem e destino foram utilizadas como fatores que influenciam a decisão de migrar. Foram estimados modelos

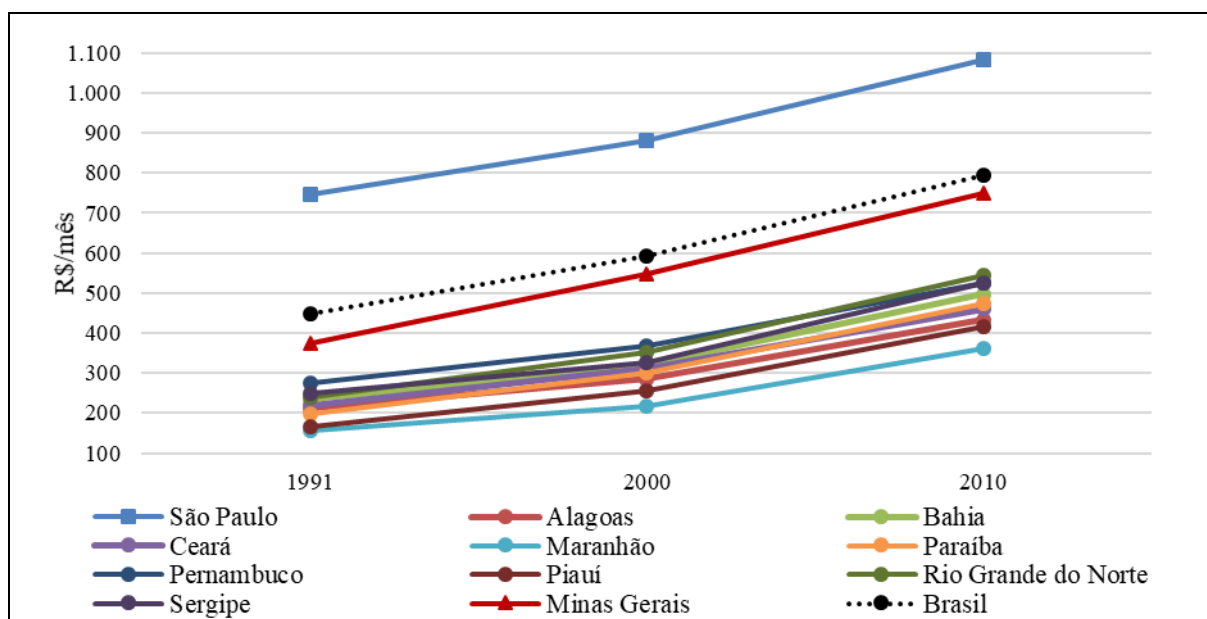
separados para a origem e para o destino, para cada ano censitário entre 1980 e 2010 (LIMA, 2013).

Uma das variáveis utilizadas para medir o impacto dos aspectos regionais na condição de migração foi o nível médio de renda das regiões. Como visto anteriormente, e também destacado pela autora, a análise econômica ortodoxa apresenta o fator econômico como incentivador principal da migração, com o nível médio de rendimento domiciliar *per capita* das áreas comparáveis sendo utilizado como uma medida do rendimento esperado com a migração.

Os resultados apontaram que o rendimento médio, ao longo do período considerado, tornou-se menos importante como um fator de retenção da população na origem, assim como a atratividade das áreas de destino com rendimentos médios mais elevados também se reduziu. Como explicação, Lima (2013) apontou a redução da atratividade dos grandes centros que possuem rendimentos médios maiores por conta, principalmente, do congestionamento, que gera incapacidade de absorção dos imigrantes e também causa emigração, com as pessoas preferindo se mudar para cidades médias com rendimentos menores, mas que crescem a taxas maiores.

Para analisar a questão da privação relativa, como incentivo à emigração, foi utilizado o coeficiente de Gini com base no rendimento domiciliar *per capita* – o Índice de Gini mede o grau de desigualdade entre os indivíduos, varia de 0 a 1 e quanto menor seu valor menor a desigualdade. Os resultados dos modelos de Lima (2013) mostraram, de modo geral, que áreas mais desiguais atraíam menos pessoas e que áreas com níveis menores de desigualdade retinham mais sua população, mas houve redução desse efeito ao longo do período.

A renda *per capita* das regiões de origem e destino, consideradas na presente tese, estão ilustradas no Gráfico 3 (também, a renda *per capita* média do Brasil, para comparação). Nota-se que houve aumento da renda *per capita* em todas as unidades no período (os dados disponíveis são por Unidade da Federação). No entanto, a distância entre as regiões é elevada e manteve-se praticamente inalterada. O estado de São Paulo possuía renda *per capita* consideravelmente mais elevada que os demais estados, seguida de Minas Gerais. Mais distantes estavam os estados da região Nordeste.

Gráfico 3 – Renda *per capita* – 1991, 2000 e 2010

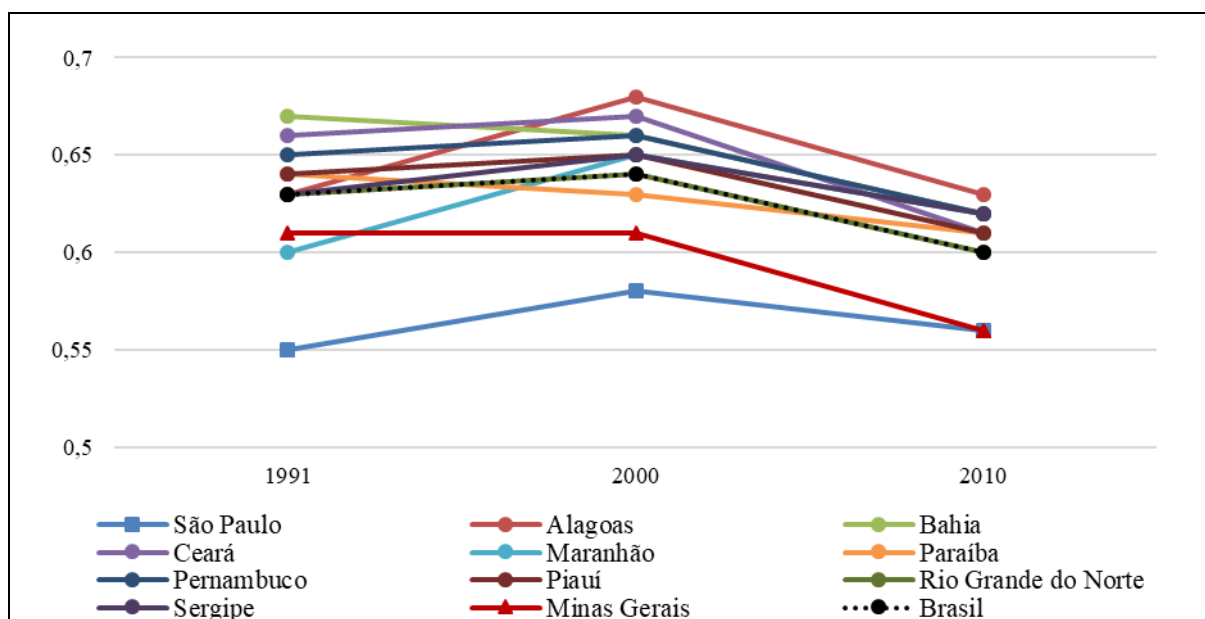
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2019.

Nota: A renda *per capita* é o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes, dividido pelo número total desses indivíduos. Valores em reais de 01 de agosto de 2010.

Por sua vez, o Gráfico 4 traz o Índice de Gini. Percebe-se que o comportamento do índice foi irregular, aumentando na maioria dos estados entre 1991 e 2000, mas caindo em todos, entre 2000 e 2010. Considerando o primeiro ano e o último, a maioria dos estados presenciou redução da desigualdade, com exceção de Alagoas, onde, permaneceu constante, e de São Paulo e Maranhão, onde houve pequeno aumento.

Novamente, é possível identificar situações distintas, com a região Nordeste apresentando maior desigualdade interna na distribuição de rendimento, seguida de Minas Gerais. São Paulo apresenta a menor desigualdade. No último ano, 2010, Minas Gerais chegou ao mesmo patamar de desigualdade que São Paulo. Assim, apesar de a renda *per capita* e da desigualdade de distribuição da renda *per capita* perderem importância na definição da probabilidade de um indivíduo ser emigrante na origem e imigrante no destino, os diferenciais entre a região Nordeste e o estado de São Paulo permaneceu, o que sustenta a constatação de forte componente inercial dessa trajetória migratória histórica brasileira.

Gráfico 4 – Índice de Gini – 1991, 2000 e 2010



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2019.

Como a escolaridade dos indivíduos mostra-se importante na propensão de migração, Lima (2013) também investigou se os níveis de escolaridade médio das regiões de origem e de destino afetavam a decisão de migrar. Por meio de um indicador de desigualdade educacional (indivíduos com 11 anos de estudo ou mais, em relação àqueles com menos de quatro anos de estudo), a autora verificou que áreas com proporção maior de sua população nos grupos mais escolarizados tiveram maior capacidade de retenção da população, tanto na origem (menor emigração) como no destino (maior imigração). No entanto, houve redução de seu impacto no período, inclusive com reversão de seu efeito no último ano para a região de origem.

Como explicações, a autora aponta que trabalhadores de baixa escolaridade desempenham funções demandadas em praticamente todas as localidades, o que resulta em um nível de seletividade locacional menor, enquanto trabalhadores com elevada escolaridade têm um nível maior de seletividade, destinando-se para áreas com mercados de trabalho compatíveis com suas qualificações.

A Tabela 1 apresenta o percentual da população, com 25 anos e mais, com ensino médio completo e com ensino superior completo, das Unidades da Federação componentes do Nordeste, de Minas Gerais, de São Paulo e do país, como um todo, segundo os três últimos censos brasileiros. Como abordado anteriormente, verifica-se aumento generalizado e expressivo da escolaridade da população, no período. Com relação ao Brasil, como um todo,

em 1991, cerca de 18% da população com 25 anos ou mais tinha ensino médio completo, e 5,75%, superior completo. Em 2010, os valores subiram para, respectivamente, 36% e 11%.

Tabela 1 – População, com 25 anos ou mais, com ensino médio completo e com ensino superior completo (%) – 1991, 2000 e 2010

Região	1991		2000		2010	
	% com médio completo	% com superior completo	% com médio completo	% com superior completo	% com médio completo	% com superior completo
Alagoas	12,08	3,22	15,84	3,86	24,98	6,90
Bahia	13,16	2,50	18,17	3,08	29,82	6,40
Ceará	12,56	3,06	16,36	3,64	29,23	7,16
Maranhão	10,18	1,32	15,10	1,88	26,36	5,43
Paraíba	13,11	4,42	16,71	5,26	26,98	8,02
Pernambuco	15,66	4,79	20,37	5,50	30,59	8,01
Piauí	10,93	1,87	14,32	2,48	24,47	7,29
Rio Grande do Norte	14,68	3,81	20,00	4,64	31,57	8,32
Sergipe	13,85	3,10	17,88	3,81	30,29	8,53
Minas Gerais	15,76	4,92	20,87	6,10	32,25	10,57
São Paulo	21,54	8,27	28,81	9,82	42,33	15,10
Brasil	17,94	5,75	23,51	6,77	35,83	11,27

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2019.

Acima da média brasileira, tanto em relação ao ensino médio, quanto ao ensino superior, encontrava-se apenas o estado de São Paulo, com Minas Gerais apresentando valores um pouco inferiores à média do país, e na sequência, os estados da região Nordeste, com considerável variação entre eles. Os resultados, em consonância com a análise de Lima, sugerem que deve existir um perfil educacional diferente entre os originados na região Nordeste e aqueles em Minas Gerais. O diferencial educacional impacta na posição dos grupos no mercado de trabalho, com os primeiros mais concentrados em trabalhos que demandam menor qualificação, e os últimos, em trabalhos mais qualificados.

Os resultados da tese de Lima (2013) também indicaram que a dinâmica do setor industrial ainda é importante determinante da migração (o que foi medido pela categorização das áreas em parques industriais relevantes, com mais de 10.000 trabalhadores empregados no setor, parques intermediários, que empregavam entre 1.000 e 10.000 pessoas e parques industriais irrelevantes, com menos de 1.000 empregados). A ideia de que regiões mais industrializadas geram maiores oportunidades persiste, com tais regiões retendo mais população na origem e atraindo mais pessoas no destino.

É importante destacar que a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) foi líder isolada do setor por muito tempo, e sua concentração industrial ainda tem impacto significativo na migração. A urbanização do Brasil ocorreu de forma mais intensiva na segunda metade do século XX, período caracterizado pelo surgimento das grandes cidades industriais que dinamizaram a economia do país, no qual foi alterado o centro da economia nacional, ao sair da agroexportação para a substituição das importações no mercado interno, fenômeno espacialmente concentrado em São Paulo, que se tornou o polo industrial brasileiro (MONTE-MÓR, 2006).

Na década de 1940, a RMSP concentrava 21% da população e produziu 64% do Valor Da Transformação Industrial do estado. Até o final da década de 1950 era o município de São Paulo que tinha o papel de destaque. Em 1956, o Plano de Metas foi implementado e causou importantes mudanças na estrutura industrial de todo o país, em especial, da RMSP, onde houve a instalação de setores ligados à indústria pesada e de bens de produção. As transformações na estrutura industrial causaram o surgimento de subcentros regionais nas áreas onde as indústrias foram implantadas (CUNHA, 1994).

Assim, após um longo processo de concentração econômica e populacional, na década de 1970 o estado de São Paulo detinha 19% da população e 39% da renda do país. Apenas o município de São Paulo participava com 24% do emprego industrial, ao passo que sua área metropolitana, com 34%. Mas, as forças de desconcentração alteraram o padrão regional brasileiro e houve a reversão da polarização da RMSP na década de 1980, com a participação no emprego caindo de 34% para 28%, e a produção industrial, de 44% para 29%, entre 1970 e 1985 (DINIZ; CROCCO, 1996).

A crise econômica e social dos anos de 1980 acabou intensificando o processo de descentralização industrial, pois teve efeitos mais severos nas metrópoles mais industrializadas, como São Paulo. Houve consequências também na dinâmica demográfica da RMSP, com redução da imigração (CUNHA, 1994; BAENINGER, 2004).

Baeninger (2004) destaca que o processo de desconcentração industrial, a partir da RMSP, repercutiu nas áreas urbanas do interior do estado de São Paulo (o interior compreende o restante do estado) e fez surgir polos industrializados, acompanhados pelo deslocamento populacional para o interior; se na década de 1960 observou-se um saldo migratório negativo de 450 mil emigrantes, nos anos de 1990 o saldo foi positivo e superior a um milhão de

peessoas. Entre os polos de atração regional do interior do estado, destacavam-se Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto.

Na década de 1980 o processo de periferização das regiões metropolitanas também se intensificou, com as periferias exibindo maiores taxas de crescimento do que seus núcleos. Nos anos de 1990, enquanto o município de São Paulo cresceu a uma taxa de 1% a.a., sua periferia apresentou taxa de crescimento de 3% a.a. A diferença do núcleo e sua periferia mostra a intensidade da redistribuição espacial da população, com destaque para os movimentos intrametropolitanos do núcleo em direção às periferias (BAENINGER, 2004).

Diniz e Crocco (1996) destacam que o desenvolvimento da infraestrutura econômica teve grande contribuição para a desconcentração industrial, pois possibilitou a integração do mercado nacional e a instalação industrial em novas áreas e regiões. A política econômica da época também focou na desconcentração industrial, como exemplo citam-se os incentivos fiscais nas regiões Nordeste e Norte do país (tendo papéis fundamentais as Superintendências para o Desenvolvimento do Nordeste, da Amazônia e da Zona Franca de Manaus – SUDENE, SUDAM e SUFRAMA, respectivamente).

No entanto, a desconcentração espacial da indústria brasileira foi uma desconcentração concentrada e limitou-se, basicamente, na década de 1990, à região Centro-Sul do país. Grande parte da indústria se desenvolveu no interior do estado de São Paulo e na região Sul do país, por conta do crescimento da agricultura e da pecuária, aumento da renda e melhoria da infraestrutura urbana, e na região central de Minas Gerais, com concentração importante da indústria metalúrgica (DINIZ; CROCCO, 1996).

Apesar da redução do desempenho econômico, já na década de 1970, a RMSP manteve taxas de crescimento demográfico de 4,5% a.a. nessa década (a média de crescimento das regiões metropolitanas do país foi de 3,8% a.a.), mostrando que os movimentos migratórios respondem, com defasagem, às mudanças econômicas. Só houve redução na década de 1980, com a taxa de crescimento demográfico caindo para 1,9% a.a. (a média das regiões metropolitanas foi de 2% a.a.). No período de 1991 a 2000, a taxa de crescimento demográfico na RMSP foi de 1,7% a.a. e, entre 2000 e 2010, foi de 0,97% a.a. (DINIZ; CAMPOLINA, 2007; BAENINGER, 2004; SEADE, 2020).

Baeninger (2004) destacou alguns padrões de redistribuição populacional em São Paulo, que surgiram após os anos de 1970. Verificam-se fluxos migratórios da RMSP para o interior do estado, surgimento de aglomerações urbanas metropolitanas e não metropolitanas no interior

do estado, crescimento de cidades com porte médio e pequeno, redução da taxa de crescimento na RMSP, redução da emigração do interior do estado em direção à metrópole e aumento do fluxo contrário.

A partir da década de 1990, a RMSP passou por um processo de reestruturação produtiva e o emprego industrial caiu de 1,6 milhões, em 1990, para 1 milhão, em 2005, o que significou redução em sua participação relativa de 27% para 15% no emprego industrial do país. Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) apontam que, no período de 1985 a 2005, a RMSP perdeu 533 mil empregos formais no setor industrial. No entanto, houve mais que compensação pelo ganho nos demais setores, principalmente no comércio e serviços, com criação de 1 milhão e 300 mil empregos formais (DINIZ; CAMPOLINA, 2007).

São Paulo passou a assumir papel central na articulação da economia nacional e em sua integração internacional, tornando-se concentrador do setor financeiro, respondendo por significativa parte dos serviços especializados e sendo a sede das principais empresas nacionais e multinacionais. Tal reestruturação expandiu as atividades comerciais e de serviços, gerou empregos e fez frente às perdas do setor industrial (ARAUJO, 2001; DINIZ; CAMPOLINA, 2007).

Hoffmann e Mendonça (2003), utilizando dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), corroboram o papel dos setores de serviços e de comércio em reduzir o impacto da queda do emprego no setor industrial, mas destacam que a situação gerou aumento crescente dos trabalhadores sem carteira assinada, de autônomos e dos empregados domésticos na década de 1990 e início da década de 2000.

Araujo (2001) afirma que as transformações citadas produziram uma estrutura ocupacional dividida, com muitos postos de trabalho na prestação de serviços pessoais e domésticos, caracterizados por baixos rendimentos e qualificação, e pelo crescimento relativo, mas com pouca participação absoluta, de ocupações em serviços auxiliares e produtivos que exigem ensino médio e superior.

Na década de 2000, o pico da taxa de desemprego ocorreu no ano de 2003, quando chegou a 19,9%. Houve queda em seguida, com a taxa de desemprego chegando ao valor de 10,4%, em 2013, ainda considerada muito alta. Políticas de estímulo à formalização do emprego resultaram em aumento do contingente de assalariados com carteira de trabalho assinada, principalmente a partir de 2004 (medido pela PED até 2013), porém os rendimentos médios

reais dos ocupados e assalariados não apresentaram a mesma recuperação, ficando estáveis nos patamares de 2003 (GARCIA; GONZAGA, 2014).

As mudanças no paradigma da indústria, que se manifestam na crescente diminuição da absorção de mão-de-obra, já revelam o deslocamento do eixo explicativo da migração via industrialização. Nos anos 70, particularmente, os destinos migratórios apresentavam estreita relação com o dinamismo industrial (incluindo-se o agroindustrial) das regiões do Interior; as evidências empíricas apontam, agora, a necessidade de mudanças nas abordagens sobre as migrações, em particular no caso paulista. [...] Nessa nova etapa de desenvolvimento econômico, as regiões mais dinâmicas estão “abertas” e absorvem os migrantes qualificados; que são minoria. As variadas e distintas modalidades de movimentos migratórios, envolvendo principalmente áreas urbanas, rompem com o paradigma explicativo da emigração como um dos efeitos sociais negativos resultantes do menor crescimento econômico e, sobretudo, da ausência de atividades industriais fortes. Na relação migração/dinâmica econômica, as cidades mais prósperas (em termos de inserção no mercado regional, nacional e internacional) tendem a registrar os maiores volumes de emigrantes, tanto na Região Metropolitana de São Paulo quanto no Interior do Estado. Assim, os fatores de expulsão, para os migrantes de baixa renda, estariam nas áreas mais dinâmicas e os de atração nas de menor dinamismo. Essa interpretação só faz sentido, contudo, considerando a dimensão espacial como elemento constitutivo do próprio processo migratório; as migrações intrametropolitanas, intrarregionais e da metrópole para o Interior exemplificam essa formulação (BEANINGER, 2004, p. 11).

Maria e Baeninger (2017), por meio dos dados do Censo de 2010, analisaram o perfil dos imigrantes em São Paulo, com o objetivo de verificar se existia diferença entre os migrantes que se direcionavam para a RMSP e os que iam para o restante do estado (interior). Os autores focaram na origem e destino, no perfil socioeconômico e na inserção ocupacional dos imigrantes.

Os imigrantes que se direcionaram para a RMSP vieram, em sua maioria, do Sudeste e do Nordeste do país. Por conta da distribuição dos imigrantes pelos estratos de renda (com os nordestinos apresentando maior participação nos estratos inferiores), os autores acreditam que os originados no Sudeste migravam em busca de oportunidades, como de emprego e estudo universitário, e os originados no Nordeste procuravam melhorias da condição de vida. Os imigrantes com origem nordestina também eram os que apresentaram a maior proporção de pessoas sem ensino médio completo, em relação a todas as outras origens.

Com relação aos que se direcionavam para o interior do estado, observou-se que a maioria era oriunda do Sudeste e, principalmente, do próprio estado de São Paulo, diferenciando-se do fluxo direcionado a RMSP. Como as características socioeconômicas dos paulistas são consideravelmente diferentes das do restante do país, especialmente das observadas no Norte e Nordeste, o perfil dos migrantes que vão para o interior torna-se diferente daqueles que se direcionam para a RMSP.

Cunha (2015) aborda intensamente a migração na RMSP, entre as décadas de 1980 e 2000, em sua tese. Ressalta-se aqui, brevemente, os achados relacionados à migração interestadual envolvendo essa Região, feita pelo quesito de data fixa (pergunta-se, nos Censos de 1991, 2000 e 2010, qual era o lugar de residência cinco anos antes).

O autor destaca que houve queda da atração migratório na RMSP ao longo do período, com os volumes de imigração caindo. No primeiro período, 1986-1991, o saldo migratório interestadual da RMSP foi de mais de 376 mil imigrantes e, no último período, 2005-2010, caiu para menos de 79 mil imigrantes. O município de São Paulo, no último período, era o que atraía a maioria dos imigrantes interestaduais (60%) e também que expulsava (68%).

Houve considerável diminuição de imigrantes provenientes do Nordeste, com redução expressiva de imigrantes do Ceará, Pernambuco e Bahia (o saldo migratório era de 378 mil imigrantes no primeiro período, e no último foi de 144 mil). Os estados da região Sudeste também tiveram queda no volume de migrantes que se direcionavam para a RMSP, especialmente os mineiros; inclusive, a partir do segundo período, os saldos migratórios da RMSP com o Sudeste passaram a ser negativos. As regiões Sul e Centro-Oeste, desde o primeiro período considerado, 1986-1991, tiveram ganhos populacionais da RMSP (CUNHA, 2015).

Cunha (2015) destaca que essas alterações refletem as transformações econômicas, ainda que com defasagem. Os fluxos migratórios reduziram-se consideravelmente no período, com o perfil exigido dos imigrantes na RMSP cada vez mais qualificado, com maior escolaridade e capacitação. Por outro lado, alterações na estrutura ocupacional e os avanços tecnológicos nas atividades empresariais da RMSP atraem também migrantes menos instruídos e mais pobres, que tentam se inserir no mercado de trabalho. Parte dos imigrantes não é absorvida pelo mercado de trabalho e, em muitos casos, eles deslocam-se novamente, até conseguirem se estabelecer, realizando uma migração redistributiva a partir do polo central, outros, ainda, acabam retornando para a origem.

A breve consideração de algumas questões regionais na origem e no destino selecionados, para o estudo do perfil das mulheres migrantes, foi apresentada com o intuito de embasar a escolha dos fluxos analisados e chamar a atenção tanto para o componente inercial associado às desigualdades persistentes entre as regiões como para as alterações econômicas ocorridas no período considerado.

As alterações na estrutura econômica do estado de São Paulo, com destaque para a RMSP, irão refletir em mudanças tanto no volume dos fluxos migratórios, na alteração do destino dos daqueles que se direcionavam para o estado, como no perfil socioeconômico desses migrantes no período considerado.

Além disso, os diferenciais socioeconômicos na origem também irão refletir no perfil dos migrantes. Verificou-se que as condições sociais e econômicas de Minas Gerais eram consideravelmente melhores do que as da região Nordeste do país. Possivelmente, isso irá refletir em emigrantes de Minas Gerais, que se destinaram a São Paulo, mais qualificados e ocupados em trabalhos que demandam maior qualificação e remuneram mais, enquanto os do Nordeste, provavelmente serão menos qualificados e concentrados em ocupações que exigem menor qualificação e que remuneram menos.

Essas diferenças também podem impactar diretamente nas condições das mulheres migrantes no destino, dado que maiores níveis educacionais e condições socioeconômicas estão associadas a maior autonomia e maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Assim, espera-se que as imigrantes originadas em Minas Gerais estejam mais atuantes no mercado de trabalho e melhor posicionadas do que as originadas no Nordeste.

Expostas as reflexões sobre o estudo da migração das mulheres, dos impactos da divisão sexual tradicional no trabalho em sua situação no mercado de trabalho e definidos os fluxos migratórios considerados, o passo seguinte é a explicação dos dados e métodos utilizados para investigar a feminização da migração.

5.3 Bases de dados

A situação das mulheres migrantes no destino será avaliada por meio dos microdados das amostras dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. O microdado é o menor nível de desagregação dos dados disponíveis. Na forma de códigos numéricos os microdados possibilitam a leitura e o cruzamento de diferentes variáveis e unidades geográficas (IBGE, 2019).

O primeiro censo realizado no Brasil é de 1872, e até o momento foram realizados 12 censos. Estes passaram a ter regularidade decenal (com exceção do Censo de 1991, realizada com um ano de atraso) a partir da década de 1940. Foi no Censo de 1940 que algumas informações sobre domicílio foram incluídas na pesquisa, e foi no Censo de 1970 que as informações sobre

os domicílios ocuparam considerável parte do questionário. A partir da pesquisa de 1960, não só adotou-se um questionário básico, aplicado ao universo populacional, mas também um questionário amostral, com muito mais perguntas, incluindo as sobre migração e características do domicílio (CAVENAGHI; ALVES, 2011).

Os Censos de 1991, 2000 e 2010 permitem identificar o município, a microrregião, a mesorregião, a região metropolitana (quando é o caso) e a região geográfica que o indivíduo residia no momento do recenseamento. Combinando tais informações com alguma daquelas disponíveis sobre o lugar de residência, em algum momento anterior, é possível identificar pessoas que mudaram sua residência, ou seja, os migrantes.

No que tange à migração interna, há algumas perguntas comuns nos censos demográficos que são utilizadas para definir migrantes e não migrantes. O Quadro 2 dispõe as denominações dadas aos principais tipos de migração que podem ser estimados nos censos, as informações necessárias para identificar cada tipo de migrante e as variáveis disponíveis em cada um dos censos utilizados nesta tese, com seus respectivos códigos.

A primeira definição de migrante é a dos não naturais (*lifetime migrants*). Nesse caso os migrantes são aqueles que nasceram num lugar diferente do lugar em que foram recenseados. Para identificá-los é necessário saber o lugar de nascimento, o que é feito, nos três censos, por meio da pergunta sobre a Unidade da Federação (UF) de nascimento. Mas existem algumas limitações no uso dessa informação. Não é possível identificar quando a migração foi feita, se houve mais movimentos migratórios e, ainda, caso a pessoa tenha migrado, mas estava residindo, novamente, no lugar de nascimento no momento do recenseamento, ela será considerada não migrante (BILSBORROW, 2016).

A migração que ficou conhecida como de última etapa é identificada com a combinação do tempo de residência ininterrupto no lugar recenseado com aquele de residência anterior. Assim, como indica o nome, ela informa qual foi o último movimento realizado pelo migrante. Com isso, mesmo os retornados (que residiam em determinado lugar, se emigraram, mas retornaram a ele) são consideradas migrantes.

Por fim, na migração de data fixa é perguntado qual era o lugar de residência numa data específica. O período de cinco anos é utilizado com maior frequência, pois é uma aproximação do meio do período entre os censos que ocorrem a cada 10 anos. Sua vantagem é a determinação do período no qual ocorreu a migração, sendo fácil a definição do conceito de migração. Mas quando houver mais de um movimento migratório também se perde

informação e, caso se tenha migrado e retornado para o lugar em que se residia na data fixada, a pessoa será considerada não migrante (RIGOTTI, 1999; BILSBORROW, 2016).

Quadro 2 – Quesitos censitários sobre migração interna – 1991, 2000 e 2010

Denominação	Informações necessárias	Variáveis disponíveis e seus códigos		
		Censo de 1991	Censo de 2000	Censo de 2010
Não naturais	Lugar de nascimento	UF de nascimento (V0316).	UF de nascimento (V4210).	UF de nascimento (V6222).
Migrantes de data fixa	Lugar de residência em uma data fixa anterior	Município de residência em 01/09/1986 (V3191);	Município de residência em 31/07/1995 (V4250);	Município de residência em 31/07/2005 (V6264);
		UF de residência em 01/09/1986 (V0321).	UF de residência em 31/07/1995 (V4260);	UF de residência em 31/07/2005 (V6262).
Migrantes de última etapa	Lugar de residência anterior	Município de residência anterior (V0319); UF de residência anterior (V0319).	UF de residência anterior (V4230).	Município de residência anterior (V6254); UF de residência anterior (V6252).
	Tempo de residência ininterrupto no lugar recenseado	Tempo de residência ininterrupto na UF de recenseamento (V0317); Tempo de residência ininterrupto no município de recenseamento (V0318).	Tempo de residência ininterrupto na UF de recenseamento (V0422); Tempo de residência ininterrupto no município de recenseamento (V0416).	Tempo de residência ininterrupto na UF de recenseamento (V0623); Tempo de residência ininterrupto no município de recenseamento (V0624).

Fonte: Elaborado a partir dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010.

Nota: O município de residência anterior e a UF de residência anterior, disponíveis nos Censos de 1991 e 2010, referem-se ao mesmo deslocamento.

Cabe destacar que os dados censitários não realizam nenhuma investigação com relação aos motivadores da migração ou da situação dos migrantes antes de realizarem o movimento, o que limita a análise da migração a observação da situação dos migrantes no destino, na data de realização da pesquisa. Além disso, os dados censitários tratam de estoques de migrantes dos que sobreviveram até a data do recenseamento e não emigraram do lugar de destino. Por conta disso, quanto mais tempo transcorrido entre a migração e o recenseamento, espera-se que menor será o número de migrantes captado, pois estes estiveram mais expostos ao “risco” de morte e de realizar outro movimento migratório (RIGOTTI, 1999).²⁵

Na presente tese foi utilizada a variável de última etapa, que permite analisar a situação dos imigrantes que acabaram de chegar até aqueles que já tinham 10 anos ininterruptos de

²⁵ Para mais informações sobre a evolução dos quesitos censitários, suas possibilidades, identificação de migrantes de retorno, do efeito indireto da migração e estimação de saldos migratórios, ver ONU (1970), Ribeiro, Carvalho e Wong (1996), Rigotti (1999), Cunha (2014) e Bilsborrow (2016).

moradia no destino, gerando uma análise das três décadas com base nos cenários encontrados nas datas dos censos. Além disso, a construção do tipo de migração é feita com base na delimitação dos imigrantes que tinham até dois anos de residência no destino, o que só é possível de ser feito com os dados de última etapa.

Como visto, os migrantes de última etapa são identificados por meio da combinação de duas perguntas, o tempo de residência no lugar recenseado e o lugar de residência anterior. Os migrantes foram definidos aqui por meio do quesito de UF de residência anterior, sendo migrantes aqueles que residiam anteriormente em Minas Gerais ou em algum estado do Nordeste e se destinaram para o estado de São Paulo. Assim, serão considerados não apenas os naturais das regiões de origem, mas pessoas que de qualquer lugar de nascimento, que em algum momento imigraram para as mesmas e, nas datas dos censos, já haviam emigrado delas e estavam residindo no estado de São Paulo. O tempo de residência considerado também foi com relação à UF, ou seja, o tempo de moradia ininterrupto no estado de São Paulo.

Pelo Quadro 2 verifica-se que, no Censo de 2000, não foi identificado o município de residência anterior, apenas a UF. Quando se tem a identificação do município e da UF de residência anterior, o tempo de residência na UF e no município é diferente nos casos em que houver uma migração de um município para outro num mesmo estado.

Assim, caso haja pessoas que, por exemplo, emigraram de Minas Gerais e foram para São Paulo e, posteriormente, migraram de um município para outro, dentro do próprio estado de São Paulo, elas não serão mais enquadradas como migrantes nesta tese. No entanto, em 2000, esse não é sempre o caso. A falta da pergunta sobre o município de residência anterior pode causar resultados diferentes.

Em 2000, o exemplo ilustrado no parágrafo anterior não é, necessariamente, esclarecido. Como não há a pergunta de município de residência anterior, algumas pessoas podem reportar como última migração o deslocamento interestadual, pois é a única informação que foi pedida sobre a residência anterior. Assim, é importante destacar a existência de tal limitação dos dados censitários do ano de 2000 e que a consequência disso é a consideração de pessoas como imigrantes que, nos demais anos, não seriam tratados como tal.

Outra questão importante de ser definida, quando se utilizam dados censitários, é a de como determinar o grupo de comparação (“grupo de controle”) com os migrantes que seja o mais apropriado, diante da limitação de não existirem informações da situação anterior dos indivíduos, sejam eles migrantes ou não.

Quando o foco da pesquisa são os determinantes da migração o ideal seria captar as informações dos indivíduos na origem (em risco de migrar), em seguida, comparar as informações de quem migrou com as de quem não migrou e verificar se existem características distintas que podem ser associadas com maior probabilidade de o indivíduo se tornar migrante (BILSBORROW, 2016).

Para verificar as consequências da migração para os migrantes também são importantes as mesmas informações, ou seja, comparar a situação dos migrantes no destino com a dos não migrantes que ficaram na origem, revelando os impactos da migração na vida dos indivíduos que decidiram por mudar sua residência. Por sua vez, a comparação dos migrantes com a população não migrante do destino é importante para analisar a adaptação dos migrantes, o que é feito, por exemplo, pela comparação de condições de emprego e rendimento (BILSBORROW, 2016).

Como o objetivo deste estudo é verificar se houve mudança no perfil das mulheres migrantes, a comparação mais próxima do objetivo é com a situação dos naturais no destino, principalmente frente à informação de Batista e Cacciamali (2009) de que os migrantes na região Sudeste do país têm rendimento médio inferior à dos naturais.²⁶

Assim, a comparação entre os sexos indicará se houve melhoria do perfil da situação das mulheres migrantes, além das mudanças que afetaram os migrantes independentemente do sexo. Ao mesmo tempo, a comparação dos imigrantes com os naturais entre as décadas de 1980 e 2000 revelará se as mudanças observadas refletem uma aproximação da condição dos migrantes com o grupo melhor posicionado, que é o dos naturais, sendo que os naturais foram definidos como aqueles que nasceram num município do estado de São Paulo e nunca migraram dele.

Apesar de o grupo de naturais do município de residência ser o mais adequado como controle, deve-se ter em mente que os descendentes de imigrantes, que nasceram no destino, estão incluídos nesse grupo. Com isso nem todo o efeito da migração é retirado, pois o fato de serem filhos de imigrantes pode influenciar na sua condição no destino.

Para a análise da participação das mulheres nos fluxos migratórios foram apresentadas as frequências absolutas e relativas das mulheres, as distribuições de frequência relativas ao

²⁶ Numa primeira análise dos dados foram feitas comparações entre os migrantes e os naturais do município de residência das duas origens, Nordeste e Minas Gerais, para o ano de 2010. Os resultados mostraram que os migrantes eram positivamente selecionados com relação às suas respectivas origens, com maior nível de instrução, maior rendimento médio e maior formalização no mercado de trabalho.

percentual por faixa etária. Foram também calculadas as razões de sexo dos imigrantes por faixa etária, – o número de homens por mulher –, sendo que, quando a razão de sexo for menor do que 1, significa que havia mais mulheres do que homens imigrantes na faixa etária.

O Quadro 3 resume as variáveis escolhidas na análise descritiva, cujo objetivo é expor e comparar a condição das mulheres migrantes que participavam do mercado de trabalho. Cabe destacar que as variáveis, de modo geral, não passaram por recorte nas observações na parte da análise descritiva (os recortes feitos para os modelos de regressão são explicados posteriormente). Os procedimentos adotados para a criação e compatibilização das variáveis utilizadas estão descritos no Apêndice A.

Quadro 3 – Descrição das variáveis utilizadas na análise descritiva

Variável	Descrição	Categorias
Ocupados	Pessoas que trabalhavam ou que estavam afastadas temporariamente.	–
Desocupados	Pessoas sem trabalho que tomaram providência para conseguir um.	–
População Economicamente Ativa (PEA)	Pessoas ocupadas e pessoas desocupadas.	–
Faixa de rendimento em salários mínimos (SM)	Categórica indicando a faixa do rendimento mensal no trabalho principal em número de salários mínimos. Obs.: rendimentos positivos, limitados ao valor de R\$ 30.000,00 e corrigido para julho de 2010.	Até 0,5 SM; Mais de 0,5 até 1 SM. Mais de 1 até 2 SM; Mais de 2 até 3 SM; Mais de 3 até 5 SM; Mais de 5 até 10 SM; Mais de 10 SM.
Rendimento no trabalho principal	Valor mensal recebido no trabalho principal, ajustado para julho de 2010 (Valores positivos e limitados até R\$ 30.000,00).	–
Faixa de contribuição para o rendimento domiciliar	Categórica indicando o % que o rendimento em todos os trabalhos, dos indivíduos com 18 anos de idade ou mais, representava do rendimento domiciliar total auferido por meio do trabalho.	Não possuíam rendimento; Contribuíam com até 50%; Contribuíam com mais de 50% até 100%;
Cor ou raça	Categoria indicando a cor ou raça.	Branco; Pretos; Amarelos; Pardos; Indígenas.
Região Metropolitana de São Paulo	Categórica indicando se residia na RMSP.	Residiam na RMSP; Não residiam na RMSP.
Posição na Ocupação	Categórica indicando a posição na ocupação no trabalho principal e se possuía carteira de trabalho assinada.	Empregados domésticos sem carteira; Empregados domésticos com carteira; Empregados sem carteira; Empregados com carteira; Por conta própria; Empregadores.
Nível de Instrução	Categórica indicando o nível mais alto de instrução cursado, completo ou não.	Sem instrução ou com fundamental incompleto; Fundamental completo ou com médio incompleto; Médio completo ou com superior incompleto e; Ensino superior completo

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A comparação dos originados em Minas Gerais com os originados em toda a região Nordeste foi escolhida após análise dos dados do Censo de 2010, em que a região Nordeste foi desagregada em três partes: Nordeste I, formada por Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte; Nordeste II, formada por Maranhão e Piauí; Nordeste III, formada pela Bahia e Sergipe.

Sobre a composição por sexo observou-se pequena diferença, entre os originados do Nordeste I e III, 49% eram mulheres, e no Nordeste II apenas 47%. Apesar da diferença na composição por sexo, as demais variáveis consideradas, como rendimento, nível de instrução, posição na ocupação, cor/raça, posição no domicílio, residência ou não na RMS, não apresentaram diferenças significativas o suficiente para justificar a divisão da região Nordeste, principalmente frente à dificuldade que acrescentaria à síntese dos resultados.

Assim, a Tabela 2 traz o número de observações (com o peso ativado), dos Censos de 1991, 2000 e 2010, dos seis grupos que serão considerados: mulheres e homens imigrantes no estado de São Paulo com origem no Nordeste; mulheres e homens imigrantes no estado de São Paulo com origem em Minas Gerais, e; mulheres e homens naturais do município de residência no estado de São Paulo.

Tabela 2 – Número de observações nas análises descritivas – 1991, 2000 e 2010

Ano	Sexo	Origem			
		Nordeste	Minas Gerais	Naturais	Total
1991	Mulheres	542.841	195.251	8.225.737	8.963.829
	Homens	548.014	190.644	8.224.240	8.962.898
	Total	1.090.855	385.895	16.449.977	17.926.727
2000	Mulheres	863.009	210.881	9.710.938	10.784.827
	Homens	809.640	200.709	9.659.849	10.670.198
	Total	1.672.649	411.590	19.370.786	21.455.025
2010	Mulheres	571.015	173.424	11.084.098	11.828.537
	Homens	599.048	163.770	10.865.756	11.628.574
	Total	1.170.063	337.194	21.949.854	23.457.111

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

5.4 Análise familiar ou domiciliar?

Como visto, a consideração da família/domicílio no estudo da migração é de suma importância em muitos casos, ainda mais quando se objetiva compreender a migração das mulheres. Porém, a limitação dos dados disponíveis é um empecilho às pesquisas e, antes da análise de dados, é necessária uma boa compreensão dos conceitos de família, domicílio e arranjo domiciliar, para uma adequada definição das unidades de análise.

Os conceitos de família, domicílio e arranjo domiciliar podem variar de acordo com o local, a época e o objetivo a ser alcançado. Burch (1979) destaca que o termo “família”, na literatura das ciências sociais, geralmente refere-se a um grupo de parentes relacionados por sangue, casamento ou adoção.

Wajnman (2012) ressalta que há várias conformações a serem consideradas nos estudos da família, como um grupo familiar formado por laços de parentesco, independentemente da residência dos indivíduos, ou mesmo um grupo definido pela residência no mesmo domicílio, sendo as pessoas parentes ou não. O que se observa, na prática, é uma delimitação pela coresidência, principalmente por conta da maior capacidade de precisão na descrição das relações entre os indivíduos.

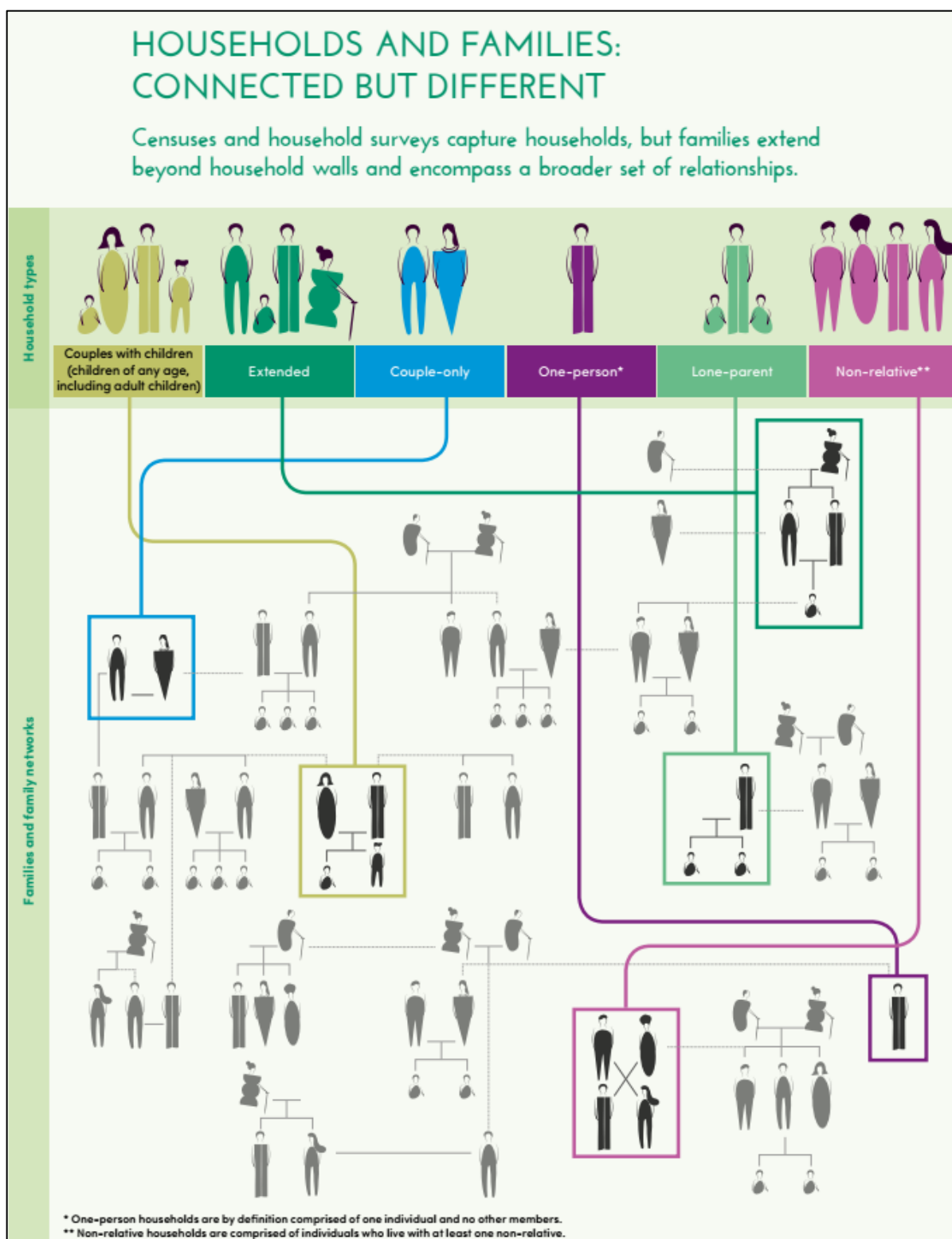
Considerando o domicílio, pode-se analisar apenas a família domiciliar, composta pelo grupo familiar – pessoas ligadas pelo parentesco, seja por laços sanguíneos, por adoção ou conjugalidade (incluindo ligação com os parentes do cônjuge ou companheiro, como sogros e enteados) –, ou o grupo domiciliar como um todo, composto por pessoas que residem numa mesma unidade e compartilham bens públicos, sendo parentes ou não (WAJNMAN, 2012).

A Figura 2, produzida pela ONU Mulheres, em seu relatório *Families in a changing world*, de 2019, ilustra como as famílias e os domicílios se relacionam, mas como são diferentes por conta de as relações familiares se estenderem para além do domicílio.

São observados diferentes tipos de domicílios na figura, os formados apenas pelo casal (*couple-only*), pelo casal com filhos (*couple with children*), os estendidos, em que há outro parente para além do núcleo familiar (*extended*), os unipessoais (*one-person*), os monoparentais (*lone-parent*) e os formados por pessoas não relacionadas familiarmente (*non-relative*). Nota-se que cada tipo de domicílio destacado possui sua rede de familiares que não residem no domicílio, o que diferencia os conceitos de família e domicílio.

Na prática, a escolha entre família e domicílio, quando dados secundários são utilizados, depara-se com as limitações do questionário. Por conta disso, faz-se uma revisão dos conceitos de família e domicílio utilizados nos censos demográficos brasileiros, com foco nos últimos três, por serem os usados nesta tese.

Figura 2 – Domicílios e famílias: conectados mas diferentes



Fonte: ONU MULHERES (2019, p. 25).

O Quadro 4 demonstra os conceitos de família e domicílio dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. O domicílio, além do indivíduo, é a unidade de análise utilizada nas pesquisas

censitárias do Brasil. Verifica-se que o conceito de domicílio não teve sua essência alterada no período considerado no presente estudo.

Em 1991, o domicílio foi definido como o local que estava servindo de habitação para uma ou mais pessoas na data de referência do censo e que era estruturalmente independente. Ser independente significa que o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas.

Nos anos 2000 e 2010 é especificada também a necessidade de ser estruturalmente separado, o que ocorre quando o local de habitação for limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas que nele habita isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia.

No que diz respeito à definição de família, tem-se que, nos Censos de 1991 e 2000, a pessoa que morava sozinha num domicílio particular era uma família. Pessoas que moravam no mesmo domicílio e ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência também eram consideradas famílias.

Cabe destacar que a dependência doméstica é a situação de subordinação dos empregados domésticos e dos agregados em relação à pessoa responsável pela família, enquanto as normas de convivência são as regras estabelecidas para convivência de pessoas que residem no mesmo domicílio e não estão ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica.

O conjunto de pessoas (no máximo cinco) não ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica, e que morava em um domicílio particular, foi considerado como família apenas no Censo de 1991. Por fim, no Censo de 2010, a família foi definida apenas como o conjunto de pessoas da unidade doméstica ligadas por laços de parentesco, excluindo, assim, as pessoas que moravam sozinhas e as que residiam num mesmo domicílio, mas que não possuíam parentesco.

Percebe-se que o conceito de domicílio pouco variou nos três censos considerados, ao contrário do conceito de família, que teve especificações diferentes em cada censo. Outra questão observada na análise das variáveis disponíveis nos questionários da amostra é que a condição na família não foi apurada no último censo, apenas a condição no domicílio.

Quadro 4 – Conceitos de domicílio e família dos Censos Demográficos brasileiros de 1991, 2000 e 2010

Censo demográfico	Definição de domicílio	Definição de família
1991	Moradia estruturalmente independente, constituída por um ou mais cômodos, com entrada privativa. Por extensão, edifícios em construção, embarcações, veículos, barracas, tendas, grutas e outros locais que estavam, na data do Censo, servindo de moradia também foram considerados como domicílios.	a) o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que morassem no mesmo domicílio. b) a pessoa sozinha que morasse em domicílio particular. c) o conjunto de, no máximo, 5 (cinco) pessoas que morassem num domicílio particular, embora não estivessem ligadas por laços de parentesco e/ou dependência doméstica.
2000	Local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal na data de referência.	Nos domicílios particulares consideram-se família: a) pessoa que mora sozinha; b) o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica; c) pessoas ligadas por normas de convivência.
2010	Local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal na data de referência.	Considerou-se como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco na unidade doméstica.

Fonte: Elaborado a partir dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010.

Essas particularidades direcionam o estudo da estrutura domiciliar e não familiar, o que será feito pela consideração da condição do migrante no domicílio (relação com o responsável pelo domicílio). Além disso, como um dos objetivos é buscar uma aproximação da conformação do domicílio, no momento da migração, faz-se importante saber a condição no domicílio de todas as pessoas que residiam nele, parentes ou não, servindo como uma medida de quão conjunta ou individual foi a migração nesse sentido.

Mas é importante destacar as limitações da utilização do domicílio, pois, apesar de as famílias e os domicílios geralmente se sobreporem, esse não é sempre o caso. Assim, o maior problema ao se considerar o domicílio ocorre quando os membros da família residem em domicílios diferentes. Não será possível afirmar se toda a família migrou, pois não é possível verificar se algum membro ficou na origem. Também não será possível identificar os casos em que o migrante tem relações com familiares que residem próximos a ele (até mesmo no mesmo terreno), mas em outro domicílio.

As limitações citadas têm impacto, principalmente, na categorização do tipo de migração, descrita na sequência, que estima a forma como a migração (o deslocamento) ocorreu, se individual ou conjunta; o que é feito com base na composição dos membros do domicílio de destino do migrante.

5.5 Categorização do tipo de migração

Para identificar se a migração foi feita de forma individual ou conjunta, serão considerados aqueles que migraram para São Paulo recentemente, menos de dois anos antes das datas de referência dos censos. Assim, é utilizada a variável tempo de residência ininterrupto na Unidade da Federação (UF) dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. A ideia é fazer a maior aproximação possível da estrutura domiciliar dos imigrantes no momento em que chegaram a São Paulo, criando uma *proxy* da situação na época da migração, tentando identificar se a pessoa realizou uma migração individual ou conjunta.

A Tabela 3 apresenta a distribuição relativa dos imigrantes da década, por tempo de residência no estado de São Paulo, com origem em Minas Gerais e no Nordeste, nos anos de 1991, 2000 e 2010. A distribuição por tempo de residência foi muito semelhante entre os sexos, em todos os anos, por isso a informação está agregada.

A princípio, seriam considerados como imigrantes recentes aqueles que residiam em São Paulo há menos de um ano (em relação às respectivas datas dos censos), porém, na análise dos dados, verifica-se grande diferença entre os censos. No Censo de 1991, próximo de 8% dos imigrantes foram enquadrados como residindo em São Paulo há menos de um ano para ambas as origens. No Censo de 2000 a participação caiu, passou para 5,96% entre os originados em Minas Gerais e apenas 4,4% entre os com origem no Nordeste. Já no ano de 2010 há grande inversão. O percentual de imigrantes com menos de um ano de residência em São Paulo foi de quase 14% entre os com origem mineira, e mais de 15% entre os com origem no Nordeste.

Tais diferenças são resultado, além de contextos econômicos diferentes, da maior mobilidade da população. Como destacado por Baeninger (2012), na década de 2000, São Paulo passou a ser considerado uma área de rotatividade migratória nacional o que, conseqüentemente, aumenta o peso relativo dos migrantes com menor tempo de residência, já que o número de pessoas que reemigram aumenta e o tempo em que elas permanecem em determinada localidade se reduz.

Tabela 3 – Tempo de residência em São Paulo, dos imigrantes originados no Nordeste e em Minas Gerais (%) – 1991, 2000 e 2010

Tempo de residência ininterrupto em São Paulo	Originados no Nordeste			Originados em Minas Gerais		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
0	7,64	4,38	15,11	7,86	5,96	13,83
1	17,20	10,71	13,12	15,76	12,52	12,95
2	15,30	10,68	13,41	13,81	10,79	13,21
3	13,66	12,49	12,35	12,32	11,64	12,39
4	12,29	14,48	10,28	10,98	12,80	10,77
5	10,35	10,67	7,00	9,26	9,71	6,69
6	8,90	12,30	8,38	9,87	10,69	8,41
7	5,03	8,73	6,43	6,24	8,92	7,66
8	6,06	8,97	8,42	8,15	9,76	8,61
9	3,57	6,58	5,50	5,75	7,21	5,49
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Mas essas diferenças sobre o tempo de residência na Unidade de Federação (UF), entre os censos, também indicam outras alterações. Shryock e Siegel (1980) afirmam que os erros de um censo demográfico podem ocorrer desde a enumeração até o processamento dos dados, podendo ser resultantes de erros de cobertura (pessoas que não foram contadas ou foram contabilizadas mais de uma vez) ou mesmo de erros no questionário ou no momento da gravação das respostas. No caso em questão podem ocorrer erros de memória, que geralmente aumentam quanto mais distante no tempo é necessário retroceder para responder à pergunta. Mas como são utilizados os anos mais próximos à data de realização dos censos, espera-se que os erros de memória sejam poucos.

Como também destacado por Shryock e Siegel (1980), perguntas que não definem explicitamente o tempo a que se referem, como “durante o ano passado...” ou “durante o último ano...”, podem ser interpretadas de diferentes formas pelos respondentes. Alguns responderão corretamente, em relação aos 12 meses anteriores, enquanto outros estarão se referindo a períodos maiores ou menores, dependendo, por exemplo, das tradições culturais da população pesquisada.

A pergunta em questão sobre o tempo de residência no domicílio não se refere apenas aos 12 meses anteriores, porém como o Censo de 1991 tem como referência 31 de agosto, o de 2000, o dia 1º de agosto, e o de 2010, o dia 31 de julho, pode ter ocorrido erros, principalmente daqueles que declararam residir há menos de um ano na UF. Possivelmente, alguns migrantes podem ter considerado apenas o período do ano corrente, e não até a metade do ano anterior, quando se completam os 12 meses. Observando os dados, isso poderia ter acontecido nos

Censos de 1991 e 2000, mas não no de 2010. Por conta disso, foram analisadas as perguntas referentes ao tempo de residência dos três censos para identificar se houve alguma alteração no quesito.

No Censo Demográfico de 1991, a pergunta com relação ao tempo de residência era: “Anos em que mora na Unidade da Federação”. Em 2000, a pergunta foi alterada para: “Há quanto tempo mora sem interrupção nessa Unidade da Federação?” No Censo Demográfico de 2010, a pergunta manteve-se praticamente a mesma: “Há quanto tempo mora sem interrupção nessa Unidade da Federação (Estado)?” Porém, uma observação é feita para o aplicador do questionário em 2010, que é: “se inferior a 1 ano, registre 0”.

Na verdade, a observação de marcar zero, caso o tempo de residência fosse inferior a um ano é feita em todos os censos em questão, porém no Censo de 1991 a especificação é feita no manual do recenseador, no Censo de 2000, no arquivo de descrição das variáveis, e no de 2010 ela está disposta no próprio questionário da amostra.

Essa ressalva feita no próprio questionário da amostra do Censo de 2010 indica a possibilidade de erros no momento do preenchimento da resposta nos censos anteriores, provavelmente com aplicadores indicando 1, em vez de 0, para aqueles que declararam residir na UF há menos de um ano, resultando na pouca participação daqueles que residiam há menos de um ano em relação ao total, como se observou na Tabela 1.

Por conta da diferença na proporção de migrantes recentes e dessa alteração, optou-se por agregar ao estudo aqueles que residiam entre 1 e 2 anos na UF, assim, são considerados imigrantes recentes em São Paulo os que residiam há menos de dois anos no estado. Com essa agregação, os imigrantes recentes representavam, em 1991, 23,6% dos imigrantes de última etapa originados em Minas Gerais e 24,8% dos originados no Nordeste. Em 2000 os valores foram, respectivamente, 18,5% e 15,1%, e, por fim, em 2010, 26,78% e 28,2%.

Ao analisar as características das pessoas que compunham o domicílio dos migrantes recentes, espera-se ter uma *proxy* que indique se os imigrantes realizaram o movimento de forma individual ou conjunta. Para categorizar a migração entre individual ou conjunta, os imigrantes recentes foram divididos em dois grupos:

1) **Migrantes individuais:** composto por aqueles (i) imigrantes recentes que residiam em domicílios unipessoais ou por (ii) imigrantes recentes que residiam em domicílios em que eram os únicos imigrantes;

2) **Migrantes conjuntos:** formado por (i) imigrantes recentes que residiam num domicílio com outro(s) imigrante(s) recentes e também com não imigrantes; (ii) imigrantes recentes que residiam em domicílios em que todos os membros eram imigrantes recentes; (iii) imigrantes recentes que residiam em domicílios em que pelo menos um membro era um imigrante antigo (com mais de 2 anos de residência no destino).

Cabe destacar que todas as pessoas do domicílio foram mantidas, sendo essas enquadradas entre: imigrantes recentes, que são os com menos de dois anos de residência em São Paulo; imigrantes antigos, que residiam em São Paulo há no mínimo dois anos e, no máximo, há dez anos; e não migrantes, podendo ser imigrantes originados em outras regiões (inter e intraestaduais), exceto no Nordeste e em Minas Gerais, ou pessoas que nunca migraram.

Outra limitação dos dados se dá com relação ao efeito indireto da migração. Ribeiro, Carvalho e Wong (1996) dividem o efeito indireto em dois. O efeito indireto do tipo um refere-se à imigração de não naturais, associada ao retorno de naturais, e o efeito indireto do tipo dois refere-se aos nascimentos na região de destino, de filhos de naturais retornados. Dado que a migração de retorno não é especificada na análise, o efeito indireto do tipo dois é o que pode ocorrer e alterar a categorização dos migrantes.

Como o algoritmo é construído com base no arranjo domiciliar e a condição de migração, o efeito indireto do tipo dois ocorre quando um imigrante recente tem um filho no destino. Com os dados censitários seria possível identificar os filhos/enteados apenas do responsável pelo domicílio, o que limita o tratamento do efeito do tipo dois. Além disso, como o foco, nesta parte da análise, são os imigrantes recentes, o efeito indireto do tipo dois é pequeno, pois se refere apenas às crianças que nasceriam no destino num período inferior a dois anos.

Há duas alterações nos resultados que poderiam ocorrer caso fosse possível identificar o efeito indireto. Uma ocorreria quando o arranjo domiciliar fosse composto por mais de um imigrante recente e por não migrantes. Se houver apenas um não migrante, e esse for um filho que nasceu no destino, o arranjo domiciliar passaria a ser o composto inteiramente por imigrantes recentes. Tal alteração não resultaria em mudança do tipo de migração feita, individual ou conjunta, apenas seria uma movimentação dentro da categoria de migração conjunta.

A outra possibilidade seria de arranjos domiciliares em que haveria apenas um imigrante e um não migrante, sendo o não migrante um filho que nasceu no destino. Essa configuração seria entendida como de uma migração individual, mas se fosse possível identificar que o não migrante é um filho do migrante que nasceu no destino, o domicílio passaria para a categoria

de domicílio composto inteiramente por imigrantes recentes e haveria uma troca, inclusive, do tipo de migração feita, que deixaria de ser individual e seria considerada conjunta. Nos demais casos a identificação de filhos de imigrantes recentes, que nasceram no destino, não causaria uma mudança de arranjo domiciliar.

Assim, pelo pequeno efeito e pela possibilidade apenas parcial de identificação dos filhos de imigrantes recentes que nasceram no destino (quando estão na posição de filho do responsável pelo domicílio), optou-se por não realizar nenhuma alteração no algoritmo, apenas evidenciar aqui sua ocorrência.

O avanço metodológico da categorização do tipo de migração está na criação de um algoritmo que possibilita identificar se existia mais de um imigrante residindo no domicílio e se eles migraram em conjunto (se possuíam o mesmo tempo de residência no destino) ou se a migração foi realizada em diferentes momentos no tempo (se possuíam tempos de residência distintos). O algoritmo criado para categorizar a migração entre individual e conjunta está exposto no Apêndice B.

Como visto, a migração é realizada, em muitos casos, em família, e não é incomum os estudos que consideram a migração das mulheres como um deslocamento passivo quando realizado em conjunto com outras pessoas. Essa categorização tem o propósito de quantificar tal questão, demonstrando se as mulheres deslocam-se de forma mais conjunta do que os homens.

A seguir, estão descritos os modelos econométricos escolhidos para avaliar a situação das mulheres imigrantes no mercado de trabalho em relação ao rendimento auferido no trabalho principal, assim como os recortes realizados nos dados.

5.6 Modelos de análise

Os modelos econométricos foram utilizados para averiguar a situação das migrantes com relação ao rendimento auferido no trabalho principal (variável dependente). Utilizando o referencial sobre mercado de trabalho foram escolhidas também variáveis controle reconhecidas na literatura por seu impacto no rendimento recebido. O Quadro 5 apresenta as variáveis utilizadas nos modelos econométricos, sua descrição e os valores assumidos por elas.

Quadro 5 – Descrição das variáveis utilizadas nos modelos

Variável	Descrição	Valores
Rendimento no trabalho principal	Valor mensal recebido no trabalho principal, corrigido para julho de 2010.	Valor indicando rendimento, limitado até o valor de R\$ 30.000 reais e corrigido para julho de 2010.
Sexo	Categórica indicando o sexo	1 para mulheres; 0 para homens.
Raça	<i>Dummy</i> indicando se era branco ou negro.	1 para brancos; 0 para pretos e pardos,
Região Metropolitana de São Paulo	<i>Dummy</i> indicando se residia na RMSP.	1 para os que residiam na RMSP; 0 para os que não residiam na RMSP.
Responsável pelo domicílio	<i>Dummy</i> indicando se era o responsável ou cônjuge.	1 para responsável pelo domicílio; 0 para cônjuge.
Tem filho de até 12 anos no domicílio	<i>Dummy</i> indicando se tinha filho de até 12 anos residindo no mesmo domicílio.	1 para aqueles que residiam com filho(s) de até 12 anos de idade; 0 para os demais.
Horas trabalhadas	Número de horas trabalhadas por mês no trabalho principal.	Valor indicando o número de horas trabalhadas por mês no trabalho principal (horas semanais multiplicadas por quatro).
Grupo de idade	Categórica indicando o grupo de idade.	0 para aqueles entre 20 e 24 anos; 1 para aqueles entre 25 e 34 anos; 2 para aqueles entre 35 e 44 anos; 3 para aqueles entre 45 e 54 anos; 4 para aqueles entre 55 e 64 anos.
Posição na ocupação	Categórica indicando a posição na ocupação no trabalho principal e se possuía carteira de trabalho assinada.	0 para os empregados com carteira; 1 para empregados domésticos sem carteira; 2 para empregados domésticos com carteira; 3 para os empregados sem carteira; 4 para os que trabalhavam por conta própria e; 5 para os empregadores.
Nível de instrução	Categórica indicando o nível mais alto de instrução cursado, completo ou não.	0 para os sem instrução ou com fundamental incompleto; 1 para os com fundamental completo ou com médio incompleto; 3 para os com médio completo ou com superior incompleto e; 4 para os com ensino superior completo.

Fonte: Elaborado a partir dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Alguns recortes sobre a amostra foram realizados para estimar os modelos, tanto para as regressões lineares como para as quantílicas. Primeiro, foram mantidas apenas as pessoas que, na data de realização dos censos, tinham entre 20 e 64. Foram considerados apenas os responsáveis pelo domicílio e os cônjuges, pois é possível identificar aqueles que tinham filhos no domicílio, o que, como visto na literatura, impacta, principalmente, na situação das mulheres no mercado de trabalho.

Também foram considerados apenas aqueles com rendimento positivo, já que o objetivo é analisar o impacto das variáveis controles no rendimento. Outro recorte foi a exclusão daqueles que não informaram o nível de instrução, pois essa variável é chave na análise do rendimento. Referente à cor, foram mantidos apenas pretos, pardos e brancos, os demais

(amarelos, indígenas e que não declararam a cor) foram excluídos por sua baixa representação na amostra.

A variável de rendimento utilizada foi a do rendimento mensal no trabalho principal, em reais. Os valores do ano de 1991 e de 2000 foram ajustados para julho de 2010, com base no deflator utilizado pelo Data Zoom²⁷.

As variáveis controle foram: *dummy* de sexo, com valor 0 para homens, e 1 para mulheres; *dummy* de cor, com valor 0 para pretos e pardos, e 1 para brancos; *dummy* para identificar se era responsável pelo domicílio, com 0 para cônjuges, e 1 para responsáveis; *dummy* indicando se havia filhos, de até 12 anos, residindo no domicílio; *dummy* de Região Metropolitana de São Paulo, com valor 1 para os que residiam nela, e 0 para os demais; horas mensais trabalhadas no trabalho principal (estimada pela multiplicação das horas semanais trabalhadas por quatro); categórica em relação ao grupo de idade, sendo as categorias 20 a 24 anos, 25 a 34 anos, 35 a 44 anos, 45 a 54 anos e 55 a 64 anos; categórica em relação à posição na ocupação, sendo as categorias empregados domésticos com carteira de trabalho assinada, empregados domésticos sem carteira de trabalho assinada, empregados com carteira de trabalho assinada, empregados sem carteira de trabalho assinada, empregadores e conta própria, e; categórica por nível de instrução, dividida entre aqueles sem instrução e fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto, médio completo e superior incompleto e superior completo.

Na sequência são descritos os modelos estimados.

5.6.1 Modelos de regressão linear

Os modelos de regressão linear são utilizados para identificar, entre as variáveis escolhidas, quais têm impacto significativo no rendimento auferido no trabalho principal. Foram estimadas regressões múltiplas de *cross-section* pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Essas regressões devem possuir a propriedade de Melhor Estimador Linear não Tendencioso (MELT), respeitando as dez premissas básicas do Modelo Clássico de Regressão Linear (MCRL) (GUJARATI, 2006).

²⁷ O Data Zoom disponibiliza gratuitamente pacotes em Stata para a leitura dos microdados das pesquisas domiciliares do IBGE. Para gerar as bases, basta ter os dados originais e utilizar o programa. Além do instrumental para extração dos dados, o Data Zoom oferece ferramentas para compatibilização de pesquisas entre diferentes anos, construção de bases em painel e deflacionamento de valores monetários. O Data Zoom foi desenvolvido pelo Departamento de Economia da PUC-Rio, com financiamento da FINEP. O acesso é aberto: <<http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/index.html>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

Inicialmente foram estimados modelos de regressão em que a variável sexo é um dos controles para identificar se existe diferencial no rendimento médio auferido no trabalho principal por conta do sexo do trabalhador, mesmo quando controlado pelas demais variáveis relacionadas ao mercado de trabalho.

O modelo de regressão linear é especificado por:

$$lw = \beta_0 + \beta_1 X + \beta_2 W + \beta_3 Z + \mu \quad (2)$$

onde: lw é o logaritmo do rendimento mensal no trabalho principal, ajustado para julho de 2010; X é um vetor de características pessoais (sexo, raça, se responsável pelo domicílio, se reside na Região Metropolitana de São Paulo, se tem filho de até 12 anos no domicílio, horas mensais trabalhadas no trabalho principal e grupo de idade), W é um vetor da posição na ocupação e, Z , um vetor com *dummies* para cada grau de escolaridade.

Após averiguar o efeito da variável sexo sobre o rendimento, foram estimadas regressões separadas para cada sexo, o que permite verificar se as demais variáveis controle têm relação diferente com o rendimento por conta do sexo. Foram estimadas, para cada ano, regressões separadas para os imigrantes em São Paulo, com origem no Nordeste, para os imigrantes em São Paulo, com origem em Minas Gerais, e para os naturais do município de residência no estado de São Paulo. Desse modo, é possível identificar se existem alguns impactos diferenciados das variáveis, conforme a condição de migração e a origem do imigrante.

As regressões lineares trabalham com o efeito médio das variáveis independentes na distribuição condicional da variável dependente. Para expandir a análise, também foram estimadas regressões quantílicas, que demonstram as mudanças do impacto das variáveis independentes na variável dependente, conforme se caminha na distribuição do rendimento.

5.6.2 Regressão quantílica

Regressões quantílicas (originalmente introduzidos por Koenker e Bassett em 1978) podem ser apreendidas como uma extensão das regressões de mínimos quadrados, que trabalham com o efeito médio de uma variável na distribuição condicional da variável dependente, dado que elas fornecem uma visão mais completa do efeito das variáveis explicativas na localização, na dimensão e forma da distribuição da variável explicada.

As regressões quantílicas são uma resposta a situações em que as variáveis explicativas influenciam, de diferentes maneiras, a distribuição condicional da variável dependente, por

exemplo, expandindo sua dispersão (como nos modelos tradicionais com heterocedasticidade), ampliando ou comprimindo uma das caudas da distribuição ou induzindo a multimodalidade (KOENKER; HALLOCK, 2001).

Os quantis correspondem à divisão das observações em partes iguais, ou seja, todas com o mesmo número de observações (por exemplo, um quartil divide as observações em quatro partes iguais). O quintil é a generalização da divisão, que pode assumir qualquer valor. Assim, uma regressão quantílica utiliza essa ideia para estimar as funções quantis condicionais: modelos em que quantis da distribuição condicional da variável dependente são expressos como funções das variáveis explicativas observadas (KOENKER; HALLOCK, 2001).

Utilizando a terminologia de Gama e Hermeto (2017), que guiaram a metodologia aqui adotada, considera-se $(y_i, x_i), i = 1, \dots, n$ uma amostra de determinada população, onde x_i é um vetor de variáveis explicativas, e y_i , a variável dependente. O θ -ésimo quantil de y é definido como:

$$F^{-1} = \inf\{y: F(y) \geq \theta\} \quad (3)$$

F é a função de distribuição não condicionada de y . Dado que se assume uma relação linear entre y e x , tem-se que:

$$y_i = x_i' \beta + u_i \quad (4)$$

sendo que β representa um vetor de parâmetros. Com isso os quantis condicionais da distribuição de y podem ser definidos pelos quantis da distribuição dos erros:

$$\Pr\left(y_i \leq \frac{y}{x_i}\right) = F_{\mu\theta}\left(y - \frac{x_i' \beta \theta}{x_i}\right), i = 1, \dots, n \quad (5)$$

Com a equação anterior, é possível definir a função quantílica como:

$$Q_\theta(y_i/x_i) = x_i' \beta_\theta + F_\mu^{-1}(\theta) \quad (6)$$

Na regressão quantílica, os quantis devem ser analisados como incondicionais, como a solução de um problema de maximização. O estimador β_θ é definido pela seguinte função objetivo:

$$\min \frac{1}{n} \sum_{i: y_i \geq x_i \beta} \theta |y_i - x_i \beta| + \sum_{i: y_i < x_i \beta} 1 - \theta |y_i - x_i \beta| = \min \frac{1}{\beta} \sum_{i=1}^n \rho_\theta(y_i - x_i \beta) \quad (7)$$

A utilização da regressão quantílica mediana tem a vantagem de ser mais robusta aos valores atípicos do que a regressão dos mínimos quadrados, mas o principal motivo do uso de

regressões quantílicas é que a estimação dos coeficientes considerando apenas a média pode esconder questões importantes da relação entre as variáveis explicativas e dependente. Nesta tese, os percentis selecionados para a estimação foram os de 10, 50 e 90, e as variáveis utilizadas foram as mesmas das regressões lineares múltiplas.

6 RESULTADOS

Para verificar se houve a feminização da migração dos fluxos migratórios do Nordeste para São Paulo e de Minas Gerais para São Paulo serão tratadas tanto a participação das mulheres entre os migrantes quanto as mudanças de seu perfil. Inicia-se a análise descritiva dos resultados com a primeira tarefa, de verificar se houve aumento da participação das mulheres nos fluxos migratórios nas décadas de 1980 a 2000.

Passa-se, então, para o exame da categorização dos imigrantes recentes, quanto ao tipo de migração feita, entre individual e conjunta. A estimação de como, possivelmente, o deslocamento foi realizado é usada como indicativo do grau de independência das pessoas que optam por migrar.

Por fim, faz-se a análise da situação das mulheres imigrantes (da década), com foco nas características relacionadas no mercado de trabalho, como raça, região de residência, posição na ocupação e nível de instrução. Inicia-se com uma análise descritiva e, por meio de regressões lineares e quantílicas, estima-se o impacto de tais características nos rendimentos auferidos.

6.1 Análise quantitativa

Antes de iniciar a análise da situação das mulheres migrantes no destino, no tocante ao tipo de migração feita e a participação e situação no mercado de trabalho, verifica-se se houve aumento de sua participação nos fluxos migratórios. Como a migração interna é, na maioria dos casos, bem equilibrada entre os sexos, não se esperavam grandes mudanças da composição dos fluxos nas décadas analisadas. Assim, o objetivo maior é examinar se existem diferenças entre os fluxos, o que pode indicar que as condições da origem impactam na composição por sexo.

A Tabela 4 traz a proporção de mulheres e homens nos estoques dos fluxos migratórios auferidos nos anos de realização dos censos. O maior número de imigrantes em São Paulo, originados no Nordeste e Minas Gerais, foi registrado na década de 1990, segundo o Censo de 2000. Eram mais de 2 milhões e 84 mil, com 80% deles de origem nordestina. Na sequência estava a década de 2000, com mais de 1 milhão e 507 mil imigrantes, sendo 78% originados no Nordeste. O Censo de 1991 registrou pouco mais de 1 milhão e 476 mil de imigrantes, do período de 1981-1991, sendo que 74% residiam anteriormente no Nordeste.

Considerando todos os imigrantes, independentemente de sua origem, observa-se igualdade entre os sexos em 1991, uma situação em que havia mais mulheres imigrantes do que homens, 51,5% do total em 2000 e uma inversão em 2010, com as mulheres representando 49,4% de todos os imigrantes considerados.

Quando a migração é desagregada por região de origem são percebidas diferenças na evolução da participação das mulheres na imigração decenal. A migração originada em Minas Gerais foi marcada por maioria feminina desde o período 1981-1991, com aumento da participação delas ao longo do tempo. No Censo de 1991, elas representavam 50,6% do total, passaram para 51,2%, em 2000, e 51,4%, em 2010. Em relação aos imigrantes em São Paulo, com origem na região Nordeste, as mulheres foram maioria apenas no Censo de 2000, 51,6% do total. No Censo de 2010, elas apresentaram a menor participação, 48,8%, um ponto percentual a menos do que no Censo de 1991.

Tabela 4 – Imigrantes por origem e sexo (valor absoluto e %) – 1991, 2000 e 2010

Origem	Ano	Imigrantes			Distribuição % por sexo		
		Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Nordeste	1991	542.841	548.014	1.090.855	49,8	50,2	100
	2000	863.009	809.640	1.672.649	51,6	48,4	100
	2010	571.015	599.048	1.170.063	48,8	51,2	100
Minas Gerais	1991	195.251	190.644	385.895	50,6	49,4	100
	2000	210.881	200.709	411.590	51,2	48,8	100
	2010	173.424	163.770	337.194	51,4	48,6	100
Total	1991	738.092	738.658	1.476.750	50,0	50,0	100
	2000	1.073.890	1.010.349	2.084.239	51,5	48,5	100
	2010	744.439	762.818	1.507.257	49,4	50,6	100

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Ravenstein (1885) e sucessores no estudo da migração, como destacado anteriormente, mostraram que as mulheres são maioria nos deslocamentos de curta distância. Os resultados encontrados, em certa medida, corroboraram essa afirmação, pois, apesar de serem abordadas apenas migrações interestaduais, a distância percorrida por aqueles que saíram da região Nordeste do país para o estado de São Paulo foi maior do que daqueles que emigraram de Minas Gerais.

Alguns autores afirmam que migrações de curta distância têm maiores chances de serem feitas por motivos familiares, como a formação da família, nascimento de filhos e até mesmo pela separação do casal, enquanto as migrações de longa distância teriam no fator econômico o maior motivador (LESLIE; RICHARDSON, 1961; LADINSKY, 1967; NIVALAINEN,

2004). Assim, a migração de curta distância, por sua característica mais familiar, resultaria em maior igualdade entre os sexos.

Mas os motivos familiares também são um componente importante da migração interestadual. O fator econômico é o grande motivador da migração de uma pessoa, mas quando ela alcança certa estabilidade no destino, outras pessoas relacionadas a elas podem migrar, motivadas pela reunificação, tornando o motivo familiar também relevante entre as migrações de longa distância.

Para elucidar essa questão, as distribuições percentuais dos imigrantes, por faixa etária ao migrar (obtida pela subtração do tempo de residência em São Paulo da idade declarada na data do censo), são apresentadas (Figura 3). Ao comparar a distribuição de mulheres e homens de sua composição com relação à idade ao migrar espera-se, baseado nos perfis de migração de Castro e Rogers (1983), definir se os migrantes apresentavam um perfil mais econômico ou mais familiar.

A opção por apresentar as idades ao migrar, e não as idades das datas de realização das pesquisas censitárias, foi para contribuir com essa definição de perfil, dado que pessoas que migraram muito jovens, em sua maioria, realizaram o deslocamento de forma familiar. Nos gráficos da Figura 3 é possível observar a distribuição das mulheres e dos homens imigrantes em São Paulo, com origem no Nordeste, por faixa etária ao migrar. Nota-se que houve aproximação das curvas entre os sexos com o passar do tempo.

No período de 1981 a 1991 (medido pelo estoque de imigrantes no Censo de 1991), houve maior diferenciação das curvas entre os sexos, com as mulheres apresentando uma migração um pouco mais concentrada na faixa de 10 a 14 anos do que os homens. Por sua vez, os homens apresentaram concentração maior na faixa dos 20 aos 24 anos. De modo geral, predominava uma migração mais individual, pois há grande concentração de pessoas em idades jovens, na faixa dos 15 aos 19 e dos 20 aos 24 anos (cerca de 44% do total de imigrantes mulheres e 47% de imigrantes homens).

No entanto, a migração familiar também parece ser relevante, pois a participação das crianças é expressiva, quase 11% dos imigrantes tinham menos de 5 anos quando migraram. A migração familiar parece ter maior importância no período de 1990 a 2000, quando quase 14% eram crianças com menos de 5 anos. A concentração maior de mulheres na faixa dos 10 aos 14 anos e dos homens na dos 20 aos 24 anos se repete, mas o diferencial diminui.

Por fim, no último período considerado, de 2000 a 2010, reduz-se a participação das crianças na migração, representando menos de 9% do total. A faixa etária de maior agrupamento dos migrantes se altera, deixando de ser a dos 15 aos 19 anos, passando para a dos 20 aos 24 anos. Nesta encontravam-se 20,4% das mulheres e 22,7% dos homens.

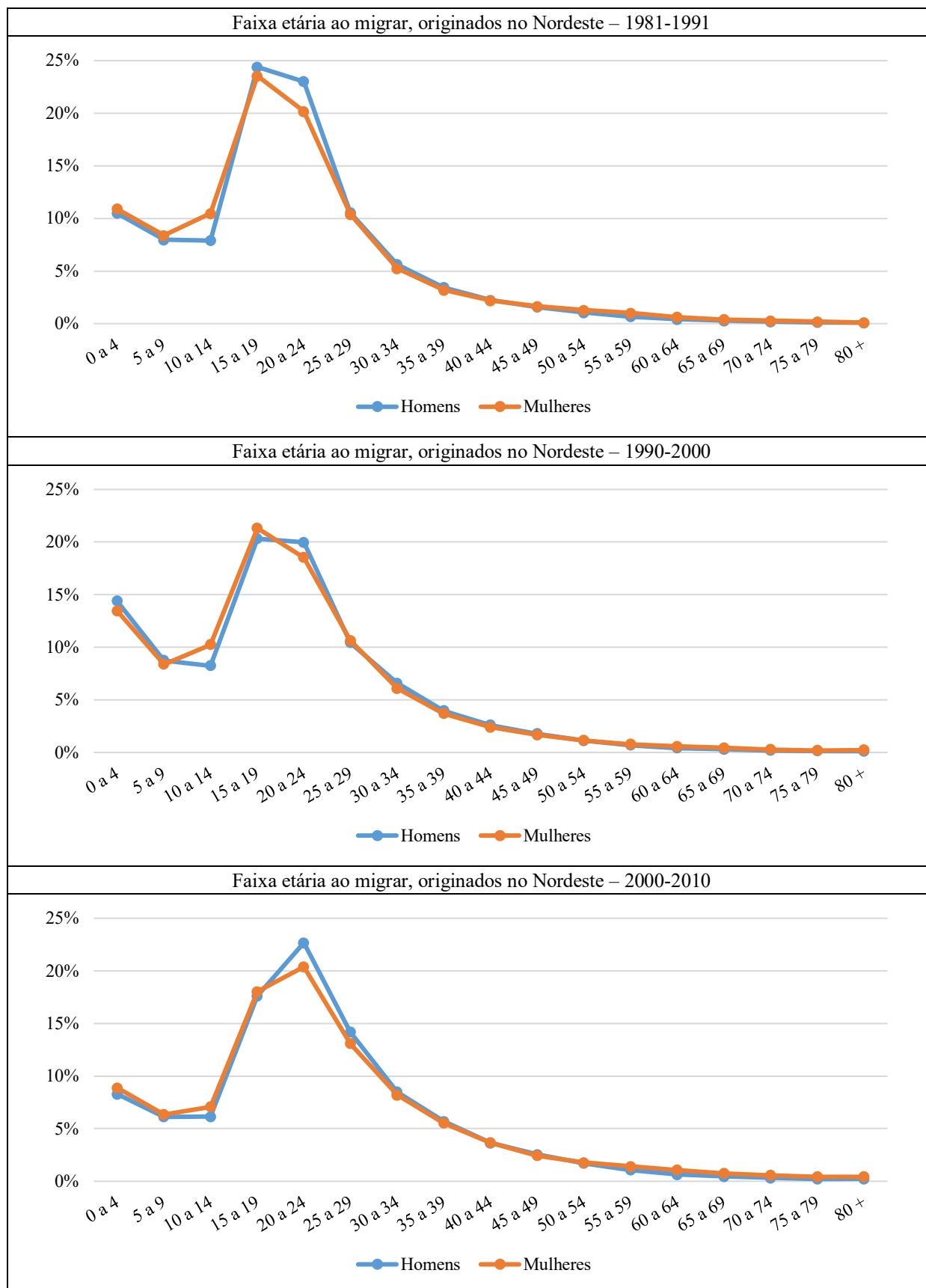
Já os fluxos migratórios de Minas Gerais para São Paulo, expostos na Figura 4, aparentam ser mais familiares do que os originados no Nordeste, dado que os migrantes apresentaram menor concentração nas faixas etárias de entrada no mercado de trabalho e maior participação das crianças em todos os períodos.

As maiores discrepâncias entre os sexos ocorreram entre 1981 e 1991; o pico da distribuição das mulheres deu-se na faixa dos 15 aos 19 anos (19,4% do total). O dos homens, na faixa dos 20 aos 24 anos (18,8% do total). As crianças menores de 5 anos representaram quase 12% do total dos imigrantes.

Nos períodos seguintes as curvas de mulheres e homens se aproximaram. Em 2000, as crianças com menos de 5 anos aumentaram sua participação, passaram a ser quase 14% dos imigrantes de origem mineira, valores próximos ao pico de concentração dos migrantes, que se deu na faixa etária dos 15 aos 19 anos, respectivamente, 18,2% do total de mulheres e 17,3% do total de homens.

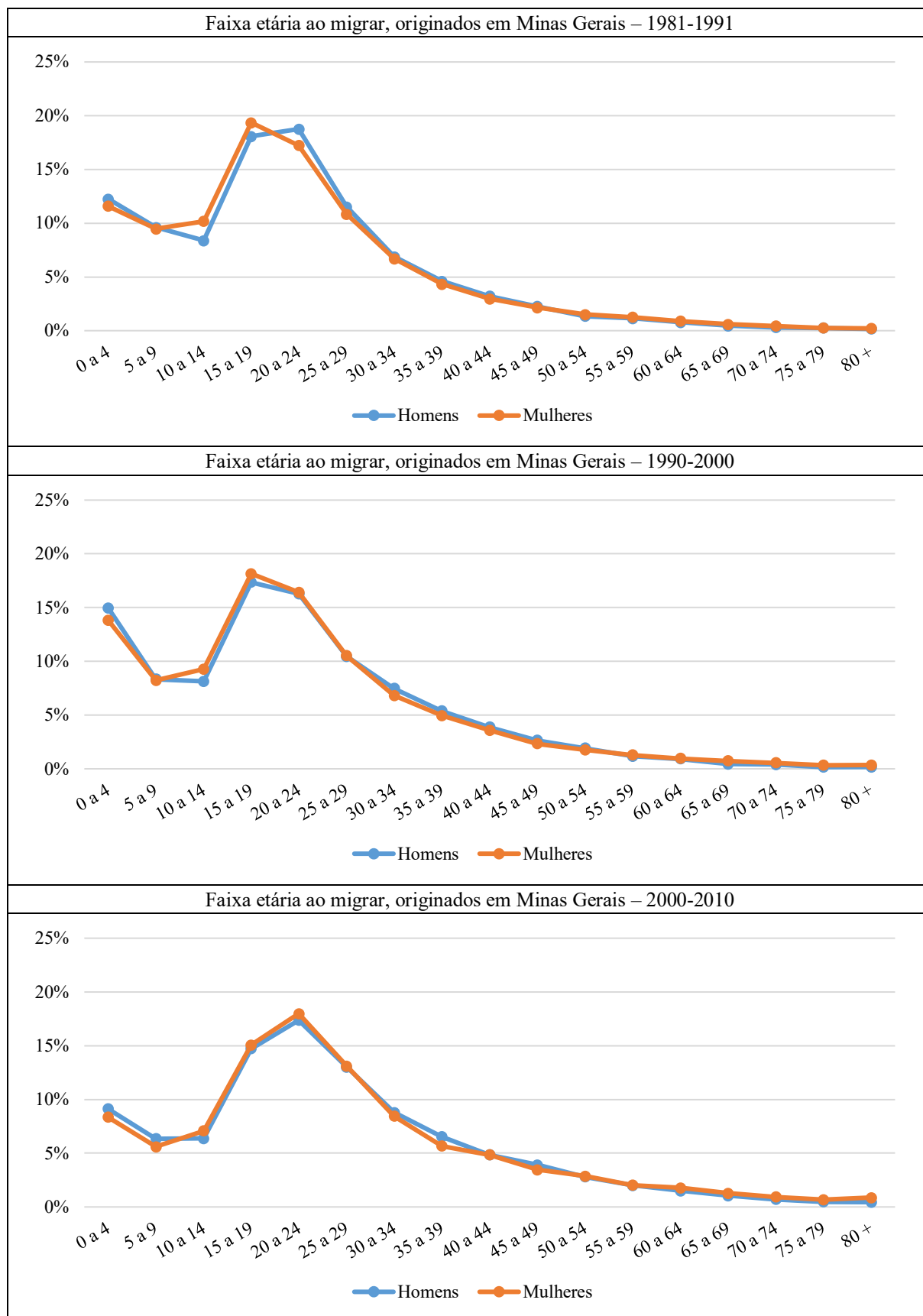
No último período, assim como ocorreu com o fluxo originado no Nordeste, a participação das crianças reduziu-se, elas representavam menos que 9% dos imigrantes. As curvas entre os sexos se aproximaram ainda mais. A maior aglomeração dos imigrantes também deixou de se encontrar na faixa dos 15 aos 19 anos e deslocou-se para a dos 20 aos 24 anos, na qual se encontravam, entre os imigrantes oriundos de Minas Gerais, 18% do total de mulheres e 17,4% do total de homens.

Figura 3 – Distribuição etária das mulheres e dos homens imigrantes em São Paulo, com origem no Nordeste (%) – 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Figura 4 – Distribuição etária das mulheres e dos homens, imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais (%) – 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Como destacado por autores como Little e Rogers (2007), a distribuição etária dos migrantes é o reflexo do perfil etário da população da qual eles emigraram e de sua propensão a emigrar em cada idade. Os gráficos mostram que a propensão de migrar nas faixas etárias jovens, de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos predomina ao longo do período, mas alguns efeitos da transição demográfica nesse período podem ser observados. A redução do peso relativo das crianças reflete, em parte, a queda da fecundidade, assim como a redução do peso relativo dos jovens adultos reflete, pelo menos em parte, o envelhecimento populacional.²⁸

Para complementar, a análise as razões de sexo dos fluxos migratórios, por faixa etária, é exposta na Figura 5. A razão de sexo é definida como o número de homens por mulher, assim, quando seu valor é maior do que um significa que havia mais homens do que mulheres naquela faixa etária. Caso o valor seja inferior a um havia mais mulheres do que homens, e se o valor foi igual a 1 indica que o mesmo número de homens e de mulheres era observado.

No primeiro gráfico estão as razões de sexo dos imigrantes em São Paulo, originados no Nordeste, para os três períodos considerados (foram mantidas as idades ao migrar). No Censo de 1991 houve maior presença de mulheres nas faixas de 10 aos 14 anos e dos 50 anos e mais, já os homens eram maioria nas faixas de 20 a 24 e dos 30 aos 39 anos.

Os dados de 2000 revelaram equilíbrio entre os sexos nas faixas etárias adultas, dos 15 aos 49 anos (com exceção da faixa dos 25 aos 29 anos), e também entre as crianças de até 9 anos; nas demais faixas etárias houve maior presença de mulher. Enquanto, no último período, os homens foram maioria dos 20 até os 54 anos.

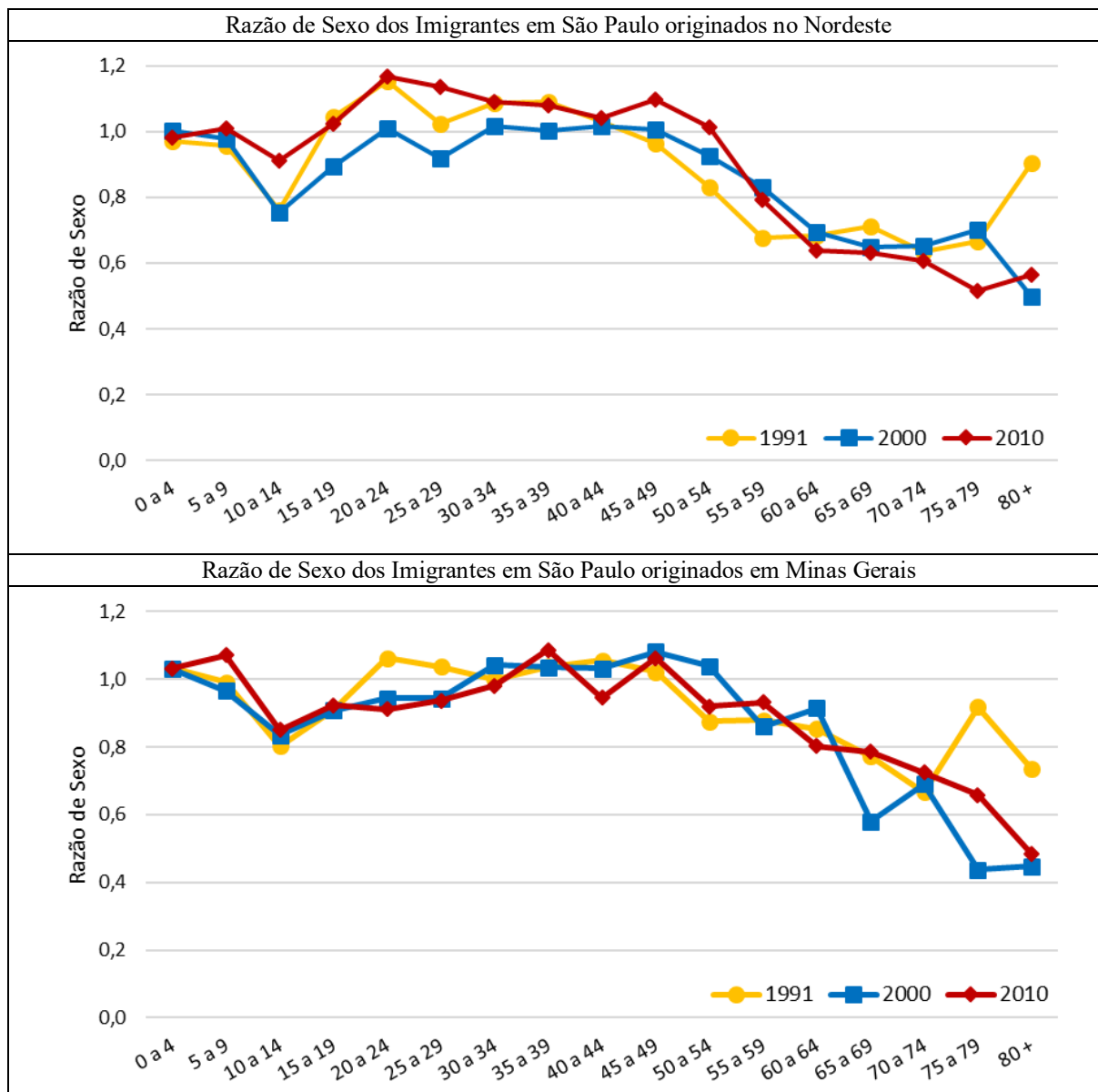
Quando analisado o fluxo originado em Minas Gerais nota-se maior equilíbrio entre os sexos nas faixas dos 30 até 49 anos, comparadamente com os imigrantes de origem nordestina, nos três períodos considerados. Evidencia, também, a maior participação das mulheres na faixa dos 10 aos 14 anos e nas idades mais avançadas, desde os 55 anos.

As razões de sexo demonstraram que as mulheres são maioria nas idades em que as pessoas migram menos, quais sejam, na faixa dos 10 aos 14 anos e nas idades mais avançadas, com a migração das mulheres sendo mais dispersa ao longo do ciclo de vida, enquanto a migração dos homens é concentrada nas idades jovens e adultas. Essa diferenciação sugere também que a migração das mulheres é, efetivamente, diferente da migração dos homens, relacionando-se

²⁸ Como é apresentada apenas a distribuição etária dos imigrantes, sem ponderar pela população da qual emigraram, é preciso destacar que as variações nas faixas etárias de menor peso são reduzidas (agradeço ao Reinaldo Santos pelo esclarecimento).

mais com outros fatores para além do econômico e, como indicado pela literatura, a família exerce papel fundamental na produção das diferenças etárias dos imigrantes entre os sexos.

Figura 5 – Razão de sexo dos imigrantes em São Paulo, por origem e idade ao migrar – 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A maior migração de mulheres nas faixas etárias mais velhas deve ser atribuída, em parte, pela menor mortalidade feminina ao longo do ciclo de vida, com mais mulheres sobreviventes às idades mais velhas. Também pode refletir maior propensão a migrar, que pode estar associada à necessidade de cuidados (tanto da migrante, como dela para com outros familiares). Destaca-se que as razões de sexo, em todos os casos, apresentaram considerável

variação entre as faixas etárias, o que acontece, em parte, pelo fato de a migração ser um evento raro, o que torna as razões por faixa etária mais sensíveis a pequenas mudanças.

Como citado, Thadani e Todaro (1979) afirmam que os papéis sexuais determinados culturalmente podem limitar a migração feminina. Os resultados apontam que, considerando o quantitativo, não existem restrições com relação à migração de mulheres, dado que a participação das mulheres girava em torno da metade dos imigrantes em todos os anos.

No entanto, essa associação é mais complexa, pois a migração entre os sexos pode ser equilibrada em razão de a migração ocorrer de forma mais familiar e, como demonstrado no tópico que abordou a família nos estudos migratórios, quanto maior o poder do membro dentro do domicílio maior também é a importância de sua vontade na decisão migratória (BIELBY; BIELBY, 1992; BOYLE *et al.*, 1999; 2002; BRUEGEL, 2002; HALFACREE, 2004).

O poder do membro no domicílio deriva de diferentes situações, entre elas destacam-se os papéis tradicionais de gênero que, em si, colocam o homem como o responsável, portanto, como o tomador de decisão da família. Atrelada a isso, está a própria desigualdade do mercado de trabalho, que, de modo geral, remunera melhor os homens do que as mulheres, fragilizando sua posição no domicílio frente a decisões relacionadas a questões econômicas.

Assim, para compreender melhor a importância das relações familiares e domiciliares envolvidas no movimento migratório foram analisadas as condições dos imigrantes no domicílio de destino como *proxy* da estrutura domiciliar da migração. A análise da estrutura domiciliar das mulheres migrantes recentes, em comparação com a dos homens, traz esclarecimentos sobre o peso da migração familiar (conjunta) nos fluxos migratórios e pode demonstrar se as mulheres apresentam um perfil de deslocamento diferenciado.

6.2 Perfil das migrantes

As mudanças do perfil das mulheres migrantes, que caracterizarão a feminização, ou não da migração, serão aquelas relacionadas às esferas doméstica e de trabalho. No próximo tópico, é abordada a composição domiciliar dos imigrantes recentes. Algumas questões poderão ser esclarecidas com essa abordagem dos dados, entre elas, a importância das relações familiares nos deslocamentos migratórios. A comparação entre os sexos e a divisão da migração, entre o que se definiu como individual e como conjunta, poderá indicar se houve aumento do peso

relativo das mulheres consideradas migrantes individuais, o que sugeriria feminização da migração no momento do deslocamento.

Algumas limitações devem ser levadas em consideração na análise dos resultados. Primeiro, a variável criada é baseada em arranjos domiciliares estabelecidos no destino, ou seja, na observação da situação dos imigrantes após o deslocamento, constituindo uma aproximação de qual poderia ser, ou não, a situação no momento do deslocamento. A classificação entre migração individual e conjunta também possui sua arbitrariedade, pois não é possível verificar se os migrantes, considerados individuais, tomaram, ou não, a decisão de migrar com sua família e se contavam com seu auxílio na origem, enquanto a migração familiar das mulheres pode, em muitos casos, não estar desvinculada do mercado de trabalho.

6.2.1 Categorização do tipo de migração

Para analisar a estrutura domiciliar dos imigrantes recentes (que residiam no estado de São Paulo há menos de dois anos) como *proxies* que indiquem se os imigrantes realizaram o movimento de forma individual ou conjunta, foram criadas duas grandes categorias de imigrantes, também denominadas de tipos de migração.

A primeira é a dos imigrantes individuais (migração feita de forma individual), formada por imigrantes recentes, que residiam em domicílios unipessoais, e por imigrantes recentes residentes em domicílios com outros membros, todos eles não migrantes.

A outra categoria é a dos imigrantes conjuntos (migração feita de forma conjunta), composta por: imigrantes recentes que residiam num domicílio com pelo menos outro imigrante recente e também com pelo menos um não migrante; por domicílios em que todos os membros eram imigrantes recentes; por imigrantes recentes que residiam em domicílios em que pelo menos um membro era um imigrante antigo (com mais de dois anos de residência no destino), existindo, ou não, não migrantes.

A Tabela 5 mostra o número de imigrantes recentes, por sexo e origem, nos três anos considerados. Nota-se, assim como quando analisado o total de imigrantes da década (Tabela 4), uma quase igualdade entre os sexos nos três anos e para ambas as origens. No entanto, as mulheres foram maioria apenas no ano de 2000, tanto entre os originados no Nordeste, quanto dos originados em Minas Gerais, fluxo em que elas foram maioria nos três períodos quando

considerados os migrantes da década. A maior diferença entre os sexos foi observada, em 2010, para os imigrantes de origem nordestina, quando 53,4% deles eram homens.

Tabela 5 – Imigrantes recentes por origem e sexo (valor absoluto e %) – 1991, 2000 e 2010

Origem	Ano	Imigrantes recentes			Distribuição % por sexo		
		Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Nordeste	1991	130.886	140.070	270.956	48,3	51,7	100
	2000	129.652	123.007	252.659	51,3	48,7	100
	2010	154.443	176.890	331.333	46,6	53,4	100
Minas Gerais	1991	44.260	47.031	91.292	48,5	51,5	100
	2000	39.103	36.992	76.096	51,4	48,6	100
	2010	44.841	45.581	90.422	49,6	50,4	100
Total	1991	175.147	187.101	362.248	48,3	51,7	100
	2000	168.755	159.999	328.755	51,3	48,7	100
	2010	199.285	222.471	421.755	47,3	52,7	100

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: Os imigrantes recentes são aqueles que, nas datas de referência dos respectivos censos, residiam no estado de São Paulo há menos de dois anos.

O tipo de migração realizada pelos imigrantes recentes está exposta na Tabela 6. Entre os imigrantes recentes originados no Nordeste, destaca-se que a migração foi realizada pela maioria de forma conjunta, nos três períodos considerados, sendo as diferenças entre os sexos poucas e reduzindo-se com o tempo. Em relação às mulheres imigrantes recentes, a migração individual teve aumento de 1991 para 2000, mas depois houve queda; entre as mulheres imigrantes recentes, 21,8%, 22,5% e 20,4% correspondiam a imigrantes individuais, segundo, respectivamente, os Censos de 1991, 2000 e 2010. Entre os homens os valores foram, respectivamente, 24,3%, 20,3% e 20,2%.

Em relação aos imigrantes recentes originados em Minas Gerais, também houve maior migração de forma conjunta. Entre as imigrantes recentes, fizeram migração individual 26%, 32,9% e 28,2%, segundo, respectivamente, os Censos de 1991, 2000 e 2010. O peso proporcional entre os homens foi de, respectivamente, 28,1%, 31,7% e 28,4%.

Nota-se que os pesos relativos das formas de migração foram muito próximos entre os homens e entre as mulheres, segundo o Censo de 2010, quando considerada a mesma origem. Levando em consideração as origens, observa-se que os imigrantes em São Paulo, originados em Minas Gerais, realizaram migração menos conjunta do que a dos originados no Nordeste, em todos os períodos.

Tabela 6 – Distribuição dos imigrantes recentes em São Paulo, por tipo de migração, origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010

Imigrantes recentes em São Paulo com origem no Nordeste						
Tipo de migrante	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Individual	21,8	22,5	20,4	24,3	20,3	20,2
Conjunta	78,2	77,5	79,6	75,7	79,7	79,8
Total	100	100	100	100	100	100
Imigrantes recentes em São Paulo com origem em Minas Gerais						
Tipo de migrante	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Individual	26,0	32,9	28,2	28,1	31,7	28,4
Conjunta	74,0	67,1	71,8	71,9	68,3	71,6
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: Os imigrantes recentes são aqueles que, nas datas de referência dos respectivos censos, residiam no estado de São Paulo há menos de dois anos.

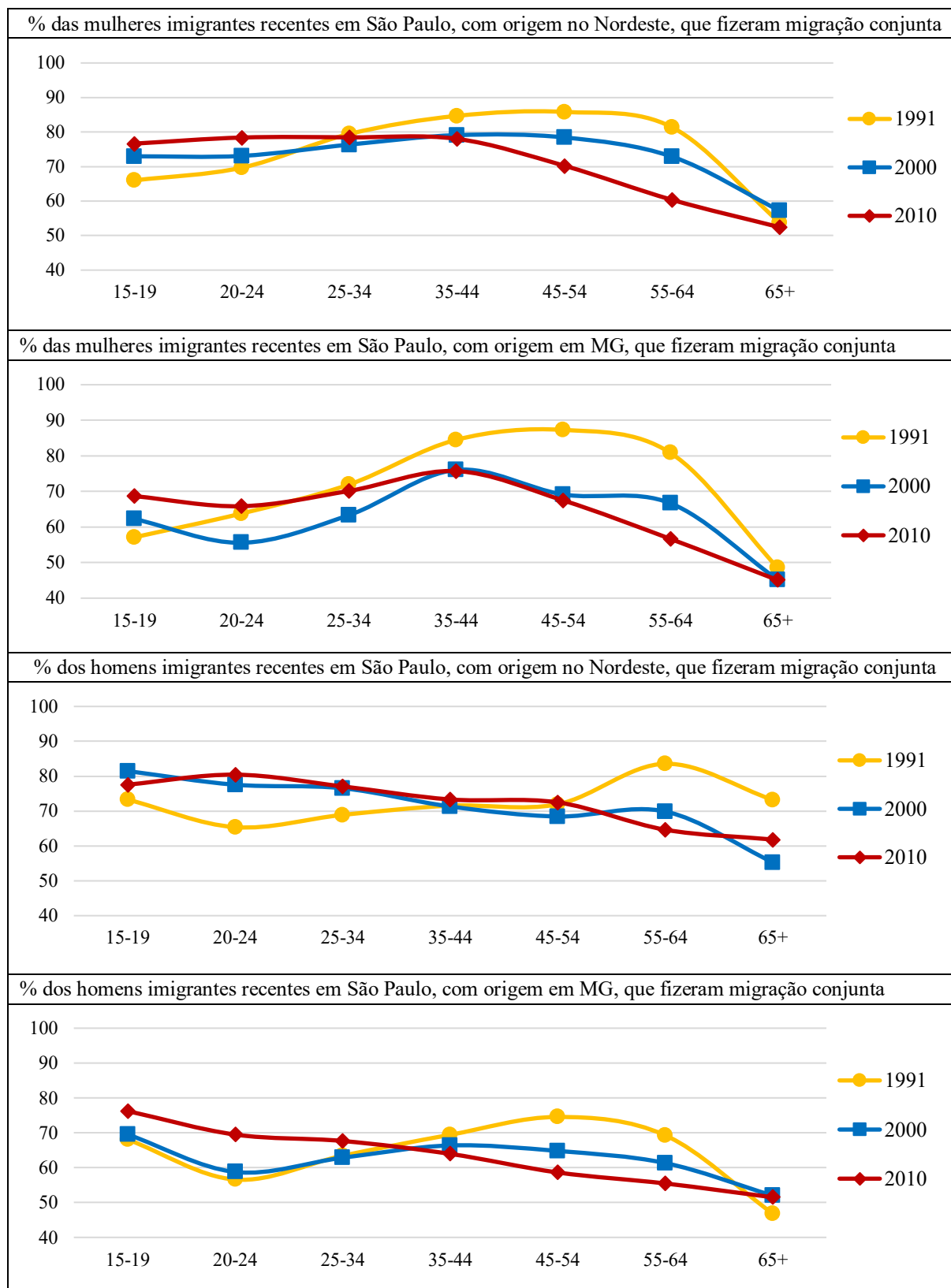
A Figura 6 expõe a proporção de imigrantes recentes que fizeram uma migração conjunta por faixa etária (os gráficos da proporção dos que fizeram migração individual não foram apresentados por serem o complemento da migração conjunta). Com ela é possível verificar se ocorrem alterações no tipo de migração realizada conforme a idade do migrante, indicando relações com o ciclo de vida.

O primeiro gráfico refere-se às mulheres imigrantes recentes originadas no Nordeste, nos três anos considerados. Observa-se que houve alteração do perfil da curva ao longo do tempo, com aumento do peso da migração conjunta nas faixas etárias mais jovens (15 a 19 anos e 20 a 24 anos) e redução, a partir da faixa dos 35 aos 44 anos.

No segundo gráfico, referente às mulheres imigrantes recentes com origem em Minas Gerais, tem-se também queda considerável do peso da migração conjunta a partir da faixa etária dos 35 aos 44 anos, já o aumento da migração conjunta ocorreu de forma significativa apenas na faixa etária dos 15 aos 19 anos.

Por sua vez, os dois últimos gráficos da Figura 6 apresentam as informações dos homens imigrantes recentes, respectivamente, dos originados no Nordeste e dos com origem em Minas Gerais. Os com origem nordestina, nos dois últimos anos, mostram uma relação decrescente da migração conjunta com a idade (iniciando próximo dos 80%, entre os 15 e 19 anos, e próximo dos 60%, na faixa dos 60 anos e mais). Os homens imigrantes recentes com origem em Minas Gerais também passaram a ter uma curva decrescente, mas apenas no ano de 2010.

Figura 6 – Proporção de mulheres imigrantes recentes que fizeram migração conjunta por origem e faixa etária – 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: Os imigrantes recentes são aqueles que, nas datas de referência dos respectivos Censos, residiam no estado de São Paulo há menos de dois anos.

A Figura 6 mostra que há uma tendência geral, ao longo do tempo, de aumento da migração conjunta nas idades mais jovens, com maior parcela realizando o movimento com outras pessoas, enquanto nas idades mais velhas tem-se o efeito contrário, com aumento do peso relativo das pessoas migrando sozinhas.

Para compreender melhor as relações familiares/domiciliares dos imigrantes recentes, foram apuradas as relações desses imigrantes com o responsável pelo domicílio em que residiam no destino. Porém, antes dessa análise, é preciso averiguar qual é o peso relativo de cada forma de arranjo dos imigrantes recentes naqueles domicílios com pelo menos um imigrante recente, o que é apresentado na Tabela 7.

O domicílio menos representativo da estrutura em que se encontravam os imigrantes recentes no destino é o unipessoal, principalmente entre as mulheres. Houve crescimento de sua participação no período considerado, sendo que menos de 1% das imigrantes recentes, originados no Nordeste, estavam num domicílio unipessoal em 1991 e, em 2010, passou para 2% do total. As originadas em Minas Gerais também se concentravam pouco nesse tipo de domicílio, porém mais do que as de origem nordestina, com 1,2% do total delas nessa situação em 1991, e 3,4%, em 2010.

Entre os homens imigrantes recentes, o domicílio unipessoal teve maior peso no primeiro ano, com pouco mais de 14% do total, oriundos tanto no Nordeste, quanto em Minas Gerais. Nos períodos seguintes houve queda de sua participação e, em 2010, apenas 5,4% dos homens imigrantes recentes, com origem no Nordeste, e quase 7%, com origem mineira, residiam neles.

Partindo para a outra ponta, ou seja, para os domicílios em que se encontrava a maior proporção de imigrantes recentes, tem-se que nos primeiros dois censos e para ambos os sexos, os originários no Nordeste estavam em domicílios em que residia também, pelo menos, um imigrante antigo. Em 2010, passou a ser o domicílio composto inteiramente por imigrantes recentes o de maior representatividade (nele encontravam-se quase 40% das mulheres e 36% dos homens imigrantes recentes).

Em relação aos provenientes de Minas Gerais, o domicílio formado apenas por imigrantes recentes foi destaque desde 1991. A exceção ficou com as mulheres no ano de 2000, mais concentradas nos domicílios em que elas eram as únicas imigrantes, seguidas, então, pelas que residiam num domicílio inteiramente formado por imigrantes recentes. No último ano, mais

de 38% das mulheres e 34% dos homens residiam em domicílios compostos apenas por imigrantes recentes.

Tabela 7 – Distribuição dos imigrantes recentes em São Paulo, por tipo de domicílio que residiam no destino, origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010

Imigrantes recentes em São Paulo, com origem no Nordeste						
Tipo de arranjo domiciliar	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Unipessoal	0,8	1,2	2,0	14,3	4,5	5,4
Com 1 imigrante recente	21,0	21,3	18,4	10,0	15,8	14,8
Com mais de 1 imigrante recente	18,1	14,7	17,8	15,5	13,7	14,8
Todos imigrantes recentes	26,9	22,5	36,1	27,9	26,1	39,9
Com imigrante recente e antigo	33,3	40,2	25,7	32,3	39,9	25,1
Total	100	100	100	100	100	100
Imigrantes recentes em São Paulo, com origem em Minas Gerais						
Tipo de arranjo domiciliar	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Unipessoal	1,2	2,6	3,4	14,2	7,3	7,0
Com 1 imigrante recente	24,8	30,3	24,8	14,0	24,3	21,5
Com mais de 1 imigrante recente	21,6	16,5	18,6	18,0	14,1	14,5
Todos imigrantes recentes	33,4	28,6	34,6	34,6	32,2	38,6
Com imigrante recente e antigo	19,0	21,9	18,6	19,3	22,0	18,5
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: Os imigrantes recentes são aqueles que, nas datas de referência dos respectivos censos, residiam no estado de São Paulo há menos de dois anos.

Os resultados mostram, mais uma vez, que a migração não é feita apenas de forma individual, a presença de outro imigrante no domicílio é encontrada na maioria dos casos. Assim, a consideração da relação do imigrante recente com o responsável pelo domicílio pode esclarecer melhor os vínculos envolvidos na migração.

Foram escolhidos três dos cinco tipos de domicílios para serem analisados. Na migração individual, o domicílio escolhido foi aquele em que residia apenas um imigrante recente, com outros integrantes não migrantes. Para a migração conjunta, foram escolhidos os domicílios em que todos eram imigrantes recentes e os domicílios em que residiam, além do(s) imigrante(s) recente(s), imigrantes antigos, podendo ou não residir não migrantes (as informações dos outros dois tipos de domicílios estão no Apêndice C).

Entre os imigrantes recentes que residiam em domicílios em que eram os únicos imigrantes, observam-se algumas questões relevantes (Tabela 8), como a queda expressiva das mulheres imigrantes recentes que eram empregadas domésticas ou parentes da empregada doméstica:

em 1991, essa era a relação com o responsável do domicílio de mais de 37% das imigrantes recentes com origem no Nordeste, e quase 34% das originadas em Minas Gerais, caindo para, 6,3% e 4,5%, respectivamente, em 2010.

As mulheres imigrantes recentes também se destacavam como cônjuges do responsável e como outro parente nos três períodos, enquanto os homens estavam mais na posição de responsável pelo domicílio, filhos ou enteados do responsável e outros parentes, apesar de declinar no período.

Tabela 8 – Distribuição dos imigrantes recentes em São Paulo, que residiam em domicílio com outras pessoas e em que eram os únicos imigrantes, por posição no domicílio, origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010

Imigrantes recentes em São Paulo, com origem no Nordeste						
Posição no Domicílio	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Responsável	1,4	5,0	16,4	17,5	23,5	24,2
Cônjuge	17,0	24,9	25,6	0,6	3,1	11,2
Filho(a) / Enteado(a)	4,9	16,8	8,6	9,0	24,3	11,8
Outro parente	33,0	35,3	36,7	60,6	43,6	43,8
Agregado(a) / Pensionista	8,3	5,0	6,4	11,2	5,0	8,7
Empregado(a) doméstico(a) e seu parente	35,4	13,0	6,3	1,2	0,3	0,2
Total	100	100	100	100	100	100

Imigrantes recentes em São Paulo, com origem em Minas Gerais						
Posição no Domicílio	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Responsável	2,3	5,6	18,4	21,6	26,1	33,8
Cônjuge	23,5	29,6	27,1	0,4	2,6	11,6
Filho(a) / Enteado(a)	6,3	18,3	8,6	9,3	25,2	12,0
Outro parente	27,5	31,0	32,1	56,9	41,0	33,2
Agregado(a) / Pensionista	8,3	4,5	9,4	11,2	4,8	9,3
Empregado(a) doméstico(a) e seu parente	32,1	11,0	4,5	0,6	0,2	0,1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: Os imigrantes recentes são aqueles que, nas datas de referência dos respectivos censos, residiam no estado de São Paulo há menos de dois anos.

Cabe destacar, como será visto também nas outras formas de arranjo domiciliar, que houve aumento das mulheres como responsáveis do domicílio, assim como aumento da posição dos homens como cônjuges do responsável. Apesar de não existir uma definição do que torna uma pessoa responsável pelo domicílio, essas mudanças indicam menor desigualdade das relações entre os sexos na esfera domiciliar, com mais mulheres assumindo e sendo entendidas como responsáveis pelo domicílio. Além, é claro, de refletir o crescimento do número de famílias

monoparentais de mães (também houve a possibilidade, no Censo de 2010, de que duas pessoas fossem declaradas como responsáveis pelo domicílio).

Os resultados apontam para uma migração individual, feita, em parte, para reunificação familiar, com a possibilidade de o imigrante estar retornando para o domicílio, ou mesmo tendo se deslocado para se unir, no caso de responsáveis e cônjuges, com um não migrante. A alta incidência de imigrantes recentes, como outros parentes, reforça a importância dos laços familiares mais distantes como rede de apoio na chegada do imigrante ao destino.

Sobre os domicílios compostos inteiramente por imigrantes recentes, conforme mostrado na Tabela 9, a relação com o responsável pelo domicílio era principalmente do núcleo familiar. Entre as mulheres, a maioria era cônjuge do responsável ou filha/enteada dele, enquanto, entre os homens, eram o próprio responsável ou filho/enteado dele.

Tabela 9 – Distribuição dos imigrantes recentes em São Paulo, que residiam em domicílios em que todos eram imigrantes recentes, por posição no domicílio, origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010

Imigrantes recentes em São Paulo, com origem no Nordeste						
Posição no Domicílio	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Responsável	4,5	8,7	19,3	43,3	45,6	38,0
Cônjuge	41,6	45,4	37,0	0,3	1,5	9,5
Filho(a) / Enteado(a)	43,5	38,0	29,8	41,6	40,0	23,9
Outros	10,4	7,9	13,9	14,8	12,9	28,5
Total	100	100	100	100	100	100
Imigrantes recentes em São Paulo, com origem em Minas Gerais						
Posição no Domicílio	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Responsável	5,7	9,6	18,1	43,3	45,0	42,6
Cônjuge	42,7	44,0	41,2	0,2	1,4	8,8
Filho(a) / enteado(a)	43,8	39,6	31,1	47,3	44,7	34,4
Outros	7,7	6,7	9,6	9,2	8,9	14,1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: Os imigrantes recentes são aqueles que, nas datas de referência dos respectivos censos, residiam no estado de São Paulo há menos de dois anos.

Algumas mudanças demográficas brasileiras das últimas décadas foram captadas. Houve queda da participação dos imigrantes recentes como filhos ou enteados, que pode ser explicada, pelo menos em parte, pela queda da fecundidade das brasileiras no período considerado. Também houve aumento das imigrantes recentes como responsáveis pelo

domicílio, o que pode ser reflexo, como comentando anteriormente, de uma melhora nas relações de gênero e do aumento de domicílios monoparentais.

Por fim, são apresentadas a posição no domicílio dos imigrantes recentes que residiam em domicílios em que pelo menos um morador era imigrante antigo, podendo os demais serem ou não imigrantes, tanto recentes, quanto antigos (Tabela 10). O diferencial desse tipo de arranjo domiciliar é que houve significativa participação dos imigrantes recentes na posição de outro parente, para ambos os sexos e origens. Os resultados, mais uma vez, confirmam a importância da existência de parentes no destino, que auxiliam o imigrante em sua chegada fornecendo moradia.

Tabela 10 – Distribuição dos imigrantes recentes em São Paulo, que residiam em domicílios em que também residiam imigrantes antigos, por posição no domicílio, origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010

Imigrantes recentes em São Paulo, com origem no Nordeste						
Posição no Domicílio	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Responsável	2,8	3,7	11,2	11,2	11,6	14,1
Cônjuge	21,4	21,8	19,6	0,1	0,6	2,8
Filho(a) / Enteadado(a)	21,2	26,9	24,2	21,0	29,1	21,9
Outro parente	47,1	42,4	38,4	57,9	51,4	47,0
Agregado(a) / Pensionista	4,7	3,6	5,9	9,5	7,1	14,0
Empregado(a) doméstico(a) e seu parente	2,7	1,6	0,6	0,1	0,1	0,1
Total	100	100	100	100	100	100
Imigrantes recentes em São Paulo, com origem em Minas Gerais						
Posição no Domicílio	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Responsável	3,6	3,7	12,3	9,3	13,0	12,5
Cônjuge	20,7	22,6	16,0	0,3	0,7	2,4
Filho(a) / Enteadado(a)	19,8	27,8	27,6	22,3	31,7	27,0
Outro parente	46,3	41,1	36,3	58,6	45,1	42,6
Agregado(a) / Pensionista	4,5	2,7	6,3	9,4	9,3	15,3
Empregado(a) doméstico(a) e seu parente	5,2	2,1	1,5	0,1	0,1	0,2
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: Os imigrantes recentes são aqueles que, nas datas de referência dos respectivos censos, residiam no estado de São Paulo há menos de dois anos.

No modelo criado por Thadani e Todaro (1979, 1984), baseado na migração do rural para o urbano, os autores enfatizaram que a migração relacionada ao casamento deveria ser analisada como um dos motivadores da migração das mulheres, além daqueles associados ao mercado de trabalho. Infelizmente, não é possível identificar se a relação do casal era preexistente à

migração, se a migração foi realizada com o propósito da união, ou até mesmo se a união ocorreu sem ter sido um motivador da migração.

Conclui-se que a migração de forma conjunta foi realizada pela maioria dos imigrantes e que não houve alterações consideráveis nos pesos relativos da migração conjunta e da individual, nos períodos analisados. Assim, não é possível afirmar, em relação ao tipo de migração, que houve uma feminização. No entanto, a comparação com os homens mostrou que as mulheres deslocam-se de forma individual na mesma proporção que eles. Os resultados mostraram que, para ambos os sexos, as redes de apoio de familiares no destino são importantes para a maioria dos migrantes, inclusive relações de parentesco mais distantes e com imigrantes que realizaram a migração há mais tempo, o que contribui para a migração de outras pessoas, seja por reunificação familiar ou por reduzir os custos e incertezas da migração.

A comparação do tipo de migração por origem do imigrante mostrou que existe diferenciação entre os dois fluxos, com maior importância da migração individual como forma de deslocamento dos originados em Minas Gerais, dando indícios de que as características da população de origem influenciam na forma como a migração é executada.

Na sequência, são abordadas as características dos migrantes no mercado de trabalho. Aqui, a comparação entre os sexos e a evolução da situação das mulheres no destino, além da comparação com os não migrantes, é a abordagem utilizada para inferir sobre a feminização da migração.

6.2.2 Características das imigrantes

Uma importante análise a ser feita para avaliar a feminização da migração é a participação e situação das mulheres imigrantes no mercado de trabalho. As mudanças na qualificação, inserção e remuneração das migrantes no mercado de trabalho são reflexos de diferentes questões, com o período considerado marcado por mudanças relevantes, destacado no tópico sobre divisão sexual do trabalho.

O aumento da escolaridade da população brasileira, especialmente das mulheres, os movimentos feministas, a queda da fecundidade, o empobrecimento da classe média, a precarização dos sistemas públicos de atendimento da população, as mudanças culturais, entre outros, operaram para aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Por outro lado, a pouca melhora em relação à segregação ocupacional e à desigualdade de rendimentos entre os sexos, a maior informalidade do trabalho feminino, a responsabilidade pela esfera doméstica, em conjunto com a insuficiente oferta de sistemas públicos de cuidado de crianças e idosos, o preconceito enfrentado pelas mulheres na esfera pública, entre outros, ainda são muito presentes na sociedade brasileira e desestimulam e limitam a inserção, as horas trabalhadas e o progresso das mulheres no mercado de trabalho.

Apesar das dificuldades, as mulheres brasileiras avançaram no mercado de trabalho e, portanto, espera-se que o mesmo ocorra em relação às mulheres imigrantes. Uma maior atuação e uma melhora da situação das migrantes no mercado de trabalho são entendidas aqui como feminização. Uma maneira de averiguar se houve aumento da participação das mulheres imigrantes no mercado de trabalho é analisar a taxa de atividade, obtida dividindo-se a População Economicamente Ativa pela População em Idade Ativa (de 15 a 64 anos).

As mulheres imigrantes em São Paulo, com origem no Nordeste, apresentaram taxa de atividade de 52% em 1991, que passou para 60%, em 2000, e foi para 64%, em 2010. As imigrantes com origem mineira tinham taxas de atividades menores do que as originadas no Nordeste nos dois primeiros anos, mas ultrapassaram estas no último ano. Os valores daqueles originados em Minas Gerais foram 50%, em 1991, 59%, em 2000, e 67%, em 2010.

As mulheres naturais tiveram as menores taxas de atividades em 1991, pouco mais de 46% daquelas em idade ativa estavam na PEA; em 2000, ultrapassaram as originadas em Minas Gerais e empataram com as de origem nordestina (60%); em 2010, voltaram a ter a menor participação, 63,5%.

Com relação aos homens, os naturais participavam menos da PEA do que os imigrantes. Em 1991, enquanto a taxa de atividade dos imigrantes originados no Nordeste era de 95,5% e dos com origem mineira era de 94,4%, entre os naturais era de 83,6%. No ano de 2000, os valores foram, respectivamente, 91%, 90% e 82,6% e, por fim, em 2010, 88,7%, 87% e 78,2% respectivamente.

Observa-se que houve aproximação, entre os sexos, na participação no mercado de trabalho, desencadeada pelo aumento da atuação das mulheres e pela redução no caso dos homens. Os maiores incrementos na taxa de atividade foram das imigrantes de origem mineira e das naturais (17 pontos percentuais em comparação com os 12 pontos percentuais das de origem nordestina). Destaca-se, também, que os imigrantes apresentaram maiores taxas de atividades do que os naturais, quando comparado o mesmo sexo, com exceção das mulheres em 2000.

Em relação às mulheres imigrantes, a primeira característica que se destaca é a de que o padrão da curva de participação na PEA (Figura 7²⁹), no ano de 1991 é diferente dos demais, com as faixas etárias de maior participação sendo as de 15 a 19 e de 20 a 24 anos, com cerca de 55% delas trabalhando, tanto das originadas no Nordeste, quanto em Minas Gerais. Nos anos seguintes as curvas passam a apresentar o formato mais próximo do observado para o Brasil, como um todo (Gráfico 1). Comparando com as naturais, observa-se grande diferença, com a maior participação das mulheres de 20 a 24 anos, com 58% delas trabalhando, enquanto as de 15 a 19 anos tinham uma participação da PEA de apenas 41%.

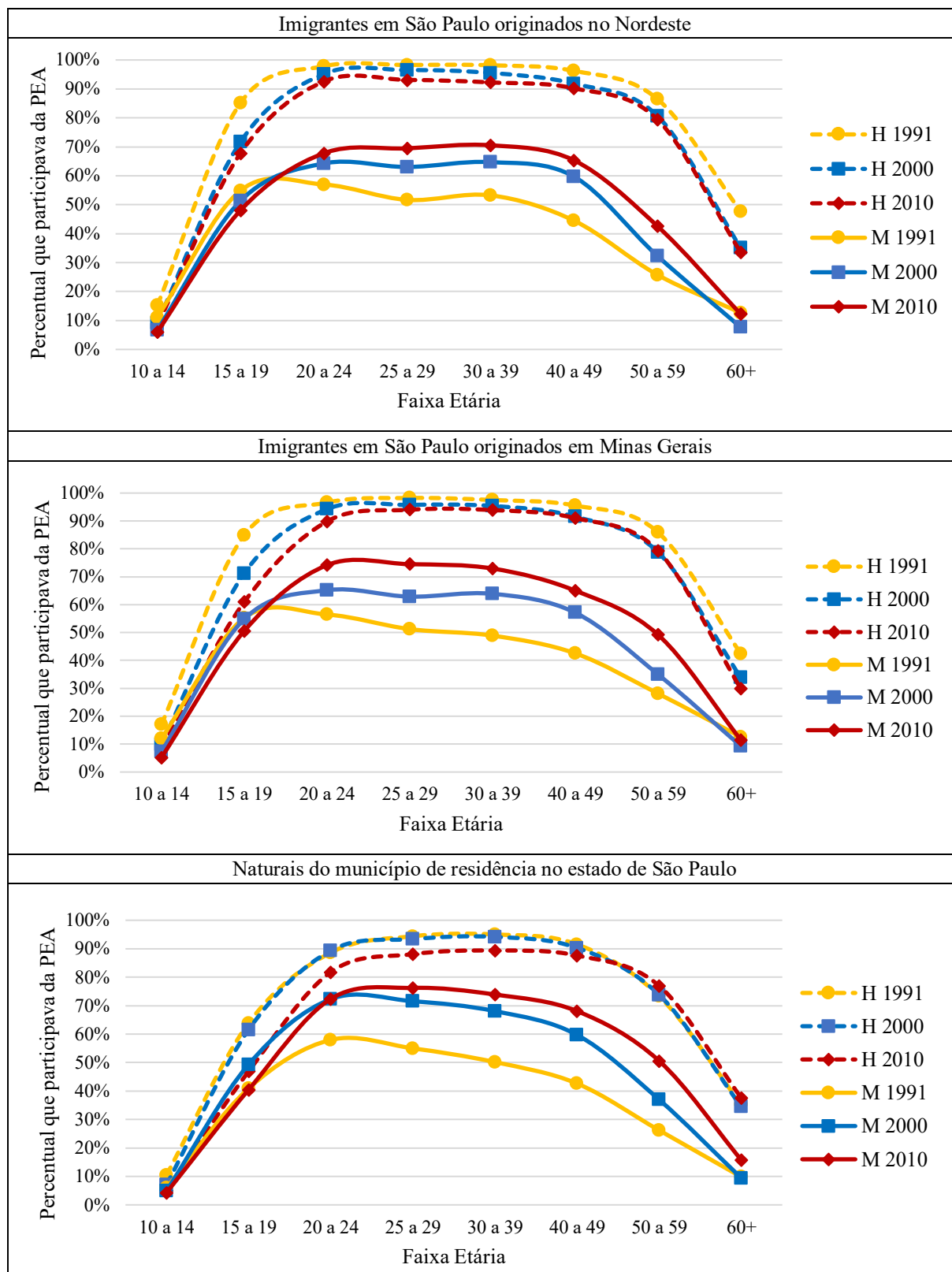
No ano de 2000, observa-se elevação da taxa de atividade feminina na maioria das faixas etárias, com mais de 60% delas sendo economicamente ativas entre os 20 e os 39 anos de idade. Entre as originadas no Nordeste e as em Minas Gerais, as curvas femininas do último ano são as mais elevadas. As originadas em Minas Gerais chegando a ter participações acima de 70%, entre as idades de 20 a 39 anos, enquanto as de origem nordestina só tiveram participação pouco superior a 70%, na faixa dos 30 aos 39 anos.

O aumento da participação das mulheres imigrantes e naturais em São Paulo foi acompanhado por um arredondamento da curva, condizendo com os estudos sobre o crescimento da taxa das mulheres mais velhas, casadas e mães, como descrito por Bruschini e Lombardi (1996), Bruschini (2000) e Soares e Izaki (2002).

Em relação aos homens, como visto, observa-se que os imigrantes tiveram participação na PEA significativamente superior à dos naturais. Em 1991, os imigrantes tinham taxa de participação na PEA maior do que os naturais em todas as faixas etárias. Nos demais anos, houve inversão a partir dos 65 anos. Houve queda gradual dos imigrantes homens que participavam da PEA no período. Já entre os naturais a queda maior foi em 2010, com as curvas dos dois primeiros anos muito próximas.

²⁹ Nos gráficos foram incluídas a faixa dos 10 aos 14 anos e aqueles com mais de 64 anos, o que não é feito no cálculo da taxa de atividade total, que se refere à população de 15 a 64 anos.

Figura 7 – Taxa de atividade de mulheres e homens, por origem e faixa etária – 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: A taxa de atividade é definida como a porcentagem do total de pessoas, com 10 anos ou mais, que eram economicamente ativas. H = homens; M = mulheres.

A seguir, são apresentadas as informações sobre a distribuição dos imigrantes e dos naturais, por faixa de salário mínimo (SM) de rendimento no trabalho principal (rendimento ajustado para julho de 2010). A primeira figura refere-se aos imigrantes com origem no Nordeste. Cada gráfico traz a distribuição relativa percentual pelas faixas de rendimento.

De modo geral, era na faixa de 1 a 2 salários mínimos que se encontrava a maior parte dos imigrantes, com origem nordestina, que trabalhavam (apenas em 1991, para as mulheres imigrantes, a maior concentração se deu na faixa entre 0,5 e 1 salário mínimo, com 40% do total nela), com a concentração nessa faixa aumentando no período; em 2010, 57% das mulheres e 62% dos homens estavam nessa faixa de rendimento.

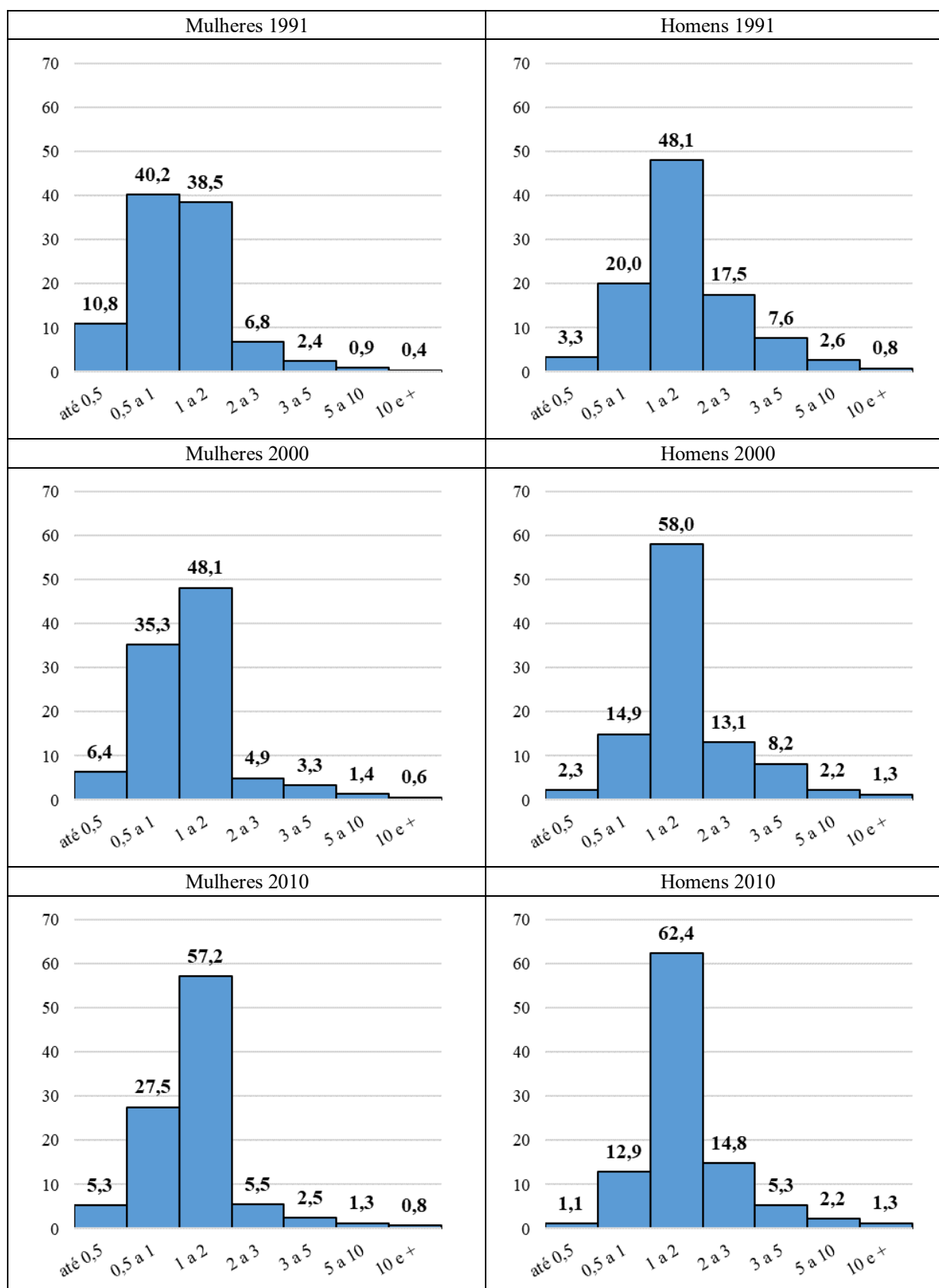
As mulheres imigrantes estavam mais concentradas, do que os homens, nas faixas de rendimentos inferiores. Nos três anos, quase 90% das mulheres encontravam-se nas três primeiras faixas de rendimento, já entre os homens, a concentração aumentou no período, era de 71,4%, em 1991, e 76,4%, em 2010.

As diferenças entre os sexos também são observadas entre os imigrantes originados em Minas Gerais (Figura 9). Observa-se a mesma tendência, com a faixa de até 0,5 SM e de 0,5 até 1 SM perdendo peso relativo, enquanto a faixa de 1 a 2 SM teve aumento. Em 1991, 31,6% das mulheres recebiam entre 1 e 2 SMs, sendo que 36,7% recebiam entre 0,5 e 1 SM. Em 2010, mais de 48% encontravam-se na faixa de 1 a 2 SMs; entre os homens o peso dos que recebiam entre 1 e 2 SM foi de, respectivamente, 40,3% e 46,5%.

As distribuições das mulheres e homens imigrantes, por faixa de rendimento, aproximaram-se no ano de 2010, indicando que os diferenciais de rendimento se reduziram, porém os homens continuaram com maiores participações nas faixas de maior rendimento, enquanto as mulheres ficaram nas faixas inferiores.

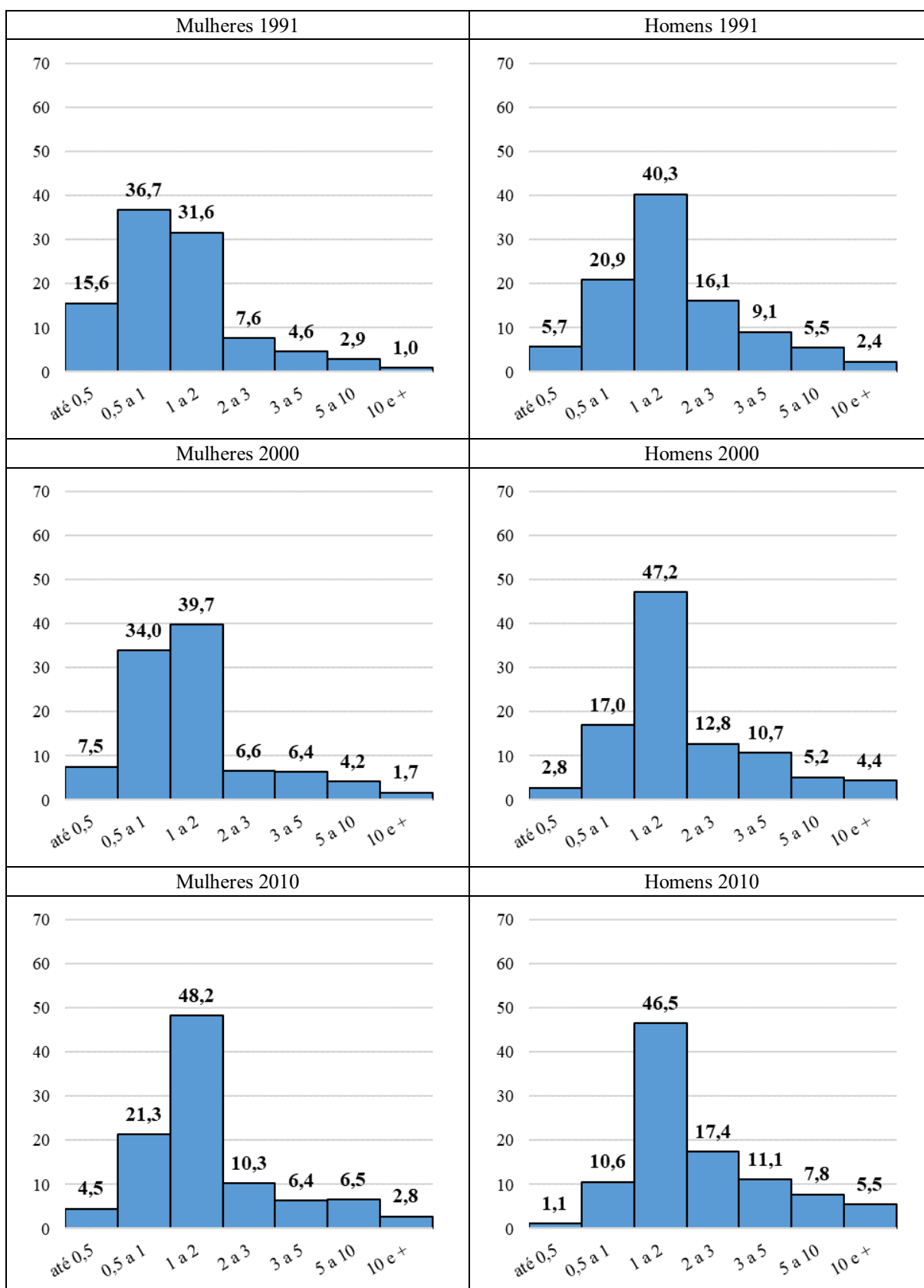
A distribuição dos naturais por faixa de rendimento (Figura 10) mostrou-se diferente da distribuição dos imigrantes. Os naturais estavam menos concentrados nas faixas de menor rendimento e tiveram maior participação nas de maior rendimento. Enquanto cerca de 89,5% das mulheres imigrantes com origem nordestina, e 84% das com origem mineira, recebiam até dois salários mínimos, 67% das naturais estavam nessa condição, em 1991. Em 2010, os valores foram, respectivamente, 90% (aumento de meio ponto percentual), 74% (redução de 9,9 pontos percentuais) e 68,5% (aumento de 1,5 pontos percentuais).

Figura 8 – Distribuição dos imigrantes em São Paulo, com origem no Nordeste, por rendimento no trabalho principal, em salários mínimos (rendimento ajustado para julho de 2010) (%) – 1991, 2000 e 2010



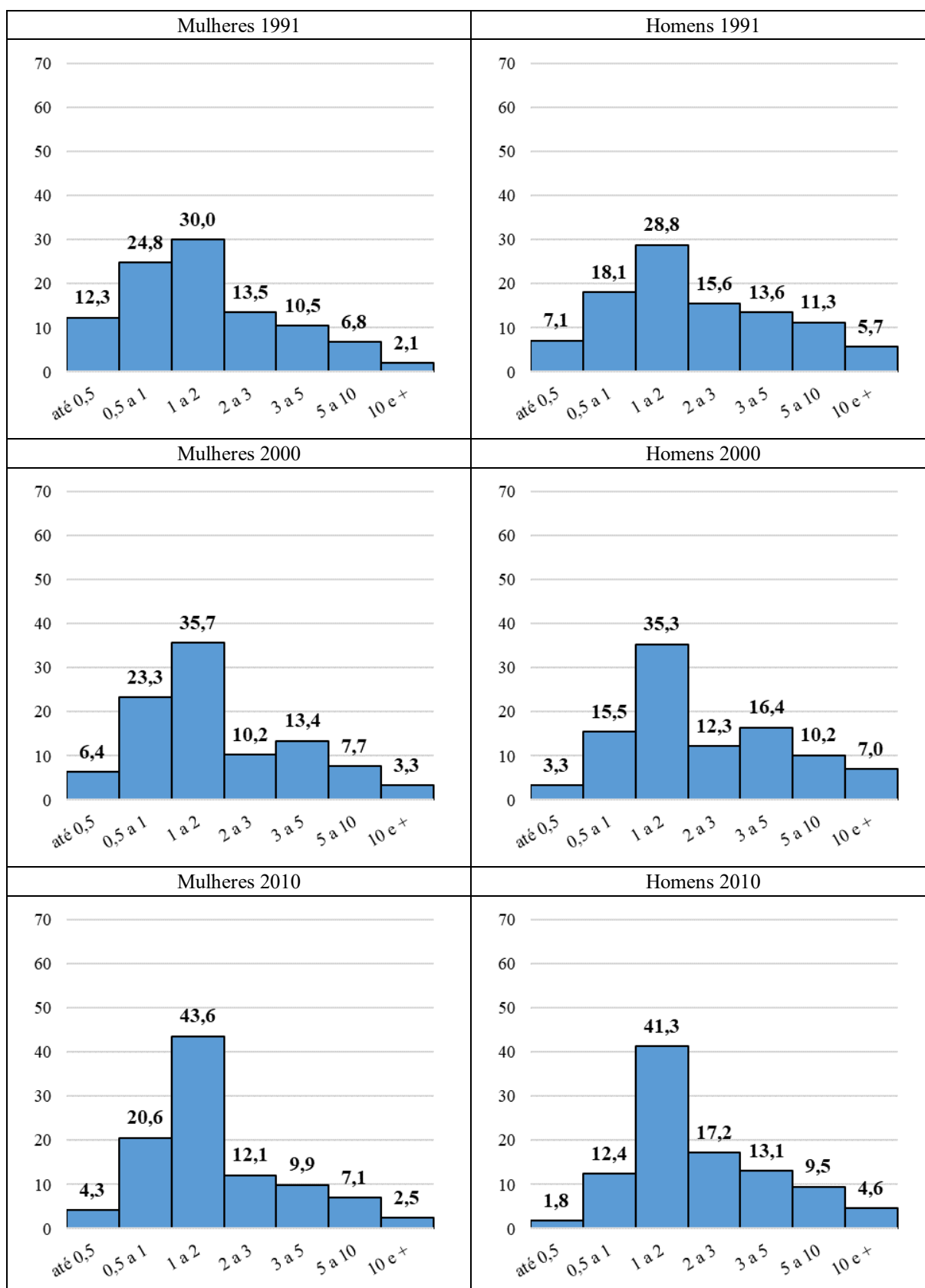
Fonte: Elaborada a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Figura 9 – Distribuição dos imigrantes em São Paulo, com origem em Minas Gerais, por faixa de rendimento no trabalho principal, em salários mínimos (rendimento ajustado para julho de 2010) (%) – 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaborada a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Figura 10 – Distribuição dos naturais do município de residência no estado de São Paulo, por faixa de rendimento no trabalho principal, em salários mínimos (rendimento ajustado para julho de 2010) (%) – 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaborada a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

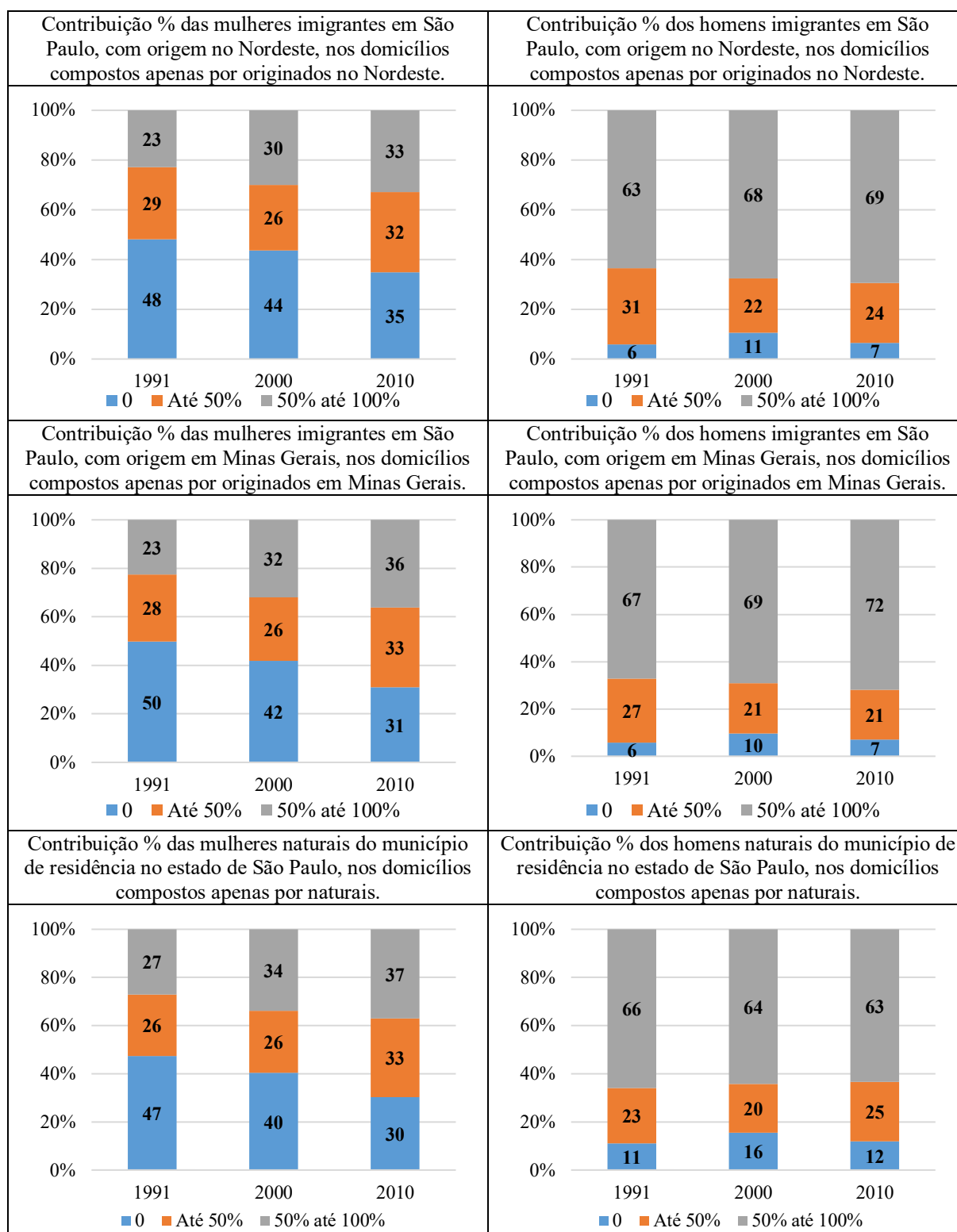
Observa-se que houve aproximação da distribuição de rendimento dos imigrantes originados em Minas Gerais com a dos naturais, enquanto aqueles com origem no Nordeste ainda estavam mais concentrados nas faixas de menor rendimento. Destaca-se o aumento no peso relativo dos imigrantes, considerando ambas as origens, entre as faixas de maiores rendimentos, com destaque para aqueles com origem mineira, o que contribuiu para sua aproximação dos naturais.

Como visto na revisão da literatura, quanto maior a parcela de contribuição de um membro para o rendimento do domicílio, maior o peso da sua opinião nas decisões domiciliares e maior sua independência financeira. A Figura 11 mostra a contribuição do rendimento auferido em todos os trabalhos, dos migrantes e naturais, com 18 anos e mais de idade, para o rendimento domiciliar total, também obtido por meio do somatório do rendimento do trabalho de seus membros.

A contribuição para o rendimento do domicílio foi dividida em 3 categorias: aquelas pessoas, dentro de cada categoria, que não tinham rendimento; aquelas que contribuíam com até 50% do rendimento total do domicílio; aquelas que contribuíam com entre 50% e 100% do rendimento total do domicílio. Para separar os grupos de análise foram considerados apenas os domicílios formados inteiramente por imigrantes originados no Nordeste, por imigrantes originados em Minas Gerais e por naturais do município de residência no estado de São Paulo.

Os resultados indicam queda do peso relativo das mulheres, de 18 anos ou mais, que não possuíam rendimento do trabalho e, em contrapartida, aumento do peso relativo daqueles que contribuíam com mais de 50% do rendimento domiciliar, ao longo do período. Não se verifica diferença considerável da contribuição das mulheres para o rendimento domiciliar, por condição de migração, ou mesmo por conta da origem das imigrantes (a maior distinção ocorreu com as originadas no Nordeste, em 2010, quando 35% delas não possuíam rendimento, enquanto esse valor era de 31% para as de origem mineira, e 30% para as naturais).

Figura 11 – Contribuição do rendimento auferido em todos os trabalhos, daqueles com 18 anos ou mais de idade, ao rendimento domiciliar, por origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010*



Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: *O rendimento domiciliar foi definido pela soma do rendimento do trabalho dos membros do domicílio, excluindo empregados domésticos, parentes do empregado doméstico, pensionistas e agregados. Foram considerados apenas os domicílios particulares.

Entre os homens as diferenças entre os naturais e os migrantes são mais significativas. Os naturais apresentando um percentual um pouco maior do que aqueles que não possuíam rendimento (12% em 2010, comparadamente com 7% entre os imigrantes de ambas as origens). Enquanto houve queda daqueles que contribuíam com mais de 50% do rendimento domiciliar entre os naturais – passaram de 66%, em 1991, para 63%, em 2010 – entre os imigrantes o movimento foi contrário – em 1991, 63% dos originados no Nordeste e 67% dos originados em Minas Gerais contribuíam com mais de 50% e, em 2010, os valores foram, respectivamente, 69% e 72%.

Ressalta-se que a redução do diferencial de contribuição, por sexo, não mudou significativamente por conta da condição de migração ou pela origem dos imigrantes. Tais mudanças são resultado, como destacado no capítulo sobre a divisão sexual do trabalho, da maior participação das mulheres no mercado de trabalho e da redução da participação dos homens, com a análise da contribuição para o rendimento domiciliar indicando que essas mudanças se desenrolaram de forma semelhante entre os grupos considerados.

Apesar de a estimativa da contribuição das mulheres para o rendimento domiciliar ser uma *proxy* de sua independência e voz nas tomadas de decisão, o fato de receberem dinheiro não implica, necessariamente, que ocorrerão mudanças no controle que as mulheres têm sobre os recursos, o que depende de outros fatores como as normas de gênero que influenciam a distribuição dos recursos entre os membros do domicílio (ONU MULHERES, 2019).

A abordagem das desigualdades no mercado de trabalho inicia-se com a variável muito importante, que é a raça/cor³⁰. Pela Tabela 11 verifica-se que os declarados como brancos eram maioria, entre os originados no Nordeste, nos anos de 1991 e 2000. No ano de 2010, passam a ser os de cor parda os de maior participação (mais de 50% dos homens e mulheres). Na sequência estavam os pretos, que aumentaram sua participação, chegando, em 2010, a compor quase 9% dos imigrantes homens e 7% das imigrantes mulheres.

Entre os originados em Minas Gerais, apesar de ter ocorrido queda da concentração, os brancos foram maioria em todos os anos para ambos os sexos. Na sequência estavam os pardos e, em menor medida, os pretos que, assim como os pardos, tiveram sua participação

³⁰ Como destacado por Carvalho, Wood e Andrade (2000), a informação sobre a cor nos censos demográficos brasileiros é obtida pela autodeclaração do indivíduo ou pela informação prestada por outro membro do domicílio (heteroatribuição). Com isso, a subjetividade está presente, relacionada ao posicionamento social e à percepção de cor do entrevistado, condições que podem se alterar ao longo do tempo e resultar na “migração” entre cores. Os textos de Carvalho, Wood e Andrade (2000) e Osorio (2003) abortam a questão. A migração entre as cores, inclusive, é um dos motivos da agregação, nas regressões econométricas, dos pretos e pardos na categoria de negros.

aumentada no período considerado. Os de cor amarela e os indígenas não chegaram a concentrar, isoladamente, 1% dos imigrantes em nenhum ano, para nenhuma origem ou sexo.

Entre os naturais houve uma concentração ainda maior de brancos, com mais de 67% das mulheres e 65% dos homens em 2010, porém também se verificou queda, sendo que em 1991 quase 77% das mulheres e 75% dos homens eram brancos e, assim como para os imigrantes, houve aumento do peso relativo dos pretos e dos pardos.

Assim, destaca-se aumento da participação dos pardos e dos pretos e redução dos brancos para ambos os sexos e para imigrantes e naturais. Observa-se, também, que as mulheres são mais concentradas na cor branca do que os homens em todos os casos. Ao se comparar os imigrantes por suas origens, percebe-se que os provenientes de Minas Gerais sempre tiveram maior concentração de brancos, o que, como visto, possivelmente eleva o rendimento médio desse grupo em comparação com os de origem nordestina, no entanto não chegava à concentração observada entre os naturais.

Tabela 11 – Distribuição por cor/raça, origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010

Imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste						
Cor/Raça	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Branca	54,62	51,83	40,11	50,47	47,89	36,69
Preta	3,24	5,05	6,86	3,83	6,23	8,93
Amarela	0,09	0,23	0,68	0,13	0,24	0,60
Parda	41,99	42,57	52,13	45,52	45,29	53,54
Indígena	0,06	0,33	0,22	0,06	0,35	0,25
Total	100	100	100	100	100	100
Imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais						
Cor/Raça	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Branca	64,29	62,97	56,11	60,30	59,10	51,77
Preta	5,28	5,51	6,65	5,74	7,05	8,73
Amarela	0,30	0,36	0,76	0,30	0,38	0,81
Parda	30,05	30,92	36,40	33,63	33,27	38,55
Indígena	0,09	0,24	0,09	0,03	0,21	0,13
Total	100	100	100	100	100	100
Naturais do município de residência no estado de São Paulo						
Cor/Raça	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Branca	76,72	75,35	67,35	75,26	73,50	65,41
Preta	3,49	3,94	4,86	3,57	4,26	5,29
Amarela	1,14	0,99	1,11	1,19	1,00	1,11
Parda	18,62	19,63	26,61	19,96	21,13	28,13
Indígena	0,03	0,10	0,06	0,02	0,11	0,06
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A Tabela 12 mostra como o rendimento médio é diferente para homens e mulheres e, também, conforme a cor/raça. Os maiores rendimentos são os dos amarelos, lembrando que não são nem 1% dos imigrantes e não passam de 2% dos naturais. Os amarelos foram seguidos pelos brancos, depois pelos pretos e pardos, enquanto o rendimento dos indígenas variou mais de posição, provavelmente pela sua baixa representatividade na amostra, que não chegou a 0,5%, e, por isso, não são considerados na análise.

De modo geral houve queda do diferencial do rendimento médio entre homens e mulheres. A maior queda foi dos naturais. Em 1991 os homens recebiam, em média, 570 reais a mais e, em 2010, o diferencial foi de 402 reais (cerca de 47% a mais). Os homens imigrantes de origem nordestina recebiam, em média, cerca de 273 reais a mais do que as mulheres (cerca de 11% a mais), mas sua queda foi menor, pois a diferença, em 1991, era de 331 reais (12%). Já os imigrantes com origem em Minas Gerais tiveram aumento do diferencial por sexo, de cerca de

32 reais, e, em 2010, os homens ganhavam, em média, 36% a mais do que as mulheres. Os maiores diferenciais, por sexo deram-se entre os brancos, seguido dos pardos e, por fim, dos pretos (desconsiderando os amarelos e os indígenas, pela baixa representatividade).

Tabela 12 – Rendimento médio no trabalho principal, por cor/raça e sexo (R\$/mês – valores ajustados para julho de 2010) – 1991, 2000 e 2010

Imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste						
Cor/Raça	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Branca	685,68	781,88	921,80	1.047,21	1.146,40	1.259,56
Preta	543,15	614,07	747,90	818,60	864,00	939,80
Amarela	1.536,67	2.417,63	1.013,12	2.717,88	2.494,58	1.270,23
Parda	572,66	617,15	674,55	880,38	875,53	943,24
Indígena	523,02	692,77	756,79	1.110,99	1.013,04	838,66
Total	632,88	707,64	786,70	964,61	1.006,36	1.060,46
Imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais						
Cor/Raça	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Branca	881,90	1.055,07	1.557,66	1.368,70	1.660,83	2.221,19
Preta	583,64	691,72	843,85	812,76	932,54	1.061,86
Amarela	1.628,82	1.448,68	1.656,94	2.852,35	4.064,48	2.111,45
Parda	557,55	630,02	800,01	881,55	936,07	1.128,56
Indígena	688,01	504,94	852,18	829,62	1.252,84	1.641,90
Total	760,25	905,69	1.247,84	1.171,73	1.365,67	1.691,86
Naturais do município de residência no estado de São Paulo						
Cor/Raça	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Branca	1.215,52	1.416,21	1.451,90	1.856,75	2.021,10	1.940,78
Preta	722,79	840,71	915,27	999,00	1.091,97	1.150,04
Amarela	2.218,44	2.485,22	2.229,22	3.280,94	3.466,95	2.788,13
Parda	713,92	769,70	837,24	1.016,85	1.033,80	1.090,69
Indígena	1.226,01	922,23	967,17	981,67	1.161,87	1.425,27
Total	1.122,01	1.297,05	1.290,84	1.691,22	1.817,02	1.693,17

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Residir na Região Metropolitana de São Paulo também é uma característica importante a ser considerada. Uma região metropolitana geralmente reúne mais oportunidades de trabalho, porém também é marcada por maiores custos de vida. Como indicado pela Tabela 13, os imigrantes provenientes do Nordeste tinham como destino a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) mais do que os originados em Minas Gerais.

Outro padrão observado, quando considerados a mesma origem e ano, é de que as mulheres se concentram mais do que os homens na RMSP. No entanto, houve redução dos que se

destinavam a ela no período. Em 1991, cerca de 80% do total de imigrantes que saiu do Nordeste se destinou à RMSP, caindo para 62%, entre os homens, e 68%, entre as mulheres, em 2010. Entre os que emigraram de Minas Gerais, 43% dos homens e 47% das mulheres se destinaram à região metropolitana no primeiro ano. Em 2010, os valores foram, respectivamente, 36% e 40%.

A queda daqueles que se destinavam à Região Metropolitana de São Paulo aponta para uma redução da sua atratividade, como destacado por Brito, Garcia e Sousa (2004), Baeninger (2012), Cunha (2015). Os naturais tiveram uma distribuição equilibrada em sua residência ao longo do período, com cerca da metade residindo na RMSP.

Tabela 13 – Proporção dos residentes de São Paulo que moravam na RMSP, por origem e sexo – 1991, 2000 e 2010

Origem	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Originados no Nordeste	80,30	74,94	67,59	78,98	72,29	61,65
Originados em Minas Gerais	46,81	42,64	39,53	43,00	38,15	35,77
Naturais do município de residência no estado de São Paulo	50,43	49,02	49,85	49,17	48,07	48,87

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Como pode ser observado na Tabela 14, de modo geral, o rendimento médio no trabalho principal era maior para aqueles que residiam na RMSP. Entre os imigrantes, os diferenciais de rendimento, por residência, foram maiores para os originados em Minas Gerais em todos os anos. Houve aumento desse diferencial no período, com os residentes da RMSP recebendo, em 2010, cerca de 400 reais a mais, em média, do que os que não residiam nela (representando um rendimento médio 40% maior para as mulheres residentes na RMSP em comparação com as não residentes, e 28%, no caso dos homens).

Para os imigrantes com origem no Nordeste houve o movimento contrário, com o diferencial de rendimento por local de residência reduzindo-se no período. Saiu, em 1991, de 143 reais para as mulheres e 107 para os homens, para menos de 120 e 55 reais, respectivamente, em 2010, representando um rendimento cerca de 17% maior para as mulheres residentes na RMSP em comparação com as não residentes, e 5,4%, no caso dos homens.

Para os naturais, o diferencial foi maior. Em 1991, as mulheres residentes na RMSP recebiam 675 reais a mais do que as demais. Entre os homens, o valor foi de mais de mil reais. Porém, os valores se reduziram e, em 2010, as mulheres residentes na RMSP recebiam, em média,

548 reais a mais (cerca de 54% a mais). Entre os homens o valor foi de 609 reais (cerca de 43% a mais).

Tabela 14 – Rendimento médio no trabalho principal, na Região Metropolitana de São Paulo e no restante da Unidade da Federação, por origem e sexo (R\$/mês – valores ajustados para julho de 2010) – 1991, 2000 e 2010

Origem	Se reside na RMSP	Mulheres			Homens		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010
Originados no Nordeste	Sim	657,09	739,98	821,09	986,08	1.023,53	1.081,86
	Não	513,57	600,23	701,27	878,43	960,06	1.026,86
	Total	632,88	728,45	786,70	964,61	1.022,52	1.060,46
Originados em Minas Gerais	Sim	846,55	1.036,38	1.487,28	1.300,66	1.470,27	1.967,33
	Não	662,31	792,32	1.060,50	1.069,48	1.297,94	1.538,20
	Total	760,25	1.020,90	1.247,84	1.171,73	1.468,82	1.691,86
Naturais do município de residência no estado de São Paulo	Sim	1.447,58	1.637,45	1.557,77	2.239,53	2.306,24	2.011,51
	Não	772,60	945,78	1.009,70	1.218,99	1.406,27	1.402,70
	Total	1.122,01	1.585,22	1.290,84	1.691,22	2.242,89	1.693,17

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Na sequência, é abordada a posição na ocupação, apresentada na Tabela 15, com o intuito, de, além de mostrar a situação das imigrantes no mercado de trabalho, enfatizar a diferença em relação aos homens imigrantes e os naturais.

A posição na ocupação em que mais se encontravam as mulheres imigrantes, com origem no Nordeste, era a de empregadas com carteira de trabalho assinada, seguida das empregadas domésticas sem carteira e das empregadas domésticas com carteira. O ano de 2000 foi o que deteve a maior participação dos trabalhos domésticos, com e sem carteira; em torno de 40% das imigrantes estavam nessa posição, mas, em 2010, o valor não ultrapassou 27%, ano em que metade das mulheres estava empregada em outras ocupações e tinha a carteira de trabalho assinada.

Empregada com carteira também foi a principal posição na ocupação das mulheres imigrantes de origem mineira, em todos os anos, sendo que metade delas se encontrava nessa posição em 2010. As posições de empregada doméstica sem e com carteira vêm a seguir, em todos os três censos. Em 1991, a proporção de imigrantes com origem mineira, dedicadas aos trabalhos domésticos era maior do que as de origem nordestina, situação que se inverteu nos outros dois levantamentos censitários.

Em 2000, pouco mais de 35% das imigrantes originadas em Minas Gerais trabalhavam como domésticas, ano em que essa atividade concentrou mais mulheres. No entanto, em 2010, o

valor foi pouco superior a 20%. A queda da importância desse trabalho no último ano condiz com o esperado em relação à feminização da migração, com aumento da participação das mulheres em outros setores do mercado de trabalho e redução da importância do trabalho doméstico, pouco valorizado econômica e socialmente.

Os que trabalhavam por conta própria também tiveram participação relativa considerável, mais para os homens do que para as mulheres e mais para os originados em Minas Gerais do que no Nordeste; em 2010, pouco mais de 8% das imigrantes da década de origem nordestina e 12% das de origem mineira eram conta própria; entre os homens os valores foram, respectivamente, 11,8% e 14,5% do total.

Apesar da queda do peso relativo daqueles imigrantes dedicados ao trabalho doméstico, a distribuição das imigrantes trabalhadoras ainda era significativamente diferente no caso dos homens imigrantes. Eles se concentravam mais como empregados com carteira assinada, 73% dos originados no Nordeste e 69% dos originados em Minas Gerais, em 2010, contra 53% e 51%, entre as mulheres. Nesses percentuais não estão incluídos empregados e empregadas domésticas com carteira assinada.

Comparando a posição na ocupação dos imigrantes com os naturais, fica evidente que existem diferenças ocupacionais por condição de migração. As mulheres naturais estavam mais concentradas na posição de empregada com carteira e menos na de empregadas domésticas. Apenas 11,6% do total, em 2010, eram domésticas com ou sem carteira assinada. A posição de empregado com carteira assinada também era a da maioria dos naturais, mas sua representatividade era menor do que a dos imigrantes, havendo uma proporção um pouco maior por conta própria e de empregadores, apesar de esta cair, entre os homens, de 6% do total, para 2,7%, entre 1991 e 2010.

Tabela 15 – Posição na ocupação, por origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010

Imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste						
Posição na ocupação	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Empregado doméstico sem carteira	16,76	23,37	13,70	0,5	0,92	0,50
Empregado doméstico com carteira	13,31	17,01	13,42	0,9	1,30	0,88
Empregado sem carteira*	9,11	15,92	12,90	11,5	22,86	13,62
Empregado com carteira*	50,38	35,02	51,14	73,5	58,05	72,68
Conta própria	9,98	8,28	8,46	12,5	16,26	11,90
Empregador	0,46	0,40	0,37	1,0	0,60	0,42
Total	100	100	100	100	100	100
Imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais						
Posição na ocupação	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Empregado doméstico sem carteira	19,98	19,76	10,00	0,56	0,87	0,59
Empregado doméstico com carteira	14,26	16,10	11,25	0,98	1,39	0,77
Empregado sem carteira*	12,41	17,53	12,39	15,11	23,43	13,95
Empregado com carteira*	41,15	33,93	52,73	67,28	55,56	68,61
Contra própria	11,10	11,66	12,57	13,88	17,29	14,88
Empregador	1,11	1,02	1,05	2,20	1,46	1,21
Total	100	100	100	100	100	100
Naturais do município de residência no estado de São Paulo						
Posição na ocupação	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Empregado doméstico sem carteira	7,55	8,71	7,03	0,29%	0,38	0,36
Empregado doméstico com carteira	3,43	4,18	4,59	0,34	0,35	0,36
Empregado sem carteira*	18,89	23,27	11,75	17,09	23,30	13,14
Empregado com carteira*	56,05	48,53	60,87	57,68	49,43	62,89
Contra própria	11,47	12,97	14,07	18,52	22,09	20,51
Empregador	2,61	2,34	1,68	6,08	4,44	2,74
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: *indica que não estão incluídos os empregados domésticos.

O rendimento médio no trabalho principal, por posição na ocupação, pode ser observado na Tabela 16. Alguns pontos gerais são destacados: os empregadores eram os que detinham o maior rendimento, em ambos os sexos, seguido dos por contra própria; a formalização no mercado de trabalho refletiu-se em maior rendimento médio, tanto para os empregados domésticos, como para os demais.

Considerando a mesma posição na ocupação, os homens recebiam, em média, mais do que as mulheres nos três anos, tanto entre os imigrantes, como entre os naturais, o que só não ocorreu para os empregadores com origem mineira, em 1991, e para os empregados domésticos com carteira, de origem nordestina, em 2010. De 1991 para 2000, verificou-se aumento do

rendimento médio em praticamente todos os casos (para os homens isso só não ocorreu com os empregados domésticos naturais e com os empregados domésticos com carteira assinada de origem nordestina e, para as mulheres, as empregadas sem carteira tiveram pequena queda em seu rendimento médio).

De 2000 para 2010, só houve aumento do rendimento médio dos naturais que eram empregados domésticos. Entre os originados em Minas Gerais, houve o efeito contrário, sendo os empregados domésticos os únicos a terem queda de seu rendimento médio. Os originados no Nordeste tiveram aumento de rendimento em todas as posições.

Tabela 16 – Rendimento médio no trabalho principal, por posição na ocupação, origem e sexo (R\$/mês – valores ajustados para julho de 2010) – 1991, 2000 e 2010

Imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste						
Posição na ocupação	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Empregado doméstico sem carteira	415,13	461,96	485,61	525,87	536,12	617,55
Empregado doméstico com carteira	540,57	632,15	738,30	700,72	665,25	713,45
Empregado sem carteira*	636,34	671,29	1.030,70	800,66	844,12	1.051,61
Empregado com carteira*	700,61	832,36	1.326,51	944,22	999,28	1.656,17
Contra própria	709,61	955,39	1.598,31	1.151,95	1.203,16	1.923,54
Empregador	2.163,17	3.671,33	4.074,18	2.572,39	4.057,06	5.080,61
Total	632,88	707,64	1.247,84	964,61	1.006,36	1.691,86
Imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais						
Posição na ocupação	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Empregado doméstico sem carteira	384,64	440,71	374,00	494,01	535,95	490,87
Empregado doméstico com carteira	541,60	627,82	499,73	590,29	635,95	596,81
Empregado sem carteira*	833,84	884,09	1.109,92	853,08	1.004,66	1.117,79
Empregado com carteira*	897,49	1.118,23	1.371,42	1.137,47	1.387,51	1.660,86
Contra própria	908,63	1.188,67	1.638,56	1.461,32	1.580,40	2.142,83
Empregador	3.125,30	4.344,46	4.585,33	3.039,17	5.079,86	5.894,32
Total	760,25	905,69	1.297,05	1.171,73	1.365,67	1.817,02
Naturais do município de residência no estado de São Paulo						
Posição na ocupação	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Empregado doméstico sem carteira	315,03	374,00	454,00	520,46	490,87	732,72
Empregado doméstico com carteira	455,41	499,73	647,98	805,62	596,81	956,64
Empregado sem carteira*	1.119,73	1.109,92	836,25	1.041,86	1.117,79	1.006,94
Empregado com carteira*	1.152,44	1.371,42	1.306,56	1.593,00	1.660,86	1.565,45
Contra própria	1.258,34	1.638,56	1.621,44	1.805,32	2.142,83	2.012,33
Empregador	3.183,69	4.585,33	3.714,43	4.238,59	5.894,32	4.872,85
Total	1.122,01	1.297,05	1.290,84	1.691,22	1.817,02	1.693,17

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: *indica que não estão incluídos os empregados domésticos.

Quase sempre, eram os naturais que detinham os maiores rendimentos médios nos anos de 1991 e 2000, o que não parece ser o caso para os empregados domésticos, em que os originados no Nordeste, geralmente, tiveram os maiores rendimentos médios. Em 2010, são os imigrantes de origem mineira que passam a deter os maiores rendimentos médios, excetuando os empregados domésticos.

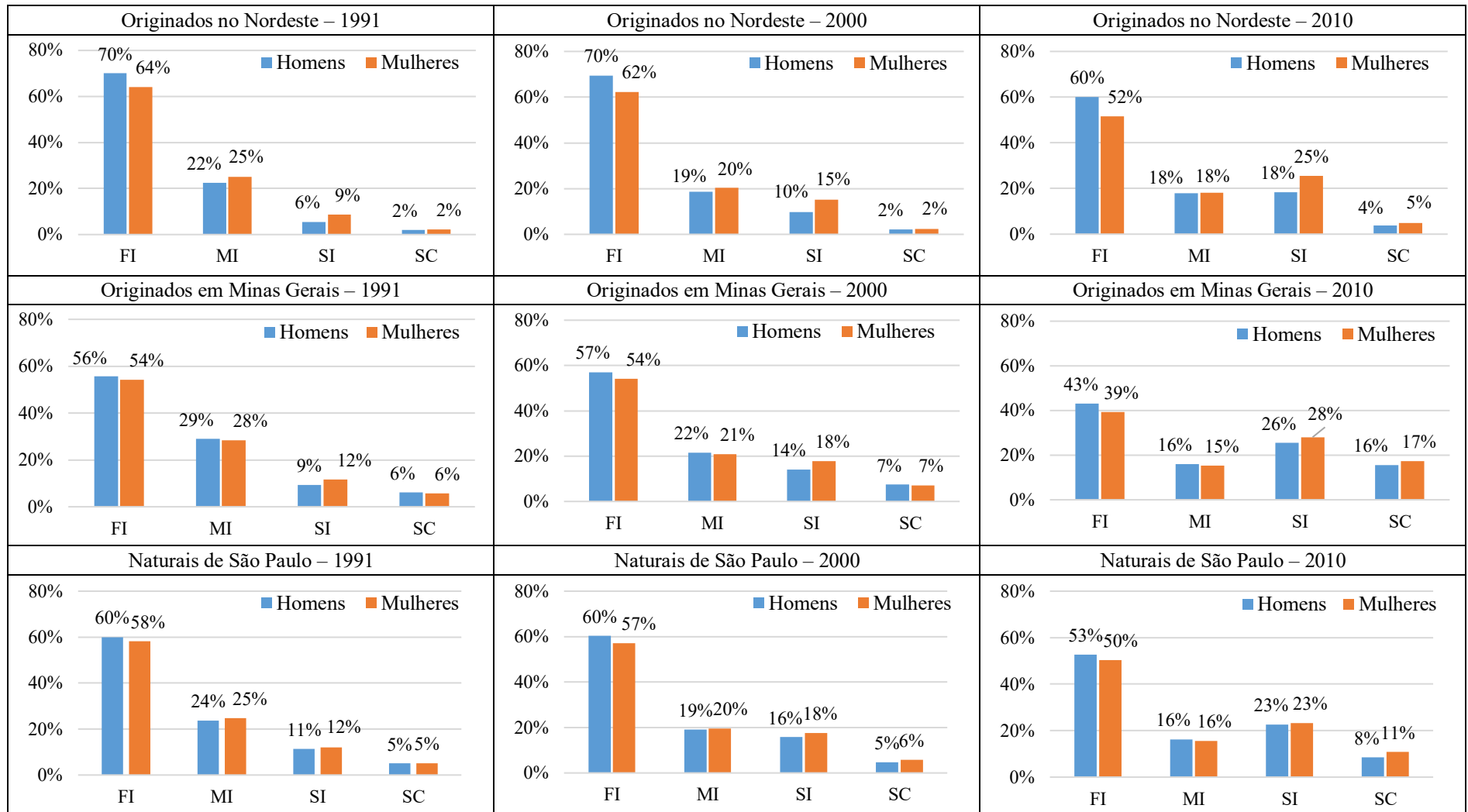
Outra variável fundamental, quando abordado o mercado de trabalho, é o nível de instrução. A qualificação dos trabalhadores está diretamente relacionada com mais oportunidades disponíveis no mercado de trabalho e com maiores remunerações. Constatou-se, na revisão da literatura, que o maior nível de instrução é altamente relacionado com maiores taxas de atividade feminina. Portanto, essa é uma variável-chave para a análise da melhora do perfil das mulheres migrantes.

Espera-se encontrar, ao se comparar os imigrantes no tempo, melhora significativa de sua instrução, dado os avanços na área educacional observados na população brasileira como um todo. A Figura 12 apresenta a distribuição dos imigrantes e dos naturais no estado de São Paulo, por nível de instrução. Os imigrantes e naturais foram divididos em quatro categorias, formadas por aqueles que: i) FI: não tinham instrução ou não completaram o ensino fundamental; ii) MI: possuíam o fundamental completo ou que não completaram o ensino médio; iii) SI: tinham ensino médio completo ou ensino superior incompleto, e; iv) SC: possuíam superior completo ou mais.

De modo geral, verifica-se queda da participação daqueles com fundamental incompleto e dos entre fundamental completo e médio incompleto, ao passo que a participação dos que detinham entre médio completo e superior incompleto e dos com superior completo aumentou. As informações revelam que os imigrantes, assim como os brasileiros em geral, aumentaram seu nível de instrução e, ainda, que as mulheres imigrantes são mais instruídas do que os homens, pois estão mais concentradas nas categorias de maior escolaridade.

Outra questão relevante é a de que os originados em Minas Gerais eram mais instruídos do que os originados no Nordeste, desde o ano de 1991. A maior presença de imigrantes de origem mineira nos níveis de instrução mais elevados está associada à maior participação desses imigrantes nas faixas de maior rendimento, como visto anteriormente.

Figura 12 – Nível de instrução, por origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: FI = Sem instrução e fundamental incompleto; MI = Fundamental completo e médio incompleto; SI = Médio completo e superior incompleto; SC = Superior completo.

Comparando com as naturais, verifica-se que havia um pouco mais de mulheres imigrantes com origem em Minas Gerais que tinham superior completo, nos dois primeiros anos, e que, em 2010, essa diferença aumentou significativamente; enquanto 11% das naturais declararam ter superior completo, o valor era de 17% para as de origem mineira (entre os homens os valores foram, de, 8% para os naturais e 16% para os mineiros).

Havia mais naturais que não completaram o fundamental do que imigrantes de origem mineira, com o diferencial também se elevando no período, passando de cerca de 3 pontos percentuais, em 1991 e 2000, para 10 pontos percentuais, em 2010.

Analisando o rendimento médio, por nível de instrução (Tabela 17), confirma-se que maiores níveis de instrução são acompanhados por maiores rendimentos. Comparando os ganhos com o aumento progressivo da escolaridade, verifica-se que os maiores aumentos ocorrem entre os que tinham médio completo e superior incompleto e os que possuíam superior completo, com o rendimento médio mais que duplicando em todos os casos.

Assim como nos outros casos, mesmo controlando pelo nível de instrução, o rendimento médio das mulheres é menor do que o dos homens em todos os três grupos, indicando que as mulheres imigrantes enfrentam as mesmas dificuldades das naturais. Também nota-se que, em grande parte dos casos, os naturais tiveram as maiores remunerações. Mas, nos dois últimos anos os imigrantes de nível superior, de ambas as origens, reverteram o hiato e tiveram rendimentos médios maiores do que os naturais – as mulheres com ensino superior, originadas no Nordeste, recebiam, em 2010, R\$ 2.614,49, as originadas em Minas Gerais, R\$ 3.115,90, e as naturais, R\$ 2.564,10; entre os homens os valores foram, respectivamente, R\$ 5.274,56, R\$ 4.859,40 e R\$ 4.003,63.

Tabela 17 – Rendimento médio no trabalho principal, por nível de instrução, origem e sexo (R\$/mês – valores ajustados para julho de 2010) – 1991, 2000 e 2010

Imigrantes com origem no Nordeste						
Nível de Instrução	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Sem instrução e fundamental incompleto	527,52	547,70	614,90	826,69	820,92	868,21
Fundamental completo e médio incompleto	676,38	659,94	680,47	1.123,01	1.022,87	936,03
Médio completo e superior incompleto	881,65	934,34	776,24	1.459,35	1.488,47	1.134,13
Superior completo	2.450,71	3.263,08	2.614,49	4.598,87	6.116,27	5.274,56
Total	632,88	708,50	787,42	964,61	1.008,80	1.061,52
Imigrantes com origem em Minas Gerais						
Nível de Instrução	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Sem instrução e fundamental incompleto	478,46	550,27	642,47	792,40	816,87	981,86
Fundamental completo e médio incompleto	719,58	667,62	765,26	1.197,69	1.073,46	1.053,99
Médio completo e superior incompleto	1.223,12	1.115,49	954,03	2.021,16	2.055,61	1.558,69
Superior completo	2.570,63	3.089,64	3.115,90	5.112,68	5.991,96	4.859,40
Total	760,25	906,58	1.249,56	1.171,73	1.369,36	1.694,14
Naturais do município de residência no estado de São Paulo						
Nível de Instrução	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Sem instrução e fundamental incompleto	503,61	550,05	701,40	779,93	879,65	1.015,72
Fundamental completo e médio incompleto	831,50	745,44	791,28	1.447,27	1.222,00	1.128,87
Médio completo e superior incompleto	1.368,77	1.245,06	1.021,55	2.388,99	2.015,28	1.498,59
Superior completo	2.612,52	3.044,21	2.564,10	5.226,38	5.447,68	4.003,63
Total	1.122,01	1.297,65	1.293,85	1.691,22	1.818,25	1.697,84

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Os resultados mostram que houve melhora no perfil das pessoas que estavam atuando no mercado de trabalho, tanto imigrantes como naturais, e em ambos os sexos. Verifica-se, também, redução da desigualdade, com relação ao rendimento, entre homens e mulheres do mesmo grupo e também entre os grupos.

A queda da importância do trabalho doméstico como forma de inserção das mulheres imigrantes no destino é um dos maiores indicadores das mudanças, porém as imigrantes continuaram mais atuantes nesse setor do que as naturais (12% das naturais exerciam trabalhos domésticos, em 2010, contra 21% das de origem mineira e 27% das de origem nordestina).

Como visto, entre os imigrantes originados em Minas Gerais, houve maior peso da migração feita de forma individual (cerca de 28% do total, em 2010, em comparação com cerca de 20% do total dos originados no Nordeste). A análise descritiva dos imigrantes no mercado de

trabalho mostra que os mesmos também estão melhor posicionados nele, do que os originados no Nordeste.

Enquanto os homens imigrantes participavam consideravelmente mais do que os naturais da PEA, entre as mulheres isso só ocorreu no último ano. Inclusive a taxa de atividade das imigrantes de origem mineira distanciou-se das originadas no Nordeste, saindo de um ponto percentual a menos, em 1991, para cinco pontos percentuais a mais, em 2010.

O fluxo migratório de Minas Gerais para São Paulo, formado por migrantes melhor posicionados frente ao mercado de trabalho e com maior proporção dos imigrantes recentes realizando o deslocamento de forma individual, resultou em maior participação das mulheres nos fluxos migratórios, com aumento de sua participação e melhoras do seu perfil no período, o que será melhor verificado pela estimação dos modelos feita a seguir.

6.2.3 As imigrantes no mercado de trabalho

Para analisar a situação das mulheres migrantes no mercado de trabalho foram estimadas regressões no sentido de explicar o rendimento auferido no trabalho principal. Inicialmente, a variável sexo foi utilizada como uma das variáveis independentes, juntamente com as demais variáveis que impactam no rendimento do trabalho (descritas no capítulo sobre a base de dados e metodologia), para verificar se o fato de ser mulher está relacionado a um menor rendimento médio e se o diferencial entre os sexos varia no tempo e conforme a condição de migração.

A Tabela 18 traz a descritiva das variáveis utilizadas nos modelos. O rendimento médio no trabalho principal (com os valores ajustados para julho de 2010) era menor para os imigrantes originados no Nordeste, seguido dos originados em Minas Gerais, e os que apresentaram maior rendimento, nos três períodos considerados, foram os naturais do município de residência em São Paulo.

No período, houve redução do diferencial dos imigrantes comparadamente com os naturais de São Paulo, em função tanto da queda do rendimento médio dos naturais, que se reduziu em cerca de R\$ 194,00 como da estabilidade do rendimento dos imigrantes originados no Nordeste, e aumento do rendimento médio dos originados em Minas Gerais, que foi de quase R\$ 340,00.

Em 1991, os naturais recebiam, em média, R\$ 1.990,38, o que era R\$, 998,00 a mais do que os com origem nordestina e R\$ 680,00 a mais do que os originados em Minas Gerais. Em 2010 os naturais recebiam, em média, R\$ 1.796,29, o que era cerca de R\$ 785,00 a mais do que os imigrantes originados no Nordeste e R\$ 146,00 a mais do que os imigrantes com origem mineira. Ressalte-se que foram considerados apenas aqueles com rendimento positivo e que os com rendimento superior a R\$ 30.000,00 foram considerados *outlier* e não foram incluídos nos modelos.

No que tange ao sexo, observa-se que ao longo do período as mulheres tiveram aumento de sua participação entre aqueles com rendimento, no entanto, ainda eram minoria em 2010. Em 1991, cerca de 30% dos imigrantes com rendimento positivo eram mulheres, entre os naturais o valor foi de 31%. No período houve aumento de 9 pontos percentuais no peso das imigrantes originadas no Nordeste, em 13 das originadas em Minas Gerais, e 12 das naturais, o que aumentou o diferencial de participação das imigrantes com origem no Nordeste, em comparação com as naturais (que foi de 5 pontos percentuais no último ano).

No geral, os brancos eram maioria, em comparação com o outro grupo, dos negros (pretos e pardos), mas seu peso relativo teve redução no período. Destaca-se que os valores eram significativamente diferentes conforme a condição de migração e a origem dos imigrantes. Os imigrantes originados no Nordeste saíram de uma situação de quase igualdade entre brancos e negros para uma participação de negros de cerca de 60% no último ano, enquanto os outros grupos ainda eram formados por maioria branca. Em 2010, os brancos eram 56% entre originados em Minas Gerais, e 71% entre os naturais.

Nota-se diferenciação quanto ao local de residência, com a maioria dos imigrantes originados no Nordeste se concentrando na RMSP, ao passo que os imigrantes com origem mineira e os naturais estavam concentrados mais fora dela. Destaca-se que houve queda do peso relativo daqueles que residiam na RMSP, ao longo do período, para os imigrantes de ambas as origens.

A maioria das pessoas eram responsáveis pelo domicílio (lembrando que foram considerados apenas os responsáveis e os cônjuges), mas houve redução no período, para todos os grupos; em 2010, 63% dos imigrantes com origem nordestina e dos naturais eram responsáveis pelo domicílio, enquanto para os imigrantes originados em Minas Gerais o peso foi um pouco maior, de 65%.

A média de horas trabalhadas por mês (obtida pela multiplicação, por quatro, das horas trabalhadas na semana) demonstrou-se parecida entre os imigrantes. Em 2010, observa-se que os naturais trabalharam, em média, cerca de 5 horas a menos por mês, no trabalho principal, do que os imigrantes (164,8 horas/mês).

A distribuição por grupo etário mostra que, para os três períodos, houve maior peso relativo daqueles na faixa etária dos 25 aos 34 anos (lembrando que foram considerados aqueles entre 20 e 64 anos), com os imigrantes mais concentrados nas faixas etárias mais jovens, comparadamente com os naturais. Nota-se um envelhecimento dos que possuíam rendimento no trabalho principal, com queda do peso relativo das faixas etárias mais jovens (20 a 24 anos e 25 a 34 anos) e aumento nas faixas etárias mais velhas (45 a 54 anos e 55 a 64 anos).

A maior parte tinha pelo menos um filho, de até 12 anos de idade, residindo no domicílio, nos três anos. Em 2010, 57% dos imigrantes com origem nordestina, 54% dos com origem mineira e 69% dos naturais encontravam-se nessa condição. Os imigrantes com origem em Minas Gerais foram os únicos que apresentaram queda do peso relativo desse grupo; em 1991, o valor foi de 62%.

Analisando a distribuição por nível de instrução, observa-se o aumento do nível educacional dos trabalhadores no período, porém as disparidades conforme a origem se mantiveram; enquanto metade dos imigrantes de origem nordestina ainda não possuíam ensino fundamental completo, em 2010, o valor era de 34,6% para os originados em Minas Gerais e 26% para os naturais. Os naturais detinham, desde 1991, a maior participação entre os níveis mais escolarizados, 19% deles tinham ensino superior completo em 2010. Cabe destacar que os imigrantes de origem mineira tiveram grande avanço no período e se aproximaram dos naturais; em 2010, quase 17% também possuíam ensino superior completo, enquanto, entre os originados no Nordeste, o valor foi inferior a 8%.

Com relação à posição na ocupação, verifica-se que a maioria das pessoas (64% dos originados no Nordeste e cerca de 60% para os demais) eram empregadas com carteira de trabalho assinada, seguidas, geralmente, daqueles que eram contra própria e dos empregados sem carteira. Destaca-se que, entre os naturais, havia maior peso dos empregadores e menor peso dos empregados domésticos, quando comparados com os imigrantes.

Tabela 18 – Descrição das variáveis dos modelos em que o sexo era uma variável independente, por origem – 1991, 2000 e 2010

Variável	Imigrante originado no Nordeste			Imigrante originado em Minas Geras			Naturais de São Paulo		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Rendimento médio no trabalho principal (R\$ de jul. de 2010)	1.001,94	990,57	1.010,90	1.309,87	1.403,58	1.649,78	1.990,38	2.051,69	1.796,29
Mulheres (%)	0,30	0,35	0,39	0,30	0,36	0,43	0,31	0,39	0,44
Homens (%)	0,70	0,65	0,61	0,70	0,64	0,57	0,69	0,61	0,56
Branco (%)	0,52	0,50	0,39	0,63	0,62	0,56	0,81	0,79	0,71
Negro (%)	0,48	0,50	0,61	0,37	0,38	0,44	0,19	0,21	0,29
Residia na RMSP (%)	0,80	0,74	0,65	0,43	0,40	0,37	0,47	0,45	0,47
Não residia na RMSP (%)	0,20	0,26	0,35	0,57	0,60	0,63	0,53	0,55	0,53
Responsável pelo domicílio (%)	0,77	0,72	0,63	0,77	0,72	0,65	0,76	0,70	0,63
Cônjuge (%)	0,23	0,28	0,37	0,23	0,28	0,35	0,24	0,30	0,37
Tinha filho de até 12 anos no domicílio (%)	0,59	0,66	0,57	0,62	0,64	0,54	0,63	0,77	0,69
Não tinha filho de até 12 anos no domicílio (%)	0,41	0,34	0,43	0,38	0,36	0,46	0,37	0,23	0,31
Média de horas trabalhadas por mês (horas/mês)	181,48	185,95	169,56	179,71	183,94	169,61	175,03	177,71	164,84
20 a 24 anos de idade (%)	25,26	20,63	19,56	16,96	15,80	13,67	8,96	8,33	6,62
25 a 34 anos de idade (%)	49,29	50,78	47,55	47,69	45,51	45,60	38,74	33,69	32,10
35 a 44 anos de idade (%)	16,98	20,02	22,05	22,87	24,75	23,51	30,56	34,39	30,28
45 a 54 anos de idade (%)	6,46	6,82	8,28	9,32	10,56	12,67	15,05	17,62	21,96
55 a 64 anos de idade (%)	2,01	1,74	2,56	3,16	3,37	4,55	6,69	5,97	9,05
Empregado doméstico sem carteira (%)	3,55	8,49	6,14	4,77	7,20	4,82	2,13	4,12	3,99
Empregado doméstico com carteira (%)	2,82	6,42	5,66	3,18	6,29	4,81	1,38	2,35	2,89
Empregado sem carteira* (%)	8,84	17,44	11,96	12,35	18,45	11,68	14,64	18,97	9,66
Empregado com carteira* (%)	68,34	51,92	64,02	59,68	48,62	61,87	53,65	46,20	59,14
Contra própria (%)	15,37	15,07	11,75	17,18	17,68	15,41	20,89	23,16	21,18
Empregador (%)	1,07	0,67	0,47	2,83	1,76	1,41	7,31	5,20	3,15
Sem instrução até fundamental incompleto (%)	68,42	65,32	50,59	54,18	53,16	34,58	28,77	27,87	26,00
Fundamental completo até médio incompleto (%)	22,29	20,24	21,50	27,19	21,81	17,66	37,89	26,97	18,63
Médio completo até superior incompleto (%)	7,07	12,16	24,07	11,39	16,67	31,08	19,50	29,40	36,35
Superior completo (%)	2,23	2,28	3,84	7,23	8,36	16,69	13,85	15,76	19,01
Número de observações	285.419	472.925	412.933	102.552	118.094	121.243	2.477.852	3.233.647	4.719.346

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: *Indica que não estão incluídos os empregados domésticos.

Como o intuito dos modelos em que a variável sexo é incluída como uma independente é verificar se essa variável tem impacto no rendimento, controlando pelas demais variáveis (raça, se reside na RMSP, se é responsável pelo domicílio, se tem filho de até 12 anos de idade residindo no domicílio, horas trabalhadas, grupo de idade, nível de instrução e posição na ocupação), serão analisados apenas os coeficientes relacionados ao sexo (em que foi atribuído zero para homens, e um para mulheres).³¹

A Tabela 19 traz o resumo dos resultados de todos os modelos estimados; um modelo para cada origem e ano, totalizando 9. O Modelo 1 refere-se aos imigrantes com origem no Nordeste, o Modelo 2 aos imigrantes com origem em Minas Gerais, e o Modelo 3, aos naturais do município de residência no estado de São Paulo.

Verifica-se que o sexo do trabalhador tem impacto, significativo estatisticamente, no rendimento médio auferido no trabalho principal. No caso dos imigrantes com origem nordestina (Modelo 1) e dos naturais de São Paulo (Modelo 3), observa-se peso maior do sexo no ano de 1991, com redução em 2000 e certa recuperação em 2010.

No primeiro caso as mulheres recebiam, em média, 37,2% a menos do que os homens, em 1991, e 32,8%, em 2010, e, no segundo caso, 41,1%, em 1991, e 35,4%, em 2010. Entre os imigrantes com origem mineira foi no último ano que o sexo apresentou o maior impacto no rendimento, com as mulheres recebendo, em média, 36% a menos do que os homens.

Nos dois primeiros anos o maior impacto no rendimento, por sexo, foi o observado entre os naturais de São Paulo (Modelo 3). Já em 2010, a maior diferença ocorreu entre os imigrantes originados em Minas Gerais (Modelo 2). As mulheres originadas no Nordeste foram as que tiveram menor diferencial de rendimento, em comparação com os homens da mesma origem, no último ano.

Cabe destacar que o valor do coeficiente associado à variável sexo, quando comparado os modelos, foi se aproximando ao longo do tempo; em 1991 foi registrada uma diferença de 6,8 pontos percentuais entre o menor e o maior valor, sendo que em 2010 essa diferença foi de 3,2 pontos percentuais.

³¹ Os resultados completos dos modelos encontram-se no Apêndice D.

Tabela 19 – Resultados parciais dos modelos de regressão linear dos rendimentos – coeficientes da variável sexo (valor 1 para mulheres e 0 para homens) – 1991, 2000 e 2010

Modelos	1991	2000	2010
1 – Imigrantes com origem no Nordeste	-0,372***	-0,309***	-0,328***
2 – Imigrantes com origem em Minas Gerais	-0,343***	-0,333***	-0,360***
3 – Naturais do município de residência em São Paulo	-0,411***	-0,340***	-0,354***

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: O modelo regredido foi do logaritmo do rendimento ajustado no trabalho principal pelas variáveis sexo, raça, residência na RMSP, posição no domicílio, existência de filho de até 12 anos no domicílio, horas trabalhadas, grupo de idade, posição na ocupação e nível de instrução. *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1.

Após verificar que o sexo tem impacto considerável no rendimento auferido no trabalho principal, foram estimadas as regressões econométricas separadas para cada sexo. Assim, é possível identificar a situação específica das mulheres no mercado de trabalho e sua posição relativamente aos homens. As demais variáveis controle foram mantidas, e a descrição delas encontra-se, para as mulheres, na Tabela 20 e, para os homens, na Tabela 21.

As mulheres imigrantes originadas em Minas Gerais tiveram o maior aumento absoluto do rendimento auferido no trabalho principal, em 1991 elas recebiam, em média, R\$ 957,16 e, em 2010, R\$ 1.328,19 (aumento de R\$ 371,03). O rendimento das originadas no Nordeste aumentou R\$ 71,11, passando de R\$ 715,53, em 1991, para R\$ 786,53, em 2010. Já o rendimento das naturais não chegou a aumentar dez reais no período, sendo que elas recebiam, em 2010, R\$ 1.426,21, em média.

Nota-se aumento do hiato de rendimento entre os imigrantes com origem nordestina e os naturais. Em 1991, os originados no Nordeste recebiam metade do rendimento dos naturais e, em 2010, a diferença foi de 55% (tanto comparando as mulheres, como os homens). Já o rendimento médio dos originados em Minas Gerais se aproximou dos naturais. As mulheres de origem mineira recebiam, no primeiro ano, 68% do que recebiam as naturais, mas em 2010 esse percentual subiu para 93% (entre os homens os valores foram, respectivamente, 65% e 91%).

Comparado aos homens da mesma origem, verifica-se que as mulheres recebem, em média, rendimentos inferiores em todos os casos e houve pouca redução do hiato entre os sexos no período. Em 1991, entre os originados em Minas Gerais, as mulheres recebiam cerca de 65% do rendimento dos homens; para as originadas no Nordeste o valor foi de 64% e, para as naturais, de 63%. Em 2010, as de origem mineira recebiam 70% do que recebiam os homens da mesma origem; para as de origem no Nordeste e para as naturais o valor foi de 68%.

O peso relativo dos brancos, em comparação com os negros, é maior para as mulheres do que para os homens. As diferenças por condição de migração e origem – maior peso relativo de brancos entre os naturais, seguidas dos originados em Minas Gerais e, por fim, dos originados no Nordeste –, assim como a redução da concentração de brancos ao longo do período, também são observadas quando separado os sexos.

Com relação ao lugar de residência, verifica-se que o peso relativo daqueles que residiam na RMSP reduziu-se ao longo do tempo para ambos os sexos. As mulheres, em comparação com os homens, tiveram concentração um pouco maior na RMSP, quando comparado ao mesmo grupo e ano. As mulheres de origem nordestina localizavam-se mais na RMSP (69%, em 2010), seguida das naturais (49%) e das originadas em Minas Gerais (apenas 41%).

Houve aumento do peso relativo das mulheres como responsáveis pelo domicílio no período, com os valores sendo muito próximos para os três grupos; cerca de 25% das mulheres que tinham rendimento do trabalho principal eram responsáveis pelo domicílio, em 1991, e, em 2010, cerca de 43%. Entre os homens, no primeiro ano, praticamente todos os homens com rendimento eram responsáveis pelo domicílio, mas houve queda no período, com os originados em Minas Gerais passando para 80%, os naturais de São Paulo para 79%, e os originados no Nordeste para 77%, em 2010.

Mais da metade das mulheres e dos homens, nos três grupos, tinham pelo menos um filho de até 12 anos de idade residindo no domicílio. O maior peso foi, para ambos os sexos, entre os naturais de São Paulo, seguido dos com origem nordestina e, por fim, dos com origem mineira. Observa-se que no último ano houve inversão e as mulheres passam a ter maior participação nesse grupo (59% das originadas no Nordeste tinham filho, em comparação com 56% dos homens da mesma origem. Entre os originados em Minas Gerais os valores foram, respectivamente, 56% e 52% e, entre os naturais, 71% e 68%).

Com relação às horas trabalhadas por mês, observa-se que as imigrantes, de ambas as origens, trabalhavam mais do que as naturais, nos três períodos, mas o diferencial se reduziu (as naturais trabalhavam 154 horas/mês, as de origem mineira 158 horas/mês, e as de origem nordestina 159 horas/mês, em 2010). As mulheres trabalhavam menos horas do que os homens, mas o diferencial entre eles também se reduziu ao longo do tempo (no último ano o diferencial foi de cerca de 18 horas mensais entre os com origem nordestina, 19 horas entre os naturais, e 21 horas entre os originados em Minas Gerais).

A distribuição etária foi parecida entre homens e mulheres do mesmo grupo, observa-se que o envelhecimento ao longo do período ocorreu em todos os casos. Os naturais eram um grupo mais envelhecido em comparação com os imigrantes, com menor peso relativo daqueles com 20 a 34 anos. Já com relação ao nível de instrução é possível verificar que as mulheres eram mais instruídas do que os homens, com menor participação nos níveis de instrução inferiores e maior peso daquelas com maiores níveis de instrução. Além disso, as diferenças entre os grupos, com os naturais mais instruídos, seguidos pelos de origem mineira e, mais afastado, pelos de origem nordestina, ocorrem tanto para as mulheres como para os homens.

Ao considerar a posição na ocupação o que se destaca é a diferenciação entre os sexos, muito em função do maior peso relativo das mulheres como empregadas domésticas, o que quase não ocorre entre os homens. Por condição de migração também são verificadas diferenças entre as mulheres, com as naturais com menor participação de mulheres na posição de empregadas domésticas e maior participação das empregadas com carteira de trabalho.

Tabela 20 – Descrição das variáveis dos modelos das mulheres, por origem – 1991, 2000 e 2010

Variável	Imigrante originado no Nordeste			Imigrante originado em Minas Gérias			Naturais de São Paulo		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Rendimento médio no trabalho principal (R\$ de jul. de 2010)	715,53	754,87	786,64	957,16	1.022,96	1.328,19	1.417,79	1.550,28	1.426,21
Branços (%)	0,57	0,53	0,42	0,67	0,66	0,60	0,81	0,80	0,72
Negros (%)	0,43	0,47	0,58	0,33	0,34	0,40	0,19	0,20	0,28
Residia na RMSP (%)	0,81	0,75	0,69	0,45	0,43	0,41	0,51	0,48	0,49
Não residia na RMSP (%)	0,19	0,25	0,31	0,55	0,57	0,59	0,49	0,52	0,51
Responsável pelo domicílio (%)	0,25	0,30	0,42	0,25	0,30	0,44	0,24	0,29	0,42
Cônjuge (%)	0,75	0,70	0,58	0,75	0,70	0,56	0,76	0,71	0,58
Tinha filho de até 12 anos no domicílio (%)	0,58	0,66	0,59	0,60	0,64	0,56	0,59	0,77	0,71
Não tinha filho de até 12 anos no domicílio (%)	0,42	0,34	0,41	0,40	0,36	0,44	0,41	0,23	0,29
Média de horas trabalhadas por mês (horas/mês)	168,06	169,75	158,50	161,77	166,02	157,80	156,53	159,04	154,17
20 a 24 anos de idade (%)	25,95	22,28	19,94	19,57	18,02	15,01	10,65	9,27	7,62
25 a 34 anos de idade (%)	48,73	49,57	47,70	47,28	46,15	47,89	40,13	34,69	33,92
35 a 44 anos de idade (%)	18,51	21,29	22,80	23,64	24,49	22,68	31,20	34,93	30,60
45 a 54 anos de idade (%)	5,58	5,95	7,67	7,48	9,43	11,32	13,30	16,59	20,59
55 a 64 anos de idade (%)	1,24	0,91	1,89	2,03	1,91	3,11	4,72	4,52	7,27
Empregado doméstico sem carteira (%)	10,26	22,17	14,98	13,97	17,94	10,60	6,23	9,97	8,67
Empregado doméstico com carteira (%)	7,12	15,32	12,82	7,18	14,22	10,03	3,47	5,23	6,00
Empregado sem carteira* (%)	9,79	14,36	11,86	14,30	16,89	10,99	20,45	21,19	9,41
Empregado com carteira* (%)	56,39	37,21	50,33	45,07	34,55	52,40	48,09	42,76	56,02
Contra própria (%)	15,80	10,38	9,61	17,51	15,02	14,61	17,47	17,33	17,51
Empregador (%)	0,64	0,57	0,40	1,97	1,38	1,38	4,28	3,53	2,38
Sem instrução até fundamental incompleto (%)	61,81	57,59	41,34	49,45	47,79	28,84	25,08	24,26	22,81
Fundamental completo até médio incompleto (%)	25,05	22,59	22,63	25,45	22,33	16,93	33,46	24,55	17,58
Médio completo até superior incompleto (%)	10,18	16,92	31,06	15,11	19,95	34,50	22,83	31,41	37,39
Superior completo (%)	2,97	2,90	4,97	10,00	9,93	19,73	18,62	19,77	22,22
Número de observações	84.879	165.574	160.236	30.723	42.639	51.342	759.051	1.254.008	2.062.668

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: *Indica que não estão incluídos os empregados domésticos.

Tabela 21 – Descrição das variáveis dos modelos dos homens, por origem – 1991, 2000 e 2010

Variável	Imigrante originado no Nordeste			Imigrante originado em Minas Gérias			Naturais de São Paulo		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Rendimento médio no trabalho principal (R\$ de jul. de 2010)	1.126,63	1.119,34	1.155,07	1.463,37	1.622,27	1.887,72	2.246,08	2.371,54	2.084,97
Branços (%)	0,50	0,48	0,37	0,61	0,60	0,53	0,80	0,79	0,70
Negros (%)	0,50	0,52	0,63	0,39	0,40	0,47	0,20	0,21	0,30
Residia na RMSP (%)	0,80	0,73	0,62	0,42	0,38	0,35	0,46	0,44	0,46
Não residia na RMSP (%)	0,20	0,27	0,38	0,58	0,62	0,65	0,54	0,56	0,54
Responsável pelo domicílio (%)	0,99	0,95	0,77	0,99	0,96	0,80	0,99	0,96	0,79
Cônjuge (%)	0,01	0,05	0,23	0,01	0,04	0,20	0,01	0,04	0,21
Tinha filho de até 12 anos no domicílio (%)	0,60	0,66	0,56	0,62	0,64	0,52	0,66	0,78	0,68
Não tinha filho de até 12 anos no domicílio (%)	0,40	0,34	0,44	0,38	0,36	0,48	0,34	0,22	0,32
Média de horas trabalhadas por mês (horas/mês)	187,32	194,79	176,67	187,51	194,23	178,35	183,30	189,61	173,17
20 a 24 anos de idade (%)	24,97	19,75	19,31	15,84	14,55	12,69	8,22	7,74	5,84
25 a 34 anos de idade (%)	49,53	51,44	47,46	47,87	45,14	43,91	38,13	33,06	30,68
35 a 44 anos de idade (%)	16,33	19,34	21,57	22,54	24,90	24,13	30,27	34,05	30,03
45 a 54 anos de idade (%)	6,83	7,29	8,67	10,11	11,20	13,66	15,83	18,26	23,02
55 a 64 anos de idade (%)	2,34	2,19	2,98	3,64	4,20	5,61	7,55	6,88	10,43
Empregado doméstico sem carteira (%)	0,63	1,01	0,45	0,77	1,02	0,55	0,29	0,38	0,33
Empregado doméstico com carteira (%)	0,95	1,55	1,06	1,44	1,73	0,95	0,45	0,51	0,46
Empregado sem carteira* (%)	8,43	19,12	12,03	11,51	19,35	12,19	12,05	17,56	9,86
Empregado com carteira* (%)	73,55	59,95	72,82	66,04	56,70	68,88	56,13	48,39	61,57
Contra própria (%)	15,18	17,63	13,13	17,03	19,21	16,00	22,42	26,88	24,04
Empregador (%)	1,25	0,73	0,51	3,20	1,98	1,43	8,66	6,27	3,74
Sem instrução até fundamental incompleto (%)	71,30	69,54	56,53	56,24	56,25	38,82	30,42	30,16	28,49
Fundamental completo até médio incompleto (%)	21,09	18,95	20,77	27,96	21,51	18,20	39,86	28,52	19,45
Médio completo até superior incompleto (%)	5,71	9,56	19,58	9,78	14,78	28,55	18,01	28,12	35,54
Superior completo (%)	1,90	1,94	3,12	6,03	7,46	14,43	11,71	13,20	16,51
Número de observações	200,540	307.351	252.696	71.828	75.455	69.901	1.718.801	1.979.639	2.656.677

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: *Indica que não estão incluídos os empregados domésticos.

Na sequência são analisados os principais resultados dos modelos estimados para mulheres e homens, separadamente. Para facilitar a comparação entre os modelos, as variáveis independentes (controle) foram analisadas isoladamente, como na Tabela 22, que mostra os resultados, de todos os modelos, referente apenas à variável controle raça.³²

A raça mostrou-se estatisticamente significativa em todos os modelos estimados, com os brancos recebendo rendimento médio superior ao dos negros. Entre as mulheres originadas no Nordeste, houve pequena queda do diferencial; em 1991, ser da cor branca estava associado a rendimento médio 9,6% maior do que o das negras e, em 2010, o diferencial foi de 8,1%. Nos dois outros grupos houve aumento do hiato no período. As originadas em Minas Gerais, que eram brancas, ganhavam, em 1991, 10,2% a mais do que as negras da mesma origem, e, em 2010, 14,9%. Entre as naturais, o hiato foi de, respectivamente, 14,8% e 17,8%.

Comparando-se os sexos, destaca-se que o diferencial de raça, considerando o mesmo período e origem, era maior entre os homens, no caso dos originados em Minas Gerais e dos naturais de São Paulo, enquanto para os originados no Nordeste foi entre as mulheres que houve o maior hiato no primeiro e no último ano.

O grupo dos imigrantes com origem nordestina foi o que teve a maior representação de negros, em todos os períodos, mas também apresentou o menor rendimento médio. Com isso, o menor diferencial por raça é um resultado positivo, mas deve ser entendido, em parte, por conta do próprio rendimento inferior de todo o grupo, em comparação com os imigrantes de origem mineira e dos naturais.

Tabela 22 – Resultados parciais dos modelos de regressão linear dos rendimentos – coeficientes da variável raça (valor 1 para brancos e 0 para negros) – 1991, 2000 e 2010

Modelos		1991	2000	2010
Mulheres	1 – Imigrantes com origem no Nordeste	0,096***	0,062***	0,081***
	2 – Imigrantes com origem em Minas Gerais	0,102***	0,084***	0,149***
	3 – Naturais do município de residência em São Paulo	0,148***	0,161***	0,178***
Homens	1 – Imigrantes com origem no Nordeste	0,082***	0,086***	0,062***
	2 – Imigrantes com origem em Minas Gerais	0,152***	0,136***	0,160***
	3 – Naturais do município de residência em São Paulo	0,203***	0,228***	0,201***

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: O modelo regredido foi do logaritmo do rendimento ajustado no trabalho principal pelas variáveis raça, residência na RMS, posição no domicílio, existência de filho de até 12 anos no domicílio, horas trabalhadas, grupo de idade, posição na ocupação e nível de instrução. *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1.

³² Os resultados completos de cada modelo de regressão encontram-se no Apêndice D.

O impacto de residir na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), no rendimento do trabalho principal, reduziu-se ao longo do período, em todos os casos (Tabela 23), mantendo-se significativo estatisticamente. No último ano, as mulheres imigrantes com origem nordestina que residiam na RMSP recebiam, em média, 10,6% a mais do que as demais nordestinas. No caso das originadas em Minas Gerais o diferencial foi de 21% e, entre as naturais, de 27,4%.

Como visto, as mulheres concentravam-se mais na RMSP do que os homens, e os modelos demonstram que o ganho em residir nela é maior entre as mulheres da mesma origem, do que entre os homens, o que possivelmente está relacionado à sua maior concentração na RMSP.

Os originados no Nordeste, para ambos os sexos, foram os que apresentaram o menor hiato e eram os que estavam mais concentrados na RMSP (inclusive, em 2010, no caso dos homens, residir na RMSP resultou em rendimento médio 2,1% menor do que residir em outra região do estado).

Tabela 23 – Resultados parciais dos modelos de regressão linear dos rendimentos – coeficiente da variável residia na Região Metropolitana de São Paulo (valor 1 para quem residia e 0 para os demais) – 1991, 2000 e 2010

Modelos		1991	2000	2010
Mulheres	1 – Imigrantes com origem no Nordeste	0,253***	0,176***	0,106***
	2 – Imigrantes com origem em Minas Gerais	0,272***	0,279***	0,210***
	3 – Naturais do município de residência em São Paulo	0,465***	0,363***	0,274***
Homens	1 – Imigrantes com origem no Nordeste	0,149***	0,070***	-0,021***
	2 – Imigrantes com origem em Minas Gerais	0,198***	0,119***	0,061***
	3 – Naturais do município de residência em São Paulo	0,450***	0,317***	0,172***

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: O modelo regredido foi do logaritmo do rendimento ajustado no trabalho principal pelas variáveis raça, residência na RMSP, posição no domicílio, existência de filho de até 12 anos no domicílio, horas trabalhadas, grupo de idade, posição na ocupação e nível de instrução. *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1.

Ser responsável pelo domicílio, em comparação com ser cônjuge, como mostra a Tabela 24, está associado a maiores rendimentos médios. Mas, de modo geral, houve queda do seu impacto no período e, em 2010, ser responsável pelo domicílio estava associado a um rendimento 6,2% maior entre as mulheres originadas em Minas Gerais e, para as demais, em torno apenas de 1% (entre os homens, dos três grupos, o diferencial ficou na casa dos 6%).

A queda do diferencial associada à responsabilidade pelo domicílio, possivelmente, está relacionada com as mudanças demográficas das últimas décadas, como o aumento dos domicílios monoparentais, principalmente chefiados por mulheres, que possuem rendimento,

em média, inferior. O mesmo acontece com a queda geral do poder aquisitivo da população, reduzindo o caráter apenas complementar de renda do trabalho do cônjuge.

Tabela 24 – Resultados parciais dos modelos de regressão linear dos rendimentos – coeficientes da variável responsável pelo domicílio (valor 1 para os que eram responsáveis e 0 para os cônjuges) – 1991, 2000 e 2010

Modelos		1991	2000	2010
Mulheres	1 – Imigrantes com origem no Nordeste	0,097***	0,059***	0,016***
	2 – Imigrantes com origem em Minas Gerais	0,136***	0,101***	0,062***
	3 – Naturais do município de residência em São Paulo	0,032***	0,063***	0,011***
Homens	1 – Imigrantes com origem no Nordeste	0,055***	0,063***	0,061***
	2 – Imigrantes com origem em Minas Gerais	0,138***	0,101***	0,065***
	3 – Naturais do município de residência em São Paulo	0,124***	0,096***	0,067***

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: O modelo regredido foi do logaritmo do rendimento ajustado no trabalho principal pelas variáveis raça, residência na RMSF, posição no domicílio, existência de filho de até 12 anos no domicílio, horas trabalhadas, grupo de idade, posição na ocupação e nível de instrução. *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,1$.

Para as mulheres, nos três casos, ter pelo menos um filho, de até 12 anos de idade, residindo no domicílio resultou em rendimento médio um pouco inferior, comparadamente com aquelas que não tinham (Tabela 25). As imigrantes originadas em Minas Gerais foram mais impactadas por essa condição nos três períodos, enquanto as naturais sofreram o menor efeito nos dois últimos anos.

Analisando o mesmo grupo, ao longo do período, nota-se aumento do impacto negativo dessa variável sobre o rendimento do trabalho principal, chegando, em 2010, a resultar em rendimento 5,6% menor entre as naturais, 6,8% entre as originadas no Nordeste e 8,6% entre as de origem mineira. Os resultados para os homens foram mais irregulares, enquanto entre os originados no Nordeste verificou-se, também, um efeito negativo, nos demais casos o efeito foi positivo (exceto em 1991 para os de origem mineira).

Tabela 25 – Resultados parciais dos modelos de regressão linear dos rendimentos – coeficientes da variável tinha filho de até 12 anos no domicílio (valor 1 para os que tinham e 0 para os demais) – 1991, 2000 e 2010

Modelos		1991	2000	2010
Mulheres	1 – Imigrantes com origem no Nordeste	-0,017***	-0,064***	-0,068***
	2 – Imigrantes com origem em Minas Gerais	-0,040***	-0,058***	-0,086***
	3 – Naturais do município de residência em São Paulo	-0,034***	-0,045***	-0,056***
Homens	1 – Imigrantes com origem no Nordeste	-0,005*	-0,027***	-0,008***
	2 – Imigrantes com origem em Minas Gerais	-0,011**	0,011**	0,020***
	3 – Naturais do município de residência em São Paulo	0,025***	0,074***	0,050***

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: O modelo regredido foi do logaritmo do rendimento ajustado no trabalho principal pelas variáveis raça, residência na RMS, posição no domicílio, existência de filho de até 12 anos no domicílio, horas trabalhadas, grupo de idade, posição na ocupação e nível de instrução. *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1.

As horas trabalhadas apresentaram relação positiva com o rendimento, ou seja, quanto mais horas trabalhadas por mês, maior era o rendimento médio auferido no trabalho principal. Mas como seu impacto foi muito pequeno, eles não são apresentados nos resultados, mas seus valores podem ser conferidos no Apêndice D.

Com relação à idade (analisada por meio dos grupos de 20 a 24, 25 a 34, 35 a 44, 45 a 54 e 55 a 64 anos), destaca-se uma transição, ao longo do período, para os imigrantes, de ambas as origens e sexos. No ano de 1991, aqueles que se encontravam nas faixas de 45 a 54 anos e de 55 a 64 anos recebiam, em média, rendimentos inferiores ao grupo de 20 a 24 anos. No ano de 2000, isso acontece apenas para aqueles na faixa dos 55 aos 64 anos e, em 2010, todas as faixas etárias recebiam um rendimento superior aos que tinham entre 20 e 24 anos. Para os naturais isso ocorria desde o primeiro ano (resultados expostos no Apêndice D).

As duas próximas tabelas trazem os resultados de posições na ocupação consideradas mais relevantes para análise. O grupo de comparação, em todos os casos, são os empregados com carteira de trabalho assinada (exceto empregados domésticos). Os outros grupos eram empregados domésticos sem carteira, empregados domésticos com carteira, e os demais, empregados sem carteira, conta própria e empregadores.

Em todos os anos, para ambos os sexos, aqueles nas posições de empregados domésticos, com e sem carteira, e os demais empregados sem carteira, recebiam, em média, rendimentos inferiores aos empregados com carteira assinada. Os empregadores, por outro lado, apresentaram rendimento médio superior ao dos empregados com carteira. Já os que trabalhavam por conta própria tiveram resultados diferentes entre os sexos; as mulheres nessa

posição recebiam, em média, rendimento inferior ao das empregadas com carteira, enquanto entre os homens o rendimento médio era superior.

A Tabela 26 mostra os coeficientes associados às mulheres que eram empregadas domésticas sem carteira, quando comparadas com as demais empregadas com carteira de trabalho assinada (os coeficientes dos modelos dos homens não foram incluídos, pois são poucos os que ocupavam essa posição, mas encontram-se no Apêndice D). As empregadas domésticas sem carteira (situação da maioria das empregadas domésticas) recebiam rendimento médio inferior ao das demais empregadas com carteira assinada, e o hiato entre os dois grupos aumentou ao longo do período.

As naturais do município de residência no estado de São Paulo apresentaram o maior impacto, recebiam, em média, 57,6% a menos do que as naturais que eram empregadas em outras ocupações com carteira de trabalho assinada. As imigrantes originadas no Nordeste, grupo que teve maior peso relativo de mulheres trabalhando como empregadas domésticas, em 2010, apresentaram o menor hiato, -39,1%, enquanto o hiato entre as originadas em Minas Gerais foi de -46%.

Tabela 26 – Resultados parciais dos modelos de regressão linear dos rendimentos – coeficientes da variável referente à posição na ocupação (comparação das empregadas domésticas sem carteira de trabalho assinada com as demais empregadas com carteira de trabalho assinada) – 1991, 2000 e 2010

Modelos		1991	2000	2010
Mulheres	1 – Imigrantes com origem no Nordeste	-0,278***	-0,294***	-0,391***
	2 – Imigrantes com origem em Minas Gerais	-0,363***	-0,391***	-0,460***
	3 – Naturais do município de residência em São Paulo	-0,503***	-0,548***	-0,576***

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: O modelo regredido foi do logaritmo do rendimento ajustado no trabalho principal pelas variáveis raça, residência na RMSP, posição no domicílio, existência de filho de até 12 anos no domicílio, horas trabalhadas, grupo de idade, posição na ocupação e nível de instrução. *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1.

Os empregados, exceto os domésticos, que não possuíam carteira de trabalho assinada, recebiam rendimento médio inferior aos que tinham a carteira assinada, como pode ser verificado na Tabela 27, com o diferencial aumentando ao longo do período considerado em todos os casos.

Destaca-se que o hiato foi maior entre as mulheres do que entre os homens, quando comparado à mesma origem e período. Em 2010, as empregadas sem carteira recebiam, em média, 24,4% a menos do que recebiam aquelas com carteira; considerando as originadas no Nordeste, entre os homens da mesma origem o hiato foi de 13%. Em relação aos originados

em Minas Gerais o diferencial foi de 27,8% entre as mulheres e 19,2% entre os homens. Para os naturais do município de residência no estado de São Paulo os valores foram, respectivamente, 29% e 21,8%.

Tabela 27 – Resultados parciais dos modelos de regressão linear dos rendimentos – coeficientes da variável referente a posição na ocupação (comparação dos empregados sem carteira de trabalho assinada com os empregados com carteira de trabalho assinada) – 1991, 2000 e 2010

Modelos		1991	2000	2010
Mulheres	1 – Imigrantes com origem no Nordeste	-0,174***	-0,218***	-0,244***
	2 – Imigrantes com origem em Minas Gerais	-0,167***	-0,201***	-0,278***
	3 – Naturais do município de residência em São Paulo	-0,127***	-0,191***	-0,290***
Homens	1 – Imigrantes com origem no Nordeste	-0,074***	-0,098***	-0,130***
	2 – Imigrantes com origem em Minas Gerais	-0,237***	-0,187***	-0,192***
	3 – Naturais do município de residência em São Paulo	-0,248***	-0,210***	-0,218***

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: O modelo regredido foi do logaritmo do rendimento ajustado no trabalho principal pelas variáveis raça, residência na RMSP, posição no domicílio, existência de filho de até 12 anos no domicílio, horas trabalhadas, grupo de idade, posição na ocupação e nível de instrução. *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1.

O nível de instrução dos trabalhadores é outra variável que afeta o rendimento auferido no trabalho principal. Os resultados mostram que, em todos os casos, quanto maior era o nível de instrução maior era o rendimento médio. Para ilustrar, a Tabela 28 mostra os coeficientes associados àqueles com nível superior de instrução, quando comparados com os sem instrução ou fundamental incompleto. Verifica-se que os mais instruídos tinham rendimento médio que era mais do que o dobro do grupo menos instruído, em todos os casos e nos três anos.

Destaca-se que os maiores hiatos relacionados ao nível de instrução foram os do ano 2000, após houve queda e, em 2010, observaram-se os menores valores. Em 2010, o menor diferencial foi entre as originadas no Nordeste, seguido de perto pelo das naturais e, o maior hiato foi o das originadas em Minas Gerais, indicando maior valorização, no mercado de trabalho, da instrução desse grupo.

Comparando os resultados das mulheres com os dos homens, da mesma origem e ano, verifica-se que o diferencial entre os homens é maior, ou seja, a retribuição à qualificação é mais elevada para eles. A diferença entre os sexos comprova que a menor retribuição à qualificação é uma das fontes de desigualdade de rendimento entre os sexos, inclusive entre os imigrantes (o que pode ser resultado tanto de segregação ocupacional como de discriminação).

Tabela 28 – Resultados parciais dos modelos de regressão linear dos rendimentos – coeficientes da variável referente ao nível de instrução (comparação dos que tinham superior completo com os sem instrução ou com fundamental incompleto) – 1991, 2000 e 2010

Modelos		1991	2000	2010
Mulheres	1 – Imigrantes com origem no Nordeste	1,378***	1,475***	1,057***
	2 – Imigrantes com origem em Minas Gerais	1,438***	1,430***	1,196***
	3 – Naturais do município de residência em São Paulo	1,353***	1,384***	1,082***
Homens	1 – Imigrantes com origem no Nordeste	1,439***	1,719***	1,531***
	2 – Imigrantes com origem em Minas Gerais	1,599***	1,740***	1,361***
	3 – Naturais do município de residência em São Paulo	1,441***	1,447***	1,212***

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: O modelo regredido foi do logaritmo do rendimento ajustado no trabalho principal pelas variáveis raça, residência na RMSP, posição no domicílio, existência de filho de até 12 anos no domicílio, horas trabalhadas, grupo de idade, posição na ocupação e nível de instrução. *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,1$.

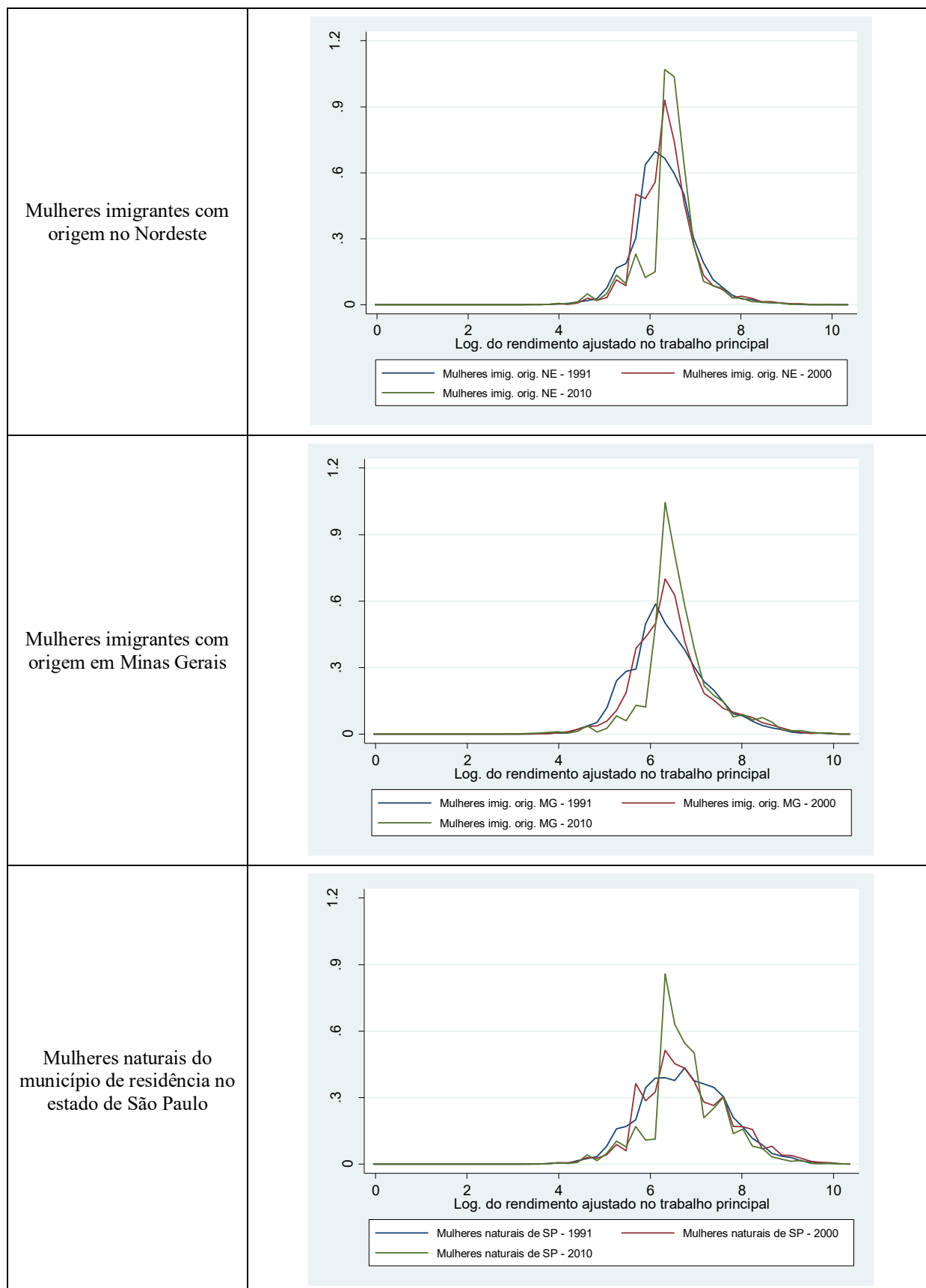
Além das regressões lineares, foram estimadas as regressões quantílicas para verificar se as relações das variáveis independentes com o rendimento auferido no trabalho principal alteram-se ao longo da distribuição do rendimento. Os determinantes dos rendimentos foram avaliados nos percentis 10, 50 e 90. As variáveis utilizadas são as mesmas das regressões lineares, com modelos estimados separadamente para os imigrantes com origem no Nordeste e Minas Gerais e para os naturais nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Antes dos resultados das regressões quantílicas, apresenta-se a distribuição do rendimento dos imigrantes e dos naturais nos três anos. A Figura 13 mostra a distribuição do rendimento das mulheres, por meio da densidade de Kernel³³. A linha azul refere-se ao ano de 1991, a vermelha a 2000, e a verde a 2010. Observa-se tendência semelhante nos três grupos de maior concentração do rendimento (as curvas vão ficando menos achatadas ao longo do período).

A distribuição do rendimento das mulheres imigrantes originadas no Nordeste foi semelhante à das originadas em Minas Gerais. Já as mulheres naturais tiveram rendimento consideravelmente mais distribuído e as curvas um pouco mais próximas da esquerda do gráfico, indicando rendimento mais elevado em comparação com as imigrantes.

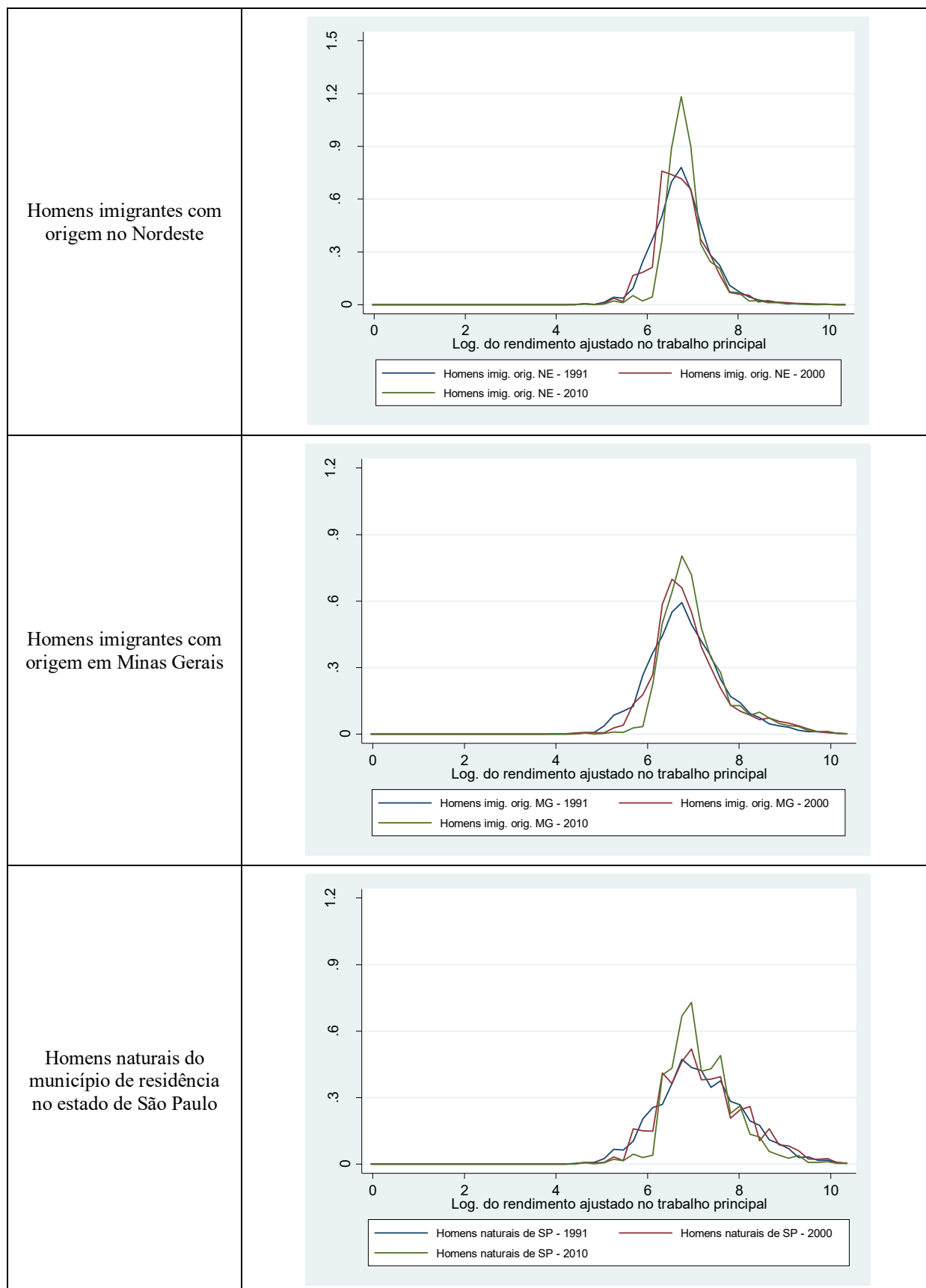
³³ Os estimadores de densidade de Kernel aproximam a densidade da função de uma variável a partir de suas observações mais próximas (foi utilizada a função Epanechnikov). Para mais informações, ver Greene (2012).

Figura 13 – Densidade de Kernel do logaritmo do rendimento ajustado no trabalho principal das mulheres, por origem – 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Figura 14 – Densidade de Kernel do logaritmo do rendimento ajustado no trabalho principal dos homens, por origem – 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Entre os homens, de todas as origens, verificou-se, também, concentração da distribuição do rendimento ao longo do período. Diferentemente das mulheres, a distribuição do rendimento dos homens imigrantes não foi semelhante; os originados no Nordeste tiveram rendimento mais concentrado, principalmente em 2010. Os homens naturais, assim como as mulheres naturais, tiveram o rendimento mais distribuído e as curvas mais próximas da esquerda do gráfico.

Comparando a distribuição do rendimento das mulheres com o dos homens (Figura 14), destaca-se que as curvas de distribuição do rendimento dos homens, considerando a mesma origem, estão mais próximas da esquerda dos gráficos, o que confirma que o rendimento dos homens é maior, pois eles estão mais concentrados em rendimentos maiores.

A Tabela 29 mostra os resultados dos modelos em que o sexo era uma das variáveis independentes.³⁴ Como esperado, ser do sexo feminino afeta negativamente o rendimento e, quanto maior o percentil de renda, maior era o hiato entre os sexos, indicando a existência de uma barreira para as mulheres acessarem trabalhos de maior remuneração, fenômeno conhecido como “teto de vidro”.

Considerando 1991 e 2010, nota-se que houve queda do hiato, nos três percentis, entre os originados no Nordeste e entre os naturais. Entre os originados em Minas Gerais isso só ocorreu no percentil 50, os demais apresentaram aumento no diferencial de rendimento entre os sexos.

Os maiores diferenciais foram observados entre os naturais, no entanto, a partir de 2000, para o percentil 90, o dos originados em Minas Gerais foi o maior, com as mulheres nessa faixa de rendimento recebendo, em 2010, 45% a menos do que os homens na mesma faixa (entre os naturais o diferencial, no percentil 90, foi de 41%, e entre os imigrantes originados no Nordeste, de 42,7%).

³⁴ Os resultados completos encontram-se no Apêndice D.

Tabela 29 – Resultados parciais das regressões quantílicas dos rendimentos – coeficientes da variável sexo (valor 1 para mulheres e 0 para homens) – 1991, 2000 e 2010

Modelos	Ano	Percentil		
		10	50	90
1 – Imigrantes originados no Nordeste	1991	-0,316***	-0,383***	-0,427***
	2000	-0,236***	-0,268***	-0,346***
	2010	-0,217***	-0,305***	-0,406***
2 – Imigrantes originados em Minas Gerais	1991	-0,226***	-0,334***	-0,423***
	2000	-0,247***	-0,294***	-0,388***
	2010	-0,251***	-0,322***	-0,450***
3 – Naturais do município de residência no estado de São Paulo	1991	-0,363***	-0,410***	-0,425***
	2000	-0,281***	-0,338***	-0,348***
	2010	-0,283***	-0,351***	-0,410***

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: O modelo regredido foi do logaritmo do rendimento ajustado no trabalho principal pelas variáveis sexo, raça, residência na RMS, posição no domicílio, existência de filho de até 12 anos no domicílio, horas trabalhadas, grupo de idade, posição na ocupação e nível de instrução. *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1.

Na sequência estão os resultados de algumas das variáveis independentes (controle) das regressões quantílicas estimadas para cada sexo, separadamente, como foi feito no caso das regressões lineares. Optou-se por apresentar os resultados das variáveis com maior impacto no rendimento e que variavam conforme se deslocavam na distribuição de rendimento.

A Tabela 30 mostra os resultados dos coeficientes associados à variável raça. Em todos os modelos o impacto da raça foi significativo e maior no percentil 90, indicando que o hiato entre negros e brancos é maior quando são considerados os que recebem os maiores rendimentos, assim como na comparação entre homens e mulheres.

Comparando as origens, de modo geral, o maior diferencial entre negros e brancos foi observado no grupo dos naturais, em todo o período e para ambos os sexos, e o menor diferencial, no grupo dos originados no Nordeste. Em 2010, no percentil 90, as mulheres brancas originadas no Nordeste recebiam, em média, 9,5% a mais do que as negras com a mesma origem. Entre as originadas em Minas Gerais o diferencial foi de 15,3%, e entre as naturais chegou a 19,4% (entre os homens os hiatos foram, respectivamente, 9,1%, 18,5% e 22,2%).

Tabela 30 – Resultados parciais das regressões quantílicas dos rendimentos – coeficientes da variável raça (valor 1 para brancos e 0 para negros) – 1991, 2000 e 2010

Modelos	Ano	Mulheres			Homens		
		Percentil			Percentil		
		10	50	90	10	50	90
1 – Imigrantes originados no Nordeste	1991	0,081***	0,070***	0,070***	0,060***	0,063***	0,102***
	2000	0,047***	0,036***	0,063***	0,087***	0,054***	0,068**
	2010	0,041***	0,046***	0,095***	0,065***	0,055***	0,091***
2 – Imigrantes originados em Minas Gerais	1991	0,049	0,076***	0,160***	0,105***	0,133***	0,173***
	2000	0,105***	0,133***	0,173***	0,093***	0,099***	0,174***
	2010	0,101***	0,088***	0,152***	0,058***	0,091***	0,185***
3 – Naturais do município de residência no estado de São Paulo	1991	0,102***	0,126***	0,162***	0,152***	0,192***	0,236***
	2000	0,125***	0,130***	0,176***	0,179***	0,200***	0,256***
	2010	0,079***	0,101***	0,194***	0,099***	0,148***	0,222***

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: O modelo regredido foi do logaritmo do rendimento ajustado no trabalho principal pelas variáveis raça, residência na RMSP, posição no domicílio, existência de filho de até 12 anos no domicílio, horas trabalhadas, grupo de idade, posição na ocupação e nível de instrução. *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1.

Conforme foi visto, residir na RMSP está associado a maiores rendimentos, mas seu impacto reduziu ao longo do período. Os resultados das regressões quantílicas (Tabela 31) mostram que a queda do diferencial ocorreu ao longo de toda a distribuição e em todos os casos. Observa-se, também que, de modo geral, os hiatos entre aqueles do percentil 90 eram maiores do que entre os hiatos do percentil 10.

Para o grupo dos originados em Minas Gerais e dos naturais, os maiores diferenciais, quando comparados os sexos, foram os das mulheres. Entre os originados o Nordeste isso ocorre no ano de 1991, em todos os percentis, e no ano de 2010 nos percentis 50 e 90. As regressões quantílicas reforçaram os resultados das regressões lineares, mostrando que o diferencial de rendimento, por residir na RMSP, é menor entre os originados no Nordeste e maior entre os naturais.

Tabela 31 – Resultados parciais das regressões quantílicas dos rendimentos – coeficientes da variável residia na Região Metropolitana de São Paulo (valor 1 para quem residia e 0 para os demais) – 1991, 2000 e 2010

Modelos	Ano	Mulheres			Homens		
		Percentil			Percentil		
		10	50	90	10	50	90
1 – Imigrantes originados no Nordeste	1991	0,251***	0,245***	0,257***	0,179***	0,148***	0,155***
	2000	0,230***	0,183***	0,194***	0,261***	0,261***	0,321***
	2010	0,079***	0,087***	0,127***	0,128***	0,080***	0,088***
2 – Imigrantes originados em Minas Gerais	1991	0,280***	0,264***	0,304***	0,232***	0,196***	0,241***
	2000	0,232***	0,196***	0,241***	0,168***	0,130***	0,170***
	2010	0,107***	0,182***	0,258***	0,024	0,042***	0,074***
3 – Naturais do município de residência no estado de São Paulo	1991	0,456***	0,479***	0,528***	0,518***	0,482***	0,447***
	2000	0,343***	0,372***	0,440***	0,332***	0,340***	0,354***
	2010	0,141***	0,236***	0,391***	0,100***	0,148***	0,244***

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: O modelo regredido foi do logaritmo do rendimento ajustado no trabalho principal pelas variáveis raça, residência na RMSp, posição no domicílio, existência de filho de até 12 anos no domicílio, horas trabalhadas, grupo de idade, posição na ocupação e nível de instrução. *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1.

A Tabela 32 apresenta os resultados dos coeficientes associados a ser empregado sem carteira assinada, em comparação com empregado com carteira assinada (exceto empregados domésticos). Em todos os casos, a informalidade está associada a rendimentos menores em toda a distribuição, mas seu impacto se reduz conforme maior é o percentil de rendimento.

Por exemplo, em 2010, as mulheres empregadas sem carteira recebiam menos da metade do que as com carteira assinada, nos três grupos. No percentil 90 o diferencial de rendimento era de cerca de -12% entre as imigrantes originadas no Nordeste (o coeficiente daquelas com origem mineira não foi significativo) e de -20% entre as naturais.

No caso das mulheres, o impacto da informalidade aumentou ao longo do período, em todos os percentis analisados. Já entre os homens isso ocorreu para os originados no Nordeste nos percentis 10 e 90, e para os naturais, no percentil 10. Em 2010, os maiores diferenciais foram entre as mulheres, em comparação com os homens das mesmas origens.

Tabela 32 – Resultados parciais das regressões quantílicas dos rendimentos – coeficientes da variável posição na ocupação (comparação dos empregados sem carteira de trabalho assinada com os empregados com carteira de trabalho assinada) – 1991, 2000 e 2010

Modelos	Ano	Mulheres			Homens		
		Percentil			Percentil		
		10	50	90	10	50	90
1 – Imigrantes originados no Nordeste	1991	-0,324***	-0,199***	-0,056*	-0,155***	-0,101***	-0,005
	2000	-0,431***	-0,192***	-0,051*	-0,423***	-0,201***	-0,060
	2010	-0,595***	-0,204***	-0,118***	-0,292***	-0,074***	0,013***
2 – Imigrantes originados em Minas Gerais	1991	-0,330***	-0,209***	-0,086	-0,318***	-0,259***	-0,150***
	2000	-0,318***	-0,259***	-0,150***	-0,315***	-0,145***	-0,116***
	2010	-0,546***	-0,211***	-0,107	-0,188***	-0,191***	-0,114***
3 – Naturais do município de residência no estado de São Paulo	1991	-0,192***	-0,118***	-0,131***	-0,317***	-0,283***	-0,210***
	2000	-0,343***	-0,169***	-0,127***	-0,350***	-0,202***	-0,123***
	2010	-0,531***	-0,237***	-0,202***	-0,328***	-0,224***	-0,148***

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: O modelo regredido foi do logaritmo do rendimento ajustado no trabalho principal pelas variáveis raça, residência na RMSP, posição no domicílio, existência de filho de até 12 anos no domicílio, horas trabalhadas, grupo de idade, posição na ocupação e nível de instrução. *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1.

A Tabela 33 traz os resultados referentes a ocupar a posição de conta própria em comparação com a de empregados com carteira de trabalho assinada (exceto empregados domésticos). Nos modelos lineares, que consideram a média do rendimento, observou-se que ser contra própria, nos três grupos de mulheres, resultava em rendimentos inferiores em comparação com as empregadas com carteira. As regressões quantílicas mostram que isso é o caso até o percentil 50 do rendimento. No caso dos homens, ser contra própria estava associado a um rendimento inferior apenas entre os que estavam no percentil 10.

Considerando o percentil 10, o hiato negativo para as conta própria aumentou no período. As originadas no Nordeste que trabalhavam por conta própria recebiam, em 1991, 26% a menos do que as empregadas com carteira, e em 2010 o diferencial foi de -70%. Entre as originadas em Minas Gerais os hiatos foram de, respectivamente, -21% e -49%, e, entre as naturais, de -32% e -51%.

No percentil 90 ser contra própria produziu rendimentos superiores a ser empregado com carteira para os três grupos de mulheres, com o diferencial aumentando ao longo do período. Entre as que recebiam os rendimentos 10% superiores, as que eram contra própria, em comparação com as empregadas com carteira, recebiam, em 2010, 32% a mais no caso das originadas no Nordeste, 36% no caso daquelas com origem mineira, e, 27% no caso das naturais.

Tabela 33 Resultados parciais das regressões quantílicas dos rendimentos – coeficientes da variável posição na ocupação (comparação dos que trabalhavam por contra própria com os empregados com carteira de trabalho assinada) – 1991, 2000 e 2010

Modelos	Ano	Mulheres			Homens		
		Percentil			Percentil		
		10	50	90	10	50	90
1 – Imigrantes originados no Nordeste	1991	-0,258***	-0,049***	0,236***	-0,024	0,155***	0,304***
	2000	-0,583***	-0,120***	0,321***	-0,624***	-0,076**	0,480***
	2010	-0,700***	-0,128***	0,324***	-0,289***	0,076***	0,342***
2 – Imigrantes originados em Minas Gerais	1991	-0,208***	-0,050	0,304***	-0,009	0,131***	0,279***
	2000	-0,009	0,131***	0,279***	-0,184***	0,070***	0,312***
	2010	-0,488***	-0,013	0,361***	-0,142***	0,067***	0,292***
3 – Naturais do município de residência no estado de São Paulo	1991	-0,323***	-0,063***	0,172***	-0,146***	0,050***	0,213***
	2000	-0,474***	-0,081***	0,236***	-0,211***	0,068***	0,288***
	2010	-0,509***	-0,038***	0,267***	-0,175***	0,048***	0,260***

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: O modelo regredido foi do logaritmo do rendimento ajustado no trabalho principal pelas variáveis raça, residência na RMSP, posição no domicílio, existência de filho de até 12 anos no domicílio, horas trabalhadas, grupo de idade, posição na ocupação e nível de instrução. *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1.

A Tabela 34 mostra que o diferencial de rendimento entre os com superior completo e os sem instrução ou com até o ensino fundamental incompleto aumenta significativamente conforme maior é o percentil considerado em todos e para todos os grupos. Assim, verifica-se que a qualificação é significativa para se atingir os maiores rendimentos.

Em 2010, o menor diferencial ocorreu entre as originadas no Nordeste, com as mais instruídas recebendo cerca de 44% a mais no percentil 10 (entre as com origem mineira o diferencial foi de 62%, e entre as naturais de 66%). No lado oposto, o maior diferencial também ocorreu entre elas, mas no percentil 90; aquelas com nível superior recebiam quase o triplo das sem instrução ou com fundamental incompleto (coeficiente de 1,75. Entre as originadas em Minas Gerais o coeficiente foi de 1,48, e, entre as naturais, de 1,28).

Comprova-se que houve, de modo geral, redução do impacto da instrução ao longo do tempo, com redução do diferencial para os três grupos de mulheres e para os homens com origem mineira e para os naturais. Na maioria dos casos o hiato era maior entre os homens nos três percentis, confirmando que os homens recebem maiores remunerações pela qualificação do que as mulheres.

Tabela 34 – Resultados parciais das regressões quantílicas dos rendimentos – coeficientes da variável nível de instrução (comparação dos que tinham superior completo com os sem instrução ou com fundamental incompleto) – 1991, 2000 e 2010

Modelos	Ano	Mulheres			Homens		
		Percentil			Percentil		
		10	50	90	10	50	90
1 – Imigrantes originados no Nordeste	1991	0,856***	1,508***	1,844***	0,691***	1,533***	1,929***
	2000	0,952***	1,487***	1,908***	1,130***	1,520***	1,672***
	2010	0,443***	0,919***	1,757***	1,139***	1,840***	2,196***
2 – Imigrantes originados em Minas Gerais	1991	1,349***	1,482***	1,680***	1,374***	1,691***	1,801***
	2000	1,374***	1,691***	1,801***	1,434***	1,794***	2,002***
	2010	0,624***	1,092***	1,481***	0,914***	1,385***	1,736***
3 – Naturais do município de residência no estado de São Paulo	1991	1,279***	1,386***	1,421***	1,369***	1,448***	1,539***
	2000	1,233***	1,415***	1,488***	1,307***	1,500***	1,568***
	2010	0,664***	1,023***	1,283***	0,805***	1,186***	1,449***

Fonte: Elaborada a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: O modelo regredido foi do logaritmo do rendimento ajustado no trabalho principal pelas variáveis raça, residência na RMS, posição no domicílio, existência de filho de até 12 anos no domicílio, horas trabalhadas, grupo de idade, posição na ocupação e nível de instrução. *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1.

Na sequência, são apresentadas as considerações finais sobre a feminização da migração, entre as décadas de 1990 e 2000, dos fluxos de migrantes originados no Nordeste e em Minas Gerais que se direcionaram para o estado de São Paulo. Também são abordadas algumas ideias de agenda futura de pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração das mulheres é um fenômeno que tem recebido atenção dos estudiosos nas últimas décadas. O aumento do ativismo feminino, o crescimento dos estudos de gênero, a ampliação da atuação das mulheres no mercado de trabalho e a intensificação da migração internacional feminina foram os motivos principais da maior atenção dada ao tema. Entretanto, não houve o mesmo interesse sobre a migração feminina nos movimentos internos, possivelmente por serem fluxos, geralmente, equilibrados entre os sexos. Assim, esta tese teve como objetivo preencher parte dessa lacuna.

O termo “feminização da migração” se consolidou como indicativo do aumento da participação das mulheres na migração e das mudanças no perfil das migrantes, como o fortalecimento de sua agência na decisão de migrar, redução da migração associada à família e crescimento da migração vinculada ao mercado de trabalho (MARINUCCI, 2007). Assim, ele é utilizado para indicar a análise feita sobre a migração interna feminina no Brasil realizada no presente estudo, que partiu da quantificação da participação das mulheres nos fluxos migratórios, passou pela estimação do tipo de migração feita e culminou na análise das características das mulheres migrantes que participavam do mercado de trabalho.

Esta tese investigou, especificamente, dois fluxos migratórios de mulheres: 1) a das migrantes da região Nordeste para o estado de São Paulo, e; 2) a das migrantes do estado de Minas Gerais para o estado de São Paulo, nas décadas de 1980 a 2000. Esses fluxos foram os escolhidos por serem fortemente relacionados ao desenvolvimento econômico e ao mercado de trabalho brasileiro. Eles permitiram verificar alterações decorrentes das mudanças econômicas e social de maneira mais segura, pois são trajetórias migratórias consolidadas, que possuem tanto um componente de flexibilidade, que reage a tais mudanças, quanto um componente inercial, decorrente da cultura migratória, que traz maior estabilidade à análise temporal (BRITO, 2000).

Antes de iniciar a análise dos fluxos migratórios escolhidos, verificou-se a falta de uma literatura que indicasse como a migração das mulheres foi tratada pelos diferentes enfoques do fenômeno migração. Com isso, um dos objetivos da tese foi estabelecido: revisar as principais abordagens teóricas da migração com foco no tratamento dado a migração feminina. O levantamento bibliográfico passou pelos autores clássicos da migração, pelas abordagens de equilíbrio, histórico-estruturalistas, transicionais e pelas pluralistas.

Os autores clássicos revisitados foram Ravenstein e Lee. Ravenstein ficou conhecido por suas “leis da migração”, que foram estabelecidas com base na análise de regularidades encontradas nos dados sobre migração provenientes, principalmente, dos censos do Reino Unido de 1871 e 1881. Numa de suas “leis” Ravenstein trabalha a seletividade migratória por sexo. O autor observou que as mulheres realizavam mais migração interna do que os homens e eram maioria entre aqueles que faziam movimentos de curta distância. O autor atribuiu tal diferença a questões não apenas relacionadas ao casamento e formação familiar, mas destacou a procura por trabalho como motivador importante.

Já Lee, em 1966, desenvolveu sua teoria da migração com base nos achados de Ravenstein, realizando grande contribuição para o estudo da migração. No entanto, com relação à migração feminina, demonstrou-se menos atento, destacando, na maioria das vezes, apenas a migração das mulheres como associada à dos homens, o que possivelmente impactou na visão de pesquisadores que se inspiraram no seu trabalho.

Nas abordagens de equilíbrio, pautadas no pressuposto de um sistema social interligado, que sempre tende para o equilíbrio entre oferta e demanda de trabalho, a migração seria uma das formas de estabelecer igualdade entre pessoas e regiões (CASTLES; MILLER, 1998). Uma das maiores contribuições dessa abordagem foi tratar a migração como um investimento em capital humano (BECKER, 1962; SJAASTAD, 1962; MINCER, 1974). No entanto, os adeptos dessa abordagem se depararam com a questão de que indivíduos que possuíam os mesmos investimentos em capital humano tinham retornos diferentes, sendo o sexo uma das variáveis que causava essa disparidade.

Becker (1985) justificou o menor rendimento médio das mulheres por elas serem encarregadas socialmente de realizar os serviços domésticos e de cuidado, o que as tornaria menos produtivas, pois teriam menos horas de descanso, menor interesse em realizar investimentos em capital humano que seriam aproveitados apenas no trabalho produtivo, menor disponibilidade para trabalhar muitas horas e de fazer viagens. Essas considerações revelam o pensamento vigente de que o diferencial de retribuição resulta de a função principal da mulher ser o trabalho reprodutivo e a do homem o trabalho produtivo, desconsiderando a discriminação sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho.

No entanto, se a proposta de Becker fosse suficiente para explicar os retornos diferentes por sexo, para o mesmo investimento em capital humano, o número de mulheres migrantes dificilmente seria maior do que o de homens, como observado na prática. Tais questões foram

tratadas por Thadani e Todaro (1979, 1984), autores que fizeram a maior contribuição acerca da migração das mulheres, dentro das abordagens de equilíbrio.

Thadani e Todaro desenvolveram um modelo para explicar a migração das mulheres nos países em desenvolvimento. Os autores justificaram a análise sobre as mulheres à parte porque suas formas de ascensão socioeconômica são diferentes das dos homens. As formas de ascensão socioeconômicas disponíveis para as mulheres não seriam apenas relacionadas ao mercado de trabalho, mas também ao casamento, o que resultaria em mais motivos para realizar a migração. Outra causa da maior migração feminina seria a menor valorização conferida às mulheres no trabalho produtivo, fazendo com que mesmo trabalhos que remuneram pouco fossem atraentes para as mulheres e resultassem em migração. Por fim, outro avanço importante foi destacar que a migração das mulheres pode ser restringida por discriminação de gênero, o que acabou demonstrando que a consideração apenas das questões econômicas não é suficiente para a compreensão da migração das mulheres.

Passou-se, então, para as abordagens histórico-estruturalistas, que possuem uma visão mais pessimista sobre a migração, a qual favoreceria as desigualdades regionais e ampliaria os problemas sociais da origem, por concentrar capital, poder, recursos e pessoas talentosas em regiões centrais, extraindo-os das regiões periféricas (WOOD, 1982; HUGO, 1993; DE HAAS, 2010). Novamente, deparam-se com poucas considerações a respeito da migração das mulheres, apesar do paralelo que poderia ter sido estabelecido, como destacado por Hugo (1993), entre centro *versus* periferia e homens *versus* mulheres.

O destaque vai para Lim (1993), que tratou alguns determinantes estruturais da migração feminina, essenciais para explicar a seletividade migratória por sexo, pois refletem às desigualdades de gênero, na origem e no destino, que afetam a migração feminina. De modo geral verifica-se que, quanto mais patriarcal a sociedade, maiores são os limites impostos sobre as mulheres, inclusive sobre seu deslocamento. Verificou-se que essas restrições além de limitar o deslocamento feminino, também aumentam o desejo das mulheres de fugirem da situação de subordinação aos homens.

Já nas abordagens transicionais, que determinam regularidades na mobilidade associadas à transição demográfica, haveria, com relação à mobilidade, a passagem de uma situação de grande limitação física e social dos indivíduos para outra de alta mobilidade (SKELDON, 2012). Zelinsky (1971), um dos autores mais reconhecidos, destacou que o aumento da mobilidade individual estaria associado à redução das barreiras socioeconômicas e

comportamentais, incluindo a redução da desigualdade de gênero, classe e raça. Assim, nota-se a conscientização da interferência das desigualdades de gênero na capacidade de migração das mulheres, mas não foram encontradas maiores considerações sobre o assunto.

Apenas com a evolução dos estudos migratórios, dos dados disponíveis e do próprio desenvolvimento da sociedade, que diversificou as motivações que levam os indivíduos a migrarem, ficou claro que uma abordagem única não é capaz de abranger o fenômeno da migração. Assim, surgiram estudos, considerados pluralistas, que não partem de uma abordagem específica, mas utilizam elementos múltiplos para explicar movimentos específicos.

Com a ampliação dessas abordagens, nos anos 2000, houve o crescimento dos estudos direcionados ao entendimento da migração das mulheres e grandes avanços ocorreram. Hondagneu-Sotelo (2000), a partir da análise da evolução da relação entre feminismo e migração, nos Estados Unidos, definiu três fases pelas quais as pesquisas migratórias passaram e, com base nessa divisão, foram classificados e descritos, na presente tese, os estudos que dizem respeito ao Brasil.

A primeira fase foi de conscientização da exclusão das mulheres dos estudos sobre migração e da existência do viés androcêntrico na ideia de que toda a migração feminina era associada à família, cabendo aos homens a decisão de migrar. Os estudos, então, passaram a considerar as mulheres migrantes, geralmente realizando comparações de sua situação no mercado de trabalho em comparação com a dos homens (HONDAGNEU-SOTELO, 2000). No Brasil, destacaram-se os trabalhos de Batista e Cacciamali (2009), Gama e Machado (2014) e Gama e Hermeto (2017), que abordaram o diferencial de rendimento dos migrantes entre os sexos.

A segunda fase foi de interação entre raça, classe e relações de gênero. Considerou-se a atuação do sistema de gênero nos padrões migratórios e a própria influência das migrações na reconfiguração das desigualdades dos sistemas de gênero. As relações de poder dentro das famílias e das instituições e sua capacidade de incentivar ou impedir a migração dos indivíduos também passaram a ser examinadas (HONDAGNEU-SOTELO, 2000). Referente ao Brasil, destaca-se o estudo de Piscitelli (2008), que abordou a interseccionalidade das múltiplas diferenças e desigualdades de gênero, sexualidade, raça e nacionalidade, com as quais as brasileiras se deparam quando migraram para outro país. Sobre a migração interna, há a tese de Angelin (2012), que analisou as trajetórias de vida e os papéis socialmente atribuídos e desempenhados pelas mulheres migrantes em todo o processo migratório.

Por fim, tem-se a fase do gênero como elemento constitutivo da migração. O gênero é incorporado à compreensão das estruturas políticas e econômicas, como na consideração da incorporação de mão de obra, nas questões étnicas, na cidadania e na sexualidade (HONDAGNEU-SOTELO, 2000). O livro *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*, organizado por Piscitelli, Assis e Olivar, em 2011, é um exemplo de estudo que se enquadra nessa fase.

A literatura demonstrou que, por muito tempo, a migração feminina foi considerada apenas como uma resposta à ação tomada pelo homem, feita de forma passiva, realizada apenas para acompanhar a família (SANDELL, 1977; BOYD; GRIECO, 2003; HONDAGNEU-SOTELO, 2000; ASSIS, 2007; MARINUCCI, 2007, entre outros). Na década de 1970, houve aumento das análises do domicílio como unidade de tomada de decisão (BURCH, 1979) e, na migração, o foco no indivíduo como tomador de decisão também foi repensado, principalmente pelo fato de os resultados indicarem que a decisão de migrar era feita, em muitos casos, após uma avaliação de toda a família. Assim, tornou-se fundamental também uma análise, à parte, da evolução dos estudos que consideravam a migração das mulheres dentro do contexto familiar.

Inicialmente a família era assumida como uma unidade única, com uma função de preferências comum a todos, com seus membros detendo igualdade de poder nas escolhas, mas a partir dos anos 1980 ficou evidente que as desigualdades de gênero dentro da família afetavam as oportunidades de seus membros (BRUEGEL, 2002; ONU MULHERES, 2019).

A teoria do capital humano foi uma das primeiras a considerar a família na análise da decisão de migrar. Mincer (1978) realizou um dos trabalhos mais conhecidos, cuja contribuição principal foi a troca do foco no ganho individual para a maximização do rendimento familiar. O autor demonstrou que a decisão de migrar pode resultar em incremento do rendimento familiar, mesmo prejudicando o rendimento de algum membro isoladamente. Verificou-se que, na maioria dos casos, a esposa seria o indivíduo prejudicado, isso porque ela estaria encarregada dos trabalhos domésticos e de cuidados que não são remunerados e, mesmo quando atuando no mercado de trabalho, o rendimento auferido, geralmente, era inferior ao do esposo.

De modo geral, os estudos considerados sobre a migração familiar demonstraram que as mulheres têm maiores probabilidades de terem seus rendimentos afetados negativamente com a migração familiar. Esse impacto depende da pretensão de ter filhos, da presença de filhos

pequenos na família e do nível educacional, indicando que as questões de gênero exercem peso significativo na decisão de migrar das famílias.

Nesta abordagem sobre migração familiar, verificou-se que, em muitos casos, uma migração individual ocorre após uma decisão em família, com os custos e retornos compartilhados entre seus membros. Os custos de oportunidade da migração demonstraram-se dependentes da conexão do indivíduo com o mercado de trabalho e com a produção e reprodução do agregado familiar, o que, por sua vez, é delineado pelo gênero, que surge como uma fonte de heterogeneidade entre os membros do domicílio e da alocação de recursos entre eles (PFEIFFER *et al.*, 2007).

Os estudos mostraram que os valores culturais, as expectativas, as instituições sociais, os fatores históricos e estruturais e as relações de gênero moldam a possibilidade de os indivíduos migrarem. Quanto maior a desigualdade de gênero, menor o peso da opinião das mulheres na decisão de migrar e maior o número daquelas que são tanto impedidas quanto pressionadas a migrar (DE HAAS; FOKKEMA, 2010). As abordagens do ciclo de vida familiar mostraram que a estrutura e o status de cada membro dentro da família afetam a decisão de migrar e que algumas fases da vida estimulam mais a migração, como a de estudos, iniciação no mercado de trabalho e de casamento (HARBISON, 1981).

Com relação à migração interna no Brasil, poucos foram os estudos que abordam a unidade domiciliar ou familiar, sendo a falta de dados disponíveis um empecilho. Os estudos encontrados abordaram a migração familiar por meio dos dados disponíveis nos censos demográficos, da composição domiciliar dos migrantes no destino. Como exemplo dessa abordagem tem-se os trabalhos de Campos (2012; 2018). Um dos resultados encontrados pelo autor, ao analisar o fluxo de São Paulo para Minas Gerais, nas décadas de 1980 a 2000, foi o de que a estrutura domiciliar da migração diferenciou-se por sexo do migrante; as mulheres tiveram maior concentração entre os que migraram sós ou com todo o domicílio, e os homens foram maioria entre os que migraram apenas com os cônjuges.

Dantas (2017) analisou a migração para e nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador, nas décadas de 1990 e 2000, utilizando dados censitários. O autor também inferiu os arranjos domiciliares existentes no momento da migração com base na composição dos domicílios dos migrantes no destino. Com relação ao sexo, o autor identificou predominância das mulheres migrantes em domicílios com menor renda e na posição de cônjuge, enquanto os

homens eram mais associados ao trabalho, à posição de responsável do domicílio e a maiores níveis de renda.

Após realizar a revisão da literatura relacionada à migração das mulheres seguiu-se para considerações sobre a divisão sexual do trabalho, que estipula uma divisão entre o trabalho reprodutivo e produtivo, com as mulheres encarregadas do primeiro, dos cuidados da família e do domicílio e, os homens, do segundo, de proverem o sustento econômico das famílias. Essa construção social dos papéis que devem ser exercidos pelos indivíduos com base no sexo causou grandes adversidades para as mulheres, principalmente quando elas passaram a atuar mais intensamente no mercado de trabalho, refletindo-se em preconceito, desvalorização de suas atividades, segregação ocupacional e discriminação salarial (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982; OKIN, 2008, entre outros).

Assim, tornou-se indispensável uma breve descrição das principais questões envolvidas no trabalho reprodutivo e produtivo das mulheres e das mudanças ocorridas no período de análise. A compreensão da inserção e situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro foi necessária para o entendimento da própria migração feminina, dada a importância do fator econômico na decisão de migrar. Mostrou-se um panorama geral sobre a divisão sexual do trabalho no Brasil, focando no trabalho produtivo e reprodutivo, no aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, nas conquistas realizadas com relação à escolaridade e na permanência de desigualdades, apesar de alguns avanços, com relação à segregação ocupacional, ao trabalho precário e ao hiato de rendimento entre os sexos.

Feitas as considerações sobre os temas mais relevantes, incluindo uma revisão sobre os fluxos migratórios escolhidos e as características das regiões de origem e destino, que impactam no perfil das migrantes, partiu-se para a análise dos dados censitários. Iniciou-se pela participação das mulheres nos fluxos migratórios, do Nordeste para São Paulo e de Minas Gerais para São Paulo nas décadas de 1980 a 2000.

A distribuição dos imigrantes por sexo ficou muito próxima do equilíbrio no período considerado, tendo as mulheres como a maioria entre os originados em Minas Gerais, desde o início, e apresentando leve aumento de sua participação no período, saindo de 50,6%, em 1991, para 51,4%, em 2010. Já entre os imigrantes originados no Nordeste, não se verificou uma tendência no período considerado; em 1991, as mulheres eram 49,8% do total, em 2000 chegaram a 51,6%, mas em 2010 caíram para 48,8%.

Ao comparar a distribuição de mulheres e homens com relação à idade ao migrar, notou-se aproximação, ao longo do período, entre as distribuições etárias das mulheres e homens imigrantes. O deslocamento do pico da migração, dos 15 aos 19 anos para os 20 aos 24 anos, ocorreu para ambos os fluxos e sexos, indicando sua relação com o ciclo de vida e o adiamento de alguns eventos como entrada no mercado de trabalho e casamento. Alguns efeitos da transição demográfica também podem ser vistos, como redução do peso relativo das crianças, que pode ser associado à queda da fecundidade e aumento do peso relativo dos mais velhos, relacionado ao envelhecimento populacional.

As razões de sexo confirmaram que as mulheres imigrantes estavam mais dispersas ao longo do ciclo de vida, indicando que a migração das mulheres é, verdadeiramente, diferente da migração dos homens, relacionando-se mais com outros fatores para além do econômico. A maior migração feminina nas faixas etárias mais velhas reflete a menor mortalidade feminina ao longo do ciclo de vida, mas também pode ocorrer por sua maior propensão a migrar, em parte associada ao encargo das mulheres do trabalho de cuidado, sugerindo uma migração em busca de cuidado e, também, para exercer o trabalho de cuidadora.

Os dados sobre a distribuição etária das migrantes no momento da migração indicaram tanto as características de uma migração relacionada ao trabalho, com concentração significativa de imigrantes nas faixas etárias jovens adultas, quanto de uma migração familiar, com peso significativo das crianças. A categorização dos imigrantes recentes, entre imigrante individual e conjunto, contribuiu para um maior entendimento dessa questão.

Os resultados mostraram que a maioria dos deslocamentos das imigrantes recentes ocorreram de forma conjunta, e não individual. Entre as originadas no Nordeste houve pequena redução do peso relativo da migração individual; em 1991, 28,1% fizeram migração individual e, em 2010, 20,4%. Já entre as originadas em Minas Gerais houve o movimento contrário; em 1991, 26% fizeram migração individual e, em 2010, 28,2%.

Assim, a hipótese de que haveria aumento da migração feminina realizada de forma individual, indicando ampliação da independência das mulheres em seu deslocamento, apenas se confirmou no caso das migrações originadas em Minas Gerais. Porém, quando comparados os resultados com os dos homens imigrantes da mesma origem, verificou-se que a distribuição do tipo de migração era muito próxima à das mulheres e quase se igualou no último ano, não corroborando os resultados apontados pela literatura, segundo os quais as mulheres realizariam migração mais conjunta, associada à família, do que os homens.

Quanto aos resultados por faixa etária, destacaram-se as alterações ao longo do período. De modo geral, houve aumento da migração conjunta nas idades mais jovens (15 a 19 anos e 20 a 24 anos), com maior parcela realizando o movimento com outras pessoas, enquanto nas idades mais velhas (a partir da faixa dos 35 aos 44 anos) tem-se o efeito contrário, com aumento do peso relativo das pessoas que migraram sozinhas.

As fontes dessas mudanças merecem mais estudos, mas aparentam relação com as mudanças no ciclo de vida. O aumento da migração conjunta nas idades mais jovens pode estar associado com a entrada mais tardia no mercado de trabalho, decorrente, em parte, do aumento do nível de instrução da população, resultando em maior parcela dos migrantes que já estavam unidos quando migraram. Na outra ponta, a redução da migração familiar nas idades mais velhas pode ter relação com o aumento das separações e da reunificação familiar em função da necessidade de cuidado ou mesmo de auxílio na prestação de cuidados a outros membros, principalmente no caso das mulheres.

Desagregando os tipos de migração pelos arranjos domiciliares que os compõem, constatou-se que o maior peso relativo para as originadas no Nordeste foi dos domicílios em que residiam imigrantes recentes e antigos nos dois primeiros anos, e no último passou a ser dos domicílios onde residiam apenas imigrantes recentes. Entre as originadas em Minas Gerais, os domicílios de imigrantes recentes predominaram desde o primeiro ano.

Na última década considerada, houve melhorias no mercado de trabalho, com redução da taxa de desemprego e aumento da formalização, possivelmente contribuindo para que a migração pudesse ser realizada pelas famílias ao mesmo tempo, resultando num arranjo domiciliar formado apenas por imigrantes recentes. Como visto os imigrantes originados em Minas Gerais possuíam maior nível de instrução e rendimento do que os nordestinos, o que pode explicar a predominância do arranjo domiciliar de imigrantes recentes desde o início da análise.

Do outro lado, o menor peso relativo foi das imigrantes que foram morar sozinhas. As dificuldades das mulheres em obter maiores rendimentos no mercado de trabalho e as desigualdades de gênero reduzem o poder das mulheres, como indicado pela literatura, impactando na capacidade de migração individual (BRUEGEL, 2002; PFEIFFER *et al.*, 2007; DE HAAS; FOKKEMA, 2010; ONU MULHERES, 2019). Mas houve pequeno aumento das imigrantes recentes que moravam sozinhas. Em 1991, apenas 0,8% das imigrantes recentes

com origem nordestina moravam num domicílio unipessoal, passando para 2%, em 2010. Entre as originadas em Minas Gerais os valores foram 1,2% em 1991, e 3,4% em 2010.

Para compreender melhor as relações familiares/domiciliares dos imigrantes recentes, foram apuradas as relações destes com o responsável pelo domicílio em que residiam no destino. Destaca-se aqui, entre as imigrantes recentes que residiam em domicílios em que eram as únicas imigrantes, a queda expressiva das que eram empregadas domésticas ou parentes da empregada doméstica: em 1991, essa era a relação com o responsável do domicílio de mais de 37% das imigrantes recentes com origem no Nordeste, e quase 34% das originadas em Minas Gerais, caindo para, respectivamente 6,3% e 4,5%, em 2010. A redução do número de mulheres que trabalhavam como empregadas domésticas, especialmente das que residiam no domicílio, foi destacada na literatura brasileira como resultado de mudanças culturais, como o aumento da escolaridade e a resistência a exercer essa atividade, pouca valorização econômica e social (GUERRA, 2017).

Outras mudanças observadas foram o aumento dos homens na posição de cônjuge e aumento das mulheres na posição de responsáveis do domicílio, resultado tanto de melhorias nas relações de gênero, com aumento das declarações de mulheres como responsáveis, assim como do aumento dos domicílios monoparentais, que são predominantemente femininos. De toda forma, o aumento das mulheres na posição de responsável pelo domicílio é um indicativo importante de sua maior participação como agente de migração ao longo do período.

Houve concentração significativa de imigrantes recentes também com relações mais distantes com o responsável pelo domicílio, o que confirma a importância da existência de redes de apoio de parentes no destino, que auxiliam o imigrante em sua chegada fornecendo moradia. Além de os homens serem mais encontrados na posição de responsável pelo domicílio e de mulheres na posição de cônjuge, não foram verificadas discrepâncias significativas entre a distribuição das mulheres e dos homens imigrantes recentes, referente a sua relação com responsável, mostrando, novamente, que as relações familiares são igualmente importantes para as mulheres e homens migrantes.

Passou-se, então, à análise do perfil das mulheres migrantes. A literatura sobre o mercado de trabalho brasileiro mostrou que o aumento da escolaridade das mulheres, os movimentos feministas, a queda da fecundidade, a precarização dos sistemas públicos de atendimento da população, as mudanças culturais, entre outros operaram para aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 2000; BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001/02;

MARUANI; HIRATA, 2003; BELTRÃO; ALVES, 2004; BRUSCHINI, 2007; MARINUCCI, 2007; ALVES; CORRÊA, 2009).

O aumento da participação das mulheres no trabalho produtivo foi verificado entre as migrantes. As originadas no Nordeste saíram de uma taxa de atividade de 52% em 1991, para 64% em 2010. Entre as originadas em Minas Gerais os valores foram, respectivamente, 50% e 67%. Quando comparadas com as taxas de atividade das naturais, notou-se que as imigrantes eram mais atuantes no mercado de trabalho em 1991 (a taxa de atividade das naturais foi de 46%), mas houve uma aproximação e, em 2010, a diferença foi de apenas 0,5 pontos percentuais para alcançar as de origem nordestina.

O exame da contribuição do rendimento em todos os trabalhos para o rendimento domiciliar mostrou que houve aumento relativo das mulheres que contribuía com mais de 50% do rendimento ao longo do período e queda das que não possuíam rendimento. Entretanto, a diferença em relação aos homens ainda era significativa no último ano considerado, com quase o dobro de concentração deles entre os que contribuía com mais de 50% do rendimento domiciliar. Não houve diferença considerável da contribuição por condição de migração, ou mesmo por conta da origem das imigrantes, indicando que as mudanças se desenrolaram de forma semelhante para todos os grupos.

Quanto maior a participação das mulheres no rendimento domiciliar, em especial daquelas que contribuía com mais de 50%, mais se reduz a lógica da suposição de que mulheres que migram com sua família não participaram da tomada de decisão, pois mais importante é seu rendimento para o sustento dos outros membros do domicílio.

A última etapa, averiguar se houve feminização da migração, consistiu na análise das características relacionadas ao mercado de trabalho, selecionadas com base na literatura do mercado de trabalho – raça, região de residência, posição no domicílio, filhos de até 12 anos, horas trabalhadas, grupo de idade, posição na ocupação e nível de instrução. Regressões lineares e quantílicas (percentis 10, 50 e 90) foram estimadas para verificar o impacto das características das imigrantes no rendimento ajustado auferido no trabalho principal. A seguir são destacadas as variáveis mais expressivas.

Como esperado, o sexo foi significativo para explicar o rendimento auferido no trabalho principal. Entre os originados no Nordeste e os naturais confirmou-se queda do impacto do sexo no rendimento médio no período; em 1991 as mulheres de origem nordestina recebiam, em média, 37,2% a menos do que os homens e, entre os naturais, a diferença foi de 41,1%, já

em 2010 os valores caíram para, respectivamente, 32,8% e 35,4%. Entre os originados em Minas Gerais a diferença, em 2010, foi de 36%, mas em 1991 era de 34,3%. Com isso, houve redução entre os grupos dos diferenciais de rendimento relacionados ao sexo.

Analisando ao longo da distribuição foi possível identificar a existência do teto de vidro, como retratado na literatura (CAMBOTA; PONTES, 2007), termo utilizado para assinalar a existência de uma barreira maior para as mulheres acessarem trabalhos de maior rendimento. Em 2010, enquanto as mulheres na base da distribuição de rendimento recebiam entre 21% a 28% menos do que os homens, dependendo da origem, o diferencial ficou entre 40% a 45% no topo da distribuição.

Confirmado o diferencial de rendimento entre homens e mulheres, partiu-se para análise separada de cada sexo. A cor/raça foi uma das características que produziu discrepâncias entre imigrantes e naturais. Houve uma tendência geral, para ambos os sexos, de queda do peso relativo dos brancos e aumento do peso de pardos e negros, mas com permanência das diferenças entre as origens. As imigrantes com origem nordestina tiveram o menor peso relativo de brancas e, em 2010, mais da metade declarou ser da cor parda. Entre as de origem mineiras, 56% declararam ser da cor branca em 2010. Entre as naturais, a concentração de brancas foi ainda maior, com mais de 67% do total no último ano pesquisado.

O hiato entre brancos e negros foi significativo e, entre as originadas em Minas Gerais e as naturais houve aumento no período, enquanto caiu entre as de origem nordestina, aumentando os diferenciais entre as origens. Em 2010, as brancas recebiam, em média, 8,1% a mais do que as negras. Considerando as imigrantes nordestinas, entre as de origem mineira o diferencial foi de 15%, e, entre as naturais, chegou a quase 18% (os diferenciais entre os homens foram sempre maiores, mas houve aproximação entre homens e mulheres no período).

Os hiatos, no geral, também foram maiores entre aqueles que recebiam os maiores rendimentos, mostrando que os negros, assim como as mulheres, enfrentam barreiras para auferir maiores rendimentos, mas comparadamente com o hiato entre os que recebiam os menores rendimentos não houve aumento tão grande do impacto quanto o da variável sexo. Em 2010, entre as de menor rendimento, as brancas recebiam entre 4% e 10% a mais do que as negras, dependendo da origem, e entre as que recebiam os maiores rendimentos o diferencial variou entre 9,5% e 19,4%.

Como visto na literatura, a raça/cor tem impacto significativo no acesso dos indivíduos às mais diversas oportunidades, com negros e pardos enfrentando maiores dificuldades de acesso

à educação, trabalho formal e maiores rendimentos. Assim, a composição por raça/cor é uma fonte de heterogeneidade. Como enfatizado por Walby (1997), a dificuldade de acesso a rendimentos maiores resulta em menor participação feminina no mercado de trabalho, pois o trabalho disponível é pouco e mal remunerado, não fazendo frente à necessidade do trabalho reprodutivo das mulheres. Com isso as negras (pretas e pardas) deparam-se com chance maior de estarem em classes mais baixas e serem menos escolarizadas, enfrentam maiores barreiras estruturais e culturais para romperem com os papéis tradicionais da divisão sexual do trabalho (WALBY, 1997; HERINGER; MIRANDA, 2005).

A distribuição por região de residência, entre a RMSP e o restante do estado, também provocou diferenças entre as origens. Enquanto as naturais do município de residência no estado de São Paulo tiveram uma distribuição equilibrada, as originadas no Nordeste residiam mais na RMSP (68% do total, em 2010), e as de origem mineira concentraram-se mais fora dela (apenas 40% residiam na RMSP, em 2010). Mas em todos os casos houve queda do peso relativo dos que residiam na RMSP e maior concentração das mulheres na RMSP do que a dos homens da mesma origem.

Residir na RMSP associava-se a maiores rendimentos médios, mas houve queda do diferencial no período. Novamente verifica-se que os coeficientes das originadas em Minas Gerais se aproximam das naturais. Em 1991, enquanto as mulheres de ambos os grupos de imigrantes, que residiam na RMSP, recebiam cerca de 26% a mais de rendimento médio do que as que não residiam, o diferencial entre as naturais foi de 46,5%. Em 2010, o diferencial entre as naturais caiu para 27,4%, o das originadas de Minas Gerais para 21% e o das originadas no Nordeste, para 10,6%. O ganho no rendimento em residir na RMSP apresentou redução ao longo do período em todos os percentis considerados, mas ele foi maior entre os que recebiam os menores rendimentos, fazendo com que o diferencial ao longo da distribuição aumentasse.

Como visto na literatura, a RMSP é concentradora de população, indústria e emprego, no entanto houve transformações da distribuição das atividades econômicas nas últimas décadas que ocasionaram redução da sua atratividade, em conjunto com a maior percepção das dificuldades enfrentadas pelos migrantes, como alto desemprego, violência e dificuldade de acesso à habitação e serviços públicos. Tais fatores causaram redução da atratividade pela RMSP, como destacado por Brito, Garcia e Sousa (2004), Baeninger (2012) e Cunha (2015), o que foi confirmado pela queda do peso relativo dos que residiam nessa região em todos os

casos. A queda do hiato do rendimento no período exhibe sua relação com a redução da atratividade.

Comparando a posição na ocupação dos imigrantes com os naturais, ficou evidente a existência de diferenças ocupacionais por condição de migração. Em todos os casos e também entre os homens, a maioria estava empregada com carteira de trabalho assinada e, no ano de 2010, o peso relativo dessa posição na ocupação era superior a 50% para todos. Mas as mulheres naturais estavam menos concentradas na posição de empregadas domésticas e mais presentes como trabalhando por conta própria e empregadoras. Apenas de 11,6% do total, em 2010, eram domésticas com ou sem carteira assinada. Entre as originadas em Minas Gerais a concentração foi de quase o dobro e, entre as originadas no Nordeste, foi ainda maior, de 27%. As diferenças por sexo também eram resultado, principalmente, da pouca presença de homens como empregados domésticos e da maior participação daqueles que trabalhavam por conta própria ou que eram empregadores.

Os resultados das regressões mostraram que a posição da ocupação é uma das variáveis que estão mais relacionadas com o rendimento e que a formalidade está associada a rendimentos mais elevados. As empregadas domésticas, posição de considerável número de imigrantes, recebiam os menores rendimentos médios, e o hiato em relação àquelas que estavam empregadas em outra ocupação e tinham carteira de trabalho assinada aumentou no período considerado. Comparando os grupos, era entre as naturais que estava o maior diferencial (as empregadas domésticas sem carteira recebiam, em média, 57,6% a menos do que as demais empregadas com carteira de trabalho assinada, em 2010), seguidas das originadas em Minas Gerais (46%) e das nordestinas (39%).

Comparando os empregados (exceto os domésticos) sem carteira assinada com aqueles que possuíam carteira, verificou-se que o diferencial de remuneração, em média, aumentou no período considerado em todos os casos, e os diferenciais não foram muito grandes em comparação com as origens. Analisando o comportamento ao longo da distribuição do rendimento, nota-se maior importância da formalidade na ponta inferior, onde aquelas não formalizadas chegavam a ganhar menos da metade do que recebiam as formalizadas (entre os homens o maior diferencial no percentil 10 foi de 32% entre os naturais).

O aumento da instrução da população brasileira e o crescimento do hiato entre os sexos no período, com as mulheres tornando-se mais instruídas do que os homens, destacado por autores como Beltrão e Alves (2004) e Bruschini e Lombardi, 2001/02 foram confirmados em

todos os grupos. De modo geral, houve queda do peso relativo daqueles com fundamental incompleto e dos entre fundamental completo e médio incompleto, enquanto aumentou o peso dos que detinham entre médio completo e superior incompleto e daqueles com superior completo. Os originados em Minas Gerais eram mais instruídos do que os originados no Nordeste desde o ano de 1991.

Os originados no Nordeste foram os com menor nível de instrução de todos os grupos, nos três períodos, enquanto os originados em Minas Gerais mostravam-se um pouco melhor posicionados com relação à educação do que os naturais, em 1991 e, ao longo do período, aumentaram o diferencial. Considerando as mulheres, enquanto 23% das naturais tinham médio completo ou superior incompleto e 8% superior completo, entre as de origem mineira os valores foram, respectivamente, 26% e 16%.

A maior concentração dos imigrantes de origem mineira (de ambos os sexos) com nível superior, em comparação aos naturais, indica polarização do fluxo, havendo imigração de indivíduos pouco qualificados para trabalharem em ocupações que remuneram pouco, possivelmente prevalecendo motivos de expulsão, e de indivíduos altamente qualificados, para trabalharem, atraídos por ocupações que oferecem maior remuneração.

Por fim, o nível de instrução também apresentou alta correlação com o rendimento, quanto maior a instrução maior era o rendimento médio, como exemplo traz-se a comparação mais extrema, que é entre os que tinham superior completo *versus* os sem instrução ou com fundamental incompleto. Apesar de ter ocorrido queda do ganho de rendimento associado ao nível de instrução ao longo do período, em 2010 os que tinham superior completo ainda recebiam, em média, mais do que o dobro daqueles sem instrução ou com fundamental incompleto em todos os casos.

Na maioria dos casos, e ao longo da distribuição do rendimento, o ganho resultante da maior instrução era maior entre os homens em todos os grupos, indicando um diferencial de retorno dado a esse atributo por conta do sexo, como exposto pela literatura (WALBY, 1997; MARUANI; HIRATA, 2003; ALVES; CORRÊA, 2009; ARTES; RICOLDI, 2016). Também foi confirmado retorno maior à instrução no topo da distribuição do rendimento, que inclusive aumentou no período quando comparado com o hiato observado na base da distribuição.

Os resultados revelaram melhorias na situação das mulheres imigrantes, no período considerado. Houve aumento da taxa de atividade, do nível de instrução, da formalidade, no rendimento e na contribuição para o rendimento domiciliar. Tais ganhos reduziram o hiato do

rendimento em relação aos homens da mesma origem, com aproximação das taxas de atividade, da situação na ocupação e no rendimento e ressalta-se, ainda, a maior instrução das mulheres. No entanto, também foram verificados avanços entre as naturais, que possuíam a melhor situação no mercado de trabalho desde o primeiro ano considerado.

O diferencial que mais se destacou foi entre a origem das imigrantes. Ao longo do período constatou-se aproximação das características das imigrantes com origem em Minas Gerais das naturais, inclusive houve a superação no quesito instrução. Enquanto as originadas no Nordeste permaneceram mais distantes, principalmente menos instruídas e concentradas nos menores rendimentos.

Os resultados apontam para confirmação da segunda hipótese estabelecida de aumento da participação das imigrantes no mercado de trabalho de destino e melhoria relativa de sua situação nesse mercado, no caso das imigrantes com origem em Minas Gerais. Elas iniciaram o período com a menor taxa de atividade feminina e terminando com a maior e tiveram ganhos de rendimento significativos, saindo de uma distância considerável em relação às naturais e terminando praticamente empatadas. Já o mesmo não pode ser afirmado no caso das imigrantes com origem no Nordeste, que apesar de apresentarem taxa de atividade maior que a das naturais no último ano, o aumento no período foi o menor e, além disso, houve aumento do hiato do rendimento em comparação com as demais.

Deve-se ressaltar ainda, que há uma série de desdobramentos possíveis a partir da análise exploratória realizada na presente tese. Uma ampliação importante é a análise da situação das imigrantes em comparação com a população não migrante da origem, trazendo esclarecimentos sobre a seletividade das migrantes e as transformações que a migração pode causar na vida das mulheres.

Pensando na migração como papel transformador de ideias, normas e expectativas, uma análise das migrantes que retornaram para a origem, com relação à sua situação no mercado de trabalho e à condição no domicílio, em comparação com as mulheres que não migraram, também pode indicar possíveis mudanças causadas pela migração e o potencial de transformação das mesmas na sociedade de origem.

O algoritmo criado sobre o tipo de migração realizada permitirá novas explorações, entre elas, estudos como: possíveis correlações entre situação no mercado de trabalho e tipo de migração feita; fatores que causaram as mudanças no tipo de migração com o avançar da idade; como possíveis mudanças demográficas, por exemplo, a redução do tamanho das

famílias e o aumento dos domicílios monoparentais, das mulheres como provedoras principais e dos domicílios multigeracionais, podem impactar no arranjo domiciliar dos migrantes.

Por fim, o algoritmo também pode ser trabalhado para possibilitar a identificação sobre a ordem de migração, mostrando quem migrou primeiro, o que está relacionado diretamente com a agência na migração, e mostrando como a família foi se formando no destino. Enfim, tem-se grande potencial de identificação de parte das redes de apoio dos migrantes internos com base na ordem de migração e nas relações domiciliares no destino.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D. Crise no mercado de trabalho, bônus demográfico e desempoderamento feminino. In: ITABORAÍ, N. R.; RICOLDI, A. M. (Org.). *Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?* Implicações demográficas e questões sociais. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2016.
- ALVES, J. E. D.; CORRÊA, S. *Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo*. In: Seminário Brasil, 15 anos após a conferência do Cairo, ago. 2009, Belo Horizonte, Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP).
- ANGELIN, P. E. *Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos domiciliares*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, 2012.
- ARAÚJO, M. de F. I. Reestruturação produtiva e transformações econômicas: Região Metropolitana de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 1, 2001.
- ARTES, A.; RICOLDI, A. M. Mulheres e as carreiras de prestígio no ensino superior brasileiro: o não lugar feminino. In: ITABORAÍ, N. R.; RICOLDI, A. M. (Org.). *Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?* Implicações demográficas e questões sociais. Belo Horizonte: ABEP, 2016.
- ASSIS, G. de O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 15, v. 3, p. 745-772, set./dez. 2007.
- BAENINGER, R. Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu: ABEP 2004.
- BAENINGER, R. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. *Rev. Inter. Mob. Hum.* Brasília, ano XX, n. 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.
- BALÁN, J. Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. *Estudos CEBRAP*, v. 5, p. 5-79, 1973.

- BATISTA, N. N. F.; CACCIAMALI, M. C. Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. *R. Bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 97-115, jan./jun. 2009.
- BECKER, G. S. Investment in human capital: A theoretical analysis. *Journal of Political Economy*, v. 70, n. 5, p.9-49, 1962.
- BECKER, G. S. Human Capital, Effort, and the Sexual Division of Labor. *Journal of Labor Economics*, v. 3, n. 1, p. S33-S58, 1985.
- BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, , MG. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004.
- BENERÍA, L.; DEERE, C. D.; KABEER, N. Gender and international migration: Globalization, development, and governance. *Feminist Economics*, v. 18, n. 2, p. 1-33, 2012.
- BIELBY, W. T.; BIELBY, D. D. I will follow him: Family ties, gender-role beliefs, and reluctance to relocate for a better job. *American Journal of Sociology*, v. 97, n. 5, p. 1.241-1.267, Mar. 1992.
- BILAC, E. D. Gênero, família e migrações internacionais. In: PATARRA, N. L. (Co.) *Emigração e imigração internacional no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, p. 67-77, 1995.
- BILSBORROW, R. E. Concepts, definitions and data collection approaches. In: WHITE, M. J. (Ed.). *International handbook of migration and population distribution*. New York, Springer, p. 109-156, 2016.
- BILSBORROW; UNITED NATION SECRETARIAT. Internal female migration and development: An overview. *Internal migration of women in developing countries*. Proceedings of the United Nations Expert Meeting on the Feminization of Internal Migration, Aguascalientes, México, 1991. New York: United Nations, 1993.
- BONGAARTS, J.; BURCH, T. K.; WACHTER, K. W. *Family Demography*. Oxford: Clarendon Press –, 1987.
- BOSERUP, E. *Woman's role in economic development*. New York: St. Martin Press, 1970.
- BOYD, M.; GRIECO, E. Women and migration: Incorporating gender into international migration theory. *Migration information source*, v. 1, n. 35, 2003.

BOYLE, P.; COOKE, T.; HALFACREE, K.; SMITH, D. Gender inequality in employment status following family migration in GB and the US: The effect of relative occupational status. *International Journal of Sociology and Social Policy*, v. 19, n. 9/10/11, p. 109-143, 1999.

BOYLE, P. COOKE, T.; HALFACREE, K.; SMITH, D. A cross-national study of the effects of family migration on women's labour Market status: Some difficulties with integrating microdata from two censuses. *Journal of the Royal Statistical Society*, v. 165, n. 3, p. 465-480, 2002.

BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2000, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, 2000.

BRITO, F. Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil. *R. Bras. Est. Pop.*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 5-20, jan./jun. 2004.

BRITO, F.; GARCIA, R. A.; SOUZA, R. G. V. de. As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu, MG. *Anais...*, Caxambu, 2004.

BRUEGEL, I. The trailing wife: A declining breed? Carrers, geographical mobility and household conflict in Britain 1970-1989. In: CROMPTON, R.; GALLIE, D.; PURCELL, K. (Ed.). *Changing forms of employment: Organisations, skills and gender*, Routledge, 2002.

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, M. I. B. DA (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Caderno de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: X ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1996, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, 1996.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos pagu*, v. 17/18, p. 157-196, 2001/2002.

BRUSCHINI, M. C. A.; ROSEMBERG, F. *Trabalhadoras do Brasil*. Fundação Carlos Chagas, Brasiliense, 1982.

BURCH, T. K. Household and family demography: A bibliographic essay. *Population Index*, v. 45, n. 2, p. 173-195, abr. 1979.

CAKLEY, A. P. The role of wage differentials in determining migration selectivity by sex: The case of Brazil. In: *Internal migration of women in developing countries*. Proceedings of the United Nations Expert Meeting on the Feminization of Internal Migration, Aguascalientes, México, 1991. New York: United Nations, 1993.

CAMBOTA, J. N.; PONTES, P. A. Desigualdade de rendimentos por gênero intraocupações no Brasil, em 2004. *R. Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 331-350, maio/ago. 2007.

CAMPOS, M. B. de. Migração de idosos de São Paulo para Minas Gerais nas décadas de 1980 e 1990. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) UFMG, 2010.

CAMPOS, M. B. de. Estrutura domiciliar de migração: com quem os idosos migram? In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2012, Águas de Lindoia, SP *Anais...Águas de Lindoia*, 2012.

CAMPOS, M. B. de. Ciclo de vida, estrutura domiciliar e migração no início do século XXI: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 20, n. 41, p. 191-208, jan./abr. 2018.

CARVALHO, J. A. M.; WOOD, C. H.; ANDRADE, F. C. D. Notas acerca das categorias de cor dos censos e sobre a classificação subjetiva de cor no Brasil: 1980/90. In: IX ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2000, Caxambu, MG. *Anais...*, Caxambu, MG, 2000.

CASTLES, S.; MILLER, M. *The age of migration: International population movements in the modern world*. 2. ed. New York: Guilford Press, 1998.

CASTRO, L.; ROGERS, A. What the age composition of migrants can tell us. *Population Bulletin of the United Nations*, Nova York, n. 15, p. 63-79, 1983.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. Domicílios y familias en la experiencia censal del Brasil: cambios y propuesta para identificar arreglos familiares. *Notas de Población*, n. 92, CEPAL, 2011.

CERRUTTI, M.; MASSEY, D. S. On the auspices of female migration from Mexico to the United States. *Demography*, v. 38, n. 2, p. 187-200, maio 2001.

CHABAUD, D.; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Sobre autonomia relativa da produção e da reprodução. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. *et al*; trad. CASSAL, S. T. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHAVES, M. de F. G. *Mulheres migrantes: senhoras de seu destino? uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1981/1991*. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) UNICAMP, 2009.

COOKE, T. J. ‘Trailing wife’ or ‘trailing mother’? The effect of parental status on the relationship between family migration and the labor-market participation of married women. *Environment and Planning*, v. 33, p. 419-430, 2001.

COOKE, T. J. Family migration and the relative earnings of husbands and wives. *Annals of the Association of American Geographers*, n. 93, p. 338-349, 2003.

COOKE, T. J. Migration in a family way. *Population, Space and Place*, v. 14, p. 255-265, 2008a.

COOKE, T. J. Gender role beliefs and family migration. *Population, Space and Place*, v. 14, p. 163-175, 2008b.

CUNHA, A. S. da. *Os censos demográficos brasileiros e a evolução dos quesitos de migração, suas potencialidades e suas limitações, 1872-2010*, 2014.

CUNHA, A. S. da. *A migração na Região Metropolitana de São Paulo e os espaços da mobilidade intrametropolitana – 1980/2010*. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2015.

CUNHA, J. M. P. da. *Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1994.

CUNHA, J. M. P da; BAENINGER, R. Las migraciones internas en el Brasil contemporáneo. *Notas de Población*, n. 82, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2006.

DANTAS, M. DE S. *Migrações no Nordeste metropolitano nas décadas de 1990 e 2000*. (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) UFMG, 2017.

- DA VANZO, J. Microeconomic approaches to studying migration decisions. In: DE JONG, G. F.; GARDNER, R. W. *Migration decision making: Multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries*. New York, Pergamon Press, 1981.
- DE HAAS, H. Migration and development: A theoretical perspective. *International Migration Review*, v. 44, n.1, p. 227-264, 2010.
- DE HAAS, H.; FOKKEMA, T. Intra-household conflicts in migration decisionmaking: Return and pendulum migration in Morocco. *Population and Development Review*, v. 36, n. 3, p. 541- 561, set. 2010.
- DE JONG, G.; GRAEFE, D. R. Family life course transitions and the economic consequences of internal migration. *Population, Space and Place*, v. 14, p. 267-282, 2008.
- DEDECCA, C. S.; ROSANDISKI, E. N.; CARVALHO, M. C. de; BARBIERI, C. V. O Censo Demográfico 2000 e a mensuração das novas formas de trabalho. XXXII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2004, João Pessoa, Paraíba *Anais...* João Pessoa, 2004.
- DINIZ, C. C.; CAMPOLINA, B. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, reespecialização e novas funções. *Revista Eure*, v. 23, n. 98, p. 27-43, maio 2007.
- DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, v. 6, n. 1, p. 77-103, jul. 1996.
- DONATO, K. M. Current trends and patterns of female migration: Evidence from Mexico. *International Migration Review*, v. 27, n. 4, p. 748-771, 1993.
- FINDLEY, S. E. *Women on the move: Perspectives on gender changes in Latin America*. International Union for the Scientific Study of Population, 1999.
- FONTOURA, N. de O.; GONZALEZ, R. *Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade?* Brasília: IPEA, nov. 2009 (Nota Técnica, Mercado de Trabalho n. 41).
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 33. ed. São Paulo: Editora Nacional, 2004.
- GAMA, L. C. D.; HERMETO, A. M. Diferencial de ganhos entre migrantes e não migrantes em Minas Gerais. *R. Bras. Est. Pop.*, Belo Horizonte, v. 34, n. 2, p. 341-366, maio/ago. 2017.
- GAMA, L. C. D.; MACHADO, A. F. Migração e rendimentos no Brasil: análise dos fatores associados no período intercensitário 2000-2010. *Estudos Avançados*, n. 28, v. 81, p. 155-174, 2014.

- GARCIA, R. A. *A migração como variável endógena: uma proposta de regionalização baseada em pólos econômicos e suas áreas de influência*. Tese (Doutorado em Demografia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) UFMG, 2002.
- GARCIA, L.; GONZAGA, L. L. Pesquisa de emprego e desemprego: trinta anos de acompanhamento do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 81, 2014.
- GILLY, M. C.; ENIS, B. M. Recycling the family life cycle: A proposal for redefinition. In: MITCHELL, A.; ABOR, A. (Ed.). *Advances in Consumer Research*, Association for Consumer Research, v. 9, p. 271-276, 1982.
- GLICK, P. C. Updating the life cycle of the family. *Journal of Marriage and Family*, v. 39, n. 1, p. 5-13, fev. 1977.
- GRAHAM, D. H.; HOLANDA FILHO, S. B. de. (1973). As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, H. A. (Org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE, p. 733-777, 1980.
- GREENE, W. H. *Econometric analysis*. 7 ed. Pearson Education, 2012.
- GRIGG, D. B. E. G. Ravenstein and the “laws of migration”. *Journal of Historical Geography*, v. 3, n. 1, p. 41-54, 1977.
- GOLDSCHIEDER, F.; BERNHARDT, E.; LAPPEGARD, T. The Gender Revolution: A framework for understanding changing family and demographic behavior. *Population and Development Review*, v. 41, n. 2. p. 207-239, jun. 2015.
- GUERRA, M. de F. L. *Trabalhadoras domésticas no Brasil: coortes, formas de contratação e famílias contratantes*. Tese (Doutorado em Demografia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) UFMG, 2017.
- GUJARATI, D. *Econometria Básica*. 5. ed. Trad. Maria Jose Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- HALFACREE, K. Untying migration completely: ce-gendering or radical transformation? *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 30, n. 2, p. 397-413, 2004.
- HARBISON, S. F. Family structure and family strategy in migration decision making. In: DE JONG, G. F.; GARDNER, R. W. *Migration decision making: Multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries*. Pergamon Press, 1981.

- HARRIS, J. H.; TODARO, M. P. (1970). Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores. In: MOURA, H. A. (Org.). *Migração interna: textos selecionados*. BNB/ETENE, p. 173-209, 1980.
- HERINGER, R.; MIRANDA, D. As cores da desigualdade de gênero no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: FGV/FAPERJ, 2005.
- HERMETO, A. M. *A segregação ocupacional por sexo no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1997.
- HERMETO, A. M. A segregação ocupacional por gênero e seus efeitos sobre os salários no Brasil. In: WAJNMAN, S.; MACHADO, A. F. (Org.). *Mercado de trabalho: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- HOFMANN, E. T.; BUCKLEY, C. J. Global changes and gendered responses: The feminization of migration from Georgia. *International Migration Review*, v. 47, n. 3, p. 508-538, 2013.
- HOFFMANN, M. B. P.; MENDONÇA, S. E. A. O mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 47, 2003.
- HONDAGNEU-SOTELO, P. Feminism and migration. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 571, n. 1, p. 107-120, 2000.
- HUGO, G. J. Migrant women in developing countries. In: *Internal migration of women in developing countries*. Proceedings of the United Nations Expert Meeting on the Feminization of Internal Migration, 1991, Aguascalientes, México. New York: United Nations, 1993.
- HUGO, G. J.; LEAN, L. L.; NARAYAN, S. Malaysian Human Resources Development Planning Project. *Module II: Labour Supply and Processes Study*, n. 4, Labour Mobility. 1989.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Aspectos das relações de trabalho e sindicalização*. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2017.

- IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. *Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica*, n. 38, 2018.
- IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/2511-np-pnad-continua/17270-pnad-continua.html?t=microdados>>. Acessado em: 18 mar. 2019.
- IBGE/SIDRA. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 6 out. 2019.
- JACQUET, C. Urbanização e emprego doméstico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 52, p. 163-184, 2003.
- JESUS, J. C. de. *Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência*. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) UFMG, 2018.
- KANAIAPUNI, S. M. Reframing the migration question: An analysis of men, women, and gender in Mexico. *Social Forces*, v. 78, n. 4, p. 1.311-1.348, jun. 2000.
- KLEY, S. Explaining the Stages of migration within a life-course framework. *European Sociological Review*, v. 27, n. 4, p. 469-486, 2011.
- KOENKER, R.; HALLOCK, K. F. Quantile regression. *Journal of economic perspectives*, v. 15, n. 4, p. 143-156, 2001.
- LADINSKY J. Sources of geographic mobility among professional workers: A multivariate analysis. *Demography*, v. 4, n. 1, p. 293-309, mar. 1967.
- LAUBY, J.; STARK, O. Individual migration as a family strategy: Young women in the Philippines. *Population Studies*, v. 42, n. 3, p. 473-486, 1988.
- LEE, E. S. Socio-economic and migration differentials in mental disease, New York State, 1949-1951. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, v. 41, n. 3, p. 249-268, jul. 1963.
- LEE, E. S. (1966). Uma teoria sobre migração. In: MOURA, H. A. (Org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE, p. 89-114, 1980.
- LEE, E. S. Migration in relation to education, intellect, and social structure. *Population Index*, v. 36, n. 4, p. 437-444, out./dez. 1970.
- LEE, E. S. Migration of the aged. *Research on Aging*, v. 2, n. 2, p. 131-135, jun. 1980.
- LESLIE, G. R.; RICHARDSON, A. H. Life-cycle, career pattern, and the decision to move. *American Sociological Review*, v. 26, n. 6, p. 894-902, dez. 1961.

LEVITT, P.; LAMBA-NIEVES, D. Social remittances revisited. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 37, n. 1, p. 1-22, 2011.

LEWIS, W. A. (1954). Economic development with unlimited supplies of labour. *The Manchester School*, v. 22, n. 2, p. 139-191, maio 1954.

LIBERATO, S.; QUEIROZ, B. L.; WAJNMAN, S. O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil, 1998, Caxambu, MG. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...*, Caxambu, 1998.

LICHTER, D. T. Household migration and the labor market position of married women. *Social Science Research*, v. 9, p. 83-89, 1980.

LICHTER, D. T. Socioeconomic returns to migration among married women. *Social Forces*, v. 62, n. 2, p. 487-503, Dec. 1983.

LIM, L. L. The structural determinants of female migration. In: _____. *Internal migration of women in developing countries*. Proceedings of the United Nations Expert Meeting on the Feminization of Internal Migration, Aguascalientes, México, 1991. New York: United Nations, 1993.

LIMA, A. C. da C. *Desenvolvimento regional e fluxos migratórios no Brasil: uma análise para o período 1980-2010*. Tese (Doutorado em Economia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

LITTLE, J. S.; ROGERS, A. What can the age composition of a population tell us about the age composition of its out-migrants? *Population, space and place*. v. 13, n. 1, p. 23-39, 2007.

LOPES, J. B. Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural. *Cadernos CEBRAP*, v. 1, p. 126-142, 1973.

MACIEL, F. T. *Dinâmica da (in)formalidade no mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000: diferenciais de rendimentos e padrões de mobilidade*. Tese (Doutorado em Economia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

MACIEL, F. T.; HERMETO, A. M. Migração interna e seletividade: uma aplicação para o Brasil. In: 39º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 2011, Foz do Iguaçu, PR. *Anais...*, Foz do Iguaçu, 2011.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S.; LICO, M. R. Segregação ocupacional e hiato salarial entre os gêneros. *Inspere Working Paper*, WPE: 357/2015.

MAGALHÃES, M. V. *O Paraná e suas regiões nas décadas recentes: as migrações que também migram*. Tese (Doutorado em Demografia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

MARIA, P. F.; BAENINGER, R. Imigração em São Paulo: perfis segundo pobreza e ocupação no século XXI. *Revista Geografias*, Dossiê Migrações, Edição Especial, p. 41-62, 2017.

MARINUCCI, R. Feminization of migration? *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU*, v. 15, n. 29, p. 5-22, 2007.

MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, R. (Org.). *População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP; Brasília: UNFPA. p. 79-97, 2010.

MARUANI, M.; HIRATA, H. (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003.

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. Theories of international migration: A review and appraisal. *Population and Development Review*, v. 19, n. 3, p. 431-466, set. 1993.

MATOS, R.; MACHADO, A. F. Diferencial de rendimento por cor e sexo no BRASIL (1987-2001). *Econômica*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 5-27, jun. 2006.

MCGOLDRICK, M.; CARTER, B.; GARCIA-PRETO, N. *The expanded family life cycle: Individual, family, social perspectives*. 4. ed. Pearson New International Edition, 2013.

MELO, H. P. DE. *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*. Texto para Discussão n. 565. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

MELO, H. P. de; CONSIDERA, C. M.; DI SABBATO, A. Os afazeres domésticos contam. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 435-454, dez. 2007.

MILLER, S. J. Family life cycle, extended family orientations, and economic aspirations as factors in the propensity to migrate. *The Sociological Quarterly*, v. 17, p. 323-335, 1976.

- MINCER, J. *Schooling, experience, and earnings*. New York: Columbia University Press, 1974.
- MINCER, J. Family migration decisions. *Journal of Political Economy*, v. 86, p. 749-773, 1978.
- MONTE-MÓR, R. L. M. *O que é o urbano, no mundo contemporâneo*. Texto para discussão n. 281. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006.
- NEVES, M. de A. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, M. I. da. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- NIVALAINEN, S. Determinants of family migration: Short moves vs. long moves. *Journal of Population Economics*, v. 17, p. 157-175, 2004.
- OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. *Rev. Estud. Fem. Florianópolis*, v. 16, n. 2, p. 305-332, ago. 2008.
- OLIVEIRA, A. T. R. de. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: OLIVEIRA, L. A. P. De; OLIVEIRA, A. T. R. de (Org.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 11-27.
- OLIVEIRA, A. T. R. de; ERVATTI, L. R.; O'NEILL M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: OLIVEIRA, L. A. P. de; OLIVEIRA, A. T. R. de (Org.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 28-48.
- ONU (Organizações das Nações Unidas). *Manual VI: Methods of measuring internal migration*. United Nations. New York, 1970.
- ONU (1972). Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna: excertos do Manual VI da ONU. In: MOURA, H. A. (Org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE, p. 313-353, 1980.
- ONU MULHERES (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres). *Families in a Changing World: Progress of the World's Women 2019-2020*, 2019.
- O'RAND, A. M.; KRECKER, M. L. Concepts of the life cycle: Their history, meanings, and uses in the Social Sciences. *Annual Review of Sociology*, v. 16, p. 241-262, 1990.

OSORIO, R. G. *O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE*. Texto para discussão n. 996. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2003.

PAULO, M. A. *A maternidade, o momento do nascimento do primeiro filho e a situação da mulher no mercado de trabalho no Brasil: uma análise do salário e da adequação escolaridade/ocupação por grupos socioeconômicos*. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

PFEIFFER, L.; RICHTER, S.; FLETCHER, P.; TAYLOR, E. Gender in economic research on international migration and its impacts: A critical review. In: MORRISON, A. R.; SCHIFF, M.; SJÖBLOM, M. (Ed.). *The international migration of women*. Washington, DC: World Bank and Palgrave Macmillan, 2007.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

PISCITELLI, A.; ASSIS, G. O. DE; OLIVAR, J. M. N. Introdução: transitando através de fronteiras. In: PISCITELLI, A.; ASSIS, G. O. de; OLIVAR, J. M. N. (Org.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP/PAGU, 2011.

PIORE, M. J. *Birds of passage: Migrant labor and industrial societies*. Cambridge University Press. Cambridge, 1979.

RAVENSTEIN, E. G. *Census of the British Isles, 1871: The birthplaces of the people and the laws of migration*. Trübner (Reprinted from the “Geographical Magazine”), 1876.

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. *Journal of the Statistical Society of London*, n. 48, n. 2, p. 167-235, jun. 1885.

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. *Journal of the Royal Statistical Society*, v. 52, n. 2, p. 241-305, jun. 1889.

REICH, M.; GORDON, D. M.; EDWARDS, R. C. Dual labor markets: A theory of labor Market segmentation. *American Economic Review*, v. 63, n. 2, p. 359-365, maio 1973.

RIBEIRO, J. T. L.; CARVALHO, J. A. M.; WONG, L. R. Migração de retorno: algumas possibilidades de mensuração. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1996, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG, 1996. p. 955-972.

RIBEIRO, R.; SABOIA, A. L. *Família nas pesquisas domiciliares: questões e propostas alternativas*. IBGE, 2008.

RIGOTTI, J. I. R. *Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

RODRIGUES, K. C. T. T.; SOUZA, S. C. I. de; FIUZA-MOURA, F. K.; MAIA, K. Diferencial salarial segundo a condição de migração e gênero nos estados da região sul do Brasil. *Economia & Região*, Londrina, Paraná, v. 4, n. 1, p.7-23, jan./jun. 2016.

ROGERS, A.; LITTLE, J.; RAYMER, J. *The Indirect estimation of migration: Methods for dealing with irregular, inadequate, and missing data*. Springer, New York, 2010.

SANDELL, S. H. Women and the Economics of Family Migration. *The Review of Economics and Statistics*, v. 59, n. 4, p. 406-414, nov. 1977.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/produtos/midia/spdemografico/tab1_SpDemo11_2.xls>. Acesso em: 25 jan. 2020.

SHARPE, P. Introduction: Gender and the experience of migration. In: SHARPE, P. (Org.). *Women, gender and labour migration: Historical and global perspectives*. New York, Routledge, 2001. p. 1-14.

SIEGEL, J. S.; SWANSON, D. A. *The methods and materials of demography*. Elsevier Academic Press. California, United Nations, 2004.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: _____. *Economia política da urbanização*. São Paulo Brasiliense, 1976.

SHRYOCK, H. S.; SIEGEL, J. S. *The methods and materials of demography*. Washington, DC: US Bureau of the Census, 1980. v. 1 (revised).

SJAASTAD, L. A. (1962). Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, H. A. (Org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE, p. 733-777, 1980.

SKELDON, R. Migration transitions revisited: Their continued relevance for the development of Migration Theory. *Population, Space and Place*, v. 18, n. 2, p. 154-166, 2012.

SOARES, C. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. *Revista Gênero*, Niterói, v. 9, n. 1, p. 9-29, 2º sem. 2008.

SOARES, C. Os desafios (para as mulheres) do trabalho reprodutivo no Brasil com o processo de envelhecimento populacional. In: ITABORAÍ, N. R.; RICOLDI, A. M. (Org.). *Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil? Implicações demográficas e questões sociais*. Belo Horizonte: ABEP, 2016.

SOARES, C. As potencialidades da PNAD Contínua para os estudos de gênero: o que há de novo nas análises de afazeres e cuidados? In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2018, Poços de Caldas, MG. *Anais...* Poços de Caldas, 2018.

SOARES, S.; IZAKI, R. S. *A participação feminina no mercado de trabalho*. Texto para discussão n. 923. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2002.

STARK, O. *The migration of labor*. Cambridge, U.K., Basil Blackwell, 1991.

STARK, O.; BLOOM, D. E. The new economics of labor migration. *The American Economic Review*, v. 75, n. 2, May, p. 173-178, 1985.

THADANI, V. N.; TODARO, M. P. Female migration in developing countries: A framework for analysis. Center for Policy Studies, *Working Papers*, n. 47. New York, Population Council, ago. 1979.

THADANI, V. N.; TODARO, M. P. Female migration: A conceptual framework. In: FAWCETT, J. T.; KHOO, S.; SMITH, P. C. (Ed.). *Women in the cities of Asia: Migration and urban adaptation*. Boulder, Colorado, Westview, 1984.

THIBES, M. Z.; MENEZES, M. A.; SANTOS JÚNIOR, J. Narrativas assimétricas: gênero, família e trabalho no ABC Paulista. *Sociol. Antropol.* Rio de Janeiro, v. 08, n. 02, p. 519-541, maio/ago. 2018.

TODARO, M. P. Internal migration in developing countries: A survey. In: EASTERLIN, R. A. (Ed.). *Population and economic change in developing countries*. University of Chicago Press, p. 361-402, 1980.

TRUONG, T. Gender, international migration and social reproduction: Implications for theory, policy, research and networking. *Asian and Pacific Migration Journal*, v. 5, n. 1, 1996.

VASCONCELOS, E. A. S. de; TARGINO, I. A informalidade no mercado de trabalho brasileiro: 1993- 2013. *Revista da ABET*, v. 14, n. 1, jan./jun. 2015.

WAJNMAN, S. *Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros*. Tese (Professor Titular de Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) UFMG, 2012.

WAJNMAN, S. “Quantidade” e “qualidade” da participação das mulheres na força de trabalho brasileira. In: ITABORAÍ, N. R.; RICOLDI, A. M. (Org.). *Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil? Implicações demográficas e questões sociais*. Belo Horizonte: ABEP, 2016.

WAJNMAN, S.; RIOS-NETO, E. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: ROCHA, M. I. B. DA (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.

WALBY, S. *Gender transformations*. Routledge, London and New York, 1997.

WOOD, C. H. Equilibrium and historical-structural perspectives on migration. *International Migration Review*, v. 16, n. 2, Special Issue: Theory and Methods in Migration and Ethnic Research, Summer, p. 298-319, 1982.

WRIGHT, R.; ELLIS, M. Perspectives on migration theory – geography. In: WHITE, M. J. (Ed.). *International handbook of migration and population distribution*. New York, Springer, p. 11-30, 2016.

ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. *Geographical Review*, v. 61, n. 2, p. 219-249, abr. 1971.

ZLOTNIK, H. Female migration and relation to female labour force participation: Implications for alleviation of poverty. In: GARCÍA, B. (Org.). *Women, poverty, and demographic change*. Oxford University Press Inc., New York, 2000.

APÊNDICE A

Descrição da compatibilização e criação das variáveis (feito no Stata – licença de uso da FACE/UFMG).

*As variáveis estão com os códigos originais, sua identificação pode ser feita por meio da consulta da documentação de cada Censo.

* gerando ocupados, desocupados e População Economicamente Ativa.

Censo de 1991

* variável ocupado, com valor 1 para os que estavam ocupados e 0 para os desocupados.

gen ocupado=.

replace ocupado=1 if V0345==1 | V0345==2

replace ocupado=0 if V0358==1 | V0358==2

* variável que identifica se a pessoa fazia parte da PEA (valor 1) ou não (valor 0).

gen PEA=.

replace PEA=1 if ocupado==1 | ocupado==0

replace PEA=0 if V0358==0 | V0358==3 | V0358==4 | V0358==5 | V0358==6 | V0358==7 | V0358==8 | V0358==9

Censo de 2000

* variável ocupado, com valor 1 para os que estavam ocupados e 0 para os desocupados.

gen ocupado=.

replace ocupado=1 if v0444==1 | v0444==2

replace ocupado=0 if v0455==1

* variável que identifica se a pessoa fazia parte da PEA (valor 1) ou não (valor 0).

gen PEA=.

replace PEA=1 if ocupado==1 | ocupado==0

replace PEA=0 if PEA==.

Censo de 2010

* variável ocupado, com valor 1 para os que estavam ocupados e 0 para os desocupados.

gen ocupado=.

replace ocupado=1 if v0645==1 | v0645==2

replace ocupado=0 if v0654==1

* variável que identifica se a pessoa fazia parte da PEA (valor 1) ou não (valor 0).

gen PEA=.

replace PEA=1 if ocupado==1 | ocupado==0

replace PEA=0 if PEA==.

*os valores dos rendimentos foram ajustados para julho de 2010, por meio do deflator e conversor utilizado pelo Data Zoom (<http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/index.html>).

*o deflator utilizado no Censo de 1991 foi 0,000038883 e o conversor foi 2750000.

*o deflator utilizado no Censo de 2000 foi 0,51500444 e o conversor 1.

*o rendimento ajustado no trabalho principal por faixa de salários mínimos (fsm) foram baseadas no salário mínimo de 2010, de R\$ 510,00.

*rendef é o rendimento no trabalho principal, ajustado para os valores de julho de 2010.

*no Censo de 1991 o rendimento no trabalho principal era a variável V0356, no Censo de 2000 era a v4512 e, no Censo de 2010 era v6513.

gen fsm=0 if rendef>0 & rendef <=255

replace fsm=1 if rendef >255 & rendef <=510

replace fsm=2 if rendef >510 & rendef <=1020

replace fsm=3 if rendef >1020 & rendef <=1530

replace fsm=4 if rendef >1530 & rendef <=2550

replace fsm=5 if rendef >2550 & rendef <=5100

replace fsm=6 if rendef >5100 & rendef <30000

*para criar a faixa de contribuição ao rendimento domiciliar foi utilizado o somatório do rendimento no trabalho principal com o rendimento nos demais trabalhos (V0356 e V0357 em 1991, v4512 e v4522 em 2000 e, v6511 e v6521 em 2010). O rendimento domiciliar total foi obtido pela somatória do rendimento proveniente do trabalho de seus membros. Foram excluídos dos cálculos aqueles que eram agregados, pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos e também foram desconsiderados os domicílios coletivos. Depois foram considerados os domicílios que eram compostos apenas por imigrantes originados no Nordeste, apenas por imigrantes originados em Minas Gerais e apenas por naturais do município de residência.

Censo de 1991

*excluir domicílios coletivos.

```

drop if V0302==20
*excluir agregado, pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados
domésticos.
drop if V0302==13 | V0302==14 | V0302==15 | V0302==16
* rendimento em todos os trabalhos.
gen rentrabp=V0356
replace rentrabp=0 if rentrabp==.
gen rendoutrostrab=V0357
replace rendoutrostrab=0 if rendoutrostrab==.
gen rendttrab= rentrabp+rendoutrostrab
* rendimento domiciliar apenas de rendimentos do trabalho.
egen rendtrabdom= sum(rendttrab), by(IDQues)
*excluindo domicílios sem rendimento do trabalho.
drop if rendtrabdom==0
*contribuição do indivíduo para o rendimento domiciliar.
gen contrib= rendttrab/rendtrabdom
* faixa de contribuição.
gen fcontrib=0 if contrib==0
replace fcontrib=1 if contrib>0 & contrib<0.5
replace fcontrib=2 if contrib>=0.5 & contrib<=1
* número de pessoas por domicílio.
gen pes=1
egen pesdom=sum(pes), by(IDQues)
*separando domicílios apenas de imigrantes originados no Nordeste, em Minas Gerais e de
naturais.
egen dommg= sum(imigminas), by(IDQues)
gen domminas= dommg/pesdom
egen domnord= sum(imignordeste), by(IDQues)
gen domnordeste= domnord/pesdom
egen domnat= sum(natural), by(IDQues)
gen domnatural= domnat/pesdom
gen tipodom=0 if domnordeste==1
replace tipodom=1 if domminas==1
replace tipodom=2 if domnatural==1

```

replace tipodom=3 if tipodom==.

Censo de 2000

*excluir domicílios coletivos.

drop if v0402==12

*excluir agregado, pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.

drop if v0402==8 | v0402==9 | v0402==10 | v0402==11

* rendimento em todos os trabalhos.

gen rentrabp=v4512

replace rentrabp=0 if rentrabp==.

gen rendoutrostrab=v4522

replace rendoutrostrab=0 if rendoutrostrab==.

gen rendttrab= rentrabp+rendoutrostrab

* rendimento domiciliar apenas de rendimentos do trabalho.

egen rendtrabdom= sum(rendttrab), by(v0300)

*excluindo domicílios sem rendimento do trabalho.

drop if rendtrabdom==0

*contribuição do indivíduo para o rendimento domiciliar.

gen contrib= rendttrab/rendtrabdom

gen fcontrib=0 if contrib==0

replace fcontrib=1 if contrib>0 & contrib<0.5

replace fcontrib=2 if contrib>=0.5 & contrib<=1

* número de pessoas por domicílio.

gen pes=1

egen pesdom=sum(pes), by(v0300)

* domicílios apenas de imigrantes com origem no Nordeste, com origem em Minas Gerais e de naturais.

egen dommg= sum(imigminas), by(v0300)

gen domminas= dommg/pesdom

egen domnord= sum(imignordeste), by(v0300)

gen domnordeste= domnord/pesdom

egen domnat= sum(natural), by(v0300)

gen domnatural= domnat/pesdom

```

gen tipodom=0 if domnordeste==1
replace tipodom=1 if domminas==1
replace tipodom=2 if domnatural==1
replace tipodom=3 if tipodom==.

***Censo de 2010***
*excluir domicílios coletivos.
drop if v0502==20
*excluir agregado, pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados
domésticos.
drop if v0502==15 | v0502==17 | v0502==18 | v0502==19
*excluir convivente para equiparar com outros censos.
drop if v0502==16
*rendimento em todos os trabalhos.
gen rentrabp=v6511
replace rentrabp=0 if rentrabp==.
gen rendoutrostrab=v6521
replace rendoutrostrab=0 if rendoutrostrab==.
gen rendttrab= rentrabp+rendoutrostrab
* rendimento domiciliar apenas de rendimentos do trabalho.
egen rendtrabdom= sum(rendttrab), by(v0300)
*excluir domicílios sem rendimento do trabalho.
drop if rendtrabdom==0
*contribuição do indivíduo para o rendimento domiciliar.
gen contrib= rendttrab/rendtrabdom
gen fcontrib=0 if contrib==0
replace fcontrib=1 if contrib>0 & contrib<0.5
replace fcontrib=2 if contrib>=0.5 & contrib<=1
* número de pessoas por domicílio.
gen pes=1
egen pesdom=sum(pes), by(v0300)
* domicílios apenas de imigrantes com origem no Nordeste, com origem em Minas Gerais e
de naturais.
egen dommg= sum(imigminas), by(v0300)

```

```

gen domminas= dommg/pesdom
egen domnord= sum(imignordeste), by(v0300)
gen domnordeste= domnord/pesdom
egen domnat= sum(natural), by(v0300)
gen domnatural= domnat/pesdom
gen tipodom=0 if domnordeste==1
replace tipodom=1 if domminas==1
replace tipodom=2 if domnatural==1
replace tipodom=3 if tipodom==.

```

*construindo a variável que indica se residia na RMSP ou não.

Censo de 1991

```

gen metropSP=1 if V7003==7
replace metropSP=0 if metropSP==.

```

Censo de 2000

```

gen metropSP=1 if v1004==14
replace metropSP=0 if metropSP==.

```

Censo de 2010

```

gen metropSP=1 if v1004==20
replace metropSP=0 if metropSP==.

```

*a variável posição na ocupação, composta pelas categorias empregado doméstico sem carteira (0), empregado doméstico com carteira (1), empregados sem carteira (2), empregados com carteira (3), contra própria (4), empregadores (5) e outros (6) está descrita a seguir (o grupo outros foi excluído das análises).

Censo de 1991

```

gen ocupa=.
replace ocupa=0 if (V0349==4 & V0350==2) | (V0349==4 & V0350==3) & V3072>9
replace ocupa=1 if (V0349==4 & V0350==1) & V3072>9
replace ocupa=2 if (V0349==1 & V0350==2) | (V0349==1 & V0350==3) | (V0349==2 &
V0350==2) | (V0349==2 & V0350==3) | (V0349==6 & V0350==2) | (V0349==6 &

```


V0350==3) | (V0349==7 & V0350==2) | (V0349==7 & V0350==3) | (V0349==8 & V0350==2) | (V0349==8 & V0350==3) & V3072>9

replace ocupa=3 if (V0349==1 & V0350==1) | (V0349==2 & V0350==1) | (V0349==6 & V0350==1) | (V0349==7 & V0350==1) | (V0349==8 & V0350==1) & V3072>9

replace ocupa=4 if V0349==3 | V0349==5 | V0349==9 & V3072>9

replace ocupa=5 if V0349==10 & V3072>9

replace ocupa=6 if V0349==11 & V3072>9

Censo de 2000

gen ocupa=.

replace ocupa=0 if v0447==2 & v4752>9

replace ocupa=1 if v0447==1 & v4752>9

replace ocupa=2 if v0447==4 & v4752>9

replace ocupa=3 if v0447==3 & v4752>9

replace ocupa=4 if v0447==6 & v4752>9

replace ocupa=5 if v0447==5 & v4752>9

replace ocupa=6 if v0447>6 & v0447<10 & v4752>9

Censo de 2010

gen ocupa=.

replace ocupa=0 if v6940==2 & v6036>9

replace ocupa=1 if v6940==1 & v6036>9

replace ocupa=2 if v6940==5 & v6036>9

replace ocupa=3 if v6940==3 & v6036>9

replace ocupa=4 if v6930==4 & v6036>9

replace ocupa=5 if v6930==5 & v6036>9

replace ocupa=6 if v6940==4 | v6930==6 | v6930==7 & v6036>9

*a variável nível de instrução, composta pelas categorias sem nível de instrução ou fundamental incompleto (0), fundamental completo ou médio incompleto (1), médio completo ou superior incompleto (2), superior completo (3) e indefinido (4) foi criada da seguinte forma (a categoria indefinida foi excluída das análises):

Censo de 1991

gen ninstru=.

```

replace ninstru=1 if V0329==00 | (V0325==1 | V0325==4) | (V0326>0 & V0326<4)
replace ninstru=2 if V0325==2 | V0325==5 | (V0329>0 & V0329<24)
replace ninstru=3 if V0325==3 | V0326==5 | (V0329>23 & V0329<43)
replace ninstru=4 if V0329>42 & V0329<98
replace ninstru=5 if ninstru==.

```

Censo de 2000

```
gen ninstru=.
```

```

replace ninstru=1 if v0429==4 | (v0430>0 & v0430<8) | (v0432==1 & v0434==2) |
(v0432==2 & v0434==2) | (v0432==5 & v0434==2)
replace ninstru=2 if (v0430>7 & v0430<11) | (v0432==3 & v0434==2) | (v0432==4 &
v0434==2) | (v0432==6 & v0434==2) | (v0432==5 & v0434==1) | (v0432==2 & v0434==1) |
(v0432==1 & v0434==1)
replace ninstru=3 if (v0430>10 & v0430<13) | (v0432==6 & v0434==1) | (v0432==7 &
v0434==2) | (v0432==3 & v0434==1) | (v0432==4 & v0434==1) | (v0432==6 & v0434==1)
replace ninstru=4 if v0430==13 | v0432==8 | (v0432==7 & v0434==1)
replace ninstru=5 if ninstru==.

```

Censo de 2010

*foi utilizada a variável v6400.

APÊNDICE B

*Processo de criação do algoritmo para definir o tipo de migração (feito no Stata – licença de uso da FACE/UFMG).

*1. número total de pessoas no domicílio.

```
gen pes=1
```

```
egen pdom=sum(pes), by(IDQues)
```

*no Censos de 2000 e 2010 substituir IDQues por v0300.

*2. identificando os considerados como imigrantes. No exemplo, estão identificados os imigrantes com origem em Minas Gerais. No Censo de 1991.

```
gen imigminas=0
```

```
replace imigminas=1 if V0319==31
```

*em 2000:

```
gen imigminas=0
```

```
replace imigminas=1 if v4230==17
```

*em 2010:

```
gen imigminas=0
```

```
replace imigminas=1 if v6252==3100000
```

*3. variável que é igual a 1 para todos os membros de um domicílio que tem ao menos 1 migrante.

```
egen dom=max(imigminas), by (IDQues)
```

```
keep if dom==1
```

*4. gerando tempo de migração.

```
gen tempomigra=.
```

```
replace tempomigra=0 if imigminas==0
```

```
replace tempomigra=1 if V0317<2 & V0317~=. & imigminas==1
```

```
replace tempomigra=2 if V0317>1 & V0317<10 & V0317~=. & imigminas==1
```

* em 2000 substituir V0317 por v0422 e, em 2010, por v0623.

*5. variável daqueles que migraram até 2 ano antes do censo – imigrantes recentes.

```
gen imrecente=.
```

```
replace imrecente=0 if tempomigra==0 | tempomigra==2
```

```
replace imrecente=1 if tempomigra==1
```

*6. variável que é igual a 1 pra todo o domicílio que tem ao menos 1 imigrante recente.

egen domimrecente=max(imrecente), by(IDQues)

*7. variável daqueles que migraram há dois anos ou mais – imigrantes antigos.

gen imantigo=.

replace imantigo=0 if tempomigra==0 | tempomigra==1

replace imantigo=1 if tempomigra==2

*8. variável que é igual a 1 para todo o domicílio que tem ao menos 1 imigrante antigo.

egen domimantigo=max(imantigo), by (IDQues)

*9. variável categórica indicando se o domicílio tinha algum imigrante antigo e nenhum imigrante recente (0), se o domicílio tinha algum imigrante recente e nenhum imigrante antigo (1), se o domicílio tinha ao menos um imigrante recente e um antigo (2).

gen domic=.

replace domic=0 if domimantigo==1 & domimrecente==0

replace domic=1 if domimrecente==1 & domimantigo==0

replace domic=2 if domimrecente==1 & domimantigo==1

*10. número de imigrantes recentes no domicílio.

egen nimrecente= sum(imrecente), by(IDQues)

*11. variável que aponte o imigrante que se destinou para um domicílio com algum imigrante antigo.

gen domcomimantigo=.

replace domcomimantigo=0 if domimantigo==0 | (domimantigo==1 & domimrecente==0)

replace domcomimantigo=1 if domimrecente==1 & domimantigo==1

*é igual a 0 para aqueles domicílios que não tem imigrante antigo e para os que tem imigrante antigo, mas não tem imigrante recente;

*é igual a 1 para aqueles domicílios com imigrantes recentes e antigos.

*12. número de imigrantes recentes por domicílio.

egen dom2recente=sum(imrecente), by(IDQues)

*se igual a 0 não tem imigrante recente.

*se igual a 1 tem apenas um imigrante recente.

*maior do que 1 tem mais do que um migrante recente.

*13. determinando domicílios em que todas as pessoas são imigrantes recentes.

gen imrecenteporpesdom= dom2recente/pdom

gen domtodorecente=.

replace domtodorecente=0 if imrecenteporpesdom<1

replace domtodorecente=1 if imrecenteporpesdom==1

****ALGORITMO****

gen doming=.

* domicílio unipessoal de imigrante recente.

replace doming=0 if domtodorecente==1 & domcomimantigo~=1 & nimrecente==1

* domicílio com 1 imigrante recente e ao menos um não migrante.

replace doming=1 if nimrecente==1 & domcomimantigo~=1 & tempomigra==1 & domtodorecente~=1

* domicílio com mais de 1 imigrante recente e com ao menos um não migrante.

replace doming=2 if nimrecente>1 & domcomimantigo~=1 & domtodorecente~=1 & tempomigra==1

* domicílio formado apenas por imigrantes recentes.

replace doming=3 if domtodorecente==1 & domcomimantigo~=1 & nimrecente>1

* domicílio com imigrante(s) recente(s) e com imigrante(s) antigo(s), podendo ter, ou não, não migrantes.

replace doming=4 if dom2recente>0 & domcomimantigo==1 & tempomigra==1

APÊNDICE C

Tabela C.1 – Distribuição dos imigrantes recentes em São Paulo que residiam em domicílio unipessoal, por posição no domicílio, origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010

Imigrantes recentes em São Paulo com origem no Nordeste						
Posição no Domicílio	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Responsável	53,0	77,4	82,4	12,0	64,5	53,8
Individual em domicílio coletivo	47,0	22,6	17,6	88,0	35,5	46,2
Total	100	100	100	100	100	100
Imigrantes recentes em São Paulo com origem em Minas Gerais						
Posição no Domicílio	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Responsável	38,5	76,5	84,1	17,9	48,5	72,3
Individual em domicílio coletivo	61,5	23,5	15,9	82,1	51,5	27,7
Total	100	100	100	100	100	100

Obs.: o domicílio coletivo é caracterizado, nos Censos Demográficos, por ser uma instituição ou estabelecimento onde a relação entre as pessoas que nele se encontravam, moradoras ou não, era restrita a normas de subordinação administrativa, como em hotéis, motéis, camping, pensões, penitenciárias, presídios, casas de detenção, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e clínicas (com internação), alojamento de trabalhadores ou de estudantes, etc.

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela C.2 – Distribuição dos imigrantes recentes em São Paulo que residiam em domicílios com pelo menos outro imigrante recente, por posição no domicílio, origem e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010

Imigrantes recentes em São Paulo com origem no Nordeste						
Posição no Domicílio	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Responsável	2,4	4,0	13,3	25,6	27,4	24,9
Cônjuge	29,7	33,9	28,3	0,1	1,7	7,6
Filho(a) / Enteadado(a)	29,2	31,5	23,8	32,8	37,1	22,7
Outro parente	30,6	26,8	29,8	34,3	29,7	33,6
Agregado(a) / pensionista	3,5	2,3	4,3	5,9	3,9	10,8
Empregado(a) Doméstico(a) e seu parente	4,6	1,5	0,5	1,3	0,2	0,3
Total	100	100	100	100	100	100
Imigrantes recentes em São Paulo com origem em Minas Gerais						
Posição no Domicílio	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Responsável	2,1	3,3	13,9	30,1	30,1	26,1
Cônjuge	32,4	35,9	26,1	0,3	0,8	8,3
Filho(a) / Enteadado(a)	32,4	36,4	32,6	36,6	40,3	34,8
Outro parente	24,9	21,4	23,2	25,1	22,9	25,2
Agregado(a) / pensionista	4,0	2,3	3,3	7,2	5,4	5,7
Empregado(a) Doméstico(a) e seu parente	4,2	0,8	0,9	0,7	0,5	0,0
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaborado pela autora a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

APÊNDICE D

Tabela D.1 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste – 1991

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Sexo (masculino omitido)	-0,372	0,004	-92,480	0,000	-0,380	-0,364
Raça (negros omitido)	0,084	0,002	38,810	0,000	0,080	0,088
RMSD (não omitido)	0,182	0,003	66,800	0,000	0,177	0,187
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,096	0,004	22,190	0,000	0,087	0,104
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,010	0,002	-4,340	0,000	-0,014	-0,005
Horas trabalhadas	0,001	0,000	41,290	0,000	0,001	0,001
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,045	0,003	16,620	0,000	0,039	0,050
35 a 44 anos	0,050	0,004	14,230	0,000	0,043	0,057
45 a 54 anos	-0,075	0,005	-15,750	0,000	-0,085	-0,066
55 a 64 anos	-0,184	0,008	-23,290	0,000	-0,200	-0,169
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,307	0,006	-49,400	0,000	-0,319	-0,295
Empregado doméstico com carteira	-0,192	0,007	-28,760	0,000	-0,206	-0,179
Empregado sem carteira	-0,107	0,004	-27,570	0,000	-0,115	-0,100
Contra própria	0,103	0,003	33,560	0,000	0,097	0,109
Empregador	0,551	0,010	52,710	0,000	0,530	0,571
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,201	0,003	75,650	0,000	0,196	0,206
Médio completo até superior incom.	0,481	0,004	111,940	0,000	0,473	0,490
Superior completo	1,410	0,007	192,040	0,000	1,396	1,425
Constante	6,168	0,008	813,450	0,000	6,153	6,183
Número de observações			285.419	R²		0,282
F(16, 21442)			6.232	R² ajustado		0,282
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Tabela D.2 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste – 2000

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Sexo (masculino omitido)	-0,309	0,002	-127,670	0,000	-0,313	-0,304
Raça (negros omitido)	0,075	0,002	48,320	0,000	0,072	0,078
RMSP (não omitido)	0,111	0,002	62,960	0,000	0,107	0,114
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,061	0,002	25,520	0,000	0,056	0,066
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,041	0,002	-24,420	0,000	-0,045	-0,038
Horas trabalhadas	0,002	0,000	99,950	0,000	0,002	0,002
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,092	0,002	45,350	0,000	0,088	0,096
35 a 44 anos	0,099	0,002	39,830	0,000	0,094	0,104
45 a 54 anos	0,070	0,003	20,230	0,000	0,063	0,077
55 a 64 anos	-0,085	0,006	-13,920	0,000	-0,096	-0,073
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,289	0,003	-90,840	0,000	-0,295	-0,283
Empregado doméstico com carteira	-0,073	0,003	-21,440	0,000	-0,080	-0,067
Empregado sem carteira	-0,134	0,002	-62,810	0,000	-0,138	-0,130
Contra própria	0,009	0,002	4,100	0,000	0,005	0,014
Empregador	0,745	0,009	79,580	0,000	0,727	0,764
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,174	0,002	88,190	0,000	0,170	0,178
Médio completo até superior incom.	0,430	0,002	174,260	0,000	0,425	0,435
Superior completo	1,611	0,005	307,390	0,000	1,601	1,622
Constante	6,166	0,005	1.363,830	0,000	6,157	6,174
Número de observações			472.925		R²	0,348
F(16, 21442)			13.989		R² ajustado	0,347
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Tabela D.3 – Resultado da regressão dos rendimentos, imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste – 2010

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Sexo (masculino omitido)	-0,328	0,002	-180,530	0,000	-0,332	-0,325
Raça (negros omitido)	0,069	0,002	44,450	0,000	0,065	0,072
RMSP (não omitido)	0,028	0,002	17,810	0,000	0,025	0,031
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,042	0,002	25,430	0,000	0,039	0,045
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,033	0,002	-21,030	0,000	-0,036	-0,030
Horas trabalhadas	0,001	0,000	77,220	0,000	0,001	0,001
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,077	0,002	38,070	0,000	0,073	0,081
35 a 44 anos	0,133	0,002	55,440	0,000	0,128	0,138
45 a 54 anos	0,143	0,003	45,240	0,000	0,137	0,149
55 a 64 anos	0,116	0,005	23,050	0,000	0,106	0,125
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,374	0,003	-109,560	0,000	-0,380	-0,367
Empregado doméstico com carteira	-0,032	0,003	-9,430	0,000	-0,039	-0,026
Empregado sem carteira	-0,174	0,002	-73,110	0,000	-0,179	-0,169
Contra própria	-0,009	0,002	-3,650	0,000	-0,013	-0,004
Empregador	0,736	0,011	67,420	0,000	0,714	0,757
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,113	0,002	57,700	0,000	0,109	0,117
Médio completo até superior incom.	0,219	0,002	112,310	0,000	0,215	0,223
Superior completo	1,299	0,004	323,680	0,000	1,291	1,307
Constante	6,421	0,004	1.750,500	0,000	6,414	6,428
Número de observações			412.933		R²	0,358
F(16, 21442)			12.804		R² ajustado	0,358
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Tabela D.4 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais – 1991

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Sexo (masculino omitido)	-0,343	0,008	-44,220	0,000	-0,358	-0,328
Raça (negros omitido)	0,137	0,004	31,370	0,000	0,129	0,146
RMSP (não omitido)	0,223	0,004	53,350	0,000	0,215	0,231
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,149	0,008	18,130	0,000	0,133	0,165
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,021	0,004	-4,750	0,000	-0,030	-0,012
Horas trabalhadas	0,001	0,000	29,710	0,000	0,001	0,002
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,057	0,006	9,640	0,000	0,045	0,068
35 a 44 anos	0,083	0,007	12,150	0,000	0,070	0,096
45 a 54 anos	-0,015	0,008	-1,780	0,076	-0,031	0,002
55 a 64 anos	-0,195	0,013	-15,600	0,000	-0,220	-0,171
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,393	0,010	-37,610	0,000	-0,413	-0,372
Empregado doméstico com carteira	-0,290	0,012	-24,260	0,000	-0,314	-0,267
Empregado sem carteira	-0,221	0,006	-34,540	0,000	-0,233	-0,208
Contra própria	0,084	0,006	15,010	0,000	0,073	0,094
Empregador	0,460	0,012	37,170	0,000	0,436	0,484
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,268	0,005	54,880	0,000	0,258	0,277
Médio completo até superior incom.	0,849	0,007	123,610	0,000	0,835	0,862
Superior completo	1,543	0,008	183,230	0,000	1,526	1,559
Constante	6,021	0,014	438,630	0,000	5,994	6,047
Número de observações			102.552	R²		0,435
F(16, 21442)			4.392	R² ajustado		0,435
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Tabela D.5 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais – 2000

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Sexo (masculino omitido)	-0,333	0,006	-59,490	0,000	-0,344	-0,322
Raça (negros omitido)	0,121	0,004	31,770	0,000	0,114	0,129
RMSP (não omitido)	0,182	0,004	49,560	0,000	0,175	0,189
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,107	0,006	19,030	0,000	0,096	0,118
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,009	0,004	-2,240	0,025	-0,016	-0,001
Horas trabalhadas	0,002	0,000	56,410	0,000	0,002	0,002
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,103	0,005	19,450	0,000	0,092	0,113
35 a 44 anos	0,143	0,006	24,120	0,000	0,132	0,155
45 a 54 anos	0,119	0,007	16,400	0,000	0,105	0,133
55 a 64 anos	-0,057	0,011	-5,270	0,000	-0,078	-0,036
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,361	0,008	-45,890	0,000	-0,376	-0,346
Empregado doméstico com carteira	-0,153	0,008	-19,060	0,000	-0,169	-0,137
Empregado sem carteira	-0,196	0,005	-40,010	0,000	-0,206	-0,186
Contra própria	-0,010	0,005	-1,980	0,047	-0,020	0,000
Empregador	0,717	0,014	52,250	0,000	0,690	0,744
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,229	0,005	49,760	0,000	0,220	0,238
Médio completo até superior incom.	0,707	0,005	135,000	0,000	0,697	0,717
Superior completo	1,628	0,007	230,270	0,000	1,615	1,642
Constante	6,005	0,011	571,730	0,000	5,984	6,025
Número de observações			118.094	R²		0,495
F(16, 21442)			6.418	R² ajustado		0,495
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Tabela D.6 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais– 2010

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Sexo (masculino omitido)	-0,360	0,004	-88,660	0,000	-0,368	-0,352
Raça (negros omitido)	0,158	0,004	42,980	0,000	0,150	0,165
RMSP (não omitido)	0,130	0,004	36,440	0,000	0,123	0,137
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,070	0,004	18,090	0,000	0,063	0,078
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,022	0,004	-6,100	0,000	-0,029	-0,015
Horas trabalhadas	0,002	0,000	53,940	0,000	0,002	0,002
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,160	0,005	29,640	0,000	0,150	0,171
35 a 44 anos	0,253	0,006	41,470	0,000	0,241	0,265
45 a 54 anos	0,249	0,007	35,970	0,000	0,236	0,263
55 a 64 anos	0,188	0,009	19,760	0,000	0,169	0,206
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,453	0,009	-52,250	0,000	-0,470	-0,436
Empregado doméstico com carteira	-0,118	0,008	-13,950	0,000	-0,135	-0,102
Empregado sem carteira	-0,228	0,006	-41,180	0,000	-0,239	-0,218
Contra própria	-0,001	0,005	-0,250	0,799	-0,011	0,008
Empregador	0,668	0,015	45,900	0,000	0,639	0,696
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,145	0,005	28,240	0,000	0,135	0,155
Médio completo até superior incom.	0,384	0,005	85,160	0,000	0,376	0,393
Superior completo	1,298	0,006	227,940	0,000	1,287	1,309
Constante	6,191	0,009	687,120	0,000	6,173	6,209
Número de observações			121.243	R²		0,488
F(16, 21442)			6.417	R² ajustado		0,488
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Tabela D.7 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, naturais do município de residência em São Paulo – 1991

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Sexo (masculino omitido)	-0,411	0,002	-241,410	0,000	-0,415	-0,408
Raça (negros omitido)	0,186	0,001	159,750	0,000	0,184	0,188
RMSP (não omitido)	0,455	0,001	496,850	0,000	0,454	0,457
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,061	0,002	33,690	0,000	0,058	0,065
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	0,005	0,001	4,500	0,000	0,003	0,007
Horas trabalhadas	0,002	0,000	170,380	0,000	0,002	0,002
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,111	0,002	66,250	0,000	0,107	0,114
35 a 44 anos	0,208	0,002	120,000	0,000	0,204	0,211
45 a 54 anos	0,216	0,002	112,840	0,000	0,213	0,220
55 a 64 anos	0,056	0,002	24,000	0,000	0,052	0,061
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,522	0,003	-160,880	0,000	-0,528	-0,516
Empregado doméstico com carteira	-0,421	0,004	-108,080	0,000	-0,428	-0,413
Empregado sem carteira	-0,207	0,001	-156,430	0,000	-0,209	-0,204
Contra própria	0,004	0,001	3,270	0,001	0,002	0,006
Empregador	0,490	0,002	274,900	0,000	0,486	0,493
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,336	0,001	296,760	0,000	0,334	0,339
Médio completo até superior incom.	0,860	0,001	622,030	0,000	0,857	0,862
Superior completo	1,416	0,002	899,590	0,000	1,413	1,419
Constante	5,877	0,003	1.798,280	0,000	5,870	5,883
Número de observações			2.477.852	R²		0,482
F(16, 21442)			99,999	R² ajustado		0,482
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Tabela D.8 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, naturais do município de residência em São Paulo – 2000

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Sexo (masculino omitido)	-0,340	0,001	-298,910	0,000	-0,343	-0,338
Raça (negros omitido)	0,203	0,001	213,450	0,000	0,201	0,205
RMSP (não omitido)	0,336	0,001	437,970	0,000	0,334	0,337
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,090	0,001	77,190	0,000	0,088	0,092
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	0,025	0,001	27,330	0,000	0,023	0,027
Horas trabalhadas	0,002	0,000	261,130	0,000	0,002	0,002
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,230	0,001	159,660	0,000	0,228	0,233
35 a 44 anos	0,327	0,001	222,640	0,000	0,324	0,330
45 a 54 anos	0,347	0,002	216,740	0,000	0,344	0,350
55 a 64 anos	0,275	0,002	135,910	0,000	0,271	0,279
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,551	0,002	-270,320	0,000	-0,555	-0,547
Empregado doméstico com carteira	-0,344	0,003	-134,820	0,000	-0,349	-0,339
Empregado sem carteira	-0,207	0,001	-203,770	0,000	-0,209	-0,205
Contra própria	-0,003	0,001	-3,080	0,002	-0,005	-0,001
Empregador	0,671	0,002	383,510	0,000	0,667	0,674
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,244	0,001	239,500	0,000	0,242	0,246
Médio completo até superior incom.	0,696	0,001	669,130	0,000	0,694	0,698
Superior completo	1,427	0,001	1.113,790	0,000	1,424	1,429
Constante	5,786	0,002	2.320,980	0,000	5,781	5,791
Número de observações			3.233.647		R²	
F(16, 21442)			99.999		R² ajustado	
Prob > F			0,000		0,525	

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Tabela D.9 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, naturais do município de residência em São Paulo – 2010

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Sexo (masculino omitido)	-0,354	0,001	-532,680	0,000	-0,356	-0,353
Raça (negros omitido)	0,193	0,001	291,360	0,000	0,192	0,195
RMSP (não omitido)	0,217	0,001	367,440	0,000	0,216	0,218
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,043	0,001	66,240	0,000	0,042	0,044
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	0,005	0,001	7,090	0,000	0,003	0,006
Horas trabalhadas	0,002	0,000	281,350	0,000	0,001	0,002
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,171	0,001	138,060	0,000	0,169	0,174
35 a 44 anos	0,308	0,001	243,180	0,000	0,306	0,311
45 a 54 anos	0,364	0,001	276,460	0,000	0,362	0,367
55 a 64 anos	0,372	0,002	244,480	0,000	0,369	0,375
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,559	0,002	-354,140	0,000	-0,562	-0,556
Empregado doméstico com carteira	-0,217	0,002	-121,230	0,000	-0,220	-0,213
Empregado sem carteira	-0,254	0,001	-249,610	0,000	-0,256	-0,252
Contra própria	-0,001	0,001	-1,030	0,301	-0,002	0,001
Empregador	0,596	0,002	353,290	0,000	0,592	0,599
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,194	0,001	217,430	0,000	0,192	0,196
Médio completo até superior incom.	0,392	0,001	498,830	0,000	0,391	0,394
Superior completo	1,159	0,001	1.226,500	0,000	1,157	1,161
Constante	6,084	0,002	3.422,990	0,000	6,081	6,088
Número de observações			4.719.346		R²	
F(16, 21442)			99.999		R² ajustado	
Prob > F			0,000		0,458	

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Tabela D.10 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, mulheres imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste – 1991

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Raça (negros omitido)	0,096	0,004	24,210	0,000	0,088	0,103
RMSP (não omitido)	0,253	0,005	50,340	0,000	0,243	0,263
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,097	0,005	21,120	0,000	0,088	0,106
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,017	0,004	-4,120	0,000	-0,025	-0,009
Horas trabalhadas	0,002	0,000	35,250	0,000	0,002	0,002
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,026	0,005	5,370	0,000	0,016	0,035
35 a 44 anos	0,029	0,006	4,760	0,000	0,017	0,041
45 a 54 anos	-0,110	0,009	-12,020	0,000	-0,128	-0,092
55 a 64 anos	-0,182	0,018	-10,060	0,000	-0,217	-0,146
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,278	0,007	-40,520	0,000	-0,291	-0,264
Empregado doméstico com carteira	-0,160	0,008	-20,600	0,000	-0,175	-0,145
Empregado sem carteira	-0,174	0,007	-25,690	0,000	-0,187	-0,160
Contra própria	-0,015	0,006	-2,690	0,007	-0,027	-0,004
Empregador	0,554	0,024	23,040	0,000	0,507	0,601
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,179	0,005	38,500	0,000	0,170	0,188
Médio completo até superior incom.	0,435	0,007	64,730	0,000	0,422	0,449
Superior completo	1,378	0,012	119,200	0,000	1,355	1,401
Constante	5,675	0,011	499,580	0,000	5,653	5,697
Número de observações			84.879		R²	0,265
F(16, 21442)			1.800		R² ajustado	0,265
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Tabela D.11 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, mulheres imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste – 2000

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Raça (negros omitido)	0,062	0,003	24,210	0,000	0,057	0,067
RMSP (não omitido)	0,176	0,003	59,600	0,000	0,170	0,182
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,059	0,003	20,870	0,000	0,054	0,065
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,064	0,003	-22,370	0,000	-0,069	-0,058
Horas trabalhadas	0,002	0,000	87,430	0,000	0,002	0,002
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,069	0,003	21,200	0,000	0,063	0,076
35 a 44 anos	0,061	0,004	15,360	0,000	0,053	0,069
45 a 54 anos	0,001	0,006	0,250	0,806	-0,010	0,013
55 a 64 anos	-0,163	0,014	-12,040	0,000	-0,190	-0,137
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,294	0,004	-81,430	0,000	-0,301	-0,287
Empregado doméstico com carteira	-0,071	0,004	-18,110	0,000	-0,079	-0,063
Empregado sem carteira	-0,218	0,004	-55,010	0,000	-0,226	-0,210
Contra própria	-0,119	0,004	-26,550	0,000	-0,128	-0,110
Empregador	0,837	0,017	49,640	0,000	0,804	0,870
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,134	0,003	41,970	0,000	0,128	0,141
Médio completo até superior incom.	0,363	0,004	98,500	0,000	0,356	0,370
Superior completo	1,475	0,008	189,150	0,000	1,459	1,490
Constante	5,801	0,007	891,070	0,000	5,788	5,814
Número de observações			165.574		R²	0,354
F(16, 21442)			5.346		R² ajustado	0,354
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Tabela D.12 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, mulheres imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste – 2010

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Raça (negros omitido)	0,081	0,002	32,570	0,000	0,076	0,085
RMSP (não omitido)	0,106	0,003	40,330	0,000	0,100	0,111
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,016	0,002	6,410	0,000	0,011	0,021
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,068	0,003	-26,350	0,000	-0,073	-0,063
Horas trabalhadas	0,002	0,000	74,980	0,000	0,002	0,002
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,080	0,003	24,700	0,000	0,074	0,087
35 a 44 anos	0,109	0,004	28,390	0,000	0,101	0,117
45 a 54 anos	0,132	0,005	25,060	0,000	0,121	0,142
55 a 64 anos	0,064	0,009	6,920	0,000	0,046	0,082
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,391	0,004	-104,740	0,000	-0,398	-0,383
Empregado doméstico com carteira	-0,044	0,004	-11,620	0,000	-0,052	-0,037
Empregado sem carteira	-0,244	0,004	-61,750	0,000	-0,251	-0,236
Contra própria	-0,094	0,004	-22,000	0,000	-0,102	-0,086
Empregador	0,586	0,019	30,770	0,000	0,549	0,624
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,103	0,003	31,820	0,000	0,097	0,109
Médio completo até superior incom.	0,180	0,003	58,610	0,000	0,174	0,186
Superior completo	1,057	0,006	180,070	0,000	1,045	1,068
Constante	6,033	0,006	1.071,680	0,000	6,022	6,044
Número de observações			160.236		R²	0,328
F(16, 21442)			4,593		R² ajustado	0,328
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Tabela D.13 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, homens imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste – 1991

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Raça (negros omitido)	0,082	0,003	31,870	0,000	0,077	0,087
RMSP (não omitido)	0,149	0,003	46,240	0,000	0,143	0,156
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,055	0,013	4,090	0,000	0,029	0,081
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,005	0,003	-1,770	0,077	-0,010	0,001
Horas trabalhadas	0,001	0,000	22,930	0,000	0,001	0,001
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,054	0,003	16,720	0,000	0,048	0,060
35 a 44 anos	0,058	0,004	13,580	0,000	0,050	0,066
45 a 54 anos	-0,064	0,006	-11,330	0,000	-0,075	-0,053
55 a 64 anos	-0,169	0,009	-19,200	0,000	-0,187	-0,152
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,592	0,016	-36,510	0,000	-0,624	-0,560
Empregado doméstico com carteira	-0,345	0,013	-26,190	0,000	-0,371	-0,319
Empregado sem carteira	-0,074	0,005	-15,510	0,000	-0,083	-0,064
Contra própria	0,157	0,004	43,260	0,000	0,150	0,164
Empregador	0,554	0,012	47,820	0,000	0,531	0,577
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,208	0,003	64,780	0,000	0,202	0,215
Médio completo até superior incom.	0,509	0,006	91,010	0,000	0,498	0,520
Superior completo	1,439	0,009	152,040	0,000	1,421	1,458
Constante	6,285	0,015	412,400	0,000	6,255	6,315
Número de observações			200.540		R²	0,193
F(16, 21442)			2,823		R² ajustado	0,193
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Tabela D.14 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, homens imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste – 2000

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Raça (negros omitido)	0,086	0,002	44,580	0,000	0,082	0,089
RMSP (não omitido)	0,070	0,002	32,360	0,000	0,066	0,074
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,063	0,004	14,230	0,000	0,054	0,072
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,027	0,002	-12,920	0,000	-0,031	-0,023
Horas trabalhadas	0,001	0,000	54,220	0,000	0,001	0,001
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,108	0,003	42,460	0,000	0,103	0,113
35 a 44 anos	0,120	0,003	38,040	0,000	0,113	0,126
45 a 54 anos	0,102	0,004	24,340	0,000	0,094	0,111
55 a 64 anos	-0,052	0,007	-7,640	0,000	-0,065	-0,039
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,517	0,010	-54,160	0,000	-0,535	-0,498
Empregado doméstico com carteira	-0,294	0,008	-38,080	0,000	-0,310	-0,279
Empregado sem carteira	-0,098	0,003	-38,840	0,000	-0,103	-0,093
Contra própria	0,056	0,003	21,570	0,000	0,051	0,061
Empregador	0,704	0,011	63,060	0,000	0,682	0,726
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,192	0,002	77,460	0,000	0,187	0,197
Médio completo até superior incom.	0,471	0,003	142,690	0,000	0,465	0,478
Superior completo	1,719	0,007	245,780	0,000	1,705	1,732
Constante	6,237	0,006	960,320	0,000	6,225	6,250
Número de observações			307.351		R²	0,268
F(16, 21442)			6.613		R² ajustado	0,268
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Tabela D.15 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, homens imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste – 2010

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Raça (negros omitido)	0,062	0,002	31,850	0,000	0,058	0,066
RMSP (não omitido)	-0,021	0,002	-10,990	0,000	-0,025	-0,017
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,061	0,002	27,220	0,000	0,056	0,065
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,008	0,002	-3,860	0,000	-0,011	-0,004
Horas trabalhadas	0,001	0,000	34,460	0,000	0,001	0,001
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,076	0,003	29,950	0,000	0,071	0,081
35 a 44 anos	0,145	0,003	48,160	0,000	0,139	0,151
45 a 54 anos	0,144	0,004	36,870	0,000	0,136	0,151
55 a 64 anos	0,131	0,006	22,360	0,000	0,120	0,143
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,432	0,014	-31,020	0,000	-0,459	-0,405
Empregado doméstico com carteira	-0,249	0,009	-27,400	0,000	-0,267	-0,232
Empregado sem carteira	-0,130	0,003	-44,180	0,000	-0,135	-0,124
Contra própria	0,039	0,003	13,690	0,000	0,033	0,044
Empregador	0,812	0,013	62,080	0,000	0,786	0,837
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,114	0,002	46,770	0,000	0,109	0,118
Médio completo até superior incom.	0,235	0,003	94,070	0,000	0,230	0,240
Superior completo	1,531	0,005	280,010	0,000	1,520	1,542
Constante	6,482	0,005	1.397,800	0,000	6,473	6,491
Número de observações			252.696		R²	0,299
F(16, 21442)			6.347		R² ajustado	0,299
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Tabela D.16 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, mulheres imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais – 1991

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Raça (negros omitido)	0,102	0,008	12,780	0,000	0,086	0,117
RMSP (não omitido)	0,272	0,007	37,240	0,000	0,258	0,286
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,136	0,009	15,800	0,000	0,119	0,153
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,040	0,008	-4,990	0,000	-0,056	-0,024
Horas trabalhadas	0,002	0,000	30,710	0,000	0,002	0,003
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,078	0,010	7,930	0,000	0,059	0,098
35 a 44 anos	0,074	0,011	6,620	0,000	0,052	0,097
45 a 54 anos	-0,059	0,016	-3,780	0,000	-0,089	-0,028
55 a 64 anos	-0,114	0,027	-4,280	0,000	-0,166	-0,062
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,363	0,011	-31,540	0,000	-0,385	-0,340
Empregado doméstico com carteira	-0,213	0,015	-14,650	0,000	-0,242	-0,185
Empregado sem carteira	-0,167	0,011	-15,430	0,000	-0,189	-0,146
Contra própria	0,006	0,010	0,590	0,557	-0,014	0,026
Empregador	0,626	0,026	24,060	0,000	0,575	0,677
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,263	0,009	29,490	0,000	0,245	0,280
Médio completo até superior incom.	0,813	0,011	71,740	0,000	0,791	0,835
Superior completo	1,438	0,014	106,310	0,000	1,411	1,464
Constante	5,533	0,019	291,700	0,000	5,496	5,571
Número de observações			30.723		R²	0,475
F(16, 21442)			1.633		R² ajustado	0,475
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Tabela D.17 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, mulheres imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais – 2000

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Raça (negros omitido)	0,084	0,006	13,230	0,000	0,072	0,097
RMSP (não omitido)	0,279	0,006	47,170	0,000	0,267	0,290
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,101	0,007	15,530	0,000	0,089	0,114
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,058	0,007	-8,800	0,000	-0,071	-0,045
Horas trabalhadas	0,003	0,000	48,520	0,000	0,002	0,003
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,075	0,008	9,210	0,000	0,059	0,091
35 a 44 anos	0,108	0,009	11,540	0,000	0,089	0,126
45 a 54 anos	0,047	0,012	3,970	0,000	0,024	0,071
55 a 64 anos	-0,095	0,022	-4,280	0,000	-0,139	-0,052
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,391	0,009	-43,330	0,000	-0,409	-0,374
Empregado doméstico com carteira	-0,183	0,009	-19,300	0,000	-0,202	-0,165
Empregado sem carteira	-0,201	0,009	-23,260	0,000	-0,218	-0,184
Contra própria	-0,094	0,009	-10,400	0,000	-0,112	-0,076
Empregador	0,893	0,025	35,820	0,000	0,844	0,942
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,148	0,008	19,590	0,000	0,133	0,163
Médio completo até superior incom.	0,524	0,008	62,750	0,000	0,507	0,540
Superior completo	1,430	0,011	128,810	0,000	1,408	1,451
Constante	5,712	0,015	391,810	0,000	5,683	5,741
Número de observações			42.639		R²	0,490
F(16, 21442)			2.413		R² ajustado	0,490
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Tabela D.18 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, mulheres imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais – 2010

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Raça (negros omitido)	0,149	0,006	26,140	0,000	0,138	0,160
RMSP (não omitido)	0,210	0,005	38,980	0,000	0,199	0,220
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,062	0,005	11,650	0,000	0,052	0,073
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,086	0,006	-14,930	0,000	-0,097	-0,075
Horas trabalhadas	0,002	0,000	47,360	0,000	0,002	0,002
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,168	0,008	21,010	0,000	0,152	0,184
35 a 44 anos	0,206	0,009	22,350	0,000	0,188	0,224
45 a 54 anos	0,230	0,011	21,470	0,000	0,209	0,251
55 a 64 anos	0,090	0,017	5,350	0,000	0,057	0,123
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,460	0,009	-48,560	0,000	-0,478	-0,441
Empregado doméstico com carteira	-0,119	0,009	-12,700	0,000	-0,138	-0,101
Empregado sem carteira	-0,278	0,009	-31,560	0,000	-0,295	-0,261
Contra própria	-0,036	0,008	-4,520	0,000	-0,051	-0,020
Empregador	0,724	0,022	32,250	0,000	0,680	0,768
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,121	0,008	14,700	0,000	0,105	0,137
Médio completo até superior incom.	0,294	0,007	40,530	0,000	0,280	0,308
Superior completo	1,196	0,009	134,650	0,000	1,179	1,214
Constante	5,835	0,013	448,680	0,000	5,809	5,860
Número de observações			51.342		R²	0,503
F(16, 21442)			3.051		R² ajustado	0,503
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Tabela D.19 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, homens imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais – 1991

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Raça (negros omitido)	0,152	0,005	29,290	0,000	0,142	0,162
RMSP (não omitido)	0,198	0,005	39,030	0,000	0,188	0,208
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,138	0,027	5,140	0,000	0,085	0,190
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,011	0,005	-2,150	0,032	-0,022	-0,001
Horas trabalhadas	0,001	0,000	12,910	0,000	0,001	0,001
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,054	0,007	7,460	0,000	0,040	0,069
35 a 44 anos	0,087	0,009	10,200	0,000	0,070	0,104
45 a 54 anos	-0,002	0,010	-0,190	0,849	-0,022	0,018
55 a 64 anos	-0,208	0,014	-14,540	0,000	-0,236	-0,180
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,654	0,029	-22,660	0,000	-0,711	-0,598
Empregado doméstico com carteira	-0,481	0,021	-23,310	0,000	-0,521	-0,440
Empregado sem carteira	-0,237	0,008	-30,130	0,000	-0,253	-0,222
Contra própria	0,124	0,007	18,640	0,000	0,111	0,137
Empregador	0,416	0,014	29,590	0,000	0,388	0,444
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,265	0,006	45,600	0,000	0,253	0,276
Médio completo até superior incom.	0,862	0,009	99,900	0,000	0,845	0,879
Superior completo	1,599	0,011	148,040	0,000	1,577	1,620
Constante	6,146	0,030	205,680	0,000	6,087	6,204
Número de observações			71.828		R²	0,377
F(16, 21442)			2.557		R² ajustado	0,377
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Tabela D.20 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, homens imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais – 2000

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Raça (negros omitido)	0,136	0,005	28,810	0,000	0,126	0,145
RMSP (não omitido)	0,119	0,005	25,750	0,000	0,110	0,128
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,101	0,011	9,050	0,000	0,079	0,123
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	0,011	0,005	2,350	0,019	0,002	0,021
Horas trabalhadas	0,001	0,000	31,440	0,000	0,001	0,001
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,124	0,007	18,320	0,000	0,111	0,138
35 a 44 anos	0,158	0,008	20,840	0,000	0,143	0,173
45 a 54 anos	0,149	0,009	16,390	0,000	0,131	0,167
55 a 64 anos	-0,034	0,012	-2,760	0,006	-0,059	-0,010
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,553	0,023	-24,450	0,000	-0,598	-0,509
Empregado doméstico com carteira	-0,344	0,017	-20,050	0,000	-0,377	-0,310
Empregado sem carteira	-0,187	0,006	-31,850	0,000	-0,199	-0,176
Contra própria	0,035	0,006	5,920	0,000	0,023	0,047
Empregador	0,636	0,016	39,090	0,000	0,604	0,668
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,263	0,006	46,000	0,000	0,252	0,275
Médio completo até superior incom.	0,803	0,007	120,230	0,000	0,790	0,817
Superior completo	1,740	0,009	191,350	0,000	1,722	1,758
Constante	6,063	0,016	385,860	0,000	6,032	6,094
Número de observações			75.455		R²	0,464
F(16, 21442)			3.843		R² ajustado	0,464
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Tabela D.21 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, homens imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais – 2010

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Raça (negros omitido)	0,160	0,005	33,740	0,000	0,151	0,169
RMSP (não omitido)	0,061	0,005	12,880	0,000	0,052	0,070
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,065	0,006	11,520	0,000	0,054	0,077
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	0,020	0,005	4,310	0,000	0,011	0,030
Horas trabalhadas	0,001	0,000	28,470	0,000	0,001	0,001
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,154	0,007	21,240	0,000	0,140	0,168
35 a 44 anos	0,284	0,008	35,140	0,000	0,268	0,300
45 a 54 anos	0,256	0,009	28,310	0,000	0,239	0,274
55 a 64 anos	0,231	0,012	19,950	0,000	0,208	0,254
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,543	0,031	-17,780	0,000	-0,603	-0,483
Empregado doméstico com carteira	-0,414	0,023	-17,990	0,000	-0,459	-0,369
Empregado sem carteira	-0,192	0,007	-27,110	0,000	-0,205	-0,178
Contra própria	0,039	0,006	6,180	0,000	0,027	0,052
Empregador	0,631	0,019	33,390	0,000	0,594	0,668
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,158	0,006	24,380	0,000	0,145	0,171
Médio completo até superior incom.	0,441	0,006	76,530	0,000	0,429	0,452
Superior completo	1,361	0,007	183,080	0,000	1,346	1,376
Constante	6,242	0,012	524,980	0,000	6,219	6,266
Número de observações			69.901		R²	0,441
F(16, 21442)			3.244		R² ajustado	0,441
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Tabela D.22 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, mulheres naturais do município de residência em São Paulo – 1991

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Raça (negros omitido)	0,148	0,002	71,560	0,000	0,144	0,152
RMSP (não omitido)	0,465	0,002	293,010	0,000	0,462	0,468
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,032	0,002	17,050	0,000	0,029	0,036
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,034	0,002	-19,340	0,000	-0,037	-0,031
Horas trabalhadas	0,003	0,000	184,280	0,000	0,003	0,003
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,105	0,003	38,920	0,000	0,100	0,110
35 a 44 anos	0,199	0,003	71,110	0,000	0,194	0,205
45 a 54 anos	0,196	0,003	59,580	0,000	0,189	0,202
55 a 64 anos	0,078	0,004	17,520	0,000	0,069	0,086
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,503	0,003	-145,130	0,000	-0,510	-0,496
Empregado doméstico com carteira	-0,414	0,004	-94,580	0,000	-0,423	-0,405
Empregado sem carteira	-0,127	0,002	-61,290	0,000	-0,131	-0,123
Contra própria	-0,064	0,002	-28,910	0,000	-0,068	-0,060
Empregador	0,532	0,004	136,630	0,000	0,524	0,540
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,264	0,002	125,110	0,000	0,260	0,268
Médio completo até superior incom.	0,833	0,002	342,020	0,000	0,828	0,837
Superior completo	1,353	0,003	512,950	0,000	1,348	1,359
Constante	5,333	0,005	1.157,940	0,000	5,324	5,342
Número de observações			759.051		R²	0,500
F(16, 21442)			44,566		R² ajustado	0,500
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Tabela D.23 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, mulheres naturais do município de residência em São Paulo – 2000

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Raça (negros omitido)	0,161	0,002	107,040	0,000	0,158	0,164
RMSP (não omitido)	0,363	0,001	305,580	0,000	0,361	0,366
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,063	0,001	48,070	0,000	0,061	0,066
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,045	0,001	-31,370	0,000	-0,048	-0,042
Horas trabalhadas	0,003	0,000	250,530	0,000	0,003	0,003
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,215	0,002	100,010	0,000	0,211	0,219
35 a 44 anos	0,301	0,002	137,060	0,000	0,296	0,305
45 a 54 anos	0,329	0,002	135,670	0,000	0,324	0,334
55 a 64 anos	0,289	0,003	86,040	0,000	0,282	0,295
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,548	0,002	-248,890	0,000	-0,552	-0,544
Empregado doméstico com carteira	-0,340	0,003	-122,770	0,000	-0,345	-0,334
Empregado sem carteira	-0,191	0,002	-123,980	0,000	-0,194	-0,188
Contra própria	-0,102	0,002	-61,320	0,000	-0,105	-0,098
Empregador	0,665	0,003	207,580	0,000	0,658	0,671
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,202	0,002	119,630	0,000	0,199	0,205
Médio completo até superior incom.	0,659	0,002	384,790	0,000	0,656	0,662
Superior completo	1,384	0,002	704,820	0,000	1,381	1,388
Constante	5,444	0,003	1.583,940	0,000	5,437	5,451
Número de observações			1.254.008		R²	0,549
F(16, 21442)			89,849		R² ajustado	0,549
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Tabela D.24 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, mulheres naturais do município de residência em São Paulo – 2010

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Raça (negros omitido)	0,178	0,001	179,110	0,000	0,176	0,180
RMSP (não omitido)	0,274	0,001	312,510	0,000	0,272	0,276
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,011	0,001	12,990	0,000	0,010	0,013
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	-0,056	0,001	-57,150	0,000	-0,058	-0,055
Horas trabalhadas	0,002	0,000	261,100	0,000	0,002	0,002
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,150	0,002	86,350	0,000	0,147	0,153
35 a 44 anos	0,275	0,002	153,450	0,000	0,271	0,278
45 a 54 anos	0,317	0,002	168,630	0,000	0,313	0,320
55 a 64 anos	0,330	0,002	144,060	0,000	0,325	0,334
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,576	0,002	-342,720	0,000	-0,579	-0,572
Empregado doméstico com carteira	-0,240	0,002	-125,910	0,000	-0,244	-0,237
Empregado sem carteira	-0,290	0,002	-188,640	0,000	-0,293	-0,287
Contra própria	-0,068	0,001	-56,640	0,000	-0,070	-0,065
Empregador	0,603	0,003	211,810	0,000	0,597	0,608
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,155	0,001	111,570	0,000	0,153	0,158
Médio completo até superior incom.	0,324	0,001	261,870	0,000	0,321	0,326
Superior completo	1,082	0,001	760,410	0,000	1,079	1,085
Constante	5,778	0,002	2.316,340	0,000	5,773	5,783
Número de observações			2.062.668		R²	
F(16, 21442)			99,999		R² ajustado	
Prob > F			0,000		0,470	

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Tabela D.25 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, homens naturais do município de residência em São Paulo – 1991

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Raça (negros omitido)	0,203	0,001	144,590	0,000	0,200	0,206
RMSP (não omitido)	0,450	0,001	401,770	0,000	0,447	0,452
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,124	0,006	20,140	0,000	0,112	0,136
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	0,025	0,001	19,630	0,000	0,022	0,027
Horas trabalhadas	0,001	0,000	73,650	0,000	0,001	0,001
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,115	0,002	54,710	0,000	0,111	0,119
35 a 44 anos	0,209	0,002	95,850	0,000	0,205	0,213
45 a 54 anos	0,223	0,002	94,310	0,000	0,218	0,227
55 a 64 anos	0,055	0,003	19,740	0,000	0,050	0,061
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,701	0,010	-70,150	0,000	-0,721	-0,682
Empregado doméstico com carteira	-0,524	0,008	-64,770	0,000	-0,540	-0,508
Empregado sem carteira	-0,248	0,002	-144,980	0,000	-0,252	-0,245
Contra própria	0,042	0,001	30,970	0,000	0,039	0,045
Empregador	0,491	0,002	243,290	0,000	0,487	0,495
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,358	0,001	267,400	0,000	0,356	0,361
Médio completo até superior incom.	0,859	0,002	510,360	0,000	0,855	0,862
Superior completo	1,441	0,002	728,140	0,000	1,437	1,445
Constante	5,925	0,007	851,990	0,000	5,911	5,939
Número de observações			1.718.801		R²	
F(16, 21442)			81,099		R² ajustado	
Prob > F			0,000		0,445	

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Tabela D.26 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, homens naturais do município de residência em São Paulo – 2000

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Raça (negros omitido)	0,228	0,001	186,830	0,000	0,225	0,230
RMSP (não omitido)	0,317	0,001	317,200	0,000	0,315	0,319
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,096	0,002	38,930	0,000	0,091	0,101
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	0,074	0,001	62,470	0,000	0,072	0,076
Horas trabalhadas	0,001	0,000	126,580	0,000	0,001	0,001
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,248	0,002	128,610	0,000	0,244	0,252
35 a 44 anos	0,349	0,002	178,400	0,000	0,345	0,353
45 a 54 anos	0,360	0,002	169,940	0,000	0,355	0,364
55 a 64 anos	0,272	0,003	106,150	0,000	0,267	0,277
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,676	0,008	-86,360	0,000	-0,691	-0,661
Empregado doméstico com carteira	-0,540	0,007	-80,210	0,000	-0,553	-0,527
Empregado sem carteira	-0,210	0,001	-155,780	0,000	-0,212	-0,207
Contra própria	0,050	0,001	42,240	0,000	0,047	0,052
Empregador	0,683	0,002	325,670	0,000	0,679	0,687
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,262	0,001	205,600	0,000	0,260	0,265
Médio completo até superior incom.	0,706	0,001	538,350	0,000	0,703	0,708
Superior completo	1,447	0,002	848,580	0,000	1,444	1,451
Constante	5,825	0,004	1.571,490	0,000	5,818	5,832
Número de observações			1.979.639		R²	0,476
F(16, 21442)			99.999		R² ajustado	0,476
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Tabela D.27 – Resultado da regressão linear dos rendimentos, homens naturais do município de residência em São Paulo – 2010

Variável	Coefficiente	Erro pad.	t	P > t	Inter. Conf. 95%	
Raça (negros omitido)	0,201	0,001	227,940	0,000	0,200	0,203
RMSP (não omitido)	0,172	0,001	215,130	0,000	0,170	0,173
Respon. pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,067	0,001	70,070	0,000	0,065	0,069
Tem filho de até 12 anos (não omitido)	0,050	0,001	58,850	0,000	0,049	0,052
Horas trabalhadas	0,001	0,000	136,980	0,000	0,001	0,001
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)						
25 a 34 anos	0,200	0,002	113,950	0,000	0,197	0,204
35 a 44 anos	0,348	0,002	195,090	0,000	0,344	0,351
45 a 54 anos	0,408	0,002	222,170	0,000	0,405	0,412
55 a 64 anos	0,408	0,002	198,100	0,000	0,404	0,412
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)						
Empregado doméstico sem carteira	-0,502	0,007	-74,100	0,000	-0,515	-0,489
Empregado doméstico com carteira	-0,241	0,006	-42,150	0,000	-0,252	-0,230
Empregado sem carteira	-0,218	0,001	-161,950	0,000	-0,221	-0,216
Contra própria	0,045	0,001	47,650	0,000	0,044	0,047
Empregador	0,594	0,002	283,930	0,000	0,590	0,598
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)						
Fundamental completo até médio incom.	0,219	0,001	189,140	0,000	0,217	0,221
Médio completo até superior incom.	0,435	0,001	426,840	0,000	0,433	0,437
Superior completo	1,212	0,001	953,510	0,000	1,209	1,214
Constante	6,062	0,002	2.521,460	0,000	6,058	6,067
Número de observações			2.656.677		R²	0,401
F(16, 21442)			99.999		R² ajustado	0,401
Prob > F			0,000			

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Tabela D.28 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste – 1991

Variável	Percentil		
	10	50	90
Sexo (masculino omitido)	-0,316*** (0,023)	-0,383*** (0,010)	-0,427*** (0,019)
Raça (negros omitido)	0,065*** (0,008)	0,066*** (0,007)	0,102*** (0,011)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,205*** (0,014)	0,182*** (0,007)	0,188*** (0,015)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,119*** (0,026)	0,061*** (0,016)	0,080*** (0,023)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	-0,028** (0,013)	0,005 (0,007)	-0,005 (0,013)
Horas trabalhadas	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,039* (0,021)	0,036*** (0,009)	0,052*** (0,015)
35 a 44 anos	-0,016 (0,021)	-0,008 (0,010)	0,080*** (0,021)
45 a 54 anos	-0,120*** (0,023)	-0,120*** (0,015)	-0,037 (0,026)
55 a 64 anos	-0,278*** (0,039)	-0,222*** (0,026)	-0,120** (0,060)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,351*** (0,025)	-0,292*** (0,022)	-0,222*** (0,049)
Empregado doméstico com carteira	-0,234*** (0,040)	-0,176*** (0,019)	-0,164*** (0,035)
Empregado sem carteira	-0,205*** (0,021)	-0,122*** (0,013)	-0,031 (0,026)
Contra própria	-0,099*** (0,015)	0,101*** (0,010)	0,281*** (0,017)
Empregador	0,168*** (0,065)	0,497*** (0,078)	0,923*** (0,035)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,169*** (0,018)	0,190*** (0,009)	0,229*** (0,013)
Médio completo até superior incompleto	0,305*** (0,025)	0,425*** (0,016)	0,742*** (0,033)
Superior completo	0,755*** (0,063)	1,512*** (0,039)	1,884*** (0,037)
Constante	5,534*** (0,042)	6,241*** (0,030)	6,786*** (0,038)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.29 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste – 2000

Variável	Percentil		
	10	50	90
Sexo (masculino omitido)	-0,236*** (0,009)	-0,268*** (0,006)	-0,346*** (0,016)
Raça (negros omitido)	0,055*** (0,008)	0,053*** (0,005)	0,080*** (0,006)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,168*** (0,009)	0,117*** (0,004)	0,131*** (0,008)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,067*** (0,010)	0,054*** (0,008)	0,059*** (0,012)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	-0,049*** (0,007)	-0,033*** (0,004)	-0,040*** (0,011)
Horas trabalhadas	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,063*** (0,009)	0,079*** (0,005)	0,141*** (0,006)
35 a 44 anos	0,011 (0,007)	0,066*** (0,006)	0,185*** (0,014)
45 a 54 anos	-0,111*** (0,019)	0,024** (0,012)	0,231*** (0,010)
55 a 64 anos	-0,258*** (0,050)	-0,100*** (0,024)	0,080 (0,057)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,426*** (0,020)	-0,300*** (0,008)	-0,197*** (0,014)
Empregado doméstico com carteira	-0,164*** (0,012)	-0,068*** (0,010)	-0,053*** (0,015)
Empregado sem carteira	-0,338*** (0,015)	-0,111*** (0,006)	0,000*** (0,010)
Contra própria	-0,367*** (0,020)	0,032*** (0,010)	0,340*** (0,019)
Empregador	0,339*** (0,076)	0,765*** (0,063)	1,230*** (0,119)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,118*** (0,008)	0,154*** (0,005)	0,219*** (0,012)
Médio completo até superior incompleto	0,264*** (0,013)	0,346*** (0,009)	0,669*** (0,023)
Superior completo	0,974*** (0,053)	1,685*** (0,035)	2,075*** (0,032)
Constante	5,744*** (0,030)	6,192*** (0,015)	6,609*** (0,021)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.30 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste – 2010

Variável	Percentil		
	10	50	90
Sexo (masculino omitido)	-0,217*** (0,008)	-0,305*** (0,004)	-0,406*** (0,015)
Raça (negros omitido)	0,025*** (0,009)	0,031*** (0,006)	0,080*** (0,012)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,045*** (0,012)	0,016*** (0,005)	0,038*** (0,012)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,033*** (0,007)	0,023*** (0,005)	0,042*** (0,011)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	-0,042*** (0,008)	-0,022*** (0,005)	-0,038*** (0,011)
Horas trabalhadas	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,028*** (0,010)	0,040*** (0,006)	0,094*** (0,012)
35 a 44 anos	0,025*** (0,011)	0,064*** (0,006)	0,192*** (0,015)
45 a 54 anos	0,001 (0,015)	0,074*** (0,011)	0,250*** (0,016)
55 a 64 anos	-0,070*** (0,021)	0,026*** (0,015)	0,305*** (0,040)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,780*** (0,034)	-0,272*** (0,018)	-0,225*** (0,019)
Empregado doméstico com carteira	-0,027*** (0,010)	-0,072*** (0,007)	-0,052*** (0,014)
Empregado sem carteira	-0,351*** (0,022)	-0,154*** (0,006)	-0,065*** (0,016)
Contra própria	-0,355*** (0,030)	-0,022*** (0,009)	0,272*** (0,023)
Empregador	0,182** (0,097)	0,862*** (0,086)	1,325*** (0,135)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,114*** (0,011)	0,098 (0,006)	0,133*** (0,014)
Médio completo até superior incompleto	0,173*** (0,009)	0,164 (0,005)	0,277*** (0,010)
Superior completo	0,539*** (0,030)	1,200 (0,031)	1,921*** (0,040)
Constante	6,030*** (0,024)	6,525 (0,014)	6,869*** (0,026)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.31 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais – 1991

Variável	Percentil		
	10	50	90
Sexo (masculino omitido)	-0,226*** (0,052)	-0,334*** (0,038)	-0,423*** (0,046)
Raça (negros omitido)	0,082*** (0,032)	0,113*** (0,014)	0,165*** (0,018)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,250*** (0,027)	0,222*** (0,014)	0,264*** (0,025)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,203*** (0,054)	0,132*** (0,033)	0,118** (0,056)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	-0,020 (0,023)	-0,029** (0,012)	-0,044* (0,023)
Horas trabalhadas	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,002*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,049* (0,029)	0,023 (0,022)	0,051 (0,038)
35 a 44 anos	0,021 (0,042)	-0,001 (0,021)	0,123*** (0,040)
45 a 54 anos	-0,095** (0,045)	-0,097*** (0,024)	0,119*** (0,025)
55 a 64 anos	-0,228*** (0,068)	-0,315*** (0,041)	-0,221*** (0,062)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,406*** (0,057)	-0,404*** (0,027)	-0,330*** (0,058)
Empregado doméstico com carteira	-0,269*** (0,057)	-0,294*** (0,030)	-0,276*** (0,069)
Empregado sem carteira	-0,321*** (0,032)	-0,257*** (0,031)	-0,121*** (0,025)
Contra própria	-0,101** (0,045)	0,062*** (0,023)	0,291*** (0,042)
Empregador	0,089 (0,084)	0,416*** (0,072)	0,698*** (0,066)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,250*** (0,030)	0,273*** (0,018)	0,350*** (0,020)
Médio completo até superior incompleto	0,730*** (0,034)	0,872*** (0,032)	1,004*** (0,046)
Superior completo	1,390*** (0,067)	1,620*** (0,040)	1,756*** (0,039)
Constante	5,322*** (0,085)	6,094*** (0,069)	6,633*** (0,079)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.32 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais – 2000

Variável	Percentil		
	10	50	90
Sexo (masculino omitido)	-0,247*** (0,031)	-0,294*** (0,020)	-0,388*** (0,030)
Raça (negros omitido)	0,087*** (0,013)	0,086*** (0,011)	0,150*** (0,014)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,209*** (0,014)	0,185*** (0,009)	0,242*** (0,017)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,103*** (0,027)	0,107*** (0,022)	0,078*** (0,029)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	-0,006 (0,016)	-0,022** (0,013)	-0,013 (0,024)
Horas trabalhadas	0,002*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,002*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,057*** (0,020)	0,097*** (0,017)	0,145*** (0,030)
35 a 44 anos	0,009 (0,023)	0,117*** (0,019)	0,265*** (0,036)
45 a 54 anos	-0,046** (0,021)	0,049** (0,025)	0,220*** (0,026)
55 a 64 anos	-0,194*** (0,051)	-0,100*** (0,036)	0,111 (0,116)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,462*** (0,028)	-0,407*** (0,022)	-0,275*** (0,030)
Empregado doméstico com carteira	-0,136*** (0,045)	-0,134*** (0,021)	-0,155*** (0,026)
Empregado sem carteira	-0,350*** (0,021)	-0,168*** (0,012)	-0,092*** (0,026)
Contra própria	-0,346*** (0,034)	0,039* (0,020)	0,343*** (0,039)
Empregador	0,356*** (0,083)	0,786*** (0,069)	0,949*** (0,122)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,215*** (0,022)	0,206*** (0,017)	0,286*** (0,023)
Médio completo até superior incompleto	0,455*** (0,023)	0,616*** (0,021)	1,067*** (0,048)
Superior completo	1,301*** (0,067)	1,676*** (0,037)	1,911*** (0,059)
Constante	5,498*** (0,060)	6,082*** (0,047)	6,491*** (0,051)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.33 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais – 2010

Variável	Percentil		
	10	50	90
Sexo (masculino omitido)	-0,251*** (0,018)	-0,322*** (0,010)	-0,450*** (0,021)
Raça (negros omitido)	0,069*** (0,011)	0,097*** (0,012)	0,177*** (0,024)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,072*** (0,013)	0,094*** (0,011)	0,160*** (0,023)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,036*** (0,012)	0,069*** (0,011)	0,067*** (0,021)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	-0,038** (0,018)	-0,044*** (0,009)	-0,002 (0,021)
Horas trabalhadas	0,002*** (0,000)	0,002*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,064*** (0,018)	0,106*** (0,016)	0,159*** (0,022)
35 a 44 anos	0,119*** (0,018)	0,156*** (0,021)	0,270*** (0,041)
45 a 54 anos	0,054** (0,021)	0,125*** (0,025)	0,362*** (0,040)
55 a 64 anos	-0,073 (0,084)	0,024 (0,040)	0,342*** (0,061)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,857*** (0,084)	-0,381*** (0,036)	-0,320*** (0,052)
Empregado doméstico com carteira	-0,063*** (0,022)	-0,089*** (0,017)	-0,159*** (0,030)
Empregado sem carteira	-0,338*** (0,040)	-0,207*** (0,018)	-0,115*** (0,040)
Contra própria	-0,290*** (0,029)	0,020 (0,020)	0,296*** (0,045)
Empregador	0,188 (0,184)	0,692*** (0,107)	1,071*** (0,222)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,073*** (0,021)	0,121*** (0,013)	0,158*** (0,023)
Médio completo até superior incompleto	0,242*** (0,013)	0,282*** (0,011)	0,536*** (0,032)
Superior completo	0,782*** (0,041)	1,247*** (0,035)	1,664*** (0,050)
Constante	5,905*** (0,038)	6,290*** (0,038)	6,738*** (0,051)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.34 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, naturais do município de residência em São Paulo – 1991

Variável	Percentil		
	10	50	90
Sexo (masculino omitido)	-0,363*** (0,011)	-0,410*** (0,007)	-0,425*** (0,009)
Raça (negros omitido)	0,139*** (0,006)	0,168*** (0,005)	0,210*** (0,005)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,502*** (0,005)	0,486*** (0,003)	0,474*** (0,005)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,051*** (0,009)	0,054*** (0,006)	0,073*** (0,011)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	0,011** (0,005)	0,008** (0,004)	-0,008 (0,006)
Horas trabalhadas	0,002*** (0,000)	0,002*** (0,000)	0,002*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,090*** (0,012)	0,100*** (0,004)	0,130*** (0,007)
35 a 44 anos	0,139*** (0,012)	0,182*** (0,004)	0,259*** (0,009)
45 a 54 anos	0,093*** (0,012)	0,176*** (0,008)	0,315*** (0,007)
55 a 64 anos	-0,092*** (0,015)	0,006 (0,009)	0,206*** (0,013)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,464*** (0,015)	-0,531*** (0,008)	-0,536*** (0,013)
Empregado doméstico com carteira	-0,350*** (0,011)	-0,417*** (0,008)	-0,453*** (0,014)
Empregado sem carteira	-0,277*** (0,006)	-0,224*** (0,004)	-0,187*** (0,007)
Contra própria	-0,214*** (0,007)	0,008*** (0,004)	0,203*** (0,007)
Empregador	0,270*** (0,009)	0,486** (0,005)	0,757*** (0,011)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,315*** (0,005)	0,338*** (0,004)	0,360*** (0,006)
Médio completo até superior incompleto	0,792*** (0,008)	0,877*** (0,006)	0,916*** (0,006)
Superior completo	1,347*** (0,012)	1,440*** (0,006)	1,496*** (0,008)
Constante	5,176*** (0,015)	5,901*** (0,014)	6,563*** (0,018)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.35 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, naturais do município de residência em São Paulo – 2000

Variável	Percentil		
	10	50	90
Sexo (masculino omitido)	-0,281*** (0,005)	-0,338*** (0,003)	-0,348*** (0,005)
Raça (negros omitido)	0,155*** (0,004)	0,173*** (0,004)	0,224*** (0,004)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,334*** (0,004)	0,358*** (0,003)	0,393*** (0,004)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,070*** (0,005)	0,080*** (0,003)	0,110*** (0,005)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	0,029*** (0,005)	0,030*** (0,003)	0,008 (0,005)
Horas trabalhadas	0,002*** (0,000)	0,002*** (0,000)	0,002*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,177*** (0,007)	0,217*** (0,004)	0,262*** (0,007)
35 a 44 anos	0,218*** (0,007)	0,298*** (0,005)	0,411*** (0,005)
45 a 54 anos	0,178*** (0,008)	0,301*** (0,005)	0,478*** (0,008)
55 a 64 anos	0,053*** (0,012)	0,216*** (0,005)	0,451*** (0,011)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,603*** (0,008)	-0,520*** (0,006)	-0,548*** (0,009)
Empregado doméstico com carteira	-0,253*** (0,010)	-0,322*** (0,007)	-0,410*** (0,010)
Empregado sem carteira	-0,350*** (0,004)	-0,195*** (0,003)	-0,133*** (0,008)
Contra própria	-0,308*** (0,005)	0,020*** (0,004)	0,274*** (0,006)
Empregador	0,422*** (0,011)	0,700*** (0,007)	0,947*** (0,009)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,219*** (0,005)	0,228*** (0,003)	0,295*** (0,006)
Médio completo até superior incompleto	0,559*** (0,005)	0,694*** (0,003)	0,829*** (0,006)
Superior completo	1,281*** (0,008)	1,465*** (0,005)	1,536*** (0,007)
Constante	5,257*** (0,013)	5,826*** (0,011)	6,343*** (0,011)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.36 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, naturais do município de residência em São Paulo – 2010

Variável	Percentil		
	10	50	90
Sexo (masculino omitido)	-0,283*** (0,002)	-0,351*** (0,002)	-0,410*** (0,004)
Raça (negros omitido)	0,094*** (0,003)	0,131*** (0,002)	0,212*** (0,003)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,126*** (0,002)	0,187*** (0,002)	0,304*** (0,004)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,020*** (0,003)	0,036*** (0,002)	0,053*** (0,004)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	0,013*** (0,002)	0,014*** (0,002)	0,008** (0,004)
Horas trabalhadas	0,002*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,091*** (0,004)	0,134*** (0,003)	0,211*** (0,004)
35 a 44 anos	0,152*** (0,004)	0,232*** (0,004)	0,384*** (0,005)
45 a 54 anos	0,159*** (0,004)	0,276*** (0,003)	0,470*** (0,006)
55 a 64 anos	0,118*** (0,008)	0,263*** (0,007)	0,513*** (0,010)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,873*** (0,012)	-0,442*** (0,004)	-0,479*** (0,009)
Empregado doméstico com carteira	-0,087*** (0,004)	-0,174*** (0,005)	-0,330*** (0,011)
Empregado sem carteira	-0,416*** (0,006)	-0,237*** (0,003)	-0,172*** (0,006)
Contra própria	-0,281*** (0,003)	0,019*** (0,003)	0,257*** (0,005)
Empregador	0,323*** (0,009)	0,650*** (0,008)	0,913*** (0,010)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,177*** (0,004)	0,175*** (0,003)	0,217*** (0,005)
Médio completo até superior incompleto	0,284*** (0,005)	0,337*** (0,002)	0,476*** (0,004)
Superior completo	0,763*** (0,006)	1,115*** (0,004)	1,384*** (0,005)
Constante	5,767*** (0,008)	6,184*** (0,004)	6,600*** (0,009)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.37 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, mulheres imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste – 1991

Variável	Percentil		
	10	50	90
Raça (negros omitido)	0,081*** (0,018)	0,070*** (0,012)	0,070*** (0,017)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,251*** (0,028)	0,245*** (0,018)	0,257*** (0,031)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,108*** (0,031)	0,064*** (0,015)	0,098*** (0,029)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	-0,026 (0,025)	0,008 (0,014)	0,009 (0,028)
Horas trabalhadas	0,002*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,027 (0,030)	0,002 (0,019)	0,029 (0,031)
35 a 44 anos	0,000 (0,025)	-0,040** (0,019)	0,008 (0,031)
45 a 54 anos	-0,125** (0,063)	-0,149*** (0,026)	-0,149*** (0,053)
55 a 64 anos	-0,233** (0,099)	-0,197*** (0,045)	-0,053 (0,152)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,315*** (0,019)	-0,286*** (0,021)	-0,186*** (0,038)
Empregado doméstico com carteira	-0,170*** (0,056)	-0,169*** (0,015)	-0,114** (0,045)
Empregado sem carteira	-0,324*** (0,045)	-0,199*** (0,032)	-0,056* (0,032)
Contra própria	-0,258*** (0,036)	-0,049*** (0,015)	0,236*** (0,031)
Empregador	0,119 (0,222)	0,411** (0,180)	1,214*** (0,156)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,155*** (0,031)	0,158*** (0,012)	0,222*** (0,032)
Médio completo até superior incompleto	0,263*** (0,048)	0,392*** (0,036)	0,685*** (0,056)
Superior completo	0,856*** (0,104)	1,508*** (0,043)	1,844*** (0,098)
Constante	5,057*** (0,069)	5,769*** (0,039)	6,287*** (0,069)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.38 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, mulheres imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste – 2000

Variável	Percentil		
	10	50	90
Raça (negros omitido)	0,047*** (0,014)	0,036*** (0,007)	0,063*** (0,015)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,230*** (0,017)	0,183*** (0,009)	0,194*** (0,014)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,045*** (0,015)	0,054*** (0,008)	0,071*** (0,018)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	-0,065*** (0,012)	-0,047*** (0,006)	-0,063*** (0,020)
Horas trabalhadas	0,002*** (0,000)	0,002*** (0,000)	0,002*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,035*** (0,013)	0,056*** (0,012)	0,106*** (0,019)
35 a 44 anos	-0,014 (0,019)	0,029*** (0,009)	0,115*** (0,020)
45 a 54 anos	-0,122*** (0,028)	-0,007 (0,021)	0,129*** (0,042)
55 a 64 anos	-0,231*** (0,088)	-0,207** (0,081)	0,102 (0,096)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,393*** (0,017)	-0,284*** (0,016)	-0,193*** (0,024)
Empregado doméstico com carteira	-0,104*** (0,013)	-0,051*** (0,013)	-0,050** (0,020)
Empregado sem carteira	-0,431*** (0,025)	-0,192*** (0,011)	-0,051* (0,029)
Contra própria	-0,583*** (0,035)	-0,120*** (0,023)	0,321*** (0,061)
Empregador	0,296** (0,126)	0,856*** (0,108)	1,446*** (0,300)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,093*** (0,013)	0,117*** (0,009)	0,168*** (0,022)
Médio completo até superior incompleto	0,238*** (0,015)	0,266*** (0,013)	0,606*** (0,026)
Superior completo	0,952*** (0,043)	1,487*** (0,044)	1,908*** (0,069)
Constante	5,388*** (0,032)	5,838*** (0,024)	6,221*** (0,035)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.39 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, mulheres imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste – 2010

Variável	Percentil		
	10	50	90
Raça (negros omitido)	0,041*** (0,009)	0,046*** (0,007)	0,095*** (0,017)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,079*** (0,018)	0,087*** (0,006)	0,127*** (0,013)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,001 (0,011)	0,011 (0,009)	0,021 (0,018)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	-0,038*** (0,009)	-0,045*** (0,007)	-0,074*** (0,012)
Horas trabalhadas	0,002*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,030** (0,013)	0,046*** (0,009)	0,085*** (0,017)
35 a 44 anos	0,034** (0,013)	0,056*** (0,009)	0,143*** (0,018)
45 a 54 anos	0,013 (0,035)	0,073*** (0,020)	0,218*** (0,024)
55 a 64 anos	0,015 (0,110)	0,031 (0,038)	0,240** (0,111)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,820*** (0,033)	-0,273*** (0,016)	-0,223*** (0,021)
Empregado doméstico com carteira	-0,010 (0,013)	-0,067*** (0,008)	-0,059*** (0,020)
Empregado sem carteira	-0,595*** (0,044)	-0,204*** (0,011)	-0,118*** (0,030)
Contra própria	-0,700*** (0,040)	-0,128*** (0,017)	0,324*** (0,071)
Empregador	-0,043 (0,073)	0,660*** (0,182)	1,238*** (0,227)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,079*** (0,019)	0,073*** (0,007)	0,114*** (0,020)
Médio completo até superior incompleto	0,119*** (0,017)	0,127*** (0,006)	0,215*** (0,017)
Superior completo	0,443*** (0,070)	0,919*** (0,037)	1,757*** (0,067)
Constante	5,776*** (0,052)	6,186*** (0,020)	6,448*** (0,027)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.40 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, homens imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste – 1991

Variável	Percentil		
	10	50	90
Raça (negros omitido)	0,060*** (0,017)	0,063*** (0,008)	0,102*** (0,013)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,179*** (0,015)	0,148*** (0,012)	0,155*** (0,019)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,000 (0,095)	0,025 (0,059)	0,040 (0,086)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	-0,019 (0,012)	0,003 (0,007)	-0,003 (0,016)
Horas trabalhadas	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,024 (0,017)	0,054*** (0,008)	0,053*** (0,015)
35 a 44 anos	-0,053** (0,021)	0,009 (0,015)	0,097*** (0,026)
45 a 54 anos	-0,144*** (0,024)	-0,087*** (0,025)	-0,021 (0,038)
55 a 64 anos	-0,266*** (0,045)	-0,204*** (0,027)	-0,138** (0,057)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,563*** (0,066)	-0,522*** (0,028)	-0,569*** (0,049)
Empregado doméstico com carteira	-0,421*** (0,109)	-0,308*** (0,067)	-0,384*** (0,073)
Empregado sem carteira	-0,155*** (0,017)	-0,101*** (0,014)	-0,005 (0,034)
Contra própria	-0,024 (0,022)	0,155*** (0,014)	0,304*** (0,022)
Empregador	0,182*** (0,047)	0,516*** (0,058)	0,846*** (0,096)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,149*** (0,019)	0,201*** (0,010)	0,232*** (0,016)
Médio completo até superior incompleto	0,315*** (0,020)	0,433*** (0,018)	0,794*** (0,041)
Superior completo	0,691*** (0,084)	1,533*** (0,092)	1,929*** (0,064)
Constante	5,772*** (0,094)	6,336*** (0,062)	6,874*** (0,091)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.41 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, homens imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste – 2000

Variável	Percentil		
	10	50	90
Raça (negros omitido)	0,087*** (0,027)	0,054*** (0,019)	0,068** (0,031)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,261*** (0,033)	0,261*** (0,020)	0,321*** (0,037)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,076*** (0,025)	0,100*** (0,019)	0,102*** (0,036)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	-0,060* (0,031)	-0,076*** (0,015)	-0,121*** (0,029)
Horas trabalhadas	0,003*** (0,000)	0,002*** (0,000)	0,002*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,022 (0,045)	0,058*** (0,021)	0,146** (0,057)
35 a 44 anos	0,027 (0,047)	0,075*** (0,020)	0,195*** (0,044)
45 a 54 anos	-0,049 (0,050)	0,005 (0,033)	0,136* (0,072)
55 a 64 anos	-0,338** (0,131)	-0,105 (0,083)	0,368* (0,222)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,466*** (0,036)	-0,399*** (0,024)	-0,273*** (0,032)
Empregado doméstico com carteira	-0,129*** (0,033)	-0,147*** (0,030)	-0,197*** (0,046)
Empregado sem carteira	-0,423*** (0,051)	-0,201*** (0,025)	-0,060 (0,068)
Contra própria	-0,624*** (0,074)	-0,076** (0,038)	0,480*** (0,060)
Empregador	0,449* (0,269)	0,949*** (0,156)	1,371*** (0,239)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,157*** (0,031)	0,143*** (0,018)	0,209*** (0,035)
Médio completo até superior incompleto	0,362*** (0,030)	0,456*** (0,019)	0,771*** (0,064)
Superior completo	1,130*** (0,077)	1,520*** (0,040)	1,672*** (0,058)
Constante	5,271*** (0,055)	5,803*** (0,044)	6,172*** (0,061)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.42 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, homens imigrantes em São Paulo com origem no Nordeste – 2010

Variável	Percentil		
	10	50	90
Raça (negros omitido)	0,065*** (0,010)	0,055*** (0,005)	0,091*** (0,009)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,128*** (0,015)	0,080*** (0,006)	0,088*** (0,010)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,066*** (0,025)	0,046*** (0,012)	0,030*** (0,031)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	-0,036*** (0,012)	-0,020*** (0,006)	-0,021*** (0,010)
Horas trabalhadas	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,069*** (0,012)	0,093*** (0,008)	0,165*** (0,009)
35 a 44 anos	0,016 (0,012)	0,086*** (0,009)	0,222*** (0,013)
45 a 54 anos	-0,097*** (0,028)	0,039*** (0,012)	0,275*** (0,025)
55 a 64 anos	-0,198*** (0,048)	-0,071*** (0,026)	0,077*** (0,043)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,577*** (0,033)	-0,444*** (0,053)	-0,430*** (0,081)
Empregado doméstico com carteira	-0,401*** (0,031)	-0,242*** (0,022)	-0,263*** (0,033)
Empregado sem carteira	-0,292*** (0,017)	-0,074*** (0,007)	0,013*** (0,012)
Contra própria	-0,289*** (0,017)	0,076*** (0,009)	0,342*** (0,019)
Empregador	0,335*** (0,090)	0,740*** (0,061)	1,149*** (0,087)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,131*** (0,012)	0,172*** (0,009)	0,251*** (0,017)
Médio completo até superior incompleto	0,274*** (0,015)	0,408*** (0,012)	0,703*** (0,026)
Superior completo	1,139*** (0,091)	1,840*** (0,059)	2,196*** (0,057)
Constante	5,877*** (0,033)	6,271*** (0,021)	6,667*** (0,043)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.43 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, mulheres imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais – 1991

Variável	Percentil		
	10	50	90
Raça (negros omitido)	0,049 (0,037)	0,076*** (0,021)	0,160*** (0,044)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,280*** (0,050)	0,264*** (0,026)	0,304*** (0,041)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,169*** (0,054)	0,110*** (0,032)	0,137*** (0,044)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	0,010 (0,069)	-0,061*** (0,023)	-0,047 (0,051)
Horas trabalhadas	0,002*** (0,001)	0,002*** (0,000)	0,003*** (0,001)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,003 (0,051)	0,035 (0,037)	0,025 (0,039)
35 a 44 anos	-0,123 (0,076)	0,030 (0,047)	0,106* (0,062)
45 a 54 anos	-0,162* (0,094)	-0,088 (0,076)	-0,048 (0,084)
55 a 64 anos	-0,091 (0,127)	-0,166 (0,105)	-0,227 (0,190)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,346*** (0,044)	-0,397*** (0,039)	-0,310*** (0,066)
Empregado doméstico com carteira	-0,223** (0,091)	-0,256*** (0,036)	-0,164 (0,104)
Empregado sem carteira	-0,330*** (0,067)	-0,209*** (0,052)	-0,086 (0,092)
Contra própria	-0,208*** (0,063)	-0,050 (0,042)	0,304*** (0,048)
Empregador	0,440* (0,263)	0,581*** (0,124)	0,837** (0,412)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,259*** (0,048)	0,232*** (0,026)	0,316*** (0,056)
Médio completo até superior incompleto	0,606*** (0,065)	0,836*** (0,058)	0,923*** (0,108)
Superior completo	1,349*** (0,077)	1,482*** (0,050)	1,680*** (0,058)
Constante	4,961*** (0,115)	5,625*** (0,076)	6,029*** (0,124)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.44 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, mulheres imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais – 2000

Variável	Percentil		
	10	50	90
Raça (negros omitido)	0,105*** (0,033)	0,133*** (0,020)	0,173*** (0,031)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,232*** (0,018)	0,196*** (0,019)	0,241*** (0,028)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,292* (0,170)	0,141*** (0,052)	0,162** (0,077)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	-0,023 (0,026)	-0,016 (0,019)	-0,040 (0,031)
Horas trabalhadas	0,000 (0,000)	0,001*** (0,000)	0,001** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,059 (0,043)	0,031 (0,022)	0,070*** (0,029)
35 a 44 anos	0,095* (0,052)	-0,005 (0,030)	0,136** (0,039)
45 a 54 anos	-0,083** (0,042)	-0,087*** (0,032)	0,134*** (0,065)
55 a 64 anos	-0,261*** (0,094)	-0,309*** (0,039)	-0,239*** (0,076)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,511*** (0,138)	-0,628*** (0,077)	-0,735*** (0,156)
Empregado doméstico com carteira	-0,416*** (0,084)	-0,524*** (0,047)	-0,542*** (0,067)
Empregado sem carteira	-0,318*** (0,047)	-0,259*** (0,031)	-0,150*** (0,036)
Contra própria	-0,009 (0,048)	0,131*** (0,035)	0,279*** (0,041)
Empregador	0,085 (0,078)	0,405*** (0,070)	0,694*** (0,073)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,223*** (0,038)	0,274*** (0,021)	0,357*** (0,026)
Médio completo até superior incompleto	0,762*** (0,040)	0,899*** (0,031)	1,073*** (0,052)
Superior completo	1,374*** (0,082)	1,691*** (0,039)	1,801*** (0,059)
Constante	5,418*** (0,187)	6,193*** (0,064)	6,719*** (0,103)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.45 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, mulheres imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais – 2010

Variável	Percentil		
	10	50	90
Raça (negros omitido)	0,101*** (0,025)	0,088*** (0,013)	0,152*** (0,035)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,107*** (0,021)	0,182*** (0,014)	0,258*** (0,042)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,019 (0,019)	0,044*** (0,016)	0,073* (0,043)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	-0,053*** (0,020)	-0,077*** (0,014)	-0,085** (0,033)
Horas trabalhadas	0,003*** (0,000)	0,002*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,062*** (0,022)	0,092*** (0,018)	0,170*** (0,042)
35 a 44 anos	0,072** (0,031)	0,084*** (0,015)	0,194*** (0,043)
45 a 54 anos	0,014 (0,037)	0,045 (0,028)	0,272*** (0,056)
55 a 64 anos	-0,210** (0,100)	-0,065 (0,051)	0,220* (0,128)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,907*** (0,083)	-0,381*** (0,031)	-0,355*** (0,049)
Empregado doméstico com carteira	-0,099*** (0,031)	-0,086*** (0,017)	-0,219*** (0,027)
Empregado sem carteira	-0,546*** (0,049)	-0,211*** (0,028)	-0,107 (0,072)
Contra própria	-0,488*** (0,060)	-0,013 (0,037)	0,361*** (0,079)
Empregador	-0,033 (0,213)	0,926*** (0,103)	1,256*** (0,323)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,054** (0,027)	0,062*** (0,019)	0,094** (0,037)
Médio completo até superior incompleto	0,144*** (0,021)	0,183*** (0,016)	0,340*** (0,054)
Superior completo	0,624*** (0,059)	1,092*** (0,045)	1,481*** (0,077)
Constante	5,602*** (0,057)	5,986*** (0,040)	6,440*** (0,063)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.46 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, homens imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais – 1991

Variável	Percentil		
	10	50	90
Raça (negros omitido)	0,105*** (0,033)	0,133*** (0,020)	0,173*** (0,031)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,232*** (0,018)	0,196*** (0,019)	0,241*** (0,028)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,292* (0,170)	0,141*** (0,052)	0,162*** (0,077)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	-0,023 (0,026)	-0,016 (0,019)	-0,040 (0,031)
Horas trabalhadas	0,000 (0,000)	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,059 (0,043)	0,031 (0,022)	0,070 (0,029)
35 a 44 anos	0,095* (0,052)	-0,005 (0,030)	0,136 (0,039)
45 a 54 anos	-0,083** (0,042)	-0,087*** (0,032)	0,134*** (0,065)
55 a 64 anos	-0,261*** (0,094)	-0,309*** (0,039)	-0,239*** (0,076)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,511*** (0,138)	-0,628*** (0,077)	-0,735*** (0,156)
Empregado doméstico com carteira	-0,416*** (0,084)	-0,524*** (0,047)	-0,542*** (0,067)
Empregado sem carteira	-0,318*** (0,047)	-0,259*** (0,031)	-0,150*** (0,036)
Contra própria	-0,009 (0,048)	0,131*** (0,035)	0,279*** (0,041)
Empregador	0,085 (0,078)	0,405*** (0,070)	0,694*** (0,073)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,223*** (0,038)	0,274*** (0,021)	0,357*** (0,026)
Médio completo até superior incompleto	0,762*** (0,040)	0,899*** (0,031)	1,073*** (0,052)
Superior completo	1,374*** (0,082)	1,691*** (0,039)	1,801*** (0,059)
Constante	5,418*** (0,187)	6,193*** (0,064)	6,719*** (0,103)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.47 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, homens imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais – 2000

Variável	Percentil		
	10	50	90
Raça (negros omitido)	0,093*** (0,030)	0,099*** (0,015)	0,174*** (0,027)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,168*** (0,020)	0,130*** (0,013)	0,170*** (0,023)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,147*** (0,055)	0,115*** (0,024)	0,075 (0,079)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	0,011 (0,023)	-0,012 (0,017)	0,008 (0,022)
Horas trabalhadas	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,056*** (0,016)	0,121*** (0,013)	0,155*** (0,032)
35 a 44 anos	-0,020 (0,028)	0,134*** (0,023)	0,302*** (0,048)
45 a 54 anos	-0,076** (0,032)	0,076** (0,036)	0,263*** (0,067)
55 a 64 anos	-0,227*** (0,039)	-0,089* (0,047)	0,059 (0,096)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,480*** (0,063)	-0,488*** (0,054)	-0,547*** (0,114)
Empregado doméstico com carteira	-0,362*** (0,054)	-0,248*** (0,022)	-0,399*** (0,088)
Empregado sem carteira	-0,315*** (0,025)	-0,145*** (0,017)	-0,116*** (0,040)
Contra própria	-0,184*** (0,039)	0,070*** (0,021)	0,312*** (0,035)
Empregador	0,414*** (0,138)	0,724*** (0,058)	0,848*** (0,206)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,253*** (0,021)	0,235*** (0,013)	0,306*** (0,029)
Médio completo até superior incompleto	0,503*** (0,031)	0,735*** (0,028)	1,205*** (0,043)
Superior completo	1,434*** (0,054)	1,794*** (0,049)	2,002*** (0,055)
Constante	5,550*** (0,091)	6,135*** (0,056)	6,539*** (0,085)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.48 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, homens imigrantes em São Paulo com origem em Minas Gerais – 2010

Variável	Percentil		
	10	50	90
Raça (negros omitido)	0,058*** (0,018)	0,091*** (0,017)	0,185*** (0,034)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,024 (0,016)	0,042*** (0,014)	0,074*** (0,028)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,036 (0,024)	0,084*** (0,022)	0,052* (0,027)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	0,000 (0,022)	-0,012 (0,014)	0,037 (0,026)
Horas trabalhadas	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,058** (0,026)	0,127*** (0,016)	0,178*** (0,035)
35 a 44 anos	0,095*** (0,029)	0,204*** (0,020)	0,344*** (0,036)
45 a 54 anos	0,048 (0,038)	0,170*** (0,035)	0,422*** (0,059)
55 a 64 anos	-0,065 (0,064)	0,086** (0,042)	0,362*** (0,056)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,615* (0,359)	-0,485*** (0,062)	-0,388** (0,176)
Empregado doméstico com carteira	-0,176*** (0,037)	-0,406*** (0,049)	-0,486*** (0,066)
Empregado sem carteira	-0,188*** (0,024)	-0,191*** (0,025)	-0,114*** (0,042)
Contra própria	-0,142*** (0,036)	0,067*** (0,025)	0,292*** (0,036)
Empregador	0,317** (0,152)	0,547*** (0,170)	0,908*** (0,177)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,058** (0,024)	0,136*** (0,016)	0,223*** (0,032)
Médio completo até superior incompleto	0,267*** (0,021)	0,351*** (0,020)	0,662*** (0,043)
Superior completo	0,914*** (0,046)	1,385*** (0,049)	1,736*** (0,060)
Constante	6,070*** (0,039)	6,310*** (0,041)	6,644*** (0,057)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.49 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, mulheres naturais do município de residência em São Paulo – 1991

Variável	Percentil		
	10	50	90
Raça (negros omitido)	0,102*** (0,008)	0,126*** (0,007)	0,162*** (0,009)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,456*** (0,009)	0,479*** (0,006)	0,528*** (0,010)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,025** (0,010)	0,030*** (0,006)	0,050*** (0,012)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	-0,033*** (0,009)	-0,029*** (0,004)	-0,040*** (0,012)
Horas trabalhadas	0,003*** (0,000)	0,003*** (0,000)	0,003*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,119*** (0,014)	0,080*** (0,008)	0,098*** (0,011)
35 a 44 anos	0,179*** (0,010)	0,168*** (0,012)	0,219*** (0,011)
45 a 54 anos	0,129*** (0,012)	0,154*** (0,012)	0,247*** (0,018)
55 a 64 anos	-0,033* (0,019)	0,045*** (0,015)	0,219*** (0,018)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,473*** (0,015)	-0,517*** (0,009)	-0,513*** (0,020)
Empregado doméstico com carteira	-0,338*** (0,014)	-0,391*** (0,013)	-0,453*** (0,023)
Empregado sem carteira	-0,192*** (0,015)	-0,118*** (0,008)	-0,131*** (0,015)
Contra própria	-0,323*** (0,015)	-0,063*** (0,008)	0,172*** (0,014)
Empregador	0,274*** (0,027)	0,513*** (0,014)	0,880*** (0,024)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,215*** (0,011)	0,251*** (0,007)	0,342*** (0,013)
Médio completo até superior incompleto	0,721*** (0,017)	0,855*** (0,009)	0,911*** (0,020)
Superior completo	1,279*** (0,015)	1,386*** (0,007)	1,421*** (0,017)
Constante	4,723*** (0,026)	5,361*** (0,014)	5,988*** (0,029)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.50 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, mulheres naturais do município de residência em São Paulo – 2000

Variável	Percentil		
	10	50	90
Raça (negros omitido)	0,125*** (0,007)	0,130*** (0,005)	0,176*** (0,005)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,343*** (0,006)	0,372*** (0,005)	0,440*** (0,006)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,023*** (0,006)	0,062*** (0,004)	0,098*** (0,007)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	-0,040*** (0,004)	-0,033*** (0,005)	-0,043*** (0,009)
Horas trabalhadas	0,003*** (0,000)	0,003*** (0,000)	0,003*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,162*** (0,011)	0,194*** (0,005)	0,233*** (0,013)
35 a 44 anos	0,197*** (0,011)	0,262*** (0,005)	0,364*** (0,011)
45 a 54 anos	0,197*** (0,011)	0,279*** (0,006)	0,422*** (0,014)
55 a 64 anos	0,097*** (0,019)	0,234*** (0,012)	0,421*** (0,021)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,601*** (0,009)	-0,520*** (0,005)	-0,541*** (0,013)
Empregado doméstico com carteira	-0,244*** (0,009)	-0,315*** (0,005)	-0,417*** (0,013)
Empregado sem carteira	-0,343*** (0,006)	-0,169*** (0,005)	-0,127*** (0,008)
Contra própria	-0,474*** (0,010)	-0,081*** (0,007)	0,236*** (0,011)
Empregador	0,281*** (0,026)	0,705*** (0,015)	1,034*** (0,023)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,183*** (0,006)	0,184*** (0,005)	0,244*** (0,010)
Médio completo até superior incompleto	0,504*** (0,007)	0,644*** (0,005)	0,806*** (0,010)
Superior completo	1,233*** (0,008)	1,415*** (0,007)	1,488*** (0,011)
Constante	4,996*** (0,016)	5,496*** (0,007)	5,975*** (0,023)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.51 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, mulheres naturais do município de residência em São Paulo – 2010

Variável	Percentil		
	10	50	90
Raça (negros omitido)	0,079*** (0,003)	0,101*** (0,003)	0,194*** (0,004)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,141*** (0,003)	0,236*** (0,003)	0,391*** (0,005)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	-0,014*** (0,004)	0,011*** (0,003)	0,038*** (0,005)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	-0,031*** (0,004)	-0,040*** (0,003)	-0,042*** (0,007)
Horas trabalhadas	0,002*** (0,000)	0,002*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,071*** (0,007)	0,105*** (0,003)	0,180*** (0,006)
35 a 44 anos	0,120*** (0,007)	0,173*** (0,004)	0,320*** (0,007)
45 a 54 anos	0,125*** (0,006)	0,204*** (0,005)	0,409*** (0,008)
55 a 64 anos	0,118*** (0,010)	0,211*** (0,006)	0,473*** (0,012)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,901*** (0,012)	-0,444*** (0,004)	-0,493*** (0,008)
Empregado doméstico com carteira	-0,106*** (0,005)	-0,185*** (0,004)	-0,356*** (0,010)
Empregado sem carteira	-0,531*** (0,011)	-0,237*** (0,006)	-0,202*** (0,009)
Contra própria	-0,509*** (0,011)	-0,038*** (0,006)	0,267*** (0,008)
Empregador	0,192*** (0,024)	0,668*** (0,017)	1,020*** (0,032)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,124*** (0,006)	0,124*** (0,004)	0,167*** (0,008)
Médio completo até superior incompleto	0,207*** (0,004)	0,253*** (0,003)	0,389*** (0,009)
Superior completo	0,664*** (0,009)	1,023*** (0,005)	1,283*** (0,012)
Constante	5,527*** (0,012)	5,909*** (0,009)	6,271*** (0,015)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.52 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, homens naturais do município de residência em São Paulo – 1991

Variável	Percentil		
	10	50	90
Raça (negros omitido)	0,152*** (0,007)	0,192*** (0,004)	0,236*** (0,007)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,518*** (0,006)	0,482*** (0,003)	0,447*** (0,006)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,136*** (0,025)	0,126*** (0,028)	0,123*** (0,023)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	0,041*** (0,007)	0,023*** (0,003)	0,004 (0,007)
Horas trabalhadas	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,082*** (0,007)	0,114*** (0,006)	0,155*** (0,011)
35 a 44 anos	0,112*** (0,007)	0,184*** (0,006)	0,275*** (0,014)
45 a 54 anos	0,084*** (0,011)	0,185*** (0,008)	0,349*** (0,014)
55 a 64 anos	-0,106*** (0,006)	0,000 (0,009)	0,214*** (0,015)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,577*** (0,033)	-0,652*** (0,021)	-0,721*** (0,031)
Empregado doméstico com carteira	-0,457*** (0,037)	-0,552*** (0,028)	-0,543*** (0,048)
Empregado sem carteira	-0,317*** (0,009)	-0,283*** (0,005)	-0,210*** (0,009)
Contra própria	-0,146*** (0,009)	0,050*** (0,005)	0,213*** (0,008)
Empregador	0,282*** (0,013)	0,493*** (0,006)	0,735*** (0,012)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,342*** (0,006)	0,368*** (0,006)	0,362*** (0,006)
Médio completo até superior incompleto	0,799*** (0,009)	0,866*** (0,006)	0,915*** (0,009)
Superior completo	1,369*** (0,012)	1,448*** (0,007)	1,539*** (0,012)
Constante	5,229*** (0,035)	5,938*** (0,028)	6,589*** (0,028)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.53 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, homens naturais do município de residência em São Paulo – 2000

Variável	Percentil		
	10	50	90
Raça (negros omitido)	0,179*** (0,004)	0,200*** (0,005)	0,256*** (0,005)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,332*** (0,005)	0,340*** (0,003)	0,354*** (0,007)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,110*** (0,012)	0,066*** (0,010)	0,068*** (0,014)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	0,078*** (0,005)	0,076*** (0,004)	0,051*** (0,006)
Horas trabalhadas	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,185*** (0,008)	0,227*** (0,004)	0,297*** (0,011)
35 a 44 anos	0,225*** (0,008)	0,320*** (0,005)	0,454*** (0,012)
45 a 54 anos	0,154*** (0,010)	0,311*** (0,006)	0,529*** (0,013)
55 a 64 anos	0,015 (0,013)	0,200*** (0,007)	0,480*** (0,010)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,599*** (0,031)	-0,645*** (0,031)	-0,655*** (0,032)
Empregado doméstico com carteira	-0,419*** (0,016)	-0,467*** (0,017)	-0,586*** (0,016)
Empregado sem carteira	-0,350*** (0,008)	-0,202*** (0,004)	-0,123*** (0,008)
Contra própria	-0,211*** (0,007)	0,068*** (0,006)	0,288*** (0,008)
Empregador	0,493*** (0,011)	0,709*** (0,010)	0,915*** (0,010)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,240*** (0,006)	0,254*** (0,005)	0,312*** (0,007)
Médio completo até superior incompleto	0,577*** (0,006)	0,714*** (0,005)	0,824*** (0,007)
Superior completo	1,307*** (0,009)	1,500*** (0,008)	1,568*** (0,009)
Constante	5,284*** (0,015)	5,880*** (0,010)	6,387*** (0,021)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.

Tabela D.54 – Resultado da regressão quantílica dos rendimentos, homens naturais do município de residência em São Paulo – 2010

Variável	Percentil		
	10	50	90
Raça (negros omitido)	0,099*** (0,003)	0,148*** (0,004)	0,222*** (0,005)
Região Metropolitana de São Paulo (não omitido)	0,100*** (0,004)	0,148*** (0,003)	0,244*** (0,004)
Responsável pelo domicílio (cônjuge omitido)	0,048*** (0,003)	0,055*** (0,004)	0,073*** (0,008)
Tem filho de até 12 anos no domicílio (não omitido)	0,049*** (0,003)	0,052*** (0,002)	0,047*** (0,005)
Horas trabalhadas	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Grupo de idade (20 a 24 anos omitido)			
25 a 34 anos	0,112*** (0,007)	0,164*** (0,003)	0,256*** (0,008)
35 a 44 anos	0,164*** (0,006)	0,292*** (0,005)	0,446*** (0,010)
45 a 54 anos	0,165*** (0,007)	0,332*** (0,005)	0,532*** (0,009)
55 a 64 anos	0,116*** (0,007)	0,309*** (0,006)	0,565*** (0,010)
Posição na ocupação (empregado com carteira assinada omitido)			
Empregado doméstico sem carteira	-0,695*** (0,043)	-0,464*** (0,019)	-0,460*** (0,047)
Empregado doméstico com carteira	-0,156*** (0,025)	-0,260*** (0,018)	-0,297*** (0,030)
Empregado sem carteira	-0,328*** (0,009)	-0,224*** (0,006)	-0,148*** (0,010)
Conta-própria	-0,175*** (0,005)	0,048*** (0,005)	0,260*** (0,006)
Empregador	0,384*** (0,017)	0,629*** (0,012)	0,863*** (0,018)
Nível de instrução (sem instrução até fundamental incompleto omitido)			
Fundamental completo até médio incompleto	0,164*** (0,005)	0,204*** (0,003)	0,247*** (0,006)
Médio completo até superior incompleto	0,290*** (0,003)	0,396*** (0,004)	0,530*** (0,006)
Superior completo	0,805*** (0,006)	1,186*** (0,005)	1,449*** (0,010)
Constante	5,835*** (0,012)	6,142*** (0,008)	6,524*** (0,014)

Fonte: elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Nota:*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Em parênteses os erros-padrão.